

ROSE MÉRI NIETTO

**MEMÓRIAS, IDENTIDADES E O PROCESSO DE FORMAÇÃO
POLÍTICA DE MARLENE SOCCAS: UMA MILITANTE DE
ESQUERDA EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL MILITAR NO
BRASIL (1960 -1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Giani Rabelo.

**CRICIÚMA/SC
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

N677m Nietto, Rose Méri.

Memórias, identidades e o processo de formação política de Marlene Soccas : uma militante de esquerda em tempos de Ditadura Civil Militar no Brasil (1960 -1970) / Rose Méri Nietto - 2019.

327 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2019.

Orientação: Giani Rabelo.

1. Marlene Soccas - Atividades políticas. 2. Formação política. 3. Ativistas políticos. 4. Mulheres na política. 5. Ditadura Militar, 1964-1985 - Brasil. I. Título.

CDD. 22. ed. 920.93214

ROSE MÉRI NIETTO

**“MEMÓRIAS, IDENTIDADES E O PROCESSO DE FORMAÇÃO
POLÍTICA DE MARLENE SOCCAS: UMA MILITANTE DE
ESQUERDA EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL MILITAR NO
BRASIL (1960 -1970)”**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 1 de novembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

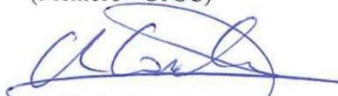


Prof. Dra. Giani Rabelo
(Orientadora – UNESC)

Prof. Dra. Cristina Scheibe Wolff
(Membro - UFSC)



Prof. Dra. Marli de Oliveira Costa
(Membro - UNESC)



Prof. Dr. Carlos Renato Carola
(Membro - UNESC)



Prof. Dr. Carlos Renato Carola
Coordenador do PPGE-UNESC



Rose Méri Nietto
Mestranda

Dedico este trabalho a todos os homens e a todas as mulheres que lutaram e continuam lutando por um mundo mais justo e igualitário.

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil chegar até aqui. Houve momentos em que pensei que eu não conseguiria dar “conta do recado”. Chego cansada, mas feliz, por tudo o que aprendi e vivenciei nesta etapa de minha formação. Esta chegada só foi possível porque, de uma forma ou de outra, houve pessoas que contribuíram neste processo.

Assim, início agradecendo aos meus pais, por me conceberem e me trazerem para a concretude desta vida, principalmente à minha amada mãe, Laide, cujo exemplo de força e de coragem sempre me guia.

Agradeço à Marlene Soccas, que consentiu em ser sujeito deste estudo, com quem estabeleci uma relação de amizade, cuja convivência foi um aprendizado para mim em nível pessoal e acadêmico.

À professora Giani, minha orientadora, sem a qual este trabalho não teria sido concretizado desta forma. Não tenho palavras suficientes para agradecê-la. Dedicção, conhecimento, paciência, respeito, sabedoria, amparo em todas as horas e confiança... Foi uma honra tê-la como orientadora!

Agradeço, ainda, aos/às professores/as do PPGE, principalmente àqueles/as com quem tive aula: André Cechinel, Antonio Serafim, Gladir Cabral, Graziela Giacomazzo, Carola, Lili, Alex, Angela. E à Vanessa, secretária do PPGE, profissional competente, dedicada e atenciosa. Também aos/às colegas de Mestrado, principalmente à Clarita e à Margareth, com quem estabeleci uma relação que levarei para a minha vida.

Deixo registrado, também, o meu agradecimento à minha equipe de trabalho da CGP, do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Clarice e Cíntia, por seu companheirismo e solidariedade, em especial à Cíntia, por ter possibilitado os meus afastamentos legais para que eu pudesse cumprir a etapa final desta pesquisa.

Gratidão aos/às amigos/as Adri (*in memoriam*), João Carioca (*in memoriam*), Cátia, Luís, Maris, Maria Antônia, Lili (amiga e irmã), Giani, Cido, Bel (irmã e amiga), Ci, Bete, Débora, Claudio, Gilmar, Eliza e Janine, por fazerem parte da minha vida, alguns há mais tempo, outros há menos, por quem nutro um grande carinho.

Também agradeço ao meu namorado, Regi, que compreendeu as minhas ausências e me apoiou nos momentos mais conturbados, inclusive com as suas habilidades técnicas.

E às minhas sobrinhas queridas, Camila, que transcreveu parte dos áudios das entrevistas, e Luana, jovens mulheres guerreiras, por me mostrarem que o mundo “tem jeito”.

Agradeço, ainda, à professora Cristina, à professora Marli (Lili) e ao professor Carola por aceitarem fazer parte da banca de avaliação e pelas sugestões na qualificação.

Meus agradecimentos ao programa de bolsas FUMDES/UNIEDU, por ter financiado parte desta pesquisa.

Enfim, minha gratidão a todas/os que, de um jeito ou de outro, fizeram e fazem parte de minha trajetória de vida, e a Deus pela minha vida.

[...] testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração quase insuportável do outro, que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro; não por culpabilidade ou por compaixão, mas somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.

(GAGNEBIN, 2006, p. 57)

RESUMO

Marlene Soccas nasceu em Laguna, em 1934. Atualmente, com 85 anos de idade, reside na cidade de Criciúma (SC) e participa ativamente de atividades políticas e de movimentos sociais. A sua militância iniciou-se no final da década de 1960, em São Paulo (SP), com aproximações com organizações de esquerda que resistiam à Ditadura Civil-Militar, como a Ação Popular (AP), a Vanguarda Revolucionária (VPR) e a Rede Democrática (REDE). Ela foi presa e torturada, permanecendo na prisão por mais de dois anos, de maio de 1970 a julho de 1972. O presente estudo teve como objetivo central compreender o processo de formação política como militante de esquerda na resistência à Ditadura Civil-Militar no Brasil de Marlene Soccas e teve como ponto de partida sua infância até chegar à vida adulta. A ênfase foi nas experiências vivenciadas por ela no final da década de 1960 até o início da década de 1970, período que abrange sua entrada na militância política, passando pela clandestinidade, torturas e prisão. A partir desse objetivo central, estabeleci os seguintes objetivos específicos: entender os motivos que a impulsionaram a fazer as suas escolhas pela militância política de esquerda à época da ditadura; identificar as possíveis reverberações das experiências recordadas por ela da infância e juventude em sua formação política como militante de esquerda; perceber qual era o lugar das mulheres nos movimentos políticos de resistência à ditadura em que ela atuou entre as décadas de 1960 a 1970; perceber em suas lembranças a construção de sua identidade como militante de esquerda e, por último, identificar as reverberações de suas experiências de clandestinidade, tortura e prisão para a sua formação política de esquerda. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, que se assentou, principalmente, em entrevistas pautadas na metodologia da história oral realizadas com Marlene Soccas no período de janeiro de 2017 a fevereiro de 2018. Suas lembranças foram contrastadas com outros documentos identificados como “escrita de si,” como cartas escritas quando estava na prisão, e o seu livro intitulado “Meu querido Paulo”, bem como fotografias e outros documentos. Dentre os principais conceitos que embasaram este estudo se destacam: formação, identidades, gênero, história das mulheres, biografia, “escrita de si” e memória. A formação política de Marlene Soccas, à época da ditadura, foi iniciada por meio de Paulo Stuart Wright – deputado cassado em maio de 1964, membro da AP e até hoje desaparecido –, cuja relação a impulsionou em direção à militância de esquerda. Ao me aproximar de sua infância e adolescência, identifiquei, a partir de suas lembranças, aspectos que podem ter contribuído para a sua escolha pela militância de esquerda.

Percebi que, embora muitas mulheres tenham participado das organizações de esquerda à época, a maioria delas não ocupou cargos de direção, como foi o caso de Marlene Soccas. Por fim, identifiquei que as experiências vivenciadas por ela na clandestinidade, durante as torturas e na prisão, ocupam um lugar de destaque na sua forma de ver o mundo até os dias de hoje e ela continua lutando em defesa da democracia e dos direitos humanos. Sua trajetória aponta para distintas identidades militantes e distintas formas de militar, as quais se reconstróem a todo momento, a partir dos diferentes espaços e contextos. Portanto, o processo de sua formação política se apresenta como algo contínuo e permanente. De acordo com Nóvoa (2010), é algo que ocorre ao longo da vida e nele estão incluídas, além de leituras e estudos, as experiências individuais e coletivas, bem como as reflexões sobre elas.

Palavras-chave: Marlene Soccas; Mulheres; Formação Política; Militância de Esquerda; Memória; Ditadura Civil-Militar.

ABSTRACT

Marlene Soccas was born in Laguna in 1934. Currently, at the age of 85, she lives in Criciúma (SC) and actively participates in political activities and social movements. Her activism began in the late 1960s in São Paulo (SP), with approaches with leftist organizations that resisted the Civil-Military Dictatorship, such as Popular Action (AP), Revolutionary Vanguard (VPR) and democratic network (REDE). She was arrested and tortured, remaining in prison for more than two years from May 1970 to July 1972. The main objective of this study was to understand the process of political formation as a leftist militant in the resistance to Marlene Soccas's Civil-Military Dictatorship in Brazil and it had as a starting point her childhood until she reached adulthood. The emphasis was on her experiences from the late 1960s to the early 1970s, a period that encompassed her entry into political militancy, going through clandestinity, torture and imprisonment. From this central objective I set the following specific objectives: understand the reasons that drove her to make her choices for leftist political militancy at the time of dictatorship; identify the possible reverberations of the experiences she recalled from childhood and youth in her political formation as a leftist militant; realize the place of women in the political movements of resistance to dictatorship in which she acted between the 1960s and 1970s; perceive in her memories the construction of her identity as a leftist militant, and finally, identify the reverberations of her experiences of clandestinity, torture and imprisonment for her leftist political formation. This is a qualitative research that was mainly set on interviews based on the methodology of oral history conducted with Marlene Soccas, from January 2017 to February 2018. Her memories were contrasted with other documents identified as "writing of himself," such as letters written while in prison and her book entitled "My Dear Paul," as well as photos and other documents. Among the main concepts behind this study are: formation, identities, gender, women's history, biography, self-writing and memory. Marlene Soccas' political formation, at the time of the dictatorship, was initiated by Paulo Stuart Wright - a Member of the Parliament who was impeached in May 1964, - a member of the PA and still missing - whose relationship propelled her towards leftist militancy. As I approached her childhood and adolescence, I identified from her memories, aspects that may have contributed to her choice for leftist activism. I noticed that while many women participated in leftist organizations at the time, most of them did not hold senior management positions, as it was the case with Marlene Soccas. Finally, I identified that

her experiences in hiding, during torture and in prison occupy a prominent place in her view of the world to this day. Nowadays, she continues fighting for democracy and human rights. Her trajectory points to distinct militant identities and different forms of military, they are reconstructed all the time, from different spaces and contexts. Therefore, the process of its political formation presents itself as something continuous and permanent, in the words of Nóvoa (2010), it is something that occurs throughout life and it includes, in addition to readings and studies, individual and collective experiences, as well the reflections on these.

Keywords: Marlene Soccas; Women; Political Formation; Left Militancy; Memory; Civil-Military Dictatorship

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Caderneta Escolar de Marlene Soccas, da 2ª série ginásial do Ginásio Lagunense, em 1947 (capa e primeira página)	110
Figura 2 – Caderneta Escolar de Marlene Soccas, da 3ª série ginásial do Ginásio Lagunense, em 1948 (capa e primeira página)	111
Figura 3 – Caderneta escolar de Marlene Soccas do 2º ano Científico do Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis, em 1951 (capa e 1ª página)	116
Figura 4 – Certificado de Curso das Fisiopatologias das Radiações, em 1966.....	170
Figura 5 – Certificado de Curso de Imunologia, em 1966	171
Figura 6 – Certificado de Curso de Odontologia Infantil, em 1966....	171
Figura 7 – Certificado de Curso de Virologia aplicada à saúde pública e medicina, em 1966	172
Figura 8 – Certificado de Curso de Cirurgia Buco-Maxilar, em 1966	172
Figura 9 – Certificado de Curso de Ortodontia Preventiva, realizado em 1967.....	173
Figura 10 – Certificado de Curso de Periodontia, realizado em 1967.	173
Figura 11 – Livro Vermelho.....	178
Figura 12 – Livro Capitalismo Monopolista	179
Figura 13 – Cangaceiros e fanáticos.....	182
Figura 14 – Messianismo e Conflito Social	183
Figura 15 – Jornal “Libertação”	187
Figura 16 – Quadro das Organizações de Esquerda.....	208
Figura 17 – Ficha do DOPS com nome e codinomes de Marlene Soccas	228
Figura 18 – Ficha do DOPS com registro da chegada de Marlene Soccas ao local e seu indiciamento	258
Figura 19 – Ficha do DOPS com informações da condenação de Marlene Soccas.....	270
Figura 20 – Livro “Contribuição à Crítica à Economia Política	277
Figura 21 – Ficha do DOPS com informações do retorno de Marlene Soccas ao local	287
Figura 22 – Ficha do DOPS com dados da soltura de Marlene Soccas	288

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Marlene Soccas com 2 anos de idade, em Lages.....	85
Imagem 2 – Marlene Soccas com 3 anos de idade, em Lages.....	86
Imagem 3 – Marlene Soccas com aproximadamente 5 anos de idade, em Laguna.....	87
Imagem 4 – Família de Marlene Soccas: tio Joãozinho, tia Chica, Neuza (a menina maior), Necy (a menina do meio) e Marlene Soccas (a menina menor)	91
Imagem 5 – Marlene Soccas com cerca de 6 anos de idade.....	97
Imagem 6 – Formatura da 4ª série do ginásio do Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis, em 1949	116
Imagem 7 – Formatura do curso Científico do Colégio Coração de Jesus, em 1952.....	117
Imagem 8 – Casa da rua Esteves Junior, nº 93, Florianópolis.....	118
Imagem 9 – Turma de Balé de Albertina Ganzo, no Lira Tênis	126
Imagem 10 – Peça teatral “A revolta dos brinquedos”.....	126
Imagem 11 – Marlene Soccas com sua tia Chica, com bolo produzido por elas, em Florianópolis	128
Imagem 12 – Formatura do Curso de Contabilidade na Escola do Comércio, em Florianópolis (1952)	130
Imagem 13 – Marlene Soccas como “Rainha do Baile dos Correios”, dançando com o Governador Jorge Lacerda (entre 1953 e 1955).....	141
Imagem 14 – Desfile de Moda, em Joinville.....	142
Imagem 15 – Marlene Soccas com Mânlio	145
Imagem 16 – Marlene Soccas com os sobrinhos, na Praia do Mar Grosso, em Laguna, entre 1969 e 1970	239
Imagem 17 – Marlene Soccas com um companheiro do MDB, em 1974	293

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI	Ato Institucional
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
APML	Ação Popular Marxista-Leninista
ARENA	Aliança de Renovação Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior
CCJ	Colégio Coração de Jesus
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa
COLINA	Comandos de Libertação Nacional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DOI	Destacamento de Operações de Informação
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DVP	Dissidência VAR-Palmares
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FECOPESCA	Federação de Cooperativa de Pescadores
FMP	Frente de Mobilização Popular
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IOESC	Imprensa Oficial do Estado
JUC	Juventude Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEB	Movimento de Educação de Base
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCUS	Partido Comunista da União Soviética

PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PJ	Pastoral da Juventude
POLOP	Política Operária
PORT	Partido Operário Revolucionário Trotskista
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
REDE	Resistência Democrática
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SESI	Serviço Social da Indústria
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCE	União Catarinense de Estudantes
UCES	União Catarinense de Estudantes Secundaristas
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UDN	União Democrática Nacional
UECB	União Cristã de Estudantes do Brasil
UESC	União dos Estudantes Secundários de Criciúma
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
2 ITINERÁRIO DA PESQUISA: ENLACES ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	55
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA ORAL.....	55
2.1.1 Tipos de história oral e os procedimentos adotados	58
2.2 O PROCESSO DAS ENTREVISTAS	62
2.3 SOBRE A VALIDADE E A ÉTICA NA PESQUISA.....	68
2.4 OUTRAS FONTES UTILIZADAS NESTA PESQUISA	72
3 ENTRE A REBELDIA E A SUBMISSÃO: FRAGMENTOS AUTOBIOGRÁFICOS DE MARLENE SOCCAS DE SUA INFÂNCIA E JUVENTUDE	77
3.1 MARLENE SOCCAS NARRANDO SOBRE SUA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E VIDA ADULTA	77
3.2 “PERCEBE O OLHAR DESAFIADOR DELA!”: EXPERIÊNCIAS DA INFÂNCIA EM LAGUNA	82
3.3 “DUAS PALAVRAS QUE EU NÃO SABIA: O QUE ERA SÓCIA E BIBLIOTECA”: A INICIAÇÃO DE MARLENE SOCCAS NO MUNDO DA LEITURA E DA ESCOLA	106
3.4 “TU NUNCA ESQUECE DOS POBRES”: A MENINA MOÇA	115
3.5 “ELA QUERIA ME EMBONECAR PARA EU ARRANJAR UM BOM CASAMENTO, UM BOM PARTIDO”: TRABALHO, CASAMENTO E A ODONTOLOGIA COMO PROFISSÃO	124
3.6 O INÍCIO DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE MARLENE SOCCAS	144
4 OS PRIMEIROS PASSOS DA FORMAÇÃO POLÍTICA DE MARLENE SOCCAS COMO MILITANTE DE ESQUERDA	149
4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ANTERIOR AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964.....	149
4.2 O “ENCONTRO” COM O MILITANTE PAULO STUART WRIGHT.....	154
4.2.1 “Mas [re]encontrei seu Paulo Wright”, em São Paulo	168
4.3 “QUEM SÃO?”, PERGUNTOU ELE. “ERA UMA ORGANIZAÇÃO DE ESQUERDA TAMBÉM”, RESPONDEU ELA: SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA	207
5 CLANDESTINIDADE, TORTURA, PRISÃO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA COMO MILITANTE DE ESQUERDA DE MARLENE SOCCAS	223

5.1 NA CLANDESTINIDADE: “EU ROMPO TODOS OS LAÇOS COM A MINHA VIDA PROFISSIONAL COMO DENTISTA, LARGO O MEU EMPREGO”	223
5.2 “FUI ENCAMINHADA IMEDIATAMENTE PARA A SALA DE TORTURAS E ELAS COMEÇARAM, TAMBÉM, IMEDIATAMENTE”: LEMBRANÇAS DAS TORTURAS	235
5.3 “EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO, A PRISÃO COMPLEMENTOU-A”: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA PRISÃO.....	263
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	295
REFERÊNCIAS.....	300
ANEXOS.....	321
ANEXO A – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	323
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	325

1 INTRODUÇÃO

O dia 31 de março de 1964 ficou marcado na história do Brasil como o início de uma Ditadura Civil-Militar¹, instaurada pelo Golpe de 1964. Militares apoiados por civis, por meio de um golpe de Estado planejado por grupos internos e externos do país, depuseram o então Presidente João Goulart, que fora eleito democraticamente (NAPOLITANO, 2017). Conforme Marcos Napolitano (2017, p. 7), “a subida dos militares ao poder mudaria para sempre a história brasileira”. A Ditadura Civil-Militar no Brasil perdurou por duas longas décadas, de 1964 a 1985, deixando marcas indeléveis em muitos homens e mulheres que ousaram se contrapor ao regime. Parte desses homens e dessas mulheres sofreu “no corpo e na alma”² a “punição” por resistir e lutar contra a ditadura: tortura, prisão e, para muitos/as, a morte. Marlene de Souza Soccas Sazan fez parte desse grupo de mulheres militantes e é uma testemunha viva das muitas atrocidades que ocorreram naquele período. Ela é testemunha, também, das lutas de resistência que se seguiram após esse período sombrio de nossa história.

Esta dissertação teve a seguinte questão a ser investigada: Como se deu o processo de formação política como militante de esquerda de Marlene Soccas³, na resistência à Ditadura Civil-Militar no Brasil?

Portanto, o objetivo central foi compreender o seu processo de formação política como militante de esquerda, na resistência à Ditadura

¹ Não existe consenso entre muitos historiadores sobre denominar o período ditatorial de 1964 a 1985 como “Ditadura Militar” ou “Ditadura Civil-Militar”. Napolitano (2017, p. 11) opta pela denominação Ditadura Militar, por compreender que, embora muitos grupos civis tenham se beneficiado do Golpe de 1964, os militares é que se mantiveram no “centro decisório do poder”. Já de acordo com Natanael de Freitas Silva (2016, p. 66), embasado em Daniel Aarão Reis Filho (2014), a ditadura foi instaurada com a “participação de amplos setores organizados da sociedade civil [que] possibilitou o golpe, a implementação e manutenção da ditadura até 1988.” (Acréscimo meu). Por compreender que o Golpe de 1964 não foi engendrado somente pelos militares, mas também por grupos civis que deram sustentação ao regime militar, optei por utilizar, nesta pesquisa, “Ditadura Civil-Militar”.

² “No corpo e na alma” é o nome do livro escrito por Derlei Catarina de Lucca, publicado em 2002, em que narra algumas de suas experiências no período ditatorial no Brasil (DE LUCCA, 2002). Assim como Marlene Soccas, ela também foi torturada pelos órgãos de repressão da época.

³ Nome de solteira. É assim que ela é conhecida por muitas pessoas e é dessa forma que será nomeada neste trabalho.

Civil-Militar no Brasil, e teve como ponto de partida sua infância, alcançando a vida adulta. A ênfase foi nas experiências vivenciadas por ela no final da década de 1960 até meados da década de 1970, período que abrange o início de sua militância política, abarcando o período inicial de sua militância, a clandestinidade, as torturas e a prisão. A partir desse objetivo central estabeleci os seguintes objetivos específicos: Entender os motivos que a impulsionaram a fazer as suas escolhas pela militância política de esquerda à época da ditadura; Identificar as possíveis reverberações das experiências recordadas por ela da infância e juventude em sua formação política como militante de esquerda; Perceber qual era o lugar das mulheres nos movimentos políticos de resistência à ditadura em que ela atuou entre as décadas de 1960 a 1970; Identificar as reverberações de suas experiências de clandestinidade, tortura e prisão para a sua formação política de esquerda; Perceber em suas lembranças a construção de sua identidade como militante de esquerda.

Marlene Soccas nasceu na cidade de Laguna/SC, no ano de 1934, onde viveu parte de sua infância. Na juventude, trabalhou na empresa dos Correios e Telégrafos e, concomitantemente, estudou Odontologia, na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, tornando-se Cirurgiã Dentista no ano de 1955.

Atualmente, segunda década do século XXI, Marlene Soccas mora na cidade de Criciúma (SC), está aposentada de suas atividades profissionais e dedica a maior parte de seu tempo à militância política. “*Meu objetivo de vida é a política*”, disse-me ela em uma de nossas conversas. A sua militância política iniciou no final da década de 1960, na cidade de São Paulo, no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Naquele período, por atuar em movimentos de resistência ao regime militar, dentre eles a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Resistência Democrática (REDE), foi presa e torturada pelos órgãos de repressão da época, sendo posteriormente condenada à prisão. Ela ficou presa de maio de 1970 a julho de 1972, no Presídio Tiradentes⁴, localizado

⁴Conforme Deborah Regina Leal Neves (2012), o Presídio Tiradentes, inicialmente batizado de “Casa da Correção”, foi inaugurado em 1852 e ali ficavam detidos os “presos comuns”. Durante o período do Estado Novo, também ficaram detidos presos políticos, entre eles Monteiro Lobato. Com o Golpe Civil-Militar, ocorrido em 1964, o Presídio recebeu, além dos “presos comuns”, alguns opositores da Ditadura, que se instaurou no país. O edifício foi demolido no final de 1972, por causa da construção da Estação Tiradentes de Metrô, restando, atualmente, o seu pórtico, conhecido como “Arco do Presídio” (NEVES, 2012).

na cidade de São Paulo. Inclusive seu depoimento sobre as torturas recebidas durante o período em que se encontrava ilegalmente presa no prédio da Operação Bandeirantes (OBAN), considerado um dos mais temíveis lugares de tortura em São Paulo, encontra-se no livro “Brasil Nunca Mais”, organizado por D. Paulo Evaristo Arns (1985).

Após a saída da prisão, Marlene Soccas voltou para Criciúma e inseriu-se em vários movimentos políticos em defesa da democracia e dos direitos humanos. Nesta cidade, participou da fundação do “Centro de Defesa dos Direitos Humanos e do Comitê Brasileiro Pela Anistia”. No início da década de 1980, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em Criciúma, desligando-se dele em 1982. Foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1985 a 2016, pelo qual foi candidata, em 1986, a deputada estadual pelo Estado de Santa Catarina. Em 1988, candidatou-se a vereadora, pela cidade de Criciúma e, em 2014, concorreu ao governo do Estado de Santa Catarina.

Participou, também, do Movimento “*In Memórian*” [sic] dos familiares dos Mortos e Desaparecidos Catarinenses, ajudando na recuperação do corpo de Ruy Pfützenreuter, de Orleans, e de Arno Preis, de Forquilha, e foi cofundadora do “Coletivo Memória, Verdade e Justiça João Batista Rita”,⁵ em Criciúma.

Marlene Soccas escreveu dois livros, intitulados “Como ele veio e ficou” e “Meu querido Paulo”, que versam sobre as suas experiências no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Ela se tornou uma referência em Santa Catarina e frequentemente profere palestras em escolas e em Universidades, bem como se manifesta em programas de rádio e em jornais do Estado acerca de suas experiências. Além disso, ela escreve com regularidade nas redes sociais, como no *Facebook* e no *WhatsApp*, emitindo suas opiniões e fazendo análises sobre a política nacional e internacional e sobre a realidade brasileira atual.

Em outubro e novembro de 2016, participou do movimento de ocupação de alguns *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), realizado por estudantes dessa instituição, os quais se movimentaram contra a aprovação, pelo Congresso Federal, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241) que

⁵ Esse movimento estava vinculado à Comissão Nacional da Verdade (CNV), que foi criada pela Lei 12.528/2011, de 18 de novembro de 2011, e instituída em 16 de maio de 2012, no Governo da Presidenta Dilma Rousseff. A finalidade da CNV era examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos que ocorreram entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 (BRASIL, 2011; COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, s.d.).

propunha um teto para os gastos públicos e contra as propostas de reforma do Ensino Médio implementadas pelo Governo Federal. Ambas as proposições foram aprovadas. Em 2017, participou ativamente de movimentos a favor da democracia e em defesa dos direitos dos trabalhadores, tais como a “Frente Brasil Popular”, o “Coletivo pela Democracia” e o “Fórum Catarinense de Combate à Reforma da Previdência”. Acrescenta-se a essa trajetória a sua formatura em História, na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), no ano de 2009, quando ela tinha 75 anos de idade.

Esse sucinto relato sobre a trajetória política de Marlene Soccas nos dá um breve panorama do percurso de vida de uma mulher que se dedicou (e se dedica) a lutar pela defesa dos direitos humanos e dos trabalhadores, bem como pela democracia. Na minha percepção, apesar de todas as restrições históricas, culturais e sociais, Marlene Soccas, assim como muitas de suas contemporâneas, escapou aos padrões de representações da mulher como mãe, esposa e cuidadora do lar, que foram naturalizados na maior parte das sociedades no transcorrer da história.

Quando me reporto à ideia de representação, compreendo esse conceito da forma como a define Guacira Lopes Louro (1997, p. 98), ou seja, como “formas culturais de referir, mostrar ou nomear um grupo ou um sujeito”. Isso significa dizer que as representações não correspondem a uma realidade, a algo que é em si mesmo, mas a concepções construídas culturalmente acerca de um grupo ou de um sujeito, as quais, segundo a autora, demarcam e definem modelos e práticas que possibilitam identificar o sujeito como pertencente ou não a determinado grupo.

Em relação ao percurso de Marlene Soccas, compreendo que se trata de uma trajetória de vida cuja formação política foi se construindo ao longo de sua experiência, entre permanências e mudanças, tecida nas suas vivências com os diversos grupos sociais com quem se relacionou, sejam eles escolares, familiares, de militância, amigos, bem como nas reflexões sobre as leituras realizadas e sobre as próprias experiências, dentre outros.

O interesse por este estudo certamente tem a ver com minhas experiências pessoais, iniciadas no período da juventude, na década de 1980, quando participei da Pastoral da Juventude⁶ (PJ), na região de Criciúma, bem como quando trabalhei por quatro anos, no interior do estado da Bahia, com mulheres que participavam de Comunidades

⁶A PJ é uma organização de jovens, existente desde a década de 1970, vinculada à Igreja Católica, cuja base são os Grupos de Jovens organizados nas paróquias (área urbana) e nas capelas (área rural) (PASTORAL DA JUVENTUDE, s.d.).

Eclesiais de Base⁷ (CEBs), de movimentos sociais de mulheres agricultoras, de movimentos sindicais e, em alguns casos, de atividades políticas. Esse trabalho esteve vinculado, em um primeiro momento, ao Projeto Igrejas Irmãs, da Igreja Católica⁸, e, posteriormente, à CPT⁹, da Diocese de Caetité, no estado da Bahia.

Sou graduada em História e em Psicologia e especialista nessas duas áreas. No curso de Psicologia, foquei os meus estudos na temática sobre as mulheres¹⁰. Também atuei, durante seis anos, como professora efetiva de História do Ensino Médio em escolas estaduais de Santa Catarina, nas cidades de Içara e Criciúma.

Somado a tudo isso, no primeiro semestre de 2016, cursei a disciplina de *Gênero, Educação e Trabalho*, na modalidade de disciplina isolada, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), cujas professoras foram a Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro e a Dra. Giani Rabelo. Essa disciplina me proporcionou reflexões que me remeteram às experiências que tive com as mulheres no passado, bem como me ajudou a pensar na atuação de algumas delas que dedicaram suas vidas à política. No transcorrer das aulas, a professora Giani Rabelo sugeriu às/aos

⁷As CEBs são pequenos grupos de pessoas, vinculados à Igreja Católica, organizados em torno da paróquia ou da capela, criados por iniciativa de leigos, padres ou bispos (FREI BETTO, 1981). Esses grupos surgiram na década de 1960, no Brasil, e possuem algumas características em comum, tais como: reunir pessoas que professam a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região, as quais, movidas pela fé, tentam viver em “comum-união” e organizam-se para lutar pela sua sobrevivência (FREI BETTO, 1981).

⁸ O Projeto Igrejas-Irmãs é um projeto missionário da Igreja Católica, por meio do qual leigos, padres ou irmãs religiosas são enviados de suas paróquias de origem para realizarem um trabalho pastoral, durante um determinado período, em lugares mais empobrecidos, geralmente do Norte e do Nordeste do Brasil (PONTIFÍCIAS OBRAS MISSIONÁRIAS, 2017).

⁹ A CPT foi criada em 1975 pelos bispos da Igreja Católica, mas logo adquiriu caráter ecumênico, incorporando agentes de outras igrejas cristãs, principalmente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Ela foi fundada para lutar contra a grave situação vivida pelos trabalhadores rurais e posseiros, explorados em seu trabalho, submetidos a condições semelhantes ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, s.d.).

¹⁰ A minha graduação em Psicologia ocorreu em 2009, cujo trabalho de conclusão de curso intitulou-se “Mulheres em situação de violência doméstica e familiar: concepções de si. Um estudo existencialista sobre gênero”.

acadêmicas/os a realização de uma pesquisa acerca da trajetória de vida de Marlene Soccas e eu aceitei realizá-la.

O primeiro passo para esboçar a ideia da pesquisa foi marcar um encontro com Marlene Soccas, a fim de expor a ela a possibilidade de ter sua trajetória militante como motivação central de uma pesquisa. Foi uma conversa informal, pois o projeto ainda não havia sido delineado, aliás, eu nem era aluna regular do programa, ainda, mas desejava apresentar esta proposta como projeto de pesquisa no processo seletivo e precisaria ter o seu aceite prévio. No primeiro contato, por telefone, eu me apresentei, falei do meu desejo de pesquisar a sua trajetória de vida e fiz referência à professora Giani e à professora Dra. Marli de Oliveira Costa, professora da UNESC, carinhosamente chamada por Lili, também minha amiga. Embora Marlene tivesse sido receptiva ao telefone, percebi que a referência aos nomes das professoras Giani e Lili foi como uma “senha de acesso”. A partir daquele momento, pareceu-me que eu não era mais uma “total desconhecida”.

O primeiro encontro com minha entrevistada aconteceu em junho de 2016, mais precisamente no dia 19, em um sábado, em sua residência. Nesse primeiro encontro, a professora Lili foi comigo. Ao chegar à sua residência, após um tempo de conversa entre ambas, explicitiei sobre a minha intenção de pesquisa caso fosse aprovada no processo seletivo para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação, no ano seguinte (2017), a fim de realizar o Mestrado. Nesse encontro, ela sinalizou a sua aceitação em ser o sujeito da pesquisa, embora tenha ressaltado que é uma pessoa “comum” e que não considera que a sua vida seja relevante a ponto de ser motivo de uma pesquisa acadêmica. Nesse dia, Marlene Soccas falou um pouco sobre algumas atividades que ela e a professora Lili realizaram juntas como membros do “Coletivo Memória, Verdade e Justiça João Batista Rita”, em Criciúma, do qual ela foi cofundadora, conforme já mencionado. Narrou também alguns episódios do período em que ficou presa, de maio de 1970 a julho de 1972, no Presídio Tiradentes.

Após esse primeiro contato, e um outro que fiz sozinha para reafirmar sobre o meu desejo de realizar a pesquisa, iniciei a escrita do pré-projeto para apresentar ao processo seletivo do Programa de Pós-Graduação da UNESC (PPGE), no qual fui aprovada como aluna regular no ano de 2017. Após ter sido aprovada, entrei novamente em contato com Marlene Soccas para informá-la do resultado e que, posteriormente, entraria em contato para marcar a primeira entrevista. Tomei essa atitude por compreender que, em função de sua idade avançada, eu não poderia deixar passar muito tempo, por isso fiz isso sob o aval da professora Dra. Giani Rabelo, agora minha orientadora.

Relendo as linhas escritas sobre o despertar da minha pesquisa, comecei também a refletir sobre outra possível motivação que me impulsionou a pesquisar sobre a trajetória de vida de Marlene Soccas. Lembrei-me de que na minha adolescência, no início da década de 1980, quando eu morava na cidade de Içara (SC), ouvira falar de uma dentista que havia sido presa e torturada pela Ditadura e que era candidata a vice-prefeita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em Criciúma, uma vez que meu irmão também era candidato a prefeito pelo PT em Içara. À época, eu participava do “Grupo de Jovens Libertação”, vinculado à Igreja Católica, que se direcionava e atuava na perspectiva da Teologia da Libertação¹¹. Lembrei-me, ainda, de que Marlene Soccas representava para mim, à época, alguém que, embora eu não conhecesse pessoalmente, era digna de respeito e admiração por causa da sua trajetória militante.

Assim, ao me colocar nesta pesquisa, percebo-me implicada por esses laços com Marlene Soccas, que nem eu nem ela sabíamos que tínhamos. Sinto-me implicada também, ao perceber que a admiro, dentre outras características, por sua coerência política, por sua inteligência e perspicácia e pela sua incansável luta pelas batalhas nas quais acredita. Essa implicação significa, para mim, como pesquisadora, reconhecer-me em um campo de pesquisa no qual a propalada neutralidade científica não existe.

Essa ideia reporta-me à concepção de ciência positivista, “nascida” no século XIX, e ainda vigente nas sociedades contemporâneas ocidentais, na segunda década do século XXI, e que fez parte de minha formação acadêmica nos Cursos de História e Psicologia. A ciência positivista explica os fenômenos a partir das “teorias naturais”, ou seja, a partir das leis físicas e da natureza. Ela se coloca como objetiva, pois considera que os fenômenos podem ser explicados por leis próprias, sem interferência humana. Segundo essa concepção, o mundo obedece a uma

¹¹A Teologia da Libertação é uma vertente teológica da Igreja Católica que pautou questões relacionadas à América Latina, colocando o pobre e o oprimido, a sua libertação da opressão e a promoção humana como centrais nas ações evangelizadoras dos cristãos vinculados à Igreja (WESTPHAL, 2011). Conforme Westphal (2011, p. 79.), “a reflexão teológica diz respeito ao compromisso político concreto do cristão que se encontra na função de intelectual orgânico incorporado às classes oprimidas”. E isso acontece ao desenvolver uma argumentação coerente que parte da experiência espiritual, assumindo o método do ver, julgar e agir. O primeiro congresso sobre a Teologia da Libertação ocorreu em 1970, em Bogotá. No Brasil, um dos seus expoentes foi Leonardo Boff, o qual foi perseguido pela Igreja Católica Tradicional, e Frei Betto, que foi preso e torturado pelos órgãos de repressão do regime militar.

determinada ordem natural de evolução, a qual deve ser “descoberta” (TRIVIÑOS, 1995). Para o positivismo, as características do conhecimento científico são, de modo geral, a objetividade, a neutralidade, a busca da verdade e de resultados generalizáveis.

Entendo que a compreensão de ciência do positivismo é válida em alguns aspectos, principalmente no que diz respeito à necessidade de uma investigação rigorosa por parte do/a investigador/a. No entanto, a tentativa de “transferência” de todos esses requisitos para as áreas das Ciências Humanas e Sociais, torna-se problemática, pois desconsidera, dentre outras questões, as subjetividades envolvidas, que não podem ser observadas nem medidas, bem como as seleções e os recortes feitos pelo/a pesquisador/a, que não são atos neutros.

No caso específico desta pesquisa, que situo em uma perspectiva qualitativa e, mais precisamente, no campo da História da Educação, penso ser importante reconhecer, conforme Neiva Senaide Petry Panozzo (2012, p. 102), que

A pesquisa qualitativa é incompatível com a posição de neutralidade científica do pesquisador, pois implica, basicamente, a interação desse com os fenômenos e as decorrências advindas do fato pesquisado. Portanto, o trabalho investigativo é perpassado pela carga e pelo comprometimento das particularidades subjetivas de ideias, valores e preferências do investigador, principal marca da pesquisa qualitativa. A partir da escolha do tema, é delineada uma determinada visão de mundo e refletida a dimensão social em que se inserem a pesquisa e o pesquisador, desfazendo totalmente a pretensa neutralidade e objetividade da pesquisa científica.

No que se refere às pesquisas qualitativas na área da educação, no Brasil, Marli André (2001, p. 53) aponta que elas vêm crescendo sobremaneira, observando-se uma ampliação e diversificação tanto das temáticas e dos enfoques abordados como das abordagens metodológicas. Quanto a este último quesito, a autora observa que

[...] ganham força os estudos chamados de “qualitativos”, que englobam um conjunto heterogêneo de perspectivas, de métodos, de técnicas e de análises, compreendendo desde estudo do tipo etnográfico, pesquisa participante,

estudos de caso, pesquisa-ação até análises de discurso e de narrativas, estudos de memória, histórias de vida e história oral. (ANDRÉ, 2001, p. 54)

Panozzo (2012, p. 102) pontua que, embora nas pesquisas qualitativas em educação haja um “componente de flexibilidade”, elas não podem “abrir mão da rigorosidade necessária para manter a validade do processo”. André (2001) aponta também nessa direção ao afirmar que diante da multiplicidade de problemáticas que se apresentam na área da educação, há espaço para todos os tipos de investigação, “desde que se cuide da sistematização e controle dos dados”. Para garantir o rigor necessário à pesquisa qualitativa, a autora sinaliza que “o trabalho de pesquisa seja devidamente planejado, que os dados sejam coletados mediante procedimentos rigorosos, que a análise seja densa e fundamentada e que o relatório descreva claramente o processo seguido e os resultados alcançados” (ANDRÉ, 2001, p. 57).

Dentro desse leque de possibilidades existentes na pesquisa qualitativa em educação, tanto no que se refere às temáticas quanto às metodologias, para aproximar-se do objetivo desta pesquisa, que consistiu em compreender o processo de formação política de Marlene Soccas como militante de esquerda na resistência à Ditadura Civil-Militar no Brasil, torna-se necessário definir e movimentar algumas categorias, quais sejam, formação, identidades, gênero, história das mulheres, biografia, “escrita de si” e memória.

No que se refere à ideia de formação, de modo geral, ela está relacionada à educação formal, ou seja, à formação percorrida no âmbito escolar, a qual, na maioria das vezes, tem o objetivo de “formar” a pessoa para ser um profissional no futuro. Conforme António Nóvoa (2010), via de regra, nas sociedades ocidentais, toda a formação tem ocorrido nos moldes escolares, construídos no período da Época Moderna e consolidados a partir da revolução burguesa nos finais do século XVIII.

O conceito de formação adotado nesta dissertação se embasa na ideia de que o nosso processo formativo não está circunscrito apenas ao espaço escolar, mas ocorre no decorrer de toda a nossa vida e em todos os espaços. De acordo com Nóvoa (2010), essa ideia irrompeu, na Europa, nos anos de 1960, como um movimento de contestação ao paradigma escolar de formação e ficou conhecido como movimento da Educação Permanente. Segundo Nóvoa (2010), esse movimento acompanhou, de certa forma, as mudanças ocorridas naquela época devido à expansão econômica e aos avanços tecnológicos, provocando alterações

importantes nos modelos de educação infantil e de formação de adultos. Conforme o autor, diante dessa nova realidade, o modelo escolar de formação, até então vigente, não se mostrou eficaz para os novos desafios, pois, “[...] face às rápidas mudanças tecnológicas e a desatualização constante dos conhecimentos, de pouco servia fornecer aos indivíduos hoje uma ‘sólida base de conhecimento’ cuja utilidade seria nula amanhã” (NÓVOA, 2010, p. 161).

No movimento de Educação Permanente, como o próprio nome supõe, o processo educativo/formativo pauta-se “[...] pela capacidade de formar indivíduos capazes de se reciclar permanentemente, aptos a adquirir novas atitudes e capacidades, capazes de responder eficazmente aos apelos constantes de mudança” (NÓVOA, 2010, p. 161). Nóvoa (2010, p. 161) ressalta que a exigência de uma educação permanente não surgiu por causa de uma reflexão pedagógica ou psicológica, mas, sim, para responder a uma evolução socioeconômica, resultando em uma “explosão” de uma “formação profissional contínua” que tomou conta de todas as áreas da vida social e econômica.

Embora o conceito de Educação Permanente tenha surgido vinculado às questões socioeconômicas, penso que ele ajuda a ampliar as reflexões acerca da formação para além dos “espaços” fechados das instituições escolares ou formais, bem como para além das concepções, segundo as quais existe um “tempo” para aprender. Conforme já apontado, nesta dissertação, eu utilizei o conceito de formação, compreendendo-o nessa perspectiva de não circunscrição aos “espaços” institucionais, mas como se dando em todos os “espaços” em que os homens e as mulheres habitam, ou seja, na escola, na família, no trabalho, no grupo de amigos, no grupo de discussão política, nos movimentos sociais, dentre outros. Também foi compreendida como um processo que ocorre ao “longo da vida”, sendo “permanente”, processual, não se limitando ao período da infância e da juventude, como se houvesse faixas etárias próprias para a formação.

Nóvoa (2010) se refere também ao movimento mais atual de contestação ao modelo escolar de formação, que, segundo ele, busca uma “nova epistemologia da formação”, dando ênfase à valorização das experiências e das histórias de vida. Nele se encontram presentes as questões relacionadas à ideia de que “ninguém forma ninguém” e também de que “[...] a formação é inevitavelmente um trabalho de reflexão sobre os percursos de vida” (NÓVOA, 2010, p. 167).

Embasado em Pierre Dominicé (1986), Nóvoa (1992, p. 13) enfatiza que a formação “[...] avança e recua, construindo-se num processo de relação ao saber e ao conhecimento que se encontra no cerne

da identidade pessoal”. Daí depreendo que, nessa concepção, com a qual concordo, a formação não é linear e sim processual. Não é algo acabado, formatado, como se fosse uma fôrma. Ela está relacionada à(s) nossa(s) identidade(s) que é(são) construída(s) pelas experiências vivenciadas e pelas reflexões que fazemos sobre elas no decorrer da trajetória de nossas vidas. Penso que o conhecimento que adquirimos por meio de leituras e de cursos, por exemplo, fazem parte efetiva de nossa formação quando contribuem para a construção de nossas identidades.

Entendo que essas ideias ajudam a pensar o processo de formação de si, de Marlene Soccas como uma militante de esquerda, cujas identidades militantes foram construídas e reconstruídas no decorrer de sua trajetória de vida nas suas relações com os vários grupos sociais com os quais conviveu, bem como de suas reflexões acerca das várias leituras que realizou e das suas experiências ao longo de sua trajetória de vida.

Ao pesquisar sobre a trajetória de uma militante de esquerda, no caso específico desta pesquisa, que atuou na resistência ao regime militar brasileiro instaurado em 1964, é relevante pontuar a existência, naquele período, de “militâncias” de esquerda, pois se deve considerar que nem os grupos desse campo político nem os/as seus/suas membros/as eram homogêneos/as. Durante o período ditatorial, foram criadas várias organizações de esquerda e Marlene Soccas aproximou-se de três delas, quais sejam, REDE e VPR, já citadas, e Ação Popular (AP). Embora não fossem grupos homogêneos, pode-se considerar que havia algo em comum entre eles, como a atuação, de uma forma ou de outra, na clandestinidade, ou ao menos a prática de atividades consideradas “proibidas” pelo regime, como reuniões e mobilizações, por exemplo, principalmente após a publicação do Ato Institucional nº 5 (AI nº 5). De acordo com Elizabeth F. Xavier Ferreira (1996, p. 69), os militantes de esquerda, no período ditatorial,

[...] embora orientados por um mesmo ideal e inspirados por uma ideologia em comum, a presença de militantes originários de diversos segmentos sociais [...] e com experiências subjetivas distintas aglutina um contingente que se caracteriza fundamentalmente pela heterogeneidade.

Conforme a autora citada (1996, p. 58), o que impulsionava os movimentos de esquerda na década de 1960 “[...] era a transformação da sociedade pela instauração da justiça social”. No entanto, segundo ela,

com a instauração da ditadura, “[...] a motivação ganha outro componente, o confronto com o jogo de forças do autoritarismo sem perder, entretanto, sua inspiração original” (FERREIRA, 1996, p. 58).

Ferreira (1996), embasada em Alfred Schutz (1979), utiliza-se da noção de “projeto” para compreender o movimento dos homens e das mulheres, a maioria jovens, nesses movimentos de resistência à Ditadura Civil-Militar. De acordo com a autora, “[...] a formulação de um projeto envolve uma organização de conduta para atingir-se uma determinada meta futura constituindo-se em ‘fantasia motivada pela intenção posterior’ ou ainda em ‘potencial de ação’”. (FERREIRA, 1996, p. 58). Para Ferreira (1996, p. 58), a elaboração e a concretização desse projeto correspondem a “[...] níveis de realidade de um determinado grupo social organizado em torno de uma visão de mundo pelo qual seus membros compartilham significados, constroem identidades coerentes e conferem legitimidade a seus atos”. Do exposto, depreendo que essas identidades militantes são construídas individualmente, mas ancoradas e alimentadas pelo coletivo.

No que tange ao conceito de identidade, muitas pesquisas nas áreas das Ciências Sociais voltam-se para os estudos da(s) identidade(s) e questionam a ideia da existência de identidades únicas, fixas e imutáveis, sejam elas nacionais, de gênero, étnicas, dentre outras. Esses estudos apontam para a percepção de que, nas sociedades contemporâneas, as identidades são fluidas e cambiantes, as quais são construídas e reconstruídas de forma relacional (WOODWARD, 2000; HALL, 2014).

Conforme Stuart Hall (2014), as mudanças estruturais e institucionais, ocorridas na contemporaneidade, dentre elas a globalização, caracterizada pelas mudanças rápidas, constantes e permanentes, bem como pelas interconexões entre as várias partes do planeta, contribuíram para a emergência do sujeito pós-moderno. Assim, muitas pesquisas apontam para uma fragmentação do indivíduo, o qual “[...] é composto não de uma, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas” (HALL, 2014, p. 11). De acordo com Hall (2014, p. 11-12),

A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos. A identidade

plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.

Essas reflexões nos ajudam a pensar sobre uma das identidades de Marlene Soccas, a de militante política de esquerda, cujo envolvimento efetivo na luta política iniciou após o Golpe Civil-Militar ocorrido no Brasil em 1964 e foi se construindo no decorrer de sua trajetória de vida não de uma forma linear e imutável, mas por meio de continuidades e descontinuidades, permanências e impermanências.

A identidade do sujeito pós-moderno é marcada também pela diferença. Conforme Hall (2014, p. 14), “[a]s sociedades contemporâneas são caracterizadas pelas diferenças. Elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos que produzem uma variedade de diferentes posições de sujeitos, isto é, identidades”. Tomaz Tadeu da Silva (2000) também aponta nesse sentido ao afirmar que, para conceituarmos e compreendermos a identidade, é necessário levar em conta a diferença. Conforme o autor, embora à primeira vista a identidade e a diferença aparentem ser autônomas e independentes, elas são interdependentes e inseparáveis. Ele argumenta que somente precisamos afirmar positivamente a nossa identidade, “sou brasileira”, por exemplo, porque existem outras pessoas, identidades, que não são brasileiras.

Conforme Kathryn Woodward (2000, p. 9), “[...] a identidade depende, para existir, de algo fora dela: a saber, de outra identidade, de uma identidade que ela não é, [...] mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista”, isto é, do outro. Simone de Beauvoir (1980a, p. 11) também aponta nesse sentido, pois entende que “[...] a categoria do Outro é tão original quanto à própria consciência [...] a alteridade é uma categoria fundamental do ser humano”. Para Jean Paul Sartre (1987, p. 16), um homem só é algo se os outros o reconhecerem como tal: “[...] para obter qualquer verdade sobre mim, é necessário que eu considere o outro. O outro é indispensável à minha existência, tanto quanto, aliás, ao conhecimento que tenho de mim mesmo”.

De acordo com Silva (2000), embora a identidade e a diferença sejam mutuamente determinadas, geralmente a identidade é colocada como a referência, como ponto original em relação ao qual se define a diferença. De acordo com o referido autor, a tendência é de se “[...] tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos” (SILVA, 2000, p. 76). Para Beauvoir (1980a), a mulher se constituiu historicamente como o Outro, o “Inessencial” na relação com o homem, o qual é considerado o “Sujeito”, o “Essencial”. Woodward (2000, p. 10) ressalta que “[...] os homens

tendem a construir posições - de sujeito para as mulheres tomando a si próprio como referência”.

Marlene Soccas foi (e continua sendo) uma militante política de esquerda, uma militante mulher. Um dos objetivos desta investigação é tentar perceber qual era o lugar das mulheres nos movimentos políticos de resistência à ditadura em que ela atuou entre as décadas de 1960 a 1970. Penso que para aproximar-se dessa intenção é necessário levar em conta as diferenças e as desigualdades que existem entre os homens e as mulheres. Para isso, é necessário compreender que as identidades femininas e masculinas atribuídas à mulher e ao homem, respectivamente, em decorrência do seu sexo biológico, não são naturais, mas construídas socialmente e historicamente uma em relação à outra, com o homem colocando-se como a identidade referente, como o sujeito, em uma relação hierarquizada, com prejuízo para as mulheres.

Beauvoir (1980b, p. 09), em seu livro “O Segundo Sexo”, afirma que “[...] ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”. Entendo, assim como a autora, que as identidades e as representações sociais da mulher, assim como a do homem, não são naturais. São construídas com base em atributos sociais diferenciados, forjados social, cultural e historicamente, sendo que se espera da mulher que ela cumpra suas funções no espaço privado, no espaço reprodutivo, como cuidadora do lar, mãe e esposa. Quanto ao homem, espera-se que esse atue no espaço público, realizando o trabalho produtivo, participando da política e sendo o provedor da família.

Os estudos de gênero, embora não sejam contemporâneos de Simone de Beauvoir, ajudaram, nesta pesquisa, na compreensão de que essa concepção naturalizante das funções atribuídas ao sexo feminino, e também ao masculino, foi e é construída relacionalmente, com base nas “diferenças percebidas entre os sexos.” (SCOTT, 1990, p. 14). Para isso, utilizo-me, principalmente, do conceito formulado por Joan Scott (1990), que compreende que “[...] o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14).

No entendimento da autora, as duas definições não estão dissociadas, mas devem ser diferenciadas na análise. Na primeira parte de sua definição, que concebe o gênero como algo constitutivo das relações sociais alicerçadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1990), entendo, ancorada em Wânia Pasinato (2006), que Scott enfatiza o aspecto relacional do gênero e a ideia de processo e de construção dessa

relação, cujas representações do feminino e do masculino são construídas uma em relação à outra, contrapondo-se, dessa maneira, às concepções de categorias fixas, imutáveis e universais.

Na segunda parte de sua definição, Scott (1990), ao argumentar que gênero é uma primeira forma de dar significado às relações de poder, fez-me entender que o poder é, também, relacional, ou seja, não existe de um lado alguém que é o dominador e, de outro, alguém que é o dominado, apontando para a ideia de que o poder circula nessas relações. Conforme Pasinato (2006, p. 143), essa proposição enfatiza também que as relações de gênero não são “[...] o único campo em que o poder se articula, mas têm se apresentado como um campo permanente e recorrente no qual se estabelece a significação de poder no Ocidente, no mundo judaico-cristão e na tradição islâmica”.

Os movimentos feministas e de mulheres, surgidos na década de 1960 e 1970, tiveram um papel relevante nas discussões acerca das identidades femininas. Em um primeiro momento, alguns grupos feministas, tomando como base a identidade feminina e as qualidades singulares das mulheres relacionadas aos aspectos biológicos, como a maternidade, defenderam um separatismo em relação aos homens (WOODWARD, 2000). Essas posições, consideradas essencialistas, entendiam que haveria, ao longo da história, uma cultura exclusiva das mulheres, algo fixo e imutável na posição delas, que se aplicaria a todas de um modo em geral (WOODWARD, 2000).

Por outro lado, novas discussões no interior dos movimentos feministas e de mulheres posicionaram-se em uma visão não essencialista acerca das identidades, enfatizando que elas são fluidas, que não são fixas, e que não estão presas a diferenças que seriam permanentes e válidas para todas as culturas e a todas as épocas (WOODWARD, 2000). Nessa visão, as identidades femininas são percebidas como “contingentes”, isto é, são produzidas por diversos elementos sociais, culturais, políticos e históricos (WOODWARD, 2000), compreendendo que não é possível propor um modelo de mulher universal.

Por se perceber as pluralidades de vivências, de classes sociais, de etnias, de diferenças geracionais, dentre outras, entre as mulheres, é que, na atualidade, parte das pesquisas relacionadas a elas utiliza a categoria “mulheres” ao invés de “mulher”. Conforme Joana Maria Pedro (2005), assim como em determinado momento da história do feminismo foi questionado o uso da palavra “homem” como uma categoria universal utilizada para representar a humanidade, posteriormente também foi colocado em discussão o uso da categoria “mulher” como representando a totalidade das mulheres. Conforme a autora,

O próprio uso da categoria “Mulher” sofria interpretações as mais diversas, dependendo da maneira como entendiam as relações. [...] Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ – dentro da diferença. Ou seja, a categoria ‘mulher’, que constituía uma identidade diferenciada da de ‘homem’, não era suficiente para explicá-las. (PEDRO, 2005, p. 82)

Das reflexões e análises em torno das categorias “Mulher” e “Mulheres”, surgiram os estudos no campo da história das mulheres¹², que foram se constituindo a partir do diálogo com os movimentos feministas. De acordo com Louise A. Tilly (1994, p. 31. Acréscimo meu), “[...] um aspecto da história das mulheres que a distingue particularmente das outras é o fato de ter sido uma história [vinculada] a um movimento social”. Sendo escrita por muito tempo a partir de convicções feministas, a história das mulheres tem estreitas vinculações com “um programa de transformação e de ação”^e, mesmo que as historiadoras desse campo de estudo não se definissem como feministas, os seus estudos “[...] foram marcados pelo[s] movimento[s] feminista[s] de 1970 e 1980” (TILLY, 1994, p. 31. Acréscimos meus).

Esse “programa de transformação e ação”, penso, não estava (e não está) necessariamente relacionado à atuação ativa de pesquisadores/as nos movimentos feministas. A atuação deles/as se deu (e se dá) também em outras “trincheiras”. Raquel Soihet (2017) ao ser entrevistada por Natália de Santanna Guerellus (2017, p. 24) sobre a sua atuação como feminista, declara: “[...] a minha participação foi muito mais na universidade, através do meu trabalho [...], mais a nível intelectual. Eu acho que através das publicações, através das aulas [...] através da atuação profissional dá para fazer muita coisa”. Para Soihet, a participação nos movimentos feministas, “[...] no caso de intelectuais, professores e professoras, seria mesmo através da profissão” (GUERELLUS, 2017, p. 24).

¹² É importante destacar que não há uma posição homogênea entre os/as pesquisadores/as do campo da história das mulheres. Autores/as como Mary Del Priore, por exemplo, centram seus estudos na categoria mulheres, dando ênfase à visibilidade delas na historiografia. Outros/as, como Joana Pedro, focam suas pesquisas nesse campo dentro de uma abordagem de gênero.

Trabalhar com a história das mulheres, no meu entendimento, representava (e representa ainda) um posicionamento político e a afirmação de uma posição de não neutralidade na pesquisa. E esse posicionamento político não significa necessariamente fazer parte de um movimento feminista de forma engajada. Penso que ao se trabalhar com esse campo de estudo, tendo as mulheres como sujeitos de pesquisa, não é possível ficarmos indiferentes diante da constatação de que, nós, mulheres, ficamos durante a maior parte da história da humanidade à sombra dos estudos historiográficos. E que, embora tenhamos conquistado muitos direitos, frutos de árduas lutas em várias esferas da vida, como os direitos políticos de votar e ser votada, direitos sociais, como o acesso à educação, dentre outros, nós, ainda, em pleno século XXI, não somos vistas nem tratadas de forma plena como seres humanos, no mesmo patamar de igualdade com a outra parcela da população, os homens. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (2003) confirmam essa ideia ao defenderem que, embora as mulheres tenham conseguido avançar na conquista da cidadania e da igualdade de direitos em relação aos homens, elas não foram favorecidas da mesma forma que eles em determinados momentos de ampliação de direitos.

Outro aspecto relevante da pesquisa nesse campo é colocar mais luz nas mulheres como sujeitos da história, pois elas ainda continuam apagadas na historiografia tradicional. Ao se fazer isso, é possível perceber os movimentos de mudanças, de permanências, de retrocessos e avanços da história da humanidade e, incluído nela, das próprias mulheres, abrindo-se possibilidades para enxergarmos os alcances desses movimentos e percebermos que, embora ainda não tenhamos conquistado a igualdade plena em relação aos homens, conforme mencionado anteriormente, inegavelmente, vivemos, na atualidade, melhor que as nossas antepassadas. Nesse sentido, concordo com Pedro (2017b) ao afirmar que a história das mulheres é importante para que as mulheres, na contemporaneidade, percebam que as condições foram diferentes no passado, que algumas situações mudaram para melhor e que, então, é possível ocorrerem transformações.

Quando se estuda a história da humanidade com um olhar mais atento às mulheres, é possível perceber, ainda, que os “atributos” femininos e masculinos também têm história; eles não são iguais e não possuem o mesmo significado em todas as sociedades e épocas. Sendo construídos social, cultural e historicamente, não podem ser entendidos como naturais, fixos e imutáveis.

De acordo com Mary Del Priore (1997, p. 8), na apresentação do livro “História das Mulheres no Brasil”,

[...] a história das mulheres é relacional, inclui tudo que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas. Nessa perspectiva, a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral: a do Brasil, ou mesmo aquela do Ocidente Cristão.

Del Priore (1997, p. 9) acrescenta, ainda, que a história das mulheres serve para “fazê-las existir, viver e ser”. É por meio dela que podemos conhecer sobre muitas delas que dedicaram, e dedicam, parte de suas vidas para que tenhamos os direitos que temos hoje, como é o caso de Marlene Soccas, que se engajou, e se engaja ainda hoje, em sua velhice, principalmente nas lutas em favor dos direitos humanos, da democracia e da libertação da classe trabalhadora como um todo.

Para Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2017, p. 7), “[...] as mulheres não estão ausentes da história e nem excluídas dela”. Segundo a autora, elas “[...] estiveram e estão, pelo contrário, presentes nos eventos, atuando, selecionando e reinventando as suas histórias, mesmo quando invisíveis, mesmo quando não reconhecidas como sujeitos de si” (ROVAI, 2017, p. 7). No entanto, embora elas estivessem e estejam presentes na história, por muito tempo ficaram silenciadas na historiografia. Por isso penso que ainda, na atualidade, segunda década do século XXI, sejam necessárias pesquisas que visibilizem as presenças e as atuações dos sujeitos mulheres na história, como no caso desta pesquisa, que tem como protagonista Marlene Soccas.

Por se tratar de uma pesquisa de uma trajetória de vida, trabalhei, também, com a categoria biografia. Embora eu entenda que não escrevi uma “biografia” de Marlene Soccas da forma como convencionalmente a maioria dos biógrafos da literatura costuma escrever, trabalharei com aspectos biográficos de sua trajetória de vida, focando no período em que ela militou na luta contra a Ditadura Civil-Militar no Brasil, abrangendo o período das décadas de 1960 e 1970, enfatizando a sua formação política como militante de esquerda.

Nos últimos anos, nas primeiras e segundas décadas do século XXI, os estudos e a escrita biográfica têm despertado cada vez mais interesse dos historiadores e do público em geral. No Brasil, por exemplo, é perceptível o aumento de publicações de trabalhos nessa área, aumentando, também, as análises e reflexões acerca dessa forma de se escrever a história. De acordo com Del Priore (2009, p. 7), a biografia foi

“[...] uma das primeiras formas de história”. No entanto, o uso da biografia, pelos historiadores, passou por “altos e baixos” no decorrer da história. No século XIX, por exemplo, ela foi reverenciada pela maioria deles, desempenhando um papel importante

[...] na construção da ideia de nação, imortalizando heróis e monarcas, ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores, monumentos, lugares de memória, tradições populares etc. Esta concepção foi retomada pela corrente positivista. A biografia assimilou-se à exaltação das glórias nacionais, no cenário de uma história que embelezava o acontecimento, o fato. (DEL PRIORE, 2009, p. 8)

Entretanto, conforme Del Priore (2009), ainda no século XIX, a história afastou-se pouco a pouco da biografia, relegando-a basicamente ao gênero literário. De acordo com a autora, isso ocorreu, em um primeiro momento, por causa da preponderância, na história, do viés positivista. Ela, ao ser incluída como disciplina na academia e ao aspirar ao status de ciência, afastou-se da biografia, sendo considerada agora literatura e, portanto, ficção. Logo após, no início do século XX, por influência da Escola dos Annales, a História Nova “[...] minimizou a história política [...] que evidenciava o indivíduo e o fato” (DEL PRIORE, 2009, p. 8), privilegiando “[...] ‘o fato social total’ em todas as suas dimensões econômicas, sociais, culturais e espirituais” (DEL PRIORE, 2009, p. 8).

Assim, até meados do século XX, embora não tenha sido deixada totalmente de lado, a biografia não era mais vista com “bons olhos” pela maioria dos historiadores. “Ela era vista como um gênero velhusco, convencional e ultrapassado por uma geração devotada a abordagens quantitativas e economicistas” (DEL PRIORE, 2009, p. 8).

A partir dos anos 1970 e 1980, contudo, a biografia histórica foi “resgatada” pelos historiadores desse lugar de rejeição em que se encontrava. Segundo Del Priore (2009, p. 9), contribuíram para isso o enfraquecimento das análises marxistas e deterministas, que, “engessaram por décadas a produção historiográfica”, abrindo-se espaço aos indivíduos e a suas “contingências novamente”. Para a autora:

A explicação histórica cessava de se interessar pelas estruturas, para centrar suas análises sobre os indivíduos, suas paixões, constrangimentos e representações que pesavam sobre suas condutas.

O indivíduo e suas ações situavam-se em sua relação com o ambiente social ou psicológico, sua educação, experiência profissional etc. (DEL PRIORE, 2009, p. 9)

No entanto, a “volta” da biografia ao campo da história não significou, ainda conforme Del Priore (2009), um “retorno” à história dos heróis e dos grandes homens, que serviriam de modelos a serem seguidos, nem a uma história narrada linearmente, somente cronológica, nos moldes positivistas. Para ela, no movimento de “reabilitação da biografia histórica”, os “diferentes atores históricos” obtiveram uma importância distinta, pesquisados “como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época” (DEL PRIORE, 2009, p. 9). Assim, “[...] a biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos” (DEL PRORE, 2009, p. 9). Os homens e as mulheres passaram a ser compreendidos como sujeitos e atores da história em suas relações com a sua sociedade, com a sua cultura, em sua época. Seria a relação do micro (a história individual) com o macro (a história da sociedade).

Esse novo movimento dos historiadores em direção à biografia foi, segundo Del Priore (2009), impulsionado, também, pelas reflexões de Pierre Bourdieu (1996), principalmente pela publicação de seu texto denominado “Ilusão biográfica”. Nele, Bourdieu ressalta que o sentido, o significado de uma “história de vida”, não é algo que exista em si mesmo. Para o autor, isso é construído pelo próprio sujeito ao relatar a sua história. Ele questiona a concepção de “história de vida” como uma sequência de acontecimentos lineares, cronológicos, uns dependentes dos outros, como se a vida tivesse um início, um meio, com etapas, e um fim, ou, nas palavras de Alexandre de Sá Avelar (2010, p. 163), “[...] que já se manifestava desde os momentos mais remotos da infância do personagem”.

Para Bourdieu (1996, p. 184-185),

O relato seja ele biográfico ou autobiográfico, [...] propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua sucessão cronológica [...] tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis. [...] Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo

tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário.

A trajetória de vida de cada um é feita de escolhas, de avanços e de recuos, e a narrativa é uma construção feita de seleções e recortes dessa trajetória. De acordo com Del Priore (2009, p. 10) ao comentar Jacques Le Goff (1989), tal qual toda narrativa de vida, a biografia necessita “[...] se submeter a uma cronologia de fatos, mas contrariamente à vida – ao destino – é uma ‘construção feita de acasos, hesitações e escolhas’, que permitem ao biógrafo escapar à ‘ilusão biográfica’ fustigada por Bourdieu”.

Na escrita biográfica no viés da história, é preciso considerar a coexistência entre a busca de uma aproximação com a “verdade” por parte do/a historiador/a e o aspecto ficcional da construção da trajetória de vida do/a “personagem” pesquisado/a. Segundo Avelar (2010, p. 160), baseado em Ricouer (1994), essa “intenção” da aproximação com a “verdade”, pelo historiador, pode ser observada pelos caminhos percorridos por este desde a pesquisa documental, passando pelas explicações teóricas até a construção final do texto. Por outro lado, nesse processo, o historiador se depara com “lacunas documentais”, “com perguntas sem respostas” que o colocam em uma “encruzilhada” e o fazem perceber o aspecto ficcional da biografia (AVELAR, 2010, p. 161).

No caso deste estudo acerca da trajetória de vida de Marlene Soccas, penso que outro/a pesquisador/a, mesmo tendo acesso aos mesmos documentos que tive, sejam eles escritos ou advindos da oralidade, não percorrerá os caminhos que percorri nem construirá uma narrativa semelhante, pois, de acordo com Del Priore (2009), os eventos ocorridos se cruzam tanto com os recortes e interpretações do narrador quanto com as interpretações do pesquisador, resultantes do seu lugar de “fala” e da sua subjetividade. Joel Rufino dos Santos (2009, p. 21), ao escrever uma biografia intitulada “Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável”, diz que “[...] é sempre possível contar uma vida de outra maneira. Minha Carolina é, em boa medida, uma personagem que criei. A verdadeira me escapa, como escapa a todo mundo”. Parafraseando Santos (2009), tenho presente que a trajetória que tentarei narrar é sobre a “minha” Marlene Soccas, e que por mais que, em uma ilusão, eu quisesse, não conseguirei alcançá-la em sua inteireza.

Os aspectos biográficos da trajetória de vida de Marlene Soccas foram pesquisados por meio de alguns documentos que se configuram como “escritas de si”, como cartas escritas por ela e o livro de sua autoria, intitulado “Meu querido Paulo”. A “escrita de si” está relacionada à autobiografia, a qual, segundo Ana Crystina Venancio Mignot, Maria Helena Camara Bastos e Maria Teresa dos Santos Cunha (2000), tem assumido cada vez mais importância como fonte de pesquisa nas investigações acadêmicas na área da História da Educação.

De acordo com Philippe Artières (1998), as “escritas de si” ocorrem no processo de arquivamento da própria vida. Arquivamos a nossa própria vida mantendo um diário, conservando alguns papéis em alguma pasta ou gaveta (ARTIÈRES, 1998). No entanto, segundo o autor, não fazemos esse arquivamento de qualquer jeito, “[...] não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos” (ARTIÈRES, 1998, p.11).

Na autobiografia, assim como na biografia, não só escolhemos os acontecimentos que queremos destacar como os ordenamos em uma narrativa, sendo que a “[...] escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas” (ARTIÈRES, 1998, p. 11). Fazemos isso selecionando e classificando os eventos mais significativos de nosso percurso de vida. Assim também ocorre com a nossa memória. Conforme Ecléa Bosi (2004, p. 66), “[...] fica o que significa. E fica não do mesmo modo: às vezes quase intacto, às vezes profundamente alterado”.

Ao se realizar um trabalho com memórias, é importante ter presente esse aspecto de seletividade da memória, do qual, muitas vezes, o/a narrador/a não se dá conta. Para Janaina Amado (1996, p. 131), é necessário “[...] distinguir entre o vivido e o recordado, entre experiência e memória, entre o que se passou e o que se recorda daquilo que se passou”. O vivido diz respeito ao que aconteceu “[...] à ação, à concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social” (AMADO, 1996, p. 131). A “prática”, diz ela, “[...] constitui o substrato da memória; esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência” (AMADO, 1996, p. 131).

Sendo o “vivido” diferente do “recordado”, neste trabalho, é necessário atentar-se para as diferenças entre as experiências vivenciadas por Marlene Soccas e as rememoradas por ela. Sendo assim, não é possível “resgatar” o fato tal como ele aconteceu, pois a lembrança é uma imagem construída com as intermediações do presente. É a partir do nosso

presente que retornamos ao nosso passado. Essa ideia é apontada por Bosi (2004, p. 55), para quem,

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítidas que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na nossa infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque a nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor.

Para Bosi (2004), memória e lembrança diferem entre si. A autora defende que a memória é “trabalho” e ele opera sobre as lembranças e os esquecimentos. Segundo Maria Luiza Sandoval Schmidt e Miguel Mahfoud (1993, p. 189), embasados em Maurice Habwachs, “[...] a memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os ‘quadros sociais’, nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si”.

Autobiografia, memória e identidade vinculam-se estreitamente entre si. A memória pode ser considerada a “matéria prima” da autobiografia e, no caso deste estudo sobre aspectos biográficos de Marlene Soccas, também. Segundo David Lowenthal (1998, p. 83), “[...] relembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos”.

Levando em contas essas ideias, penso, assim como Bosi (2004, p. 37), que o mais relevante neste trabalho não é a “veracidade do narrador”, ou melhor, da narradora Marlene Soccas. O “[...] interesse está no que foi lembrado. No que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida” (BOSI, 2004, p. 37). E essas escolhas devem estar relacionadas com a construção, ao longo de sua trajetória de vida, de suas identidades como militante política de esquerda.

A memória também se relaciona com a História, e embora, em determinados períodos e sociedades, esses dois conceitos tenham convivido lado a lado, às vezes como sinônimos e, até mesmo, fundindo-se um com o outro (DOSSE, 2004), para Pierre Nora (1993, p. 9), memória e história não se confundem: “[...] memória, história: longe de

serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra”. Enquanto a memória está relacionada à própria vida, a história relaciona-se ao que “não existe mais”. De acordo com Nora (1993, p. 9),

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.

A concepção da história como uma “representação do passado”, e não como algo que realmente aconteceu, difere de uma visão positivista, que concebe a história como um “[...] processo contínuo, retilíneo, linear, causal, inteligível por um modo racional” (PESAVENTO, 2005, p.11). Distancia-se também de uma visão marxista de história, que, segundo Sandra Jatahy Pesavento (2005, p. 12), é criticada por seus “[...] postulados: o reducionismo econômico, o mecanicismo, o etapismo evolutivo”.

Nesse contexto, insere-se outra compreensão da História, a Nova História Cultural, cuja perspectiva foi adotada nesta pesquisa. Conforme Pesavento (2005, p. 15), essa perspectiva histórica contrapõe-se à busca de verdades definitivas, à verdade dos documentos, a “[...] certezas normativas, de leis e modelos a regerem o social”. Segundo Eliane Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão (2005, p. 39), a Nova História Cultural passa, também, “[...] a valorizar os sujeitos ‘esquecidos’ da História, como as crianças, as mulheres e as camadas populares”. Evidencia “[...] sentimentos, emoções e mentalidades que também passam a fazer parte da História e fontes até então pouco confiáveis e científicas também passam a constituir indícios para a reconstrução de um passado” (LOPES; GALVÃO, 2005, p. 40).

Com o objetivo de alcançar as memórias de Marlene Soccas sobre a sua experiência como militante de esquerda, farei uso, principalmente, da história oral. Philippe Joutard (1996), no artigo intitulado “História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”, faz um balanço do desenvolvimento da história oral em diversos países entre as décadas de 1970 a 1995, com base em alguns trabalhos de pesquisadores

de diversas partes do mundo. Nesse balanço, ele expõe a existência de duas vertentes principais da história oral. Uma mais próxima das ciências políticas, que se volta para o estudo das elites, e outra, voltada para os estudos das “populações sem história”, os “excluídos da história”, como as mulheres, os negros, os trabalhadores, os imigrantes, cujos estudos aproximam-se da antropologia. Dentro desse quadro, o autor traça uma breve cronologia da existência de quatro gerações de historiadores orais, observando as especificidades históricas da própria história oral nos diversos países elencados, como os Estados Unidos, a Espanha, a Itália, o Japão e alguns da América Latina.

Percebe-se pela discussão proposta pelo autor que a história oral vem sendo cada mais utilizada em várias partes do mundo. Especificamente no Brasil, o seu uso vem ocorrendo desde a década de 1970, inserindo-se entre os diversos estudos do método qualitativo no campo das ciências humanas, principalmente na área da Sociologia, da Antropologia, da História e, como apontado anteriormente, na História da Educação. Embora não exista consenso entre os/as pesquisadores/as acerca da concepção da história oral, seus usos, seus objetivos e procedimentos, talvez seja possível concordar com Jose Carlos Sebe Bom Meihy (2005), segundo o qual existe em comum entre os pesquisadores o reconhecimento da existência de alguns elementos que, sem eles, a história oral não se constituiria, quais sejam: um projeto, um entrevistador, um entrevistado e um aparelho de gravação para mediar a entrevista. Ressalto que o primeiro capítulo deste estudo é destinado à discussão da metodologia em história oral.

Quanto à relevância deste estudo para a História da Educação, ela se dá no sentido de contribuir para a compreensão de que a educação, e mais especificamente a formação, não se restringe às instituições escolares, conforme já apontado por Nóvoa (2010) e de acordo com Lopes e Galvão (2005), para quem as práticas educativas ocorrem também em outras instituições como a família, movimentos sociais, trabalho, dentre outros, e “[...] continuam sendo poderosas forças de inserção de homens e mulheres em mundos culturais específicos” (LOPES; GALVÃO, 2005, p. 24). Esse entendimento soma-se também àqueles estudos que propõem que

A história da educação é parte integrante da história total, devendo conseqüentemente abandonar uma perspectiva institucional estreita, de maneira a integrar o conjunto das dimensões econômica, social e política, além de adotar metodologias e

paradigmas científicos refutando a narração gloriosa de um progresso continuamente assegurado pela escola. (NÓVOA, 1997 *apud* MIGNOT; BASTOS; CUNHA, 2000, p. 22)

A Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), no Título I, Da Educação, Art. 1º, determina, que: “[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996, n.p.).

Considerando as ideias de que a educação/formação não se restringe aos espaços escolares, e que a História da Educação faz parte de uma história mais ampla, não se restringindo à história escolar, entendo que esta pesquisa pode contribuir para o alargamento desse campo.

Outro aspecto relevante deste estudo é a visibilização do que ocorreu na Ditadura Civil-Militar no que se refere à atuação repressiva do Estado em nosso país, bem como da atuação das mulheres tanto nos movimentos de resistência a essa ditadura quanto como alvos da repressão, muitas sendo presas, torturadas, e algumas até mortas. Segundo informações da Anistia Internacional, nesse período, as mulheres, e dentre elas algumas grávidas, sofreram sistematicamente torturas como mutilação, ameaças, humilhações, ameaças sexuais, violação, choques elétricos, caracterizando a tortura baseada no gênero, embora em algumas situações os homens também tenham sido torturados dessa forma (ROSA, 2013).

O Projeto “Brasil Nunca Mais”, que resultou na publicação de um livro com o mesmo nome, com base em uma investigação de 695 processos políticos, traçou um perfil das pessoas que foram atingidas pela repressão, no período de 1964 a 1979 (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). De acordo com essa investigação, constavam nesses 695 processos 7.367 nomes de pessoas que foram julgadas pela Justiça Militar no período, sendo que aproximadamente 88% dos réus eram homens e em torno de 12% eram mulheres. Os pesquisadores do projeto observam, no entanto, que um determinado percentual desses nomes é citado em mais de um processo (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

Assim, estabeleci como temática deste estudo “A formação política de mulheres militantes de esquerda na ditadura militar no Brasil”. A pesquisa da revisão bibliográfica de pesquisas abrangendo essa temática foi realizada no Portal do Catálogo de Teses e Dissertações. Na

busca, utilizei os seguintes descritores: formação política, militantes de esquerda, mulheres, ditadura militar, Brasil. Os termos compostos foram colocados entre aspas e os descritores separados entre si pelo operador booleano *AND* que restringe a busca aos termos escolhidos. Quando coloquei todos os descritores elencados, o portal não apresentou nenhum resultado de pesquisa.

Fui restringindo os descritores e com os termos formação política, mulheres e ditadura o Portal apresentou 87 resultados. Desses encontrei 12 (doze) pesquisas que se aproximam, em parte, deste estudo, as quais seguem elencadas: Dissertação de Mestrado em História, escrita por Ana Maria Colling, com o título “Choram Marias e Clarices: uma questão de gênero no regime militar brasileiro”, defendida no ano de 1994, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Dissertação de Mestrado em Serviço Social, escrita por Ana Jussára Lustósa, intitulada “A violência contra a mulher militante nos anos de chumbo: da participação política à tortura nos porões da repressão”, defendida em 2002, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC); Dissertação de Mestrado em História, de autoria de Julia Bianchi Reis Insuela, nomeada “Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil 1968/1971)”, defendida em 2011, na Universidade Federal Fluminense (UFF); Dissertação de Mestrado em História, de autoria de Débora Ataíde Reis, com o título “Memória(s) Militante(s): Narrativas Autobiográficas e Imagens de Resistência em Derlei Catarina De Luca (1966-1973)”, defendida em 2015, na Universidade Federal da Bahia (UFBA); Dissertação de Mestrado em História, de autoria de Gabriela Rodrigues Lima, intitulada “Memória, gênero e política: a militância das estudantes da UFES contra a Ditadura Militar (1969-1972)”, defendida no ano de 2017, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Dissertação de Mestrado de Ary Albuquerque Cavalcanti Junior, intitulada “‘Para não dizer que não falei das flores’: memórias de mulheres na resistência à ditadura civil-militar (1964-1985)”, defendida em 2016, na Universidade do Estado da Bahia (UEBA); Dissertação de Mestrado em História, de autoria de Ana Cristina Rodrigues Furtado, com o título “O narrar e o contar-se: a trajetória de vida de mulheres que foram militantes políticas no período da ditadura militar no Brasil”, defendida em 2018, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Tese de Doutorado em História, defendida por Carla Cristina Nacke Conradi, em 2015, intitulada “‘Memórias do Sótão’: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)”, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Existem várias pesquisas focando a atuação das mulheres na resistência à ditadura militar. Dentre elas, destaco o livro “Mulheres, Ditadura e Memórias: ‘Não imagine que precise ser triste para ser militante’”, de Susel Oliveira da Rosa (2013), que resultou de sua pesquisa de pós-doutorado; o livro “Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul”, organizado por Joana Maria Pedro e Cristina Sheibe Wolff (2010), que reúne artigos de vários/as autores/as, oriundos do Brasil, Paraguai, Chile, Uruguai, Bolívia e Argentina; “História Oral e história das mulheres”, organizado por Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2017); “Mulheres, militância e memória”, de Elizabeth F. Xavier Ferreira (1996), resultado de sua dissertação de Mestrado; “A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil”, de Ana Maria Colling (1997).

Em relação a pesquisas abrangendo parte das experiências de vida de Marlene Soccas, encontrei os seguintes estudos: o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em 2008, intitulado “Curso Científico do Colégio Coração de Jesus: cultura escolar e socialização das elites femininas de Santa Catarina (1947/1961)”, de autoria de Estela Maris Sartori Martini, sob a orientação do Prof. Dr. Norberto Dallabrida; Dissertação de Mestrado defendida ao Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em 2011, da mesma autora, e orientado também pelo Prof. Dr. Norberto Dallabrida; o artigo da mesma autora, nomeado “Uma trajetória escolar e profissional pouco provável: ‘o caso Marlene Soccas’”, publicado em Revistas UDESC, v. 1, n. 1; o artigo “Máculas: as marcas da tortura na vida de quatro catarinenses”, escrito por Danielle dos Santos Dornelles e Thais Machado, publicado na Revista Santa Catarina de História, v. 10, n.1 2016; o Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), da Universidade Federal de Santa Catarina, de Thais Machado, sob o título “Dos porões da ditadura para a sociedade: mulheres catarinenses na Comissão Estadual da Verdade”, apresentada em 2017.

Penso que, atualmente, segunda década do século XXI, esse tema se torne mais relevante ainda diante da atual realidade brasileira em que têm ressurgido ideias e comportamentos, em nosso país, com a adesão de uma parcela da sociedade composta por homens e mulheres, de valorização do período da Ditadura Civil-Militar, bem como do uso da tortura como arma legítima do Estado.

Por fim, enfatizo que a escolha por realizar este estudo, colocando mais luz nas mulheres, relaciona-se com a percepção de que, embora a repressão praticada pelo Estado brasileiro no período da Ditadura Civil-Militar tenha atingido a todos que lutaram nos movimentos de resistência

à ditadura, atingiu as mulheres de forma diferente dos homens, por causa de sua condição social, histórica e cultural, que tem atravessado a construção do gênero feminino.

Para melhor compreender o processo de formação política de Marlene Soccas como militante de esquerda na resistência à Ditadura Civil-Militar no Brasil, organizei a dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresento os itinerários metodológicos com ênfase à história oral, que foi a principal metodologia adotada neste estudo. Desenvolvo algumas considerações acerca da minha prática e da metodologia, articulando-as com reflexões embasadas em autores como Amado; Ferreira (1996); Bosi (2004); Bonazzi (1996); Gattaz (1996); Grazziotin e Almeida (2012); Meihy (2005); Pollak (1989), Zago (2003), dentre outros. Também teço reflexões acerca de algumas implicações éticas na pesquisa em história oral e discorro sobre outros documentos utilizados na pesquisa, como cartas escritas por Marlene Soccas e fotografias de seu acervo pessoal.

No segundo capítulo, disserto acerca de fragmentos autobiográficos de Marlene Soccas, com base em lembranças rememoradas nas entrevistas realizadas. As memórias evocadas, neste capítulo, relacionam-se à sua infância, juventude e vida adulta, abrangendo aspectos de sua formação escolar, familiar e profissional. Dentre os autores que auxiliaram teoricamente neste capítulo, destaco, dentre outros, Alberti (2004); Benjamin (1983); Dallabrida; Silva; Garcia (2005); Fonseca (1997); Lowenthal (1998); Louro (1987); Martini (2011).

No terceiro capítulo, procurei problematizar as lembranças de Marlene Soccas acerca de suas experiências do início de sua militância e de sua formação política, na cidade de São Paulo, bem como sobre a importância de Paulo Stuart Wright nessa trajetória de formação. Também discorro sobre as suas aproximações das organizações de esquerda à época, como a AP, VPR e REDE, e faço alguns apontamentos em torno da participação das mulheres nas organizações de esquerda no período. No referencial teórico utilizado, encontram-se, dentre outros autores: Colling (1997); Cunha (1997); Napolitano (2017); Pedro; Wolff (2011); Silva (2009); Souza (1999); Vitali (2013); Ridenti (1993); Teles (2017); Wolff; Silva (2013); Wright (1993).

No quarto e último capítulo, foco nas narrativas de Marlene Soccas sobre a sua entrada na clandestinidade, as torturas sofridas e sua prisão no Presídio Tiradentes. Para compreender esse período vivenciado e recordado por ela, dialoguei com os seguintes autores, dentre outros:

Foucault (2013); Gorender (1990); Jelín (2002); Ridenti (1993); Rosa (2013); Scarpelli (2009); Teles (2011).

Por fim, trago alguns pontos sobre os significados deste estudo para mim e de algumas dificuldades enfrentadas no decorrer do processo de pesquisa, teço algumas considerações finais acerca da temática estudada e sugiro possibilidades de novas pesquisas dentro desse campo.

2 ITINERÁRIO DA PESQUISA: ENLACES ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Este estudo foi desenvolvido em uma perspectiva qualitativa, tendo a história oral como principal suporte metodológico. Neste capítulo, discorro acerca do caminho metodológico percorrido, tecendo algumas considerações sobre a história oral e, ao final, descrevo o processo das entrevistas, principal instrumento utilizado para a constituição do corpus da pesquisa, fazendo articulações com a teoria, assim como reflito acerca de algumas implicações éticas inerentes a este tipo de investigação.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA ORAL

De acordo com Dea Ribeiro Fenelon (1996, p. 26),

[...] o avanço das práticas da história oral, nas décadas de 70 e 80, se deu quando se tornavam presentes, na historiografia, as opções de uma chamada “história vista de baixo” ou do ponto de vista dos dominados, da valorização de temáticas como a das mulheres ou de minorias, bem como de uma discussão mais abrangente sobre a cultura popular, sua produção e presença na sociedade, mesmo com o desenvolvimento dos meios de comunicação da sociedade de massa.

A história oral contribuiu para o avanço no estudo da história das mulheres. Nas palavras de Michelle Perrot (1989, p. 16), “[...] o desenvolvimento [...] da história ‘dita’ oral é de certo modo uma revanche das mulheres”. Conforme a autora, “[...] as mulheres foram em larga escala participantes dessa aventura, tanto entre as pesquisadoras, como entre as pesquisadas” (PERROT, 1989, p. 16).

Importante destacar, de acordo com Jose Carlos Sebe Bom Meihy (1996, p. 49), que, enquanto a história oral avançou nos Estados Unidos, em alguns países da Europa e no México, no Brasil, ao contrário, no período da Ditadura Civil-Militar, ela ficou “estagnada” devido “[...] à censura, controle direto ou não da produção intelectual [...] pois as gravações eram sempre suspeitas”. Esse pode ser um dos motivos que talvez explique o avanço da história oral em nosso país, a partir das décadas de 1970 e 1980, período do início da “reabertura democrática”. Nesse sentido, penso, o desenvolvimento da história oral no Brasil representou um posicionamento político e de resistência, à medida que

os/as pesquisadores/as procuraram ouvir aqueles/as que, até então, não estavam inscritos na historiografia tradicional, os homens e as mulheres comuns.

Conforme Luciane Sgarbi S. Grazziotin e Dóris Bittencourt Almeida (2012), existe uma proximidade entre história oral e memória que faz com que ambas, muitas vezes, sejam ser confundidas na pesquisa. De acordo com as autoras, “[...] a memória constitui-se em documento, e a história oral é a metodologia aplicada no intuito de operacionalizar o diálogo entre a teoria e dados empíricos, promovendo outras perspectivas de conhecimento do passado” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 35). Segundo Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira (1996), na história oral, o objeto de estudo do historiador é recriado por meio da memória do entrevistado, sendo que a memória, necessariamente, norteia as reflexões históricas.

Para Bosi (2004, p. 39), “[...] a memória é um cabedal infinito, do qual só registramos um fragmento”. Bosi cita que em seu trabalho de pesquisa com idosos, geralmente as lembranças mais vívidas afluíam depois das entrevistas. Nas entrevistas que realizei com Marlene Soccas, essa situação também ocorreu algumas vezes. Tanto antes, quando o gravador ainda não estava ligado, como depois, quando já estava desligado, ou seja, quando havíamos “terminado” a entrevista, outras recordações de Marlene Soccas afluíram, muitas das quais não foram registradas, ou porque eu, como entrevistadora, não consegui reter as informações, ou porque foram contadas em confidências. Conforme Bosi, “[...] continuando a escutar ouviríamos outros tantos e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e precisaria de um escutador infinito” (BOSI, 2004, p. 39).

Nesse processo, ocorreu, também, que muitas vezes os “fragmentos” de memória evocados por Marlene Soccas nem sempre eram aqueles que interessavam imediatamente em minha pesquisa. Compreendi, no entanto, que nós temos processos singulares de lembranças, e que, na maioria das vezes, recordamos aquilo que ficou de mais significativo de nossas vivências, conforme já apontado por Bosi (2004).

Para Grazziotin e Almeida (2012), é necessário levar em conta também o aspecto autobiográfico das narrativas orais advindas da memória. De acordo com as autoras, as narrativas orais são “[...] ao menos em parte autobiográfica, pois quando a pessoa evoca suas memórias, exercita uma tentativa de explicar o que pensa que foi, o que pensa que era, desenvolvendo assim, a construção de uma verdade sobre si mesma” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 38).

Percebe-se que por sua estreita relação com a memória, a história oral pode ser utilizada em vários tipos de pesquisas que abordem temáticas relacionadas à autobiografia, biografia, identidade, dentre outras, possibilitando um alargamento do corpus da pesquisa. De acordo com Amado e Ferreira (1996) e Meihy (2005), no que se refere ao status da história oral, de um modo geral, essa pode ser compreendida como uma técnica, uma metodologia ou uma disciplina. Conforme Amado e Ferreira (1996), aqueles que a utilizam como uma técnica centram suas atenções nas gravações, transcrições e preservação das entrevistas e na estrutura que as cerca, como modos de transcrição das entrevistas, tipos de aparelho de gravação, modelos de organização de acervos. Para as autoras, a maioria dos pesquisadores que se enquadra nesse grupo utiliza as entrevistas como fonte complementar a outros tipos de fontes, geralmente as escritas.

Conforme as autoras citadas, os que advogam um *status* de disciplina para a história oral compreendem que ela “[...] inaugurou técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos; esse conjunto, por sua vez, norteia as duas outras instâncias, conferindo-lhes significado e emprestando unidade ao novo campo de conhecimento” (AMADO; FERREIRA, 1996, p. xii).

Eles identificam na história oral um arcabouço teórico próprio, capaz de responder às questões que surgem na prática como, por exemplo, as relações entre memória e história, entre história de vida, biografia e autobiografia, entre sujeito e objeto (AMADO; FERREIRA, 1996).

Aqueles que defendem a história oral como metodologia compreendem que a sua linha de atuação é mais complexa e abrangente do que uma técnica, mas, no entanto, divergem da posição dos que a colocam como disciplina. Para estes, a história oral, como as outras metodologias, estipula e organiza métodos e técnicas de trabalho, tais como as várias formas de entrevista e as implicações de cada uma delas para a investigação, os diferentes tipos de transcrição de entrevistas, suas vantagens e desvantagens, as diversas formas de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e os impactos disso na sua pesquisa, “[...] funcionando como ponte entre teoria e prática” (AMADO; FERREIRA, 1996, p. xvi). Conforme Amado e Ferreira (1996, p. xvi), “[...] esse é o terreno da história oral, o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a prática é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas”.

Ao compreender a história oral como metodologia, as autoras citadas argumentam que as explicações suscitadas pela prática desse tipo de pesquisa devem ser buscadas na teoria da história, pois é nela que se “[...] agrupam os conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico [...]. Apenas a teoria da história é capaz de fazê-lo, pois se dedica entre outros assuntos, a pensar os conceitos de história e memória, assim como a relação entre ambos” (AMADO; FERREIRA, 1996, p. xvi).

Diante da constatação da existência dessas três vertentes, compreendo que neste estudo a história oral foi utilizada como uma metodologia, pois as questões que surgiram da prática, como, por exemplo, as relações entre memória e história, entre história de vida, biografia e autobiografia, narrativas de vida, entre sujeito e objeto, foram buscadas em outras áreas do conhecimento, dentre elas a história, a sociologia, a antropologia.

2.1.1 Tipos de história oral e os procedimentos adotados

Conforme Meihy (2005), existem tipos distintos de história oral, que são classificados em: história oral de vida, história oral temática e tradição oral. De acordo com o autor, a história oral de vida trata da narrativa relacionada ao conjunto da experiência de vida de uma pessoa. A história oral temática é aquela em que a entrevista se dá em torno de um assunto específico e previamente estabelecido. Por sua vez, a tradição oral tem como objetivo a reconstrução histórica de grupos que não possuem um sistema de escrita.

No caso do estudo em questão, foi utilizada a história oral temática, cujo enfoque será dado à formação política de Marlene Soccas como militante de esquerda, no período de 1960 a 1970, levando em conta, no entanto, as suas experiências formativas a partir da infância, pois compreendo que a formação de uma pessoa ocorre ao longo de toda a sua vida.

Independentemente do tipo de história oral adotado pelo/a pesquisador/a, a entrevista por meio do testemunho oral é uma etapa imprescindível na pesquisa em história oral. Amado e Ferreira (1996) e Meihy (2005) defendem que, devido à sua especificidade e, diferentemente de outros modos de coleta de depoimento, a entrevista nesse tipo de investigação deve estar sempre relacionada a um projeto de pesquisa e embasada em um roteiro criteriosamente preparado.

Além disso, na prática da entrevista, é necessário que o/a entrevistador/a saiba silenciar, tenha respeito, paciência e escuta sensível

à fala do/a entrevistado/a, saiba intervir nos momentos adequados, saiba respeitar os silêncios, os esquecimentos e a evocação de suas lembranças dolorosas (BONAZZI, 1996).

Chantal de Tourtier Bonazzi (1996) propõe outros cuidados que devem ser observados pelo/a entrevistador/a relacionados à seleção da testemunha, o lugar da entrevista e o seu roteiro. No que diz respeito à seleção da testemunha, a autora aponta que, de maneira geral, deve-se priorizar a entrevista com pessoas mais idosas, considerando, nesse caso, os limites da testemunha, evitando fazer “[...] perguntas excessivamente meticulosas do ponto de vista cronológico” (BONAZZI, 1996, p. 233).

Quanto à forma, Bonazzi (1996) sugere a escolha pela entrevista dirigida, não dirigida ou semidirigida, tendo cada uma vantagens e desvantagens, dependendo do objetivo da pesquisa. Ela considera que a entrevista semidirigida é um meio termo entre as outras duas, sendo, na maioria das vezes, a mais indicada na pesquisa em história oral. No que se refere à duração de uma entrevista, a autora sugere que deve ficar em torno de duas horas, uma vez que uma narrativa em profundidade exige concentração do/a entrevistado/a e uma forte tensão do/a entrevistador/a, pois este/a deve evitar distrações e formular as perguntas nos momentos adequados.

Entende-se que essas sugestões/orientações apresentadas por Bonazzi devem ser consideradas, no entanto, não devem ser vistas como regras inflexíveis e aplicadas de forma descontextualizada. Conforme Alistair Thompson (2000, p. 48), “[...] não existe uma única ‘maneira certa’ de entrevistar, e a maneira que o ‘bom senso’ indica como ‘certa’ para entrevistas com membros da elite política branca do sexo masculino pode ser completamente inadequada em outros contextos culturais”.

Neste trabalho de pesquisa, foi utilizada a modalidade de entrevista semiestruturada ou semidirigida, cujo roteiro contém 21 perguntas (Anexo A). As perguntas foram utilizadas como eixos norteadores, sem fechar as questões. O roteiro serviu de base para evocar as lembranças de Marlene Soccas acerca de suas memórias da infância, adolescência e juventude relacionadas à sua formação, bem como sobre o período em que iniciou a sua militância na resistência ao regime militar, até a década de 1970. Foram realizadas 17 (dezesete) entrevistas, totalizando 30 horas e 22 minutos de gravação.

A primeira entrevista ocorreu no dia 9 de janeiro de 2017 e a última no dia 2 de fevereiro de 2018. A ideia inicial era realizar os encontros de acordo com as fases da vida de Marlene Soccas, infância, adolescência, juventude e vida adulta. As suas falas sobre os três primeiros períodos ficaram circunscritas, de modo geral, à primeira e à segunda entrevista.

Nas seguintes, ela pouco se referiu a eles, centrando as suas narrativas em torno das lembranças relacionadas, de alguma forma, à sua militância, embora não se limitasse a elas. Eu procurei respeitar o movimento de sua memória, tentando deslocá-las, quando possível, para as narrativas mais próximas do meu objeto de estudo, o que nem sempre foi possível.

Para a maioria dos/as pesquisadores/as que utilizam a história oral, a transcrição está intimamente relacionada à coleta do testemunho oral. Conforme André Castanheira Gattaz (1996, p. 136), “[...] assumindo que a história oral se concretiza somente quando chega ao texto, superando a etapa da entrevista e da formação de arquivos, deve haver um processo de transcrição das entrevistas que assegure a formação de um corpo documental a ser trabalhado pelo historiador”.

Nesta pesquisa, as transcrições resultaram em um conjunto de documentos que totalizaram em 535 páginas de papel A4 em espaço de 1,5 cm. Nesse sentido, o autor sugere que, primeiramente, seja feita a transcrição literal da entrevista e, após essa etapa, proceda-se com a transcrição¹³, que consiste na reformulação da transcrição literal a fim de torná-la compreensível para a leitura. Para Gattaz (1996, p. 136), o texto final resulta em uma “textualização”, que é uma forma de o pesquisador “[...] reproduzir honesta e corretamente a entrevista em um texto escrito”. De acordo com o autor, a “textualização” deve ter uma escrita clara, de fácil leitura, manter a “atmosfera da entrevista”, incluindo a comunicação não verbal, como as emoções e os gestos do entrevistado (GATTAZ, 1996). O autor corrobora outros autores que defendem que no processo de textualização o resultado final do documento é de autoria do pesquisador, e que o depoente atua como um colaborador para a realização deste, sendo necessário que a interferência do pesquisado seja explicitada.

Na presente investigação, as entrevistas foram gravadas em um minigravador digital. Os áudios foram salvos em dois arquivos, um no HD do *Notebook*, e outro no *Google Drive*. As transcrições foram realizadas de forma literal, por uma terceira pessoa e, posteriormente, então, procedi com “[...] a conferência da fidelidade da gravação” (ALBERTI, 2005, p. 3). Nessa etapa do processo, realizei a “limpeza” textual, retirando alguns vícios de linguagem, como os “né”, “tá”, “tô”, “assim”, “tudo”, por exemplo. Também foram realizadas algumas

¹³ Meihy (2005) também se destaca entre os autores que propõem o uso da transcrição como uma das fases do trabalho com entrevistas na metodologia da história oral. Verena Alberti (2005), citada também neste estudo, no entanto, não a utiliza.

adequações das concordâncias verbais e nominais da língua. Após, as entrevistas foram impressas com as perguntas e as respostas em papel A4 e foram submetidas à aprovação de Marlene Soccas, que teve total liberdade para interferir nas suas falas.

Na etapa seguinte, realizei as correções solicitadas por ela, reimprimi as entrevistas e levei-as novamente para a sua aprovação, solicitando que ela rubricasse todas as páginas e, ao final de cada uma delas, assinasse o seu nome, colocando o local e a data. Esse cuidado, que a princípio parece exagerado, foi pensado para dar uma certa segurança a Marlene Soccas, e também à pesquisadora, de que os conteúdos não seriam alterados, pois a narradora, no início desta investigação, reportou-se mais de uma vez a situações em que ela havia concedido entrevistas a jornais e a rádios, mas os conteúdos publicados não corresponderam ao que ela havia narrado.

Importante registrar, também, que Marlene Soccas assinou um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE) (ANEXO B) para cada entrevista realizada, cuja assinatura foi colhida somente quando a versão final foi aprovada por ela. Em tal documento, ela autorizou o uso de seu nome e a utilização das entrevistas transcritas tanto nesta pesquisa quanto em outras. No entanto, para resguardar o nome de outras pessoas citadas nas gravações, os áudios não serão liberados para investigação, ficando estes de posse da pesquisadora. Ela também foi informada de alguns riscos que podem advir da pesquisa, conforme consta em texto literal do TCLE, como “[...] a perda da confidencialidade dos dados, o risco de uso indevido das informações ou de implicações políticas e constrangimentos quanto a terceiros citados nas entrevistas”.

No que se refere às revisões feitas por Marlene Soccas, observei que nas primeiras entrevistas ela não foi tão seletiva, quanto à forma e ao conteúdo destas, como nas seguintes, solicitando, no início, menos correções. Pareceu-me que com o transcorrer do processo ela passou a se preocupar mais com a sua imagem, solicitando melhor adequação de sua fala ao padrão culto da língua.

As etapas seguintes consistiram na tematização e na transcrição. Para realizar essa etapa, cada entrevista foi lida novamente e em cada uma delas foram selecionados temas, como, por exemplo, infância, bem como os subtemas relacionados a ela nesse período, tais como: escola, família, leituras realizadas, habilidades, brincadeiras, e assim por diante. Nesse momento, construí um texto “bruto” somente com as falas de Marlene Soccas, por isso as minhas perguntas desapareceram. Após a tematização, procedi com a transcrição, de forma que o texto “bruto”, após

“lapidado”, fosse transformado em um texto de fácil compreensão e pudesse ser utilizado na análise da pesquisa.

2.2 O PROCESSO DAS ENTREVISTAS

Conforme mencionado na Introdução, o meu contato inicial com Marlene Soccas se deu no ano de 2016, primeiro por telefone e depois pessoalmente, em sua residência, tendo como interlocutora principal a professora Lili. Essa ideia de marcar um encontro na presença de alguém do círculo de amizade de Marlene Soccas foi pensada como uma estratégia para facilitar a construção de um vínculo entre a entrevistada e a pesquisadora. Bonazzi (1996) aponta que é imprescindível “[...] criar uma relação de confiança” entre o pesquisador e o entrevistado, que exige, daquele, disponibilidade e tempo, sendo indispensável que o pesquisador tenha um primeiro encontro com o entrevistado, organize a entrevista e retorne em outro dia para realizar a gravação (BONAZZI, 1996, p. 233). No meu caso, sucederam-se vários encontros, 17 (dezesete) deles para a realização das gravações, somados a cerca de outros 15 (quinze), referentes aos retornos relativos às revisões e assinaturas das entrevistas transcritas.

Na minha percepção, a abertura de Marlene Soccas para a pesquisa ocorreu quando a professora Giani, minha orientadora, foi à sua residência para formalizar a pesquisa que eu estava iniciando. Na ocasião, o marido de Marlene Soccas, Dorival Sazan, estava presente e participou também da conversa. A professora Giani solicitou a colaboração dele na pesquisa e talvez isso tenha ajudado a quebrar alguma possível resistência.

Até então, eu já havia ido à sua casa duas vezes, em 2016, para falar sobre a minha intenção de pesquisa e, mais uma vez, em janeiro de 2017, quando eu realizei a primeira entrevista, totalizando três encontros até aí. Como ela fora muito receptiva em todos os encontros, fiquei surpresa quando mencionou para a minha orientadora, de forma educada e gentil, que ainda não entendia muito bem a finalidade das minhas visitas e das entrevistas. Fiquei até um pouco “chateada” e me questionei onde eu havia errado, pois eu já havia explicado para ela quais eram os meus objetivos de pesquisa nos três encontros que havíamos tido até então.

Essa fala de Marlene Soccas fez-me pensar que talvez, até aquele momento, eu não tivesse conseguido construir, ainda, essa “relação de confiança” com ela, como apontada por Bonazzi (1996) anteriormente, ou uma “ponte interpessoal”, cujo conceito foi desenvolvido por G. Kaufmann e citado por Antoinette Errante (2000). Errante (2000) sugere

que é necessária a construção de um vínculo emocional entre o pesquisador e o entrevistado, que envolve a confiança, possibilitando a abertura e tornando fluido o fluxo da memória. Para a autora, ambos, pesquisador e narrador devem construir essa ponte. Como escrito anteriormente, Marlene Soccas mencionou algumas vezes que costumava conceder entrevistas a jornais escritos e a rádios e que, algumas vezes, os conteúdos publicados não corresponderam às suas narrativas. Penso que, talvez, esse tenha sido um dos motivos pelos quais ela tenha ficado um pouco reticente em se “abrir” para as entrevistas, até então, embora eu não tenha percebido isso no início.

Penso que essa “relação de confiança” foi se construindo aos poucos entre Marlene Soccas e eu, à medida que ela percebeu que eu compartilhava de algumas de suas ideias, que eu respeitava os seus posicionamentos políticos, que nos encontrávamos em alguns lugares comuns, por causa das devoluções das entrevistas transcritas – nas quais ela interferia à vontade – bem como, por ser amiga das professoras Lili e Giani, por quem ela demonstrava ter admiração e respeito.

No que tange ao local das entrevistas, todas foram realizadas na residência de Marlene Soccas. A sua casa é de madeira e pintada de azul; contrastando, um colorido jardim onde se misturam pequenas e grandes plantas, algumas com flores outras não, com o predomínio, na minha percepção, das cores verdes e dos matizes de vermelho. Na maioria das vezes que eu a visitei, eu me perguntei se a preponderância da cor vermelha em seu jardim tem relação com o seu posicionamento político de esquerda. Um dia, fiz essa pergunta a ela, e a sua resposta foi afirmativa. Marlene Soccas gosta de mostrar o seu jardim, que é cuidado por ela e por sua assistente do lar, para as pessoas que lá chegam. Em algumas vezes que lá estive, ela mostrou, com satisfação, as novas plantas que havia adquirido.

A residência da Marlene foi para mim um local inspirador para a realização das entrevistas, seja pela atmosfera externa que transmitiu certa tranquilidade, seja pelos diversos sons dos cantos dos passarinhos que habitavam/habitam o exterior e o interior da casa, seja pela sua sala de estar, onde todas as entrevistas foram realizadas. Compuseram, também, este ambiente, algumas estantes repletas de livros e, pendurados nas paredes, os quadros de Karl Marx, de Mao Tse Tung, de Lenin, de “O Germinal”, cujo romance foi escrito por Émile Zola, e algumas fotografias de seu filho e de sua filha, quando ainda eram crianças, e de sua neta. Havia também um computador de mesa e um *notebook*, aos quais, algumas vezes, ela recorreu antes de iniciarmos as gravações das nossas entrevistas para me mostrar alguma notícia, algum vídeo ou

alguma música que ela tinha visto ou recebido de alguém. Lembro-me de um dia em que ela me mostrou, emocionada, um coral de chineses adultos, cantando “A Internacional” na língua francesa.¹⁴ Hoje, quando ouço qualquer versão dessa música, lembro-me daquele momento.

De acordo com Bonazzi (1996), na maioria das vezes, as entrevistas são realizadas no local de trabalho ou na residência do entrevistado, não havendo, no entanto, uma orientação em especial quanto ao lugar da realização da entrevista. A autora alerta, porém, que é preciso levar em conta que o local “condiciona o depoimento colhido” e é necessário que se tenha consciência dessas interferências e considerá-las na análise (BONAZZI, 1996, p. 236).

Para Nadir Zago (2003), as entrevistas, por referirem-se a “uma relação interpessoal” e ocorrerem na residência dos/as pesquisados/as, possibilita a obtenção de um material de observação bastante proveitoso. Segundo ela: “[...] o local é uma condição importante na produção dos dados, podendo facilitar ou produzir constrangimentos” (ZAGO, 2003, p. 299). Para a autora, uma das vantagens de se realizar a entrevistas nos locais de moradia dos pesquisados “[...] é reduzir ao máximo as interferências exteriores na produção do discurso e, ao mesmo tempo, facilitar a conversação para que esta possa ocorrer mais livremente” (ZAGO, 2003, p. 299).

Como eu não tive a experiência de realizar entrevista em outro local, senão na residência de Marlene Soccas, o que pude perceber é que mesmo sendo em sua casa, ocorreram algumas situações que interferiram, de certa forma, no desenrolar das entrevistas. Folheando o meu diário de campo, encontrei descritas algumas dessas situações. Em alguns dias, por exemplo, o marido de Marlene Soccas acompanhou as entrevistas fazendo breves intervenções e isso me pareceu não deixá-la tão à vontade, mesmo que ela tenha demonstrado esse desconforto de maneira muito sutil. Em outras vezes, no entanto, ela recorreu às lembranças dele para ajudá-la a relembrar alguma situação. Conforme Marli de Oliveira Costa (2004, p. 289), “[...] no trabalho de lembrar, muitas vezes precisa-se da ajuda do

¹⁴ De acordo com Lucien Maurice Parisse (1987), a letra da música “A Internacional” foi escrita originalmente em forma de poema, em 1871, por Eugène Pottier, um trabalhador francês integrante da Comuna de Paris. O poema foi publicado na coletânea “Cantos Revolucionários”, em 1887, sendo musicado, em 1888, por Pierre Degeyter. “A Internacional” tornou-se o “hino dos operários de todos os países: hino de combate e de esperança” e foi adotada como hino nacional pela União Soviética, entre 1917 e 1944 (PARISSE, 1987, p. 92.). Conforme o autor citado, essa música, na atualidade, ainda compõe o hino dos partidos políticos e dos sindicatos de tradição socialista, comunista e anarquista.

outro, que pertence ao mesmo grupo de convívio, trabalho ou família. Pois, geralmente são partes integrantes da própria lembrança”.

Em outra ocasião, após iniciarmos a entrevista, Marlene Soccas recebeu a visita inesperada de alguns amigos. Com o consentimento dela, aguardei o término da visita, a qual durou cerca de duas horas, e retomamos à entrevista. Outra situação foi o dia em que estavam na casa dela o filho e filha de sua assistente do lar, ambos adolescentes. Antes de iniciarmos a entrevista, os dois ficaram na sala, a menina ao celular, e o menino desenhando. A menina fez barulhos com o seu aparelho de celular e o menino chamou a nossa atenção para os desenhos que estava fazendo. Inclusive, um dos desenhos que ele fez, deu-me de presente. Com aquele “movimento” na sala, ficou difícil para conversarmos e gravarmos a entrevista. Sugeri para Marlene que solicitasse a eles, se fosse possível, para se deslocarem para outro local da casa. Ela, um pouco constrangida, fez o que eu havia sugerido.

Penso que essas interferências tenham dilatado um pouco o tempo das entrevistas e talvez interferido no fluxo das lembranças de Marlene Soccas, mas penso, também, que elas fazem parte do processo desse tipo de pesquisa, principalmente se considerarmos que foram vários encontros.

No que se refere à quantidade de entrevistas, havia sido previsto no projeto a realização de oito entrevistas com Marlene Soccas. No entanto, foram realizadas 17 (dezessete) entre os meses de janeiro de 2017 a fevereiro de 2018. Importante lembrar que o número de entrevistas de uma pesquisa qualitativa não deve ser analisado do ponto de vista quantitativo, mas sim considerado, levando-se em conta “[...] os propósitos do estudo, de sua problemática e seus fundamentos” (ZAGO, 2003, p. 297). A definição da quantidade de entrevistas está relacionada ao método escolhido, “[...] e uma vez escolhido, deve-se entrar na sua lógica”, como assinala Zago (2003, p. 297).

Suponho que esse número considerável de entrevistas se deve, entre outras questões, à forma de rememoração de Marlene Soccas. Para chegar às questões propostas por mim, na maioria das vezes, ela buscou várias informações do passado, relacionando-as com outras do presente, perfazendo um longo caminho até chegar à pauta da entrevista. Por causa disso, em muitas delas, não conseguimos abordar temáticas relacionadas à pesquisa, postergando-as para outro encontro. Parece-me que Marlene Soccas, nesse processo, buscava nessas informações âncoras para as suas próprias memórias que estavam sendo investigadas.

Outra questão que pode estar relacionada ao número de entrevistas realizadas é a forma de expressão de Marlene Soccas. Uma de suas

características, e pela qual ela é conhecida, é a sua incansável vontade de falar, de narrar, de explicar tudo didaticamente. Por causa também dos conhecimentos acumulados durante a sua trajetória de vida, seja por sua vivência ou pelas tantas leituras que realizou, ela dificilmente respondeu a uma pergunta de forma mais objetiva. Importante ressaltar que a sua voz sempre foi suave, pausada, como se estivesse dando uma aula, querendo realmente fazer-se entender pelo/a seu/sua interlocutor/a. Ela pareceu-me, também, não querer deixar dúvidas quanto ao que estava narrando.

Sara Teresa Pérez Moraes (1996, p. 130), em seu artigo intitulado “O emprego de relatos orais na pesquisa psicológica sobre a organização da memória autobiográfica em pessoas idosas”, o qual é fruto de sua dissertação de Mestrado, deduziu, pelos resultados de seus estudos, que “[...] há uma tendência em aumento da produção de eventos relatados com o avanço da idade, aumento tanto quantitativo, quanto qualitativo”, verificando-se “[...] maior elaboração e riqueza de detalhes em depoimentos de pessoas de 80 anos em relação às de 60”. Talvez a “riqueza de detalhes” com que Marlene narrou algumas de suas lembranças, bem como sua forma de rememoração estejam relacionadas também à sua idade cronológica.

Outros pontos a serem observados, também, é que, às vezes, Marlene Soccas teve dificuldade para se lembrar de alguns eventos que eu considerava importantes para a pesquisa, os quais insisti para que se lembrasse. Também por causa dos esquecimentos, a repetição, algumas vezes, das mesmas narrativas, e a sua insistência em narrar repetidas vezes lembranças que para ela provavelmente eram/são significativas.

No estudo da memória, deve-se levar em conta o “não dito”, pois ela não é composta apenas por lembranças, mas também por silêncios e esquecimentos. Conforme indica Giani Rabelo (2008, p. 34),

A memória não é neutra, pois ela é carregada de significados construídos a partir das experiências vivenciadas. Ela não é linear, o ontem e o hoje se entrecruzam constantemente, por isso a memória é uma leitura inacabada da realidade, de tal modo que a possibilidade de se trabalhar com a memória implica considerar não só as lembranças, mas também os esquecimentos, os silêncios e as palavras não ditas.

De acordo com Michael Pollak (1989, p. 8), “[...] as fronteiras desses silêncios e ‘não ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo

deslocamento”. O autor afirma que o silêncio, muitas vezes, decorre da angústia de não ser escutado, de sofrer uma punição pelo que diz, ou de ser mal interpretado. Importante pensar até que ponto o esquecimento também não é uma forma de se silenciar diante de uma lembrança que não é bem-vinda ou é traumática.

Quando se trata de um estudo de memórias em relação ao esquecimento, parece-me que existe uma multiplicidade de fatores que podem explicá-los e dentre eles costuma-se incluir o fator idade. No entanto, Moraes (1996) pontua que nas pesquisas realizadas para o seu estudo não encontrou consenso entre os pesquisadores no que diz respeito ao declínio da capacidade mnêmica com o avançar da idade. Marlene Soccas considera sua memória a sua ferramenta de trabalho, por isso, por vezes, mencionou com preocupação que sua “memória já não era mais como antes” e atribuiu isso à sua idade. Nesse caso, ela se referiu ao ato de lembrar.

No que se referem aos encontros, eles ocorreram, em sua maioria, aos sábados, no período vespertino. Geralmente, as entrevistas foram marcadas para as 15 horas, no entanto, raramente nós as iniciamos no horário combinado. Assim, na maioria das vezes, eu saí de sua residência por volta das 19 horas. As entrevistas duraram, em média, de uma hora e meia a duas horas. Para os dias marcados, eu evitei marcar compromissos pessoais, porque não sabia em qual horário sairia da residência de Marlene Soccas. Foi feita uma tentativa de alterar o horário das entrevistas para os sábados, no período matutino. Pensei que, sendo de manhã, a conversa ficaria mais objetiva, porque, necessariamente, finalizaríamos antes do meio-dia. Essa tentativa não deu muito certo, visto que me desloquei à sua casa por volta das 9h30min da manhã e saí por volta das 13 horas. Também tentei, em meu período de férias, realizar mais de uma entrevista na mesma semana. Percebi que nesse formato de tempo Marlene Soccas conseguia dar uma continuidade em sua narrativa de uma entrevista para outra.

Ao final de cada entrevista, marcávamos a data do próximo encontro. Ela registrava a data em sua agenda, mas, mesmo assim, eu entrava em contato, por telefone, na semana da data agendada, bem como um dia antes, ou em um turno anterior, para confirmarmos o horário. Não foram raras as vezes que remarcamos a data por ela ter assumido algum compromisso político ou familiar. Ocorreu, também, de eu ter compromisso e ter que remarcar a entrevista.

Penso que o/a pesquisador/a deve dar uma atenção especial às combinações de horários e datas realizadas com o/a entrevistado/a para não causar constrangimentos. Na ocasião em que realizei mais de uma

entrevista na mesma semana, havíamos realizado duas entrevistas e marcamos uma terceira para a mesma semana. Como as datas ficaram próximas, eu não fiz as confirmações por telefone, como de costume. Quando eu cheguei à sua casa, ela não estava me esperando. Pareceu-me que ela ficou um pouco envergonhada por ter se esquecido do nosso encontro, assim, a entrevista não fluiu como nos outros dias. Outra percepção que eu tive nesse processo foi que ela parecia ter maior preocupação com as nossas combinações de horários e datas das entrevistas quando iniciamos os encontros. Com o tempo, sua preocupação pareceu se dissipar um pouco. Penso que, talvez, pela nossa proximidade, ou talvez porque ela já havia internalizado que eu entraria em contato para confirmar os horários e as datas combinados.

2.3 SOBRE A VALIDADE E A ÉTICA NA PESQUISA

Segundo Janaina Amado (1997), com o avanço do uso da história oral como metodologia, os historiadores que dela se utilizam são expostos a uma série de questões metodológicas, teóricas, técnicas e éticas. Dentre as questões éticas, a autora destaca a importância que se deve dar à relação entre pesquisadores e seus entrevistados. Amado ressalta que a ética deve estar presente em todos os trabalhos dos historiadores, independentemente de eles serem realizados com documentos ou com pessoas e que os “[...] procedimentos éticos servem para regular as relações entre os próprios historiadores, entre estes e suas fontes e entre estes e seus leitores” (AMADO, 1997, p. 146).

Para Amado (1997), o trabalho de pesquisadores com testemunhos vivos, no entanto, implica maior “[...] responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre pessoas e personagens históricos, [...] mas trará consequências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos profissionais” (AMADO, 1997, p. 146). A autora destaca que a publicação final das pesquisas pode trazer consequências benéficas para os entrevistados, mas podem, no entanto, prejudicá-los, bem como as pessoas de seus círculos.

Conforme a autora, embora se argumentem que os entrevistados narrem apenas o que desejam, o que reduz drasticamente a possibilidade de eles fazerem revelações que os prejudiquem, ou a outrem, existem alguns fatores que contribuem para que o contrário também ocorra. Ela destaca, por exemplo, que muitas vezes os entrevistados não conseguem controlar os seus discursos, deixando-se envolver por suas lembranças, em cujas evocações, às vezes, predominam o emocional e não o racional; que outros entrevistados se valem das entrevistas “para acertarem as

contas” com pessoas do passado, fornecendo informações com o intuito de macular a imagem dessas pessoas; e, por fim, que algumas entrevistas, por abordarem assuntos do cotidiano de forma prolongada, criam um “clima de intimidade” e possibilitam uma situação que propicia ao entrevistado falar da vida alheia.

Amado (1997) aborda ainda que as relações pessoais criadas entre os pesquisadores e seus entrevistados é outra questão ética que deve ser observada na história oral. De acordo com ela, o entrevistador, por diversas vezes,

[...] deixa-se envolver pelo ambiente das entrevistas, pelas histórias ali contadas, pela emoção das evocações, ‘esquecendo-se’ de representar o papel profissional normalmente atribuído a ele e criando fortes laços pessoais com os informantes, tanto de admiração, amizade e amor, quanto de antipatia, rejeição e mesmo de ódio. (AMADO, 1997, p. 148)

Conforme a autora, esses laços pessoais refletem sobre o trabalho final, o qual tende a mostrar as falas de seu entrevistado de modo a favorecê-lo ou desfavorecê-lo. No caso específico deste estudo, compreendo que “corri o risco” de supervalorizar a minha entrevistada, Marlene Soccas, tanto em virtude do vínculo afetivo que criei com ela, devido a tantos e tantos encontros, como por tê-la acompanhado, por mais de um ano, quase como em uma pesquisa etnográfica, bem como pela sua trajetória de vida até a atualidade, a qual considero admirável.

Durante esse período de mais de um ano acompanhando-a, percebi que Marlene Soccas envolveu-se em muitas situações que reforçam o seu posicionamento político e social, das quais destaco algumas. Ela ajudou na organização da Greve Geral, em Criciúma (SC), ocorrida em 28 de abril de 2017¹⁵. Marlene Soccas narrou em um dos encontros que tivemos que, além de participar das reuniões junto com as lideranças sindicais na preparação do ato do dia da Greve Geral, ela e uma vizinha foram em alguns bairros da cidade conclamar os trabalhadores e as trabalhadoras para participarem da Greve Geral. Entregaram panfletos para as pessoas

¹⁵ Essa data foi marcada como o “Dia Nacional da Greve Geral” e ocorreu em vários lugares do Brasil e em Criciúma. Nesta cidade, houve a mobilização de vários estudantes e trabalhadores/as contra as reformas trabalhistas e previdenciárias propostas pelo Governo do Presidente Michel Temer (GREVE GERAL, 2017).

nas ruas, ela se manifestou, falando aos moradores dos bairros, por meio de alto-falante instalado em seu carro, sobre os motivos da Greve e também conversou com alguns trabalhadores de uma cerâmica da região, chamando-os para o ato. Nesse dia, ao narrar sobre essas atividades, ela demonstrou alegria e entusiasmo.

Em junho de 2017, algumas Centrais Sindicais brasileiras chamaram outra Greve Geral, a qual não teve a mesma repercussão nacional que a anterior. Marlene Soccas, ao perceber que a greve não iria ocorrer com a mesma intensidade e o mesmo comprometimento da anterior por parte dos “sindicalistas pelegos”,¹⁶ como ela os denominou, ficou bastante indignada. Em repúdio ao posicionamento de alguns sindicalistas, ela realizou uma greve de fome, que durou quatro dias. A professora Lili, eu e outras pessoas tentamos convencê-la a não realizar essa greve, mas não conseguimos dissuadi-la. Então, nós nos organizamos para ajudá-la a passar por esse momento da melhor forma possível.

Nesses e em outros episódios sociais e políticos que participei com Marlene Soccas, no princípio, eu não sabia muito bem como proceder. Pensei que teria que manter uma postura de distanciamento e de imparcialidade e manter-me o mais distante possível, mas, como somos seres humanos em uma relação entre humanos, percebi que nesse trabalho a neutralidade não é possível. Percebi, também, que a minha relação de pesquisadora com a entrevistada estava atravessada por sentimentos de simpatia, empatia e admiração. No entanto, também entendi que é necessário, na análise, um exercício de distanciamento em relação à pessoa da Marlene Soccas e que isso se constituiu em um desafio para mim.

Conforme mencionado na Introdução, esta investigação inscreve-se em uma perspectiva de pesquisa qualitativa, segundo a qual se entende a impossibilidade de uma posição neutra, asséptica, do/a pesquisador/a. Segundo Carmem Zeli de Vargas Gil (2012, p. 09), nesse tipo de pesquisa, a investigação “[...] é uma construção com implicações do investigador, um envolvimento que afasta a ilusão da distância, mas não o sentido crítico da pesquisa”, ou seja, mesmo que não seja possível o total distanciamento entre o sujeito pesquisador e o sujeito da pesquisa, é

¹⁶ Pelego é uma manta de pelo, geralmente de carneiro ou de ovelha, usada pelos cavaleiros para amortecer o seu contato com cavalo e também proteger o animal. De acordo com Marlene Soccas, o termo “pelego” é usado analogamente para designar um sindicalista que é utilizado pelos patrões para “amortecer” os conflitos de classes entre patrões e trabalhadores.

necessário ater-se a procedimentos que auxiliem para que isso não afete sobremaneira o processo e o resultado final do estudo.

Segundo Menga Lüdke e Marli André (1986), a questão da subjetividade do/a pesquisador/a, isto é, de sua implicação na pesquisa, é a mais suscitada em relação às abordagens qualitativas. Conforme as autoras, há os que possuem uma “postura mais tradicional em relação ao conhecimento científico” e que postulam que “os julgamentos de valor do pesquisador não devem afetar nem a coleta nem a análise de dados”. Em polo oposto se encontram os que “afirmam ser impossível a objetividade” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 51). E há aqueles os quais a autora considera que possuem “uma postura mais equilibrada”, que “reconhecendo a impossibilidade de separar os valores pessoais do processo de pesquisa, sugerem alguns cuidados especiais no sentido de controlar o efeito da subjetividade” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 51).

Lüdke e André (1986) assinalam que uma das maneiras de ocorrer esse controle é por meio da manifestação do pesquisador de seus pressupostos, valores e preconceitos, de forma que as pessoas possam julgar as suas implicações no desenvolvimento da pesquisa. Elas apontam, também, que, sempre que possível, o pesquisador deve explicitar ao leitor de que forma ele foi afetado pela pesquisa, expondo as mudanças, caso tenham ocorrido, em seus pressupostos, valores e julgamentos. Outra ação que ajuda no controle da subjetividade, segundo as autoras, é o esclarecimento, pelo pesquisador, dos critérios adotados para selecionar o seu *corpus*, e não outro, bem como elencar os motivos das escolhas de certas situações e não de outras.

Essa inevitável implicação do/a pesquisador/a em decorrência de sua relação com os sujeitos pesquisados suscitam, segundo Lüdke e André (1986), algumas questões éticas. Uma delas se refere à garantia de sigilo das informações. Em alguns casos, o/a pesquisador/a, muitas vezes, precisa assegurar o anonimato aos sujeitos pesquisados. Nesta pesquisa, por tratar-se de uma história de vida, a garantia do anonimato não foi possível de ser assegurada, visto que, inclusive, o nome do sujeito da pesquisa, Marlene Soccas, consta no título do trabalho. Sendo assim, conforme mencionado no “Termo de Consentimento Livre Esclarecido” (TCLE), assinado por Marlene Soccas, consta a sua concordância com essa condição de não anonimato e a sua ciência dos riscos que podem advir daí. No entanto, alguns nomes citados nas entrevistas, bem como algumas situações narradas, os quais poderão implicar outras pessoas e a própria narradora, foram mantidos em sigilo e não estarão disponíveis para divulgação. Esses procedimentos vão ao encontro da observação realizada por Costa (2004, p. 292), segundo a qual “[...] lidar com as

lembranças de algumas pessoas vivas é encontrar esquecimentos e silêncios e requer cautela e cuidado, pois, nem tudo é permitido revelar, principalmente quando uma revelação pode prejudicar a imagem da pessoa entrevistada”. Importante assinalar que o Projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e Seres Humanos (CEP) da Unesc, por meio da Plataforma Brasil e que foi aprovado.

Para Lüdke e André (1986, p. 51), os “cuidados com a objetividade” devem ser observados porque eles refletem diretamente na validade da investigação. No que se refere à validade da pesquisa, as autoras, ao reportarem-se ao procedimento da observação, assinalam a importância do uso da estratégia da “triangulação”, a qual, penso, aplica-se também ao processo das entrevistas e à necessidade de se realizar uma análise mais objetiva da pesquisa.

No caso específico deste estudo, foram realizadas várias entrevistas com Marlene Soccas, 17 (dezessete), como já assinalado, havendo, no entanto, cruzamento com outras fontes como fotografias e documentos de seus arquivos pessoais – como cartas escritas quando ela estava na prisão e documentos de sua trajetória escolar, um livro de sua autoria, intitulado “Meu querido Paulo” –, bem como notícias veiculadas em jornais, nas redes sociais e vídeos.

2.4 OUTRAS FONTES UTILIZADAS NESTA PESQUISA

No que se refere às cartas, Marlene Soccas entregou-me 35 (trinta e cinco) delas, que foram escritas pela entrevistada enquanto esteve confinada no Presídio Tiradentes, entre 30 de junho de 1970 (quatro dias após a sua chegada ao local) a 10 de junho de 1972 (aproximadamente um mês antes de ela ser libertada). Dessas correspondências, 24 (vinte e quatro) foram enviadas somente à sua irmã, Marisa; quatro foram destinadas a ela junto com a família; e as outras, às suas irmãs por parte de mãe, às sobrinhas e aos sobrinhos. Pelo conteúdo das cartas é possível perceber que outras foram enviadas para destinatários diferentes, como sua mãe, seus tios e suas tias. As cartas foram guardadas por sua irmã e entregues a Marlene Soccas no ano de 2017.

Essas correspondências foram escritas em diferentes suportes, como papéis de carta, folhas de caderno, folhas de blocos de propaganda, todas à caneta, a maioria na cor azul, com exceção de uma que foi datilografada. Algumas folhas de papel de carta não estavam inteiras, demonstrando que uma parte do papel talvez tenha sido utilizada para outra finalidade. Algumas vezes, ela escreveu que a carta seria curta porque o papel estava faltando. Nelas, Marlene Soccas relatou um pouco

do seu cotidiano na prisão, solicitou informações acerca dos membros de sua família, expôs seus sentimentos em relação a algumas situações vivenciadas ou percebidas por ela, tanto na prisão quanto com alguns membros de sua família.

De acordo com Maria Teresa Santos Cunha (2002, p. 183), os estudos acerca das “escrituras cotidianas e práticas epistolares das pessoas comuns” se acentuaram a partir da última década do século XX. Segundo a autora, as intituladas “escrituras ordinárias ou escritos sem qualidade” (FABRE, 1999 *apud* CUNHA, 2002, p. 183) alargaram o campo para as pesquisas “sobre práticas e funções culturais da escrita na sociedade letrada que se desenvolve a partir do século XIX”. Os estudos baseados em cartas abrem possibilidades para considerá-las tanto como documentos históricos quanto como práticas culturais.

Conforme Cunha (2002, p. 184), a análise delas como um “conjunto de documentos históricos” permite percebê-las como representações de vivências da época de sua escrita, e, dessa forma, esse conjunto de documentos se faz “portador/produzidor de sentidos para a história”. Considerando as cartas como “objetos nos quais estão imbricadas as práticas culturais”, Maria Rosa Rodrigues Martins Camargo (2000, p. 205) entende que “[...] o desafio é rastrear os motivos, modos e procedimentos que configuram essas práticas escritas”. Na perspectiva da História Cultural, segundo a autora, “[...] procura-se através da análise das cartas, enquanto prática à escrita, rastrear, identificar, analisar [...] como uma realidade social é construída, pensada, dada a ler, materializada numa prática”. Nesta investigação, utilizei essas “escritas ordinárias” de Marlene Soccas como um documento histórico que permitiu perceber as suas representações acerca de suas vivências, de sua formação política e de suas relações enquanto esteve na prisão.

As cartas, aqui, também são tratadas como uma “escrita de si”, portanto, como autobiografias, assim como o livro “Meu querido Paulo”, escrito por ela. Na apresentação desse livro, Marlene Soccas (2014, p. 3) escreveu que ele é “[...] uma homenagem a Paulo Stuart Wright, mas estende-se [*sic*] a todos que lutaram, morreram, sofreram torturas, foram perseguidos e/ou lutaram pelo fim da ditadura”. Os capítulos foram escritos em forma de cartas endereçadas a Paulo, em um tom mais íntimo, percorrendo acontecimentos da época em que ela escreveu o livro, em 2014, e outros relacionados às várias lutas de resistência que ocorreram no Brasil no passado, com foco maior no período da ditadura civil-militar, relacionando-o a fatos da vida pessoal e, principalmente, /política de Paulo.

Ela escreveu, ainda, na apresentação: “[...] é também meu testemunho, pois participei do período histórico abordado e acho importante deixar o meu testemunho” (SOCCAS, 2014, p. 3). As cenas descritas de seu testemunho relacionam-se, na maioria das vezes, à sua convivência com Paulo, e podem ser consideradas uma escrita também autobiográfica. Como toda “escrita de si”, seu livro fornece pistas sobre “si” e, nesse caso, sobre a trajetória da militância política de esquerda de Marlene Soccas no período posterior ao Golpe de 1964 até a sua ida para a prisão, ocorrida no ano de 1970.

Conforme mencionado anteriormente, a escrita biográfica ou autobiográfica vem sendo utilizada na historiografia em uma perspectiva de “[...] retomada das reflexões sobre a ação individual na história” (AVELAR, 2010, p. 157). Mas é necessário se atentar que essa escrita de uma vida, embora seja narrada de forma linear e cronológica, como já apontado, é permeada por sentidos e interpretações atribuídos *a posteriori* tanto pelo/a narrador/a como por quem a escreveu.

Embora haja esses entrelaçamentos, é preciso distinguir a estrutura de um romance biográfico de uma escrita biográfica-histórica. De acordo com Del Priore (2009, p. 11), o que diferencia essencialmente um do outro é que os fatos narrados pelo historiador “[...] são impostos por documentos e não nascidos da imaginação”. É importante considerar, no entanto, que os documentos escritos ou advindos da memória não possuem uma verdade totalizante. Eles não são imparciais, são também seleções e não falam por si mesmos.

Neste estudo, é importante ressaltar, também, o uso das imagens fotográficas. Em algumas entrevistas, ao relatar alguns fatos de sua vida, Marlene Soccas se referiu à existência de algumas fotografias referentes a eles, observando que, provavelmente, ela as tinha perdido em uma mudança. Um dia, eu lhe propus tentarmos procurá-las e ocorreu que encontramos muitas delas, principalmente as de sua infância, todas impressas em preto e branco, guardadas em uma pasta de arquivo plástica e transparente. Encontramos, ainda, vários álbuns de fotografia com fotos de sua filha e de seu filho e de sua família atual, das décadas de 1980 e 1990, a maioria em papel colorido. Junto com Marlene Soccas, selecionei algumas fotografias para serem utilizadas neste estudo, as quais foram digitalizadas e guardadas em arquivo digital. Antes de utilizá-las, limpei-as levemente com farelos de borracha e guardei-as, separadas umas das outras em folhas de papel branco, devolvendo-as, posteriormente, para Marlene Soccas.

De acordo com Boris Kossoy (1989, p. 14), a fotografia, inventada no período da Revolução Industrial, teve “[...] papel fundamental

enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento e apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística”. Para o autor, a fotografia propiciou uma nova forma de conhecimento do mundo, “[...] porém, de um mundo em detalhe, posto que fragmentário em termos visuais e, portanto, contextuais”.

Conforme Kossoy (1989, p. 16), “[...] é a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções”. A fotografia nos traz, de certa forma, uma informação “congelada” de um determinado momento, por isso, entendo, que como “reveladora de informações”, como documento histórico, ela precisa ser contextualizada. Já como “detonadora de emoções”, ela funciona como um potente evocador de memórias, de “auto-reconhecimento [*sic*] e recordação” (KOSSOY, 1989, p. 15).

No cruzamento desses documentos, fotografias, cartas, depoimento oral, dentre outros citados, estes não serão comparados entre si em busca da fonte de informação mais fidedigna, mas serão cotejados. No que se refere ao cruzamento das informações obtidas em uma investigação, a partir de fontes diversificadas como a observação, as entrevistas e os documentos, Manuel Jacinto Sarmiento (2003, p. 156) propõe que o “cruzamento permite realizar a triangulação”, cujo ato metodológico “visa esclarecer um determinado facto, acontecimento ou interpretação, a partir de três (ou mais) fontes, três tipos de dados ou três métodos diferentes”.

Para Sarmiento (2003, p. 157), esse procedimento metodológico é importante em uma investigação, pois “[...] impede que a unilateralidade de uma observação, ou de um depoimento ou ainda de um documento, se possa sobrepor à realidade, em todo o seu conjunto e complexidade”. Para ele, o cruzamento das informações, tendo como base outros documentos e outras perspectivas sobre a realidade, possibilita explicar o que “não converge” e confirmar com mais segurança “o que converge”. Ele acrescenta, também, que “[...] a triangulação permite detectar, sempre que ocorre a divergência entre os dados, um ponto de tensão, a contradição, a expressão de um modo singular de ser, ou de pensar e agir” (SARMIENTO, 2003, p. 157).

Lüdke e André (1986, p. 52) se referem também ao aspecto da fidedignidade de uma pesquisa, que nas pesquisas qualitativas se diferem das pesquisas “tradicionais”, ou seja, as do campo positivista:

[...] o que se espera não é que observadores totalmente isentos cheguem às mesmas

representações dos mesmos eventos, mas sim que haja alguma concordância, pelo menos temporária, de que essa forma de representação da realidade é aceitável, embora possam existir outras igualmente aceitáveis. O importante é manter uma atitude flexível e aberta, admitindo que outras interpretações podem ser sugeridas, discutidas e igualmente aceitas.

Finalizo lembrando a afirmação de Santos (2009, p. 21), citado anteriormente, o qual, ao se referir à “sua” Carolina de Jesus, escreve: “[...] é sempre possível contar uma vida de outra maneira”. Assim, entendo, ocorre também com as nossas pesquisas, pois para um mesmo objeto de pesquisa podem existir várias formas de abordagens e de interpretações. Uma pesquisa não se fecha nela mesma, pois outros olhares podem dar outros sentidos e significados para ela.

3 ENTRE A REBELDIA E A SUBMISSÃO: FRAGMENTOS AUTOBIOGRÁFICOS DE MARLENE SOCCAS DE SUA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Neste capítulo, escrevo acerca de alguns fragmentos autobiográficos de Marlene Soccas de fatos vivenciados em sua infância, juventude e vida adulta, que ocorreram, principalmente, no âmbito familiar, escolar e profissional, com base nas lembranças que, de certa forma, ela escolheu contar, as quais eu selecionei para relatar e discutir. A escolha por narrar, neste estudo, a respeito desses períodos que antecederam o início da formação política como militante de esquerda de Marlene Soccas se relaciona ao entendimento de que a formação das pessoas ocorre ao longo das suas vidas.

3.1 MARLENE SOCCAS NARRANDO SOBRE SUA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E VIDA ADULTA

Escrever sobre a trajetória de vida de uma pessoa é um desafio, pois ela não cabe em nenhum escrito ou relato oral, seja por sua complexidade, seja porque não se consegue apreendê-la como um todo.

Verena Alberti (2004, p. 13), em seu livro “Ouvir Contar”, lembra-nos de que

[...] se quiséssemos fazer um livro reproduzindo passo a passo nossa vida, tal qual ela foi, sem deixar de lado os detalhes, gostaríamos ainda uma vida inteira para assisti-lo: repetir-se-iam, na tela, os anos, os dias, as horas, de nossa vida. Ou seja, é impossível assistir ao que passou, seguindo a continuidade do vivido, dos eventos, das emoções.

Compartilho dessa ideia e penso que, se para a própria pessoa que vivenciou as suas experiências é impossível reproduzi-las, imagine para o outro que intermedeia a narração das lembranças do vivido. No caso específico desta investigação, eu como pesquisadora.

Ao comparar essa afirmação em relação às nossas vidas com o passado, de um modo geral, Alberti (2004, p. 13-14) afirma que “[...] é impossível reproduzi-lo em todos os seus meandros e acontecimentos os mais banais, tal qual realmente aconteceu [...]”, pois, “[...] a história, como toda atividade de pensamento, opera por descontinuidades:

selecionamos acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para conhecer e explicar o que passou”.

Para a autora, a entrevista em História Oral não escapa a essa concepção. Conforme mencionado anteriormente por outras autoras (AMADO, 1996; BOSI, 2004), neste tipo de entrevista, geralmente, o narrador seleciona os eventos, enfatizando em suas narrativas as partes significativas de seu percurso. Nesse sentido, é importante que o/a entrevistador/a não seja apenas um/a “escutador/a”, mas um/a investigador/a atento/a aos “ditos” e aos “não ditos”, aos silêncios, às pausas, ao tom de voz, às emoções trazidas no momento de interação com o/a entrevistado/a.

Conforme Alberti (2004, p. 14), na entrevista, em História Oral,

[...] há [...] uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos pessoais. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. E, ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos.

No lugar do documento físico, a pessoa viva, em “carne e osso”, aquela que testemunhou, que viveu, viu e ouviu, e que, agora, conta sobre o seu testemunho, escolhendo as cores de sua palheta, muitas vezes sem perceber que essas se modificam com a distância dos acontecimentos, e a partir do seu próprio estado no tempo presente. O/A entrevistador/a precisa, então, estar atento/a para compreender que há uma distância entre o que aconteceu e o que a pessoa se lembra do que aconteceu, isto é, entre o “vivido” e o “recordado”, conforme mencionado anteriormente por Amado (1996, p.131). E outra distância, também, entre o que o/a entrevistador/a ouviu e o que ele/a interpreta do que ouviu.

Outro aspecto relevante da memória é a relação estreita das memórias individuais com as memórias coletivas. De acordo com Lowenthal (1998, p. 78), “[...] o passado relembado é tanto individual como coletivo”. No entanto, conforme o autor, a forma como a memória

é sentida é “intensamente pessoal”, o acontecimento rememorado é percebido como algo que ocorreu com a própria pessoa (LOWENTHAL, 1998).

Bosi (2004) também teoriza nesse sentido. Conforme a autora, a “memória do indivíduo” tem estreita vinculação com os grupos sociais dos quais este faz parte, como a família, a escola, a classe social, a profissão, a igreja e, no caso de Marlene Soccas, também os grupos de atuação política nos quais participou e participa, dentre outros. Nas palavras de Bosi (2004, p. 54): “[...] se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar”. No entanto, de acordo com a autora, “[...] por mais que se deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda” (BOSI, 2004, p. 411).

Para Lowenthal (1998, p. 81), as lembranças dos outros são necessárias “[...] tanto para confirmar as nossas próprias quanto para lhes dar continuidade”. Conforme esse autor, diversamente dos sonhos, que são totalmente individuais, “[...] as lembranças são continuamente complementadas pelas dos outros” (LOWENTHAL, 1998, p. 81). Para Bosi (2004, p. 55), “[...] até mesmo as imagens do sonho, que parecem ao consenso geral as mais desgarradas da memória coletiva [...] não fugiriam às determinações do presente”. Desse modo, parece-me que não é possível pensar em uma memória puramente individual, mas somente construída no contexto das relações entre o indivíduo e o grupo.

No caso de Marlene Soccas, as narrativas de suas lembranças são extensas e intensas e é muito fácil nos entrelaçarmos nelas e nos encantarmos tanto com elas quanto com a própria narradora. Na minha percepção, Marlene Soccas se encaixaria em algumas representações que Walter Benjamin (1983) faz do narrador. Para Benjamin (1983, p. 205), “[...] a narrativa [...] é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação”. Ele continua dizendo, em relação à narrativa, que “[...] ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1983, p. 205).

Nesse sentido, o/a narrador/a é como se fosse um/a artesão/ã, um/a artista, que “imprime a sua marca”, moldando a sua narrativa, assim como Marlene Soccas, que, ao narrar, usou a sua voz em vários tons, expressou-se com as suas mãos, com o rosto, com os olhos e com o seu corpo. Também selecionou alguns acontecimentos de sua vida, ressaltou-os em detrimento de outros que ficaram silenciados.

Outra característica do narrador apontada por Benjamin (1983) é o seu “senso prático”. Para ele, a narrativa tem uma “dimensão utilitária”, que “[...] pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem [ou mulher] que sabe dar conselhos” (BENJAMIN, 1983, p. 200. Acréscimos meus). Minha entrevistada, algumas vezes, mencionou que tinha “jeito de professora”, porque gostava de ensinar, de explicar, ou, talvez, nas palavras de Benjamin (1983), de “dar conselhos”. Ela verbalizou em algumas entrevistas que intencionava, com as suas narrativas, contribuir para a educação e para a formação das pessoas, em especial as mais jovens, para que muitas experiências que ela vivenciou, principalmente na Ditadura Civil-Militar, não mais ocorram, e, caso venham a ocorrer, saibam como agir. Ela não “economizou” palavras e explicações em seus relatos. Sempre demonstrou prazer em falar, em detalhar, os acontecimentos.

No entanto, hoje, na segunda década do século XXI, mais ainda do que na época em que Benjamin escreveu o seu texto, a narrativa oral, de um modo geral, é pouco valorizada. Segundo o autor “[...] a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. [...] É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1983, p. 197-198).

De acordo com o autor, “[...] uma das causas desse fenômeno é óbvia: as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo” (BENJAMIN 1983, p. 198). Parece-me que na vida de Marlene Soccas o que não faltaram (e não faltam) são experiências, mas não só, ela demonstrou sentir necessidade de verbalizar essas experiências. Não somente por causa de sua idade, mas, sobretudo, pelo modo como ela encara a vida. Ela demonstrou muita sede de conhecer, de ensinar e de experimentar a vida mais intensamente, sem ficar na superficialidade. E, agora, em sua velhice, algumas vezes ela manifestou que tinha pressa de viver. Não de viver apressadamente, penso, mas de experimentar e lutar o quanto pode. Confesso que, às vezes, no contato com ela, eu até senti um pouco de vergonha por minha incapacidade de acompanhá-la, seja nas suas conjecturações e análises históricas, políticas e sociais, seja pela quantidade de atividades políticas em que ela se envolvia (e se envolve) de forma comprometida. Como diz o ditado popular, para ela, “não tem tempo ruim”.

Ainda no que se refere à “arte de narrar”, Benjamin (1983, p. 197) atribui à sua extinção paulatina, dentre outras razões, a desvalorização das

experiências, tanto as vividas pelo próprio narrador como as apreendidas por meio das narrativas de outros. Essa desvalorização das experiências tem a ver, segundo o autor, com o fato de que as pessoas estavam “mais pobres em experiência comunicável”. Uma das explicações para essa “pobreza” está relacionada à vivência da própria experiência, porque, segundo Jorge Larossa Bondía (2002, p. 21), “[...] a cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”. E ela não “nos acontece”, não “nos toca”, segundo o autor, porque estamos mergulhados, mais do que nunca, em um mundo dominado pela informação, que tomou o lugar da narrativa, como já apontava Benjamin (1983). Segundo este autor, “[...] quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação” (BENJAMIN, 1983, p. 203)

Na sociedade contemporânea, segunda década do século XXI, em que crescem cada vez mais as relações ditas virtuais, parece-me que se tem perdido a capacidade de narrar, também, porque há poucas pessoas que se interessam em escutar. Se não há outros/as que escutam, se não se tem para quem narrar, por que narrar? Talvez seja esse um dos motivos que contribuem para que os/as velhos/as não sejam mais considerados importantes nesta sociedade. Não se tem paciência nem se dispõe de tempo para a escuta. Somos encharcados por nossas urgências do cotidiano, afastamo-nos de “experiências comunicáveis” e também não possibilitamos ao/à outro/a que narre as suas. Segundo Benjamin (1983, p. 210), “[...] não se percebeu devidamente até agora que a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado”. Essa conservação, segundo o autor, dá-se pela memória, que é “[...] a mais épica de todas as faculdades” (BENJAMIN, 1983, p. 210).

E como se conservam as memórias? Uma das formas de se fazer isso é possibilitar que elas emergjam por meio das rememorações, através de narrativas orais e escritas, e no caso deste estudo, das narrativas orais, que se transformaram em registros escritos. E por que conservar as memórias de Marlene Soccas? Todo percurso de vida é importante e singular, mas, em alguns casos, há um tempero especial, que os destacam em relação a outros por causa das escolhas feitas, com repercussões individuais e coletivas.

Importante ressaltar que, embora eu tenha escrito sobre a trajetória de vida de Marlene Soccas, respeitando certa cronologia biológica, compreendo que, mesmo que pareça que a vida flua de forma linear e cronológica, entendo que a “ilusão biográfica” aludida por Bourdieu (1996) acontece na construção das narrativas sobre ela. Damos um

sentido tanto à nossa trajetória de vida quanto à narrativa sobre ela, como se esse sentido existisse por si mesmo. E ao escrevermos sobre o percurso de uma vida de forma cronológica, temos a impressão de que ele ocorreu de forma contínua, um evento dando sequência ao outro, o que não corresponde ao percurso em si.

As narrativas de Marlene Soccas acerca de suas lembranças sobre a infância e a juventude, nas entrevistas realizadas, ocorreram em movimentos de “idas e vindas”. Muitas lembranças rememoradas em um momento não foram evocadas em outros, quando o mesmo assunto foi tratado. Por outro lado, algumas lembranças foram rememoradas mais de uma vez, o que corrobora o que foi escrito anteriormente, com base em Bosi (2004), segundo a qual as pessoas lembram daquilo que foi significativo em suas vidas.

Nas próximas sessões deste capítulo, narro sobre as lembranças mais significativas de Marlene Soccas acerca de alguns aspectos de sua trajetória de vida nos períodos da infância e da juventude, conforme mencionado anteriormente.

3.2 “PERCEBE O OLHAR DESAFIADOR DELA!”: EXPERIÊNCIAS DA INFÂNCIA EM LAGUNA

A cidade de Laguna, situada no litoral sul do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil, atualmente, na segunda década do século XIX, atrai turistas de vários lugares do país. Ela é apreciada, dentre outras questões, pelas suas festas de carnaval e praias, por suas edificações históricas¹⁷ e por sua importância na história da expansão da parte sul do Brasil e de Santa Catarina. Também é conhecida por ter sido a terra de Anita Garibaldi¹⁸, Ana Maria de Jesus Ribeiro, que ficou assim conhecida por sua relação com Giuseppe Garibaldi, o qual junto com os “revoltosos” da Revolução Farroupilha (1835-1845), ocorrida no Rio Grande do Sul, tomou a cidade de Laguna, em 1839 (WOLFF, 2018, p. 428), estabelecendo a República Juliana.

¹⁷ Laguna ainda possui um núcleo urbano original, localizado no Centro Histórico da cidade, o qual foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1985.

¹⁸ Anita acompanhou Garibaldi em suas batalhas, dentro e fora do Brasil e, conforme Cristina Scheibe Wolff (2018, p. 428), ela “[...] fez o que muitas mulheres faziam na sua época (e haviam feito em épocas posteriores): colocou-se ao lado de seu companheiro eleito, nas batalhas e fora delas”.

Conforme João Batista de Bitencourt (2016, p. 90), até a terceira década do século XX, Laguna constituía-se como “[...] o principal escoadouro e centro de convergência da região”. Por sua importância estratégica, comercial e portuária, e constituindo-se como o centro do sul do estado, até esse período, foi construída nessa cidade, no final do século XIX, a primeira estrada de ferro do estado, denominada D. Tereza Cristina. Essa ferrovia conectava as minas de carvão ao porto de Laguna, motivando uma série de obras na cidade, como a criação de um hospital, a publicação de jornais, a fundação de uma biblioteca pública, a criação de uma escola de nível primário e secundário, a construção de um mercado público, dentre outras (BITENCOURT, 1999).

A partir da II Guerra Mundial, houve um incremento da produção de carvão, o que promoveu o desenvolvimento econômico das cidades ligadas à extração, ao beneficiamento e ao transporte desse minério, como Tubarão, Criciúma e Imbituba. Laguna, no entanto, ficou à margem desse processo, pois o seu porto não tinha a estrutura necessária para receber as grandes embarcações, as quais eram fundamentais para o transporte desse novo período da indústria carbonífera, então o carvão passou a ser transportado pelo porto de Imbituba (BITENCOURT, 2016). Com o declínio do porto, Laguna foi perdendo o seu papel central na região sul de Santa Catarina. A partir de 1970, com a construção da BR 101, essa cidade começou a ter uma grande movimentação turística, o que contribuiu para o desenvolvimento da cidade, principalmente no âmbito cultural e artístico (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 1989).

Foi nessa cidade que nasceu Marlene Soccas, em 25 de setembro de 1934, onde nasceram, também, os seus pais. Por causa da profissão de seu pai, Ludgero de Souza Soccas, que era uma espécie de coletor de impostos, sua família foi morar no município de Lages (Imagens 1 e 2), localizado no mesmo estado. Após a morte de seu pai, que faleceu aos 27 anos, em decorrência de febre tifoide, Marlene Soccas, aproximadamente com de cinco anos de idade (Imagem 3), bem como sua mãe, Amélia Cunha de Souza Soccas, e sua irmã, Marisa de Souza Soccas, retornaram a Laguna. Nessa cidade, foram morar com o seu avô materno, não por muito tempo, pois, em seguida, Marlene Soccas foi morar com o seu tio avô, irmão da sua avó paterna, João Lopes de Carvalho, conhecido como “Joãozinho¹⁹”, e com a sua esposa, Francisca Lopes de Carvalho, a tia

¹⁹ Quando eu me referir, no texto, ao tio de Marlene Soccas, usarei o nome Joãozinho, que é a forma como ela o chamava.

Chica²⁰. O tio faleceu quando Marlene Soccas tinha dez anos e ela foi criada, a partir daí, por sua tia. O casal não tinha filhos naturais e é considerado por Marlene Soccas como seus pais adotivos. Em suas palavras:

[...] Meu pai era Ludgero de Souza Soccas e a minha mãe era Amélia Cunha de Souza Soccas. [...] Todos os dois [nasceram em Laguna/SC] [...] Quando o meu pai faleceu, que eu tinha cinco anos, a minha irmãzinha tinha nascido, mas deveria estar com um ano, um ano e pouco, então a minha mãe veio de Lages para Laguna, porque nós estávamos morando em Lages, porque o meu pai era coletor lá [...] qualquer coisa de imposto de renda. [...] Então nós viemos para cá [Laguna] [...] e a gente voltou muito pobre. Tanto a família do meu pai como a da minha mãe [eram pobres]. Mas a minha mãe voltou para a casa do pai dela, que era um pescador, que tinha que sustentar nove filhos. Aí veio uma filha com mais duas crianças. E, por outro lado, do lado da família do meu pai, tinha esse tio João, casado com Francisca, que a gente chamava de tia Chica, que também não tiveram filhos. Ele era tio do meu pai, e quando soube da morte dele, ficou muito chateado. Tudo também porque sabia que tinha crianças. Automaticamente, decerto, veio aquela ideia de adotar, ficar com uma das crianças. E fui para ficar com esses tios. Eu tinha cinco anos. (SOCCAS, 2017a, p. 2-3. Acréscimos meus)

²⁰ Pelo mesmo motivo, referir-me-ei à sua tia Francisca como tia Chica.

Imagem 1 – Marlene Soccas com 2 anos de idade, em Lages



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Imagem 2 – Marlene Soccas com 3 anos de idade, em Lages



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Imagem 3 – Marlene Soccas com aproximadamente 5 anos de idade, em Laguna



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Nessa fala, Marlene Soccas enfatiza a condição econômica e social de sua família. Tanto seus pais, como o seu avô materno, eram pobres. Em suas lembranças, a casa dos seus avós maternos era, em suas palavras, um lugar em “[...] *que o chão da cozinha não era nem forrado de tábuas, era chão de terra mesmo e, se não me engano, na cozinha, era aquela lamparina com chumaço de estopa, embrulhado no óleo que eles acendiam*” (SOCCAS, 2017a, p. 26). Para ela, com a morte de seu pai, parecia quase que inevitável que sua mãe voltasse a residir na casa dos pais. Sobre essa situação, ela assim se expressou: “*E ela foi para onde? Uma mulher sem profissão, sem estudo, sem nada. Ela foi para a casa de meu avô, que era muito pobre*” (SOCCAS, 2017a, p. 2).

Cláudia Fonseca (1997, p. 517), em pesquisa baseada em 149 processos judiciais de três cartórios do Juizado de Orfãos de Porto Alegre/RS, dos anos de 1901 a 1926, observa que, de acordo com “a norma oficial” da época, a mulher deveria ficar circunscrita ao lar, “resguardada em casa”, cuidando das tarefas domésticas, enquanto aos homens cabia proverem “o sustento da família trabalhando no espaço da rua”. A autora aponta que, no entanto, essa “norma oficial” não correspondia à realidade de todas as mulheres, pois muitas mulheres pobres eram as responsáveis pelo sustento do lar. Ela indica, ainda, que essa ideia “[...] tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos dos viajantes europeus que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres.” (FONSECA, 1997, p. 517).

Fonseca (1997, p. 517) indaga: “Ao separar-se do marido, ou ao ser abandonada quais seriam as possibilidades” dessas mulheres pobres, à época? No caso da mãe de Marlene Soccas, uma mulher pobre, viúva e com duas filhas pequenas, a quem poderia recorrer? Conforme a autora, muitas eram acolhidas, mesmo que provisoriamente, pelos seus pais, como foi o caso da mãe de Marlene Soccas, uma mulher pobre, “sem profissão, sem estudo”. Se ela, assim como boa parte dos homens, tivesse uma profissão, será que a sua vida seria diferente, naquela época? Viveria com autonomia sem a tutela de um homem?

Conforme Fonseca (1997, p. 516), “[...] a mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada da realidade, vivia entre a cruz e a espada”. O baixo salário recebido pelo marido era insuficiente para suprir as necessidades domésticas, mas a “[...] dona de casa que tentava escapar às misérias por seu próprio trabalho, arriscava a sofrer o pejo da ‘mulher pública’” (FONSECA, 1997, p. 516). De acordo com a autora, “[...] em vez de ser admirada por ser uma ‘boa trabalhadora’, como o homem em situação parecida, [...] a mulher que

exercia algum trabalho assalariado, principalmente nas indústrias, tinha que preservar a sua reputação contra este tipo de moralidade, visto que o assédio sexual era recorrente” (FONSECA, 1997, p. 516).

Segundo Fonseca (1997, p. 516), já as mulheres que trabalhavam nas atividades domésticas, tradicionalmente femininas, como lavadeiras, engomadeiras, “[...] pareciam correr menos perigo moral” que aquelas que trabalhavam nas indústrias, mas mesmo nessas situações pairava sobre elas a acusação de serem mães relapsas. Talvez, além da pobreza da família de Marlene Soccas, e da de seus avós maternos, e a dificuldade de criar as duas filhas sozinhas, esse tipo de moral que desqualificava a mulher trabalhadora também tenha contribuído para que a mãe de Marlene Soccas constituísse, posteriormente, uma nova família. Desse seu segundo casamento, com Mário Bianchini Góes, nasceram duas filhas, Mirna e Magda, e dois filhos, Mário e Mânlio.

O fato de Marlene Soccas ter ido morar com seu tio e sua tia, quando tinha apenas cinco anos, parece ter marcado a sua vida. De acordo com Fonseca (1997, p. 535) “[...] a circulação de crianças entre uma casa e outra [...]” era uma prática comum nas camadas populares que “[...] deriva, por um lado, da importância da família extensa, por outro, da necessidade de acionar estratégias coletivas para a sobrevivência das crianças”. A autora aponta que, de acordo com “os ditados da divisão tradicional de trabalho”, as mulheres deveriam ser as responsáveis pelo cuidado das crianças, mas essa mulher não seria necessariamente a mãe biológica.

O tio de Marlene Soccas faleceu quando ela tinha dez anos, conforme já mencionado. Em suas lembranças sobre a infância, ela se referiu a ele poucas vezes. Em suas narrativas sobressaíram-se as lembranças relacionadas à sua tia, o que corrobora ideia apresentada por Fonseca (1997) de que a educação e os cuidados com as crianças estavam fortemente ligados às mulheres, fossem elas mães biológicas ou não.

Segundo Fonseca (1997, p. 536), no final o século XX, e, posso inferir, ainda na segunda década do século XXI, as decisões relacionadas às crianças, como a sua criação e escolarização, bem como os seus rumos depois da separação ou morte dos pais, não são limitadas ao casal. Nas pesquisas em que realizou, a autora encontrou evidências desse tipo de solidariedade em que os parentes consanguíneos, principalmente os ascendentes e descendentes, ocupavam um “lugar prioritário nas redes de ajuda mútua”. No entanto, ainda de acordo com a autora, a solidariedade não se limitava a estes, estendendo-se igualmente aos parentes colaterais, como os irmãos, tios e primos e, muitas vezes, madrinhas e parentes

disputavam entre si o “[...] direito de recolher um órfão no seu lar” (FONSECA 1997, p. 538).

Outras lembranças trazidas por Marlene Soccas foram algumas cenas da vida privada da casa da tia Chica, que ressaltam essas redes familiares de solidariedade, principalmente no que se refere ao acolhimento de outros membros da família extensa. De acordo com suas narrativas, embora não tenham concebido filhos(as), os seus pais adotivos ajudaram a criar também outros sobrinhos, considerados por Marlene Soccas como seus primos, o Nei, a Neco e a Neuza, filhos/as de uma irmã da tia Chica, a tia “Nica”, que também morava na casa de seu tio e de sua tia (Imagem 4). Além deles/as, parece que o casal acolhia também outras pessoas em sua casa, não parentes, conforme relato de Marlene Soccas:

[A tia Chica] *ajudava a cuidar da criançada [filhos/as de sua irmã], de mim também, e de outros sobrinhos. Não sei de onde vinha tanta gente para aquela casa ali. Vinha muita gente morar ali com minha tia. [...] A minha tia recebia todo mundo na casa dela. Se alguém precisava ficar em algum canto, ia para a casa da tia Chica e ali passava um tempo [...] Ficou uma lá também para estudar na minha casa. Apareceu não sei de onde, nem sei como essa guria apareceu lá. Ela era um pouquinho mais velha do que eu, mas era mais próxima do que os outros, porque os outros eram todos adultos. Eu era pequena. [...] Mas assim, me perguntando hoje, eu achava interessante porque a gente convivia com mais pessoas, a gente se socializava mais.* (SOCCAS, 2017a, p. 16-18. Acréscimos meus)

Imagem 4 – Família de Marlene Soccas: tio Joãozinho, tia Chica, Neuza (a menina maior), Necy (a menina do meio) e Marlene Soccas (a menina menor)



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Algo que chamou a atenção nesse excerto da fala de Marlene Soccas é que ao mesmo tempo que ela relata as suas lembranças e impressões sobre a atitude de acolhimento de outras pessoas por parte de sua tia, ela também avalia esse comportamento a partir de suas concepções teóricas do seu tempo presente. Conforme já mencionado anteriormente, segundo Bosi (2004, p. 55), as lembranças são construídas “[...] pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual [...]” e neles podem ser incluídos os conhecimentos, tanto teórico como empírico, adquiridos na trajetória de uma vida.

No que se refere ao acolhimento por parte do casal, talvez ele fosse possibilitado, dentre outras questões, por causa de uma condição econômica mais favorável e, também, pelo fato de Laguna ser um centro importante à época, para onde se dirigiam várias pessoas das localidades vizinhas, inclusive para estudar, conforme a entrevistada mencionou no caso da moça que foi morar com a sua família. De acordo com Marlene Soccas (2017a, p. 03), “*Joãozinho, [...] exercia a profissão de guarda livros, [...] uma profissão antiga, [...] uma espécie de contador [...]*” e o casal morava no centro da cidade de Laguna, e tinha “*um padrão de vida um pouco melhor*”. As suas lembranças das casas de seus tios parecem corroborar essa afirmação de Marlene Soccas.

Em mensagem eletrônica enviada para mim, em resposta a alguns questionamentos que eu lhe havia feito, ela detalhou as suas lembranças de uma das casas de seus/suas tios/tias. Ela recordou que a residência era feita de alvenaria, uma típica casa açoriana, construída colada às outras, tanto à esquerda, como à direita. Nessa casa, havia três quartos, uma sala grande e outra menor, uma espécie de copa e uma cozinha. Ao final da casa, tinha um jardim interno. Não havia água encanada nem banheiro, e os banhos eram tomados em uma banheira metálica. Ela recordou que, posteriormente, a família mudou-se para outra casa, maior, da qual ela não teve recordações. Já a sua mãe, conforme mencionado, morava com seu avô, que era um pescador pobre e residiu em bairros da periferia, como Magalhães, Canto de Fora e no Morro do Rosário, na mesma cidade.

Outra questão, ainda, que pode ter colaborado para esse acolhimento, principalmente no que se refere às crianças, relaciona-se ao que foi constatado por Fonseca (1997, p. 538), segundo a qual, para muitos que cuidavam delas, “[...] a própria presença da criança, ente gracioso que alegrava a casa, já representava uma forma de recompensa”. A cena descrita, a seguir, e os comentários feitos por Marlene Soccas em sua

narrativa talvez possam ser representativos dessa ideia da graciousidade de uma criança na rotina de um lar:

[...] *Eu acho que se eu manifestasse, se eu fosse uma dessas crianças chorona, chorona, de fazer reinação, a minha tia tinha me deixado ir embora. “Vai essa chata, deixa levar!”* [Imita a tia falando para a sua mãe levá-la de volta para sua casa]. *Mas como eu tinha esses momentos de socialização, sei lá como se chama, de viver bem ali com a família da tia Chica, eles me aceitavam e achavam eu engraçada. [...] Eu sapateava, porque quando eu era pequena, com a minha mãe e meu pai, ele ainda era vivo, eles iam no circo e me levavam, quando eu chegava em casa, eu queria repetir em casa tudo que eu via no circo. Queria sapatear, queria cantar, queria me equilibrar num negócio que era um rolo assim e uma tábua em cima. E o cara brincava com aquilo ali, eu queria fazer o mesmo, queria fazer tudo em casa. Aí aprendi. A música que eu cantava era “Meu perequitinho verde”²¹, música da época e sapateava e cantava. E com isso eu encantava as pessoas da casa da tia Chica. Todo mundo ia lá ver a Marleninha, aquela menininha que perdeu o pai. “Ah, mas ela canta, ela sapateia!” Era o sapateado! Porque na época era Shirley Temple²², [...] que representava nos filmes uma menina mais ou menos do meu tamanho. Então eles botavam em mim um vestido parecido com o da Shirley Temple, e ela sapateava junto com um homem negro bem grandão, ele sapateava com ela e ela era menininha. [...] E ela sapateava, eu copiava e saía sapateando para tudo quanto é lado, inventava na minha cabeça. Porque eu não tive nenhum professor de sapateado, nunca aprendi*

²¹ A música “Periquitinho Verde” era uma marcha de carnaval cantada por Dircinha Batista, na década de 1940.

²² Shirley Temple era uma atriz norte-americana que iniciou a sua carreira no cinema com três anos de idade, e quando menina fez filmes cuja personagem dançava o sapateado (MORRE, 2014).

sapateado, mas eu sapateava, sei lá, me mandavam sapatear e eu ia [risos]. Eu acho que é por isso que me achavam engraçadinha, me botavam vestidinho, me botavam fantasia e me botavam nos bailes de carnaval. Era isso que a tia Chica fazia comigo, para me prender com ela, essa chance eu não tinha na casa da minha mãe, mas eu ainda continuava preferindo a mãe. (SOCCAS, 2017a, p. 23. Acréscimos meus)

Importante ressaltar que Laguna se destacou por ser uma cidade onde o carnaval tinha forte presença em Santa Catarina, o que ocorre até os dias de hoje. A cena da “Marleninha” sapateando e cantando me parece realmente muito graciosa e alegre e demonstra, também, características dela que se sobressaíram em outras narrativas no decorrer das entrevistas, o seu jeito brincalhão e alegre, cujos traços ela preserva ainda.

Naquela casa, como uma “grande família”, Marlene Soccas conviveu mais de perto com o seu primo Nei e com suas primas Necy e Neuza, que tinham diferentes idades, sendo ela a mais nova de todos/as. Essa relação, ao que parece, não ocorreu sem atritos. Em relação ao primo Nei, ela assim se referiu:

Por exemplo, esse tal de Nei, que era o sobrinho preferido dela [da tia], ele tinha mania de dizer que eu tinha um mosquito na testa e dava um tapa na minha testa [imita o que o primo fazia dando um leve tapa em sua própria testa]. Mas ele dava um tapa com força, aí eu chorava e ele se deliciava com aquilo! Eu dizia para minha tia: "Foi o Nei que me bateu, que bateu na minha testa!" E ele dizia: "Não, era um mosquito que fui matar na testa dela". Mas ele dava com força, ele era um rapagão, grande, um mocinho, eu não lembro bem a idade. (SOCCAS, 2017a, p. 17. Acréscimos meus)

Em relação à prima Necy, ela se manifestou assim:

[...] A Necy, que era minha prima uns dois, três anos mais do que eu, e a gente estava sempre se pegando e se socando [imita com a mão alguém socando outra pessoa], puxando os cabelos e rolando pelas escadas. E eu, tudo que [...]

tivesse na mão eu jogava nela. Ela era mais forte do que eu, maior e mais velha, dois, três anos fazia muito diferença na adolescência. [Eu me] defendia e atacava também, porque ela debochava muito de mim. (SOCCAS, 2017a, p. 19. Acréscimos meus)

De acordo com ela, “[...] já a prima Neuza não mexia comigo. Era quase que invisível para mim, e eu era invisível para ela, que era a filha do meio da Ana” (SOCCAS, 2017a, p.19).

Nas narrativas sobre as suas relações com esses/as primos/as, Marlene Soccas explicitou que o que mais a deixava indignada era quando eles/as “falavam” de sua mãe.

A Nocy era mais ou menos da minha idade uns dois, três anos a mais do que eu. Então ela disputava muito comigo. E ela me deixava com raiva, me deixava com ódio, quando ela atacava a minha mãe e minha família e as minhas tias! [fala demonstrando um pouco de raiva]. Eles diziam que a minha mãe era uma puta, que ela era uma sem vergonha só porque ela se juntou com outro homem! Ela era viúva! Não estava traindo o marido, nem nada! Só que não casaram, ficaram juntos. Falavam que eles eram amantes. "Ah! Porque o Mário Bianchini deu uma bicicleta para tua irmã. Ele deu uma bicicleta para ela!" [fala imitando a voz da outra pessoa]. Eles me infernizavam por causa dessa bicicleta que ele deu para ela! Eu não sei se eles queriam botar inveja em mim, mas alguma coisa tinha. Eu ficava irritada, porque eu percebia naquilo uma manobra para me colocar contra a minha mãe, contra a minha irmã, contra a minha família. Aquela família que eu queria fugir para ir embora com eles. Então eles começaram a fazer o que a Rede Globo faz hoje, a demonizar minha mãe, a demonizar minha irmã, minha família através de tudo... [fala com certa indignação e com a voz mais acelerada]. (SOCCAS, 2017a, p. 19. Acréscimos meus)

Nessa fala, Marlene Soccas relatou sobre os seus sentimentos diante dos comentários de seus/suas primos/as a respeito de sua mãe, o

que só é possível fazer a partir de seu tempo presente, por causa de suas experiências e conhecimentos adquiridos até o tempo de sua narrativa. É a Marlene Soccas em sua velhice, olhando para a Marlene Soccas em sua meninice, mas com o olhar do agora. Ela também utilizou conhecimentos do presente, como a atuação da rede de tevê Rede Globo, para explicar situações do passado, talvez, também, para ser mais bem compreendida em seu relato.

Penso ser importante perguntar por que Marlene Soccas escolheu essas lembranças para serem narradas, em detrimento de outras, relativas a esse período de sua vida? Talvez porque foram significativas para ela, pois, conforme já apontado por Bosi (2004, p. 66), “[...] fica o que significa”. Talvez, também, ela evocou de seu passado lembranças que a ajudaram a confirmar a percepção de si como uma mulher rebelde e contestadora e as selecionou para contribuir na compreensão da construção dessa identidade.

Aliás, essa característica de rebeldia em relação ao que considerava uma opressão ou um ato autoritário atravessou as suas narrativas. Nesse caso específico, ela se rebelou contra a brincadeira do primo Nei, reclamando dele para a tia e, contra os deboches da prima Neco, “*se pegando e se socando*” com ela, apesar desta ser mais velha. Já em relação à sua prima Neuza, parece que havia pouco envolvimento, pois, segundo a entrevistada, “*não mexia comigo*”. É por isso que, talvez, “[...] observando o passado com o olhar do presente” (COSTA, 2004, p. 289), Marlene Soccas, ao observar uma de suas fotografias de quando tinha por volta de seis a sete anos de idade, comentou: “*percebe o olhar desafiador dela*” (Imagem 5), evidenciando que, ao olhar para si mesma no passado, enxergou uma menina contestadora, com o olhar do presente, conforme escrito anteriormente.

Imagem 5 – Marlene Soccas com cerca de 6 anos de idade



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Em suas narrativas, Marlene Soccas demonstrou contrariedade e movimentos de rebeldia, também, em relação à sua tia, a quem atribuiu, a partir de sua leitura do passado, um comportamento autoritário e controlador. Segundo ela:

Ela controlava tudo! Ela era a matriarca. Essa minha tia era uma verdadeira matriarca, que eu disse que ela roubou todos os filhos da irmã dela, para adotar. Te lembra que eu te falei, três filhos... e, essa irmã dela morava com ela também [refere-se à tia Nica]. Ajudava a cuidar da criançada, de mim também, e de outros sobrinhos. Não sei de onde que vinha tanta gente para aquela casa ali. Vinha muita gente morar ali com minha tia. Ela era tipo uma “galinha choca” assim, que ela trazia todo mundo para baixo das asas dela e ela controlava todo mundo, ela determinava todo mundo. E as ordens tinham que ser cumpridas, era muito assim. Contra aquilo eu sentia uma rebeldia. Nos colégios não, que engraçado, mais contra a minha tia. (SOCCAS, 2017a, p. 16. Acréscimos meus)

Nesse excerto de sua entrevista, Marlene Soccas manifestou-se no sentido de que sua rebeldia era mais dirigida à sua tia, tanto que na escola ela considerou que não era rebelde. Ela lembrou, também, que, quando ainda era pequena, tentou fugir várias vezes de casa para retornar ao convívio com a sua mãe. Em suas palavras:

[...] Porque eu não queria ir para casa da tia, eu queria ficar com a minha mãe, e duas forças me impediram disso. Uma, que acho que minha mãe era muito passiva, era uma mulher muito submissa [...]. Então ela deixava que a minha tia me carregasse. Outra, minha tia era o contrário da minha mãe. A minha tia era uma mulher muito autoritária, bem ao contrário da minha mãe, bem o oposto da minha mãe. Era autoritária, fazia valer a opinião dela, a ordem dela. Então ela me massacrava. Ela me dominava, eu tinha raiva, muita raiva dela e

fugia de casa, queria fugir de casa. Várias vezes eu fiz várias tentativas. Quando eu tinha cinco, seis, sete anos, por aí, eu fiz várias tentativas de sair, de fugir da casa da minha tia e procurar a casa da minha mãe, mas eu era menininha, então, antes de chegar na esquina a minha tia percebia, [...] eu estava fugindo: "Marleninha, passa já para casa! Passa já para casa!" [muda o tom de voz imitando a sua tia falando]. Aí eu voltava com um ódio, uma raiva de ser pega ali, porque era só eu dobrar a esquina. Se eu dobrasse a esquina ela não me via mais. Pronto eu estava livre! Mas eu não conseguia chegar naquela esquina, porque eu tinha que caminhar um trequinho. Até a esquina, tinham várias casas e para mim, que era uma menina de cinco, seis anos, aquilo ali era um longo caminho, um longo percurso. Eu acho que ela via minha sainha, ou ela via abrir a porta de saída da casa. Alguma coisa ela percebia, que ela ficava de olho em mim, ficava de olho, controlava muito. E eu detestava aquele controle dela, detestava! (SOCCAS, 2017a, p. 15. Acréscimos meus)

Ela rememorou, ainda, momentos em que sua mãe a visitou na casa de sua tia. Nessas situações, segundo ela: “[...] eu me agarrava com a minha mãe [...] Eles tinham que me ludibriar com alguma coisa, me distrair para minha mãe poder fugir e ir embora. E aquilo ali para mim era um soco no estômago! [se manifesta de modo enfático]” (SOCCAS, 2017a, p.17. Acréscimos meus).

É perceptível, nas falas de Marlene Soccas, o quanto a sua separação da mãe lhe causou sofrimento e que retornar a morar com ela foi um desejo que tentou realizar até na sua idade adulta. Ela expressou esse sofrimento psicológico com muita clareza, dizendo que esse foi maior que as torturas físicas que sofreu durante o período ditatorial. Em suas próprias palavras:

[...] Para mim foi muito trágica essa separação da minha mãe. Eu não aceitava de jeito nenhum. Hoje comparando as torturas que eu sofri na ditadura e o quanto foi ruim para mim, desagradável, sofrida essa separação da minha

mãe, eu acho que esta foi muito pior. Porque, por exemplo, hoje eu levo com tranquilidade as torturas, porque foram torturas físicas e as psicológicas, muito poucas. E, também, eu já estava bastante resistente às torturas da ditadura. Agora, o caso da minha mãe, não! Eu era uma menina de cinco anos, perdi o pai e em seguida me separam da minha mãe. (SOCCAS, 2017c, p. 2-3)

Quando se referiu à sua mãe, Marlene Soccas a caracterizou como uma mulher “*muito passiva, [...] muito submissa*”, ao contrário de sua tia, a quem considerava “*muito autoritária, [e que] fazia valer a opinião dela, a ordem dela*” (Acréscimos meus). A submissão de sua mãe demonstrava-se no fato de esta aceitar que a sua tia a dominasse, não permitindo que Marlene Soccas retornasse ao convívio materno. Ela afirmou, também, que nunca culpou a mãe por essa situação. Nesse caso, posso supor que ela entendeu que para a sua mãe, sendo pobre e viúva, fosse difícil, naquela época, criar duas crianças sozinhas.

Ao que parece, Marlene Soccas conviveu em sua educação, na infância e na juventude, ao menos com dois “modelos” de mulheres, cujas características, de acordo com as suas narrativas, eram diferentes e, até mesmo, opostas: a passividade de sua mãe e o autoritarismo e controle de sua tia. Interessante que, se tentássemos encaixar essas duas características nas representações de gênero tradicionais, a passividade seria atribuída ao gênero feminino e o autoritarismo, o controle, ao masculino. Isso me leva a pensar sobre a ideia defendida por Michel Foucault (1993) no que concerne às relações de poder. Para ele, o poder não está localizado somente em um lugar, existindo sempre, de um lado, os que dominam e, de outro, os que são dominados, pois o poder circula nas relações. Nas relações sociais mais amplas entre os gêneros, e isso, inclusive, reflete nas leis e na moral, as mulheres figuram, na maioria das vezes, em um polo mais frágil, mas nas relações familiares, por exemplo, isso nem sempre acontece, como é o caso do poder exercido pela tia Chica em relação à Marlene Soccas e aos outros membros da “grande família”, conforme as narrativas da entrevistada. Em nível mais individual, leva a pensar, também, nas duas características dos comportamentos da própria Marlene Soccas, que ora era rebelde em relação à sua tia, ora era passiva/submissa em relação à escola.

Outra pessoa significativa na infância de Marlene Soccas foi o seu tio Joãozinho. Durante as entrevistas, ela falou pouco sobre ele, conforme

apontado anteriormente, mas nessas poucas falas ficou visível o seu carinho por ele. A morte de seu tio representou outra perda dolorosa na vida de Marlene Soccas, que já havia perdido o seu pai quando tinha cinco anos e, logo em seguida, foi separada de sua mãe. Segundo ela: “[...] *olha, com cinco anos eu perdi meu pai biológico, e com dez, eu perdi esse pai adotivo. Foi muito rápido, na minha infância eu já perder essas duas figuras masculinas, que é o apoio da gente, sei lá! Significava uma segurança na família*” (SOCCAS, 2017a, p. 3).

Marlene Soccas demonstrou o seu desamparo em relação às perdas dos homens que significavam para ela a âncora familiar. Em suas palavras, “*a segurança da família*” e “*o apoio da gente*”. Parece-me que além da perda de uma pessoa querida, a perda do “*homem da casa*”, que nas normas vigentes de então, e ainda hoje, segunda década do século XXI, é considerado o responsável pelo sustento da família, pela sua segurança financeira, poderia ter, também, outros significados que podem ser representados por esse desamparo manifestado por Marlene Soccas. Conforme Fonseca (1997, p. 524), “[...] sem homem, quem pode ‘botar respeito na casa’?”. “Segundo a autora (1997, p. 524), tanto na época de sua pesquisa, como na atualidade,²³ as famílias, principalmente dos bairros de classes populares, não contavam de forma efetiva com o trabalho da polícia para inibir a ação de ‘agressores, ladrões e, predadores sexuais’”. Diante dessa situação, de acordo com a autora, a presença de um homem dentro de casa, “[...] de preferência forte e valente, era vista como quase indispensável tanto para espantar malfeitores quanto [...] para atestar a integridade moral das mulheres” (FONSECA, 1997, p. 525).

E que tipo de mulher era considerada íntegra na terceira década do século XX? Conforme Fonseca (1997, p. 528):

A receita para a mulher ideal envolvia uma mistura de imagens: a mãe piedosa da Igreja, a mãe-educadora do Estado positivista, a esposa companheira do aparato médico-higienista. Mas todas elas convergiam para a pureza sexual – virgindade da moça, castidade da mulher. Para a mulher ser “honesta” devia se casar; não havia outra alternativa. E para casar, era teoricamente preciso ser virgem.

²³ As análises da autora embasam-se também em sua “experiência etnográfica” em grupos populares de regiões urbanas do Brasil (FONSECA, 1997, p. 511).

A virgindade era um valor caro à moralidade burguesa, mas esse ideal não havia ganhado, ainda, muito terreno entre as camadas populares. Porém ela se “revestia de um real valor aos pais de então”, podendo ser utilizada como moeda de troca para conseguir um casamento vantajoso para a família da noiva (FONSECA, 1997, p. 529).

Conforme Fonseca (1997, p. 529-530), o “mecanismo” utilizado para preservar a virgindade não era o cuidado e o “recato”, “o autocontrole da moça”, mas a vigilância exercida pelo pai, o que valorizava ainda mais “o pai da família”, sendo a “presença paterna essencial para salvaguardar a pureza das filhas”. Nesse sentido, segundo a autora, o pai freava os “impulsos sentimentais” de suas filhas tanto por sua autoridade sobre elas, quanto por sua valentia, e mantinha, assim, os “predadores a distância”.

Após a morte do tio de Marlene Soccas, ficaram morando na casa, com exceção de seu primo Nei, apenas mulheres. Ela se referiu, em uma de suas entrevistas, que a sua tia Chica demonstrava uma predileção por esse sobrinho homem. Talvez isso se devesse, dentre outras questões, ao respeito e à “vigilância” que a presença de um homem, mesmo jovem, impunha em um lar basicamente de mulheres. Segundo Marlene Soccas (2017a, p. 21):

É porque tinha mais meninas na casa, só tinha ele de rapaz. E quando o meu tio morreu, outra figura masculina que se perde, fica uma casa de mulheres. Tinha muita mulher lá. Só o Nei! Mas depois ele também casou e saiu, ficamos só as mulheres... E a gente, na questão econômica, era a minha tia, a empregada Ritinha e eu... era o trio que que fazia os doces.

Outra mudança que ocorreu na vida de Marlene Soccas, após a morte de seu tio, foi o seu trabalho precoce na fabricação de doces caseiros para vender. Cabe lembrar que ela tinha dez anos quando Joãozinho faleceu, e a partir daí, segundo ela, começou a ajudar a tia nessa atividade produtiva, contribuindo, também, de certa forma, para o sustento dessa família. No início, o seu trabalho consistia em confeitar os doces, e como foi desenvolvendo certa habilidade manual, passou a confeitar, também, os bolos que eram produzidos para as festas. Em relação à fabricação de doces por sua tia, nas entrevistas que realizei, Marlene Soccas se referiu ter poucas lembranças, “[...] *mas parece que ela fazia alguma coisa assim, quando o meu tio era vivo. Eu não tenho*

assim, muita lembrança, porque eu era muita menina” (SOCCAS, 2017a, p. 3).

Sobre o início de seu trabalho, ela lembrou:

Eu me lembro de que aí precisava de mais uma mão de obra para colocar nos doces... Como eu era muito levada, eu fui uma criança muito arteira, muito arteira, fazia coisas assim do arco da velha, de “arte”. Então, o meu castigo era ficar ajudando nos docinhos miúdos, botando cravo nas bolinhas de doces de mamão ou botando confeite nos outros docinhos... Olho de sogra tinha que botar na ameixa, ameixa com doce de coco. Então, tudo que era de confeitaria, assim, que não ia ao fogo e nem no fogão, que eram mais pesados, eu fazia sentadinha numa mesa. De certa forma, eu também era dócil, eu não era muito revoltada, não, porque eu aceitava de bom grado aquele serviço. Entendia que era um castigo, para eu não fazer artes por ali, coisas de sapecas, de menina sapeca, então eles me botavam por ali. (SOCCAS, 2017a, p. 3)

A fabricação de doces caseiros artesanais foi uma atividade produtiva que a sua tia encontrou para a manutenção econômica da família. Marlene Soccas relatou que os doces produzidos por elas, em Laguna, eram mais simples, geralmente adquiridos por pessoas da classe média e, eventualmente, pelas mais ricas.

Essa atividade produtiva da fabricação de doces desenvolvida pela tia Chica, que, após a morte de seu marido e provedor, encontrou nela uma saída para a manutenção econômica de sua “grande família”, contrasta, de certa forma, com a situação de Amélia, mãe de Marlene Soccas, que diante de uma situação semelhante, a viuvez, tomou um rumo diferente e constituiu uma nova família. Não cabe aqui julgar os caminhos tomados por ambas, mas pensar que quando se estuda a história das mulheres, é necessário serem levadas em conta as singularidades e, também, as heterogeneidades que abarcam essas histórias. Nesse sentido, é importante reafirmar o que já foi escrito na introdução, que quando se estudam as mulheres na história, é necessário levar em conta a heterogeneidade das experiências, considerando que a mulher possui “nome e sobrenome”, conforme ressalta Pedro (2017b), não cabendo uma história da mulher, mas de mulheres.

Outra questão que é possível se abordar a partir da fala anterior de Marlene Soccas é a sua percepção de que, apesar de ser uma menina “muito arteira”, ela era também dócil e obediente, submissa até, em determinadas situações. Nesse caso específico da ajuda à tia Chica na fabricação dos doces, ela entendeu e aceitou passivamente o castigo de confeitaria os doces. Pelas narrativas de Marlene Soccas sobre a sua infância, essa característica ficou menos evidente do que a sua rebeldia. Mas se formos pensar em nossas vidas, perceberemos que não somos sempre de um mesmo jeito em nossas relações. Embora, geralmente, predomine uma determinada característica, e ela diga muito sobre nós, muitas vezes, dependendo da relação, nós nos mostramos de modo diferente. Somos vários/as em uma só pessoa. Essa ideia pode ser ancorada no entendimento de que as nossas identidades não são únicas e fixas, conforme já apontado anteriormente por Woodward (2000) e Hall (2014).

Outra característica de Marlene Soccas, que se evidencia em suas narrativas desse período, é a sua espontaneidade e o jeito brincalhão, que a levou, de certa forma, a transgredir tangencialmente as regras estabelecidas. Segundo ela, “[...] eu era muito levada, eu fui uma criança muito arteira, muito arteira, fazia coisas assim do arco da velha, de ‘arte’” (SOCCAS, 2017a, p. 3). Ela contou, achando graça, que, com cerca de dez anos, subiu no telhado de sua casa para fazer tricô. “Ah, eu ia fazer tricô no telhado da casa, em cima do telhado. Lá ia eu com o meu tricô e ficava lá, fazendo o meu tricô e olhando a paisagem” (SOCCAS, 2017a, p. 4).

As habilidades nas técnicas artesanais do uso de agulhas do tricô e do crochê foram adquiridas, segundo ela, quando ainda era “bem menina” e quem a ensinou foi a tia “Nica”, irmã de sua tia Chica, que, conforme mencionado anteriormente, morava com elas. Essas habilidades manuais irão acompanhá-la durante sua vida, assumindo novas modalidades. Em suas palavras:

Eu via ela [tia Nica] fazendo tricô e crochê e eu dizia: “Tu me ensina, tia Nica?” “Não, imagina! Tu é muito pequena e não vai aprender.” De tanto eu insistir eu ficava ali e ela me ensinou a correntinha e eu logo aprendi. Me ensinou o ponto baixo, e eu logo aprendi! Me ensinou o ponto alto... pronto! Já dominei o crochê! [fala um pouco mais rápido e animada] Eles ficavam admirados de eu tão novinha

aprender. E o tricô a mesma coisa. Como eu era muito arteira, antes de eu ir para a escola, eu fui para a aula de tricô. E para a aula de piano. Acho que foi uma maneira, um jeito muito inteligente dessa minha tia adotiva de canalizar a minha energia. Ai eu não fazia mais arte, porque eu ia para o grupo escolar de manhã, fazer o primário. (SOCCAS, 2017, p. 4. Acréscimos meus)

Historicamente, tem-se construído representações do feminino e do masculino, enfatizando, segundo Guacira Lopes Louro (1987, p. 12), “[...] um perfil feminino dócil, submisso e obediente, uma mulher dedicada apenas às funções de mãe ou à participação profissional condizente com essas funções [...]”, cujos atributos são apresentados como “naturais”. Já o perfil masculino está assentado na ideia de atributos, também considerados “naturais”, relacionados “[...] às funções decisivas e públicas da organização social” (LOURO, 1987, p. 29).

A autora aponta que historicamente a educação escolar no Brasil “[...] parece ter sido um local de formação diversificada para homens e mulheres, tendo proposto ao longo da história objetivos diferenciados para cada um dos sexos” (LOURO, 1987, p. 13). Dessa forma, os conteúdos ensinados na escola, e também fora dela, como no caso de Marlene Soccas, que aprendeu tricô, crochê, piano, dentre outras “prendas” femininas fora do ambiente escolar, são coerentes com a intenção de reforçar essas funções “naturalizadas” tanto do homem como da mulher, que são desempenhadas na sociedade (LOURO, 1987).

Fabília Machado Fernandes (2014), embasada em Leonete Luzia Schmidt (2012), observa que, nos séculos XIX e XX, em Santa Catarina, os conteúdos curriculares eram diferenciados para os meninos e as meninas. De acordo com a autora, os currículos destinados aos meninos continham em seus conteúdos frações, proporções geométricas diretas, inversas e compostas, gramática, língua nacional e doutrina cristã. Já o ensino destinado às meninas visava desenvolver as habilidades de ler, escrever, contar as quatro operações, gramática da língua nacional e prendas domésticas necessárias a uma educação feminina de qualidade (FERNANDES, 2014). Pelo exposto, é possível perceber que a escola pautada em uma educação sexista contribuía, conforme ressaltado por Louro (1987), para a construção de representações e práticas femininas e masculinas diferenciadas, com prejuízo para as mulheres.

Marlene Soccas, em seu percurso na educação formal, estudou em escolas e colégios onde ainda havia espaços diferenciados para meninas e meninos e em um colégio somente para moças.

3.3 “DUAS PALAVRAS QUE EU NÃO SABIA: O QUE ERA SÓCIA E BIBLIOTECA”: A INICIAÇÃO DE MARLENE SOCCAS NO MUNDO DA LEITURA E DA ESCOLA

As “artes” de Marlene Soccas ultrapassaram as paredes e os muros de sua casa e chegaram, também, à escola: “[...] de vez em quando eu ganhava uns “pitos” [repreensões] das professoras”, disse ela (SOCCAS, 2017a, p.11. Acréscimo meu).

Em relação às suas “artes” na escola, ela relatou ao menos três situações em que demonstrou esse “seu jeito” “sapeco”, espontâneo e brincalhão (e/ou debochado). Em suas palavras:

Todo banco escolar tinha um lugarzinho para o tinteiro e vinha um funcionário, que era da escola, para colocar tinta quando faltava. E eu me lembro, eu acho que estava no quarto ano, quando a gente estava sem tinta, e todo mundo esperando essa tinta. Aí um funcionário veio e quando ele veio eu assobiei: “Fiu-fiu”, porque chegou a tinta [faz o gesto de assobiar]. Eu ganhei um castigo de ficar atrás da porta... [coloca ênfase na frase e ri]. Ficar atrás das portas, ali era castigo por perturbar a aula [risos] Outra que também eu me lembro, eu acho que devia ser, porque ela logo identificou: “É a Marlene, só pode ser a Marlene! [...] E me lembro também que a professora disse que eu falava demais, que eu tinha que botar um esparadrapo porque eu falava demais. Então, eu devia ser muito faladeira. Então, quando eu vim no dia seguinte, eu trouxe um esparadrapo e coleí na minha boca, aí mandaram eu falar e eu “hum hum”, não falava [risos]. [...] Sim, [parecia] rebeldia, aquela maneira de dar um tapa com a luva de pelica [fala rindo referindo-se ao seus atos]. As professoras, morriam de rir, mas não queriam dizer que estavam... [risos]. Mas eu me lembro, isso aí é um sinal, que, decerto eu devia atrapalhar muito a aula, conversando e me movimentando. (SOCCAS, 2017a, p. 11-12. Acréscimos meus)

Embora, em uma fala anterior, Marlene Soccas tenha relatado que na escola ela não manifestava rebeldia, ao contrário de sua relação com a tia, por essas cenas narradas, e pelo seu próprio comentário, é possível percebermos que também no ambiente escolar ela não se enquadrava no padrão de menina obediente e disciplinada. Ela transgrediu algumas normas disciplinares, cuja ideia é reforçada também na seguinte fala:

Mas tu vê que eu [...] tinha fama de menina travessa, que eu espirrei na aula. Espirrei porque eu tinha que espirrar, estava, decerto, resfriada. "Atchim!". A professora achou que eu estava fazendo provocação, fazendo travessuras, me deu como castigo escrever cem vezes: "Não devo perturbar a aula" [risos]. Na época era esse o castigo, e eu tive que escrever, e eu escrevi, era cem vezes [fala achando graça da situação]. (SOCCAS, 2017a, p. 11. Acréscimos meus)

A educação formal de Marlene Soccas teve início no jardim de infância, no colégio Stella Maris²⁴, administrado pela Congregação das Irmãs da Divina Providência, em Laguna. Em nossas entrevistas, ela não mencionou sobre esse início de sua inserção escolar. Essa informação foi obtida por meio da Dissertação de Mestrado escrita por Estela Maris Sartori Martini²⁵ (2011). Penso ser importante observar que as entrevistas realizadas por essa pesquisadora com Marlene Soccas ocorreram entre os anos de 2008 e 2010, ou seja, nove anos antes das entrevistas que realizei. Elas se referiram ao seu percurso escolar no Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis, sobre o qual escreverei mais adiante.

Chamou-me a atenção que algumas informações constantes na dissertação, advindas dessas entrevistas, não foram relatadas por Marlene Soccas para mim, ou, se elas foram, isso ocorreu de modo menos explícito. Talvez porque o tema abordado por Martini (2011) era diferente

²⁴ Esse Colégio, de identidade católica, foi fundado em 1911, em Laguna, e existe até hoje. Desde a sua fundação, é administrado pela Congregação das Irmãs da Divina Providência (COLÉGIO STELLA MARIS, s.d.).

²⁵ Dissertação de Mestrado, intitulada "Mulheres destinadas ao êxito: trajetórias escolares e profissionais de ex-alunas do Curso Científico do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis (1949-1960)". Essa dissertação foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e orientada pelo Prof. Dr. Norberto Dallabrida.

do abordado por mim, e, nesse caso, interferiram nas lembranças que emergiram em cada situação. Cabe lembrar que a pessoa rememora a partir do seu tempo presente, e a minha relação com Marlene Soccas no momento da entrevista, as perguntas que foram feitas, as motivações de minha investigação acerca de sua trajetória como militante de esquerda fazem parte desse tempo. E, também, porque, ao narrar sobre o seu percurso de militante, ela procurou construir essa trajetória e então buscou em suas lembranças situações que corroboram e dão sentido a essa construção.

Um episódio vivenciado nos encontros que tive com Marlene Soccas confirma essa observação. Um dia, antes de iniciar a gravação das entrevistas, ela relatou que na sua juventude havia tocado piano em um programa no Rio de Janeiro, onde tinha ido visitar uma parenta, e foi bem avaliada. Eu observei para ela que não tinha me contado sobre essa lembrança e ela me lembrou de que isso não era importante para o meu trabalho, pois eu não estava fazendo a sua biografia, isto é, eu estava investigando outros aspectos de sua trajetória para os quais essas lembranças não precisavam ser evocadas.

No que tange aos seus estudos primários, Marlene Soccas os iniciou no Grupo Escolar Jerônimo Coelho, no ano de 1942, aos oito anos de idade, em cuja instituição pública estudou até a quarta série, ou seja, de 1942 a 1945. O Grupo Escolar Jerônimo Coelho foi inaugurado em 10 de dezembro de 1912, sendo o terceiro grupo escolar estabelecido em Santa Catarina (TEIVE; DALLABRIDA, 2011). Nesse período, os grupos escolares foram construídos nas principais cidades de Santa Catarina. A escolha para a implantação em Laguna se deu porque “[...] era a principal cidade do sul catarinense, que, no início do século XX, tinha liderança nas áreas comercial e portuária”, conforme já mencionado (TEIVE; DALLABRIDA, 2011). Gladys Mary Teive e Norberto Dallabrida (2011) observam que a escola era dividida em quatro séries e duas alas, uma para os meninos e outra para as meninas.

Foi nesse período que ela aprendeu a ler, cujo hábito desenvolveu e cultivava até hoje. Aliás, a casa de Marlene Soccas é repleta de livros, os quais se encontram distribuídos por quase todos os seus cômodos. Para Marlene Soccas (2017a, p. 9), o seu tio foi o principal responsável pelo seu gosto pela leitura. De acordo com ela: “[...] adoro ler... Eu acho que provavelmente, indiscutivelmente, o meu tio abriu uma porta que eu não sei se abriria depois, mas ele abriu”. Em várias entrevistas, quando falou sobre esse tema, ela narrou com alegria e animação como se tornou sócia da biblioteca quando criança. Esse tema também aparece no trabalho de Martini (2011), bem como em um conto escrito por ela, intitulado

“Retalhos da vida”, para o Concurso Literário da Cidade de Criciúma, publicado em 1994. Isso evidencia o quão significativo foi para ela essa “entrada” no “mundo dos livros”. Em suas palavras:

Os livros foi [algo] muito interessante! [fala de maneira empolgada]. Quando eu fui para o primeiro ano do Grupo Escolar, meu tio, quando eu vinha vindo da escola [disse] [...] “Olha, tu estás sócia da biblioteca!”. Duas palavras que eu não sabia: o que era sócia e biblioteca. Ele tinha que me explicar isso: “O que é isso Joãozinho?” [...] “Sócio é o seguinte: tu podes ir lá, pegar os livros, trazer para ler, depois tu devolves e assim tu vais trocando os livros. E biblioteca é a sala onde estão todos os livros. Tem uma estante lá com todos os livros, bem organizados, e tu podes ir lá olhar.” Af eu olhei o primeiro, comecei a gostar. Olhei o segundo e fui, fui, fui... fiquei assim com aquela mania de ler... (SOCCAS, 2017a, p. 8. Acréscimos meus)

Dentre os livros que leu nessa fase de sua infância, recordou-se de alguns contos infantis consagrados, como “Branca de Neve”, “Cinderela”, “Chapeuzinho Vermelho” e “O Flautista de Hamelin”.

Marlene Soccas rememorou também uma situação que foi significativa para ela, em que, ainda criança, leu uma história, “O Carneirinho”, para a mãe de sua tia, chamada Angélica. Em suas palavras: “[...] *então eu lia para ela, e nós duas líamos e nós duas chorávamos [risos] da história que era muito triste. E eu lendo para minha avó, eu chorava e a minha avó também chorava [risos] da história que era muito triste*” (SOCCAS, 2017a, p. 9). Esse trecho de sua narrativa me remete à outra característica de Marlene Soccas, que ficou evidente em suas entrevistas e no convívio com ela, que é a sua vontade de partilhar os seus conhecimentos com as outras pessoas. Em suas palavras: “[...] *porque eu fui ser dentista e nunca pude ser professora. Mas, eu sempre gostei muito de receber ensinamentos e de dividir também, porque como eu acho importante, eu acho que todo mundo deve saber*” (SOCCAS, 2017a, p. 4).

Após o término do nível primário, em 1945, ela fez o “Exame de Admissão” para o nível ginásial, que era uma prova de seleção pela qual os/as alunos/as passavam para ter acesso ao Ginásio. Ela iniciou o ginásial, depois de sua aprovação, no Ginásio Lagunense, na cidade de

Laguna, no ano de 1946 (Figuras 1 e 2). Ali cursou três anos desse nível de estudo, de 1946 a 1948, finalizando o quarto ano no Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis, no ano de 1949, onde também realizou o Curso Científico.

Figura 1 – Caderneta Escolar de Marlene Soccas, da 2ª série ginásial do Ginásio Lagunense, em 1947 (capa e primeira página)



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Figura 2 – Caderneta Escolar de Marlene Soccas, da 3ª série ginásial do Ginásio Lagunense, em 1948 (capa e primeira página)



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

De acordo com Norberto Dallabrida, Fernando Leocino da Silva e Letícia Cortellazzi Garcia (2005, p. 1), o Ginásio Lagunense, fundado em 1932, diferenciou-se dos outros colégios que ofereciam o nível ginásial, nas décadas de 30 e 40 do século XX, por seu “caráter semi-público [*sic*] municipal”, que foi “criado e mantido parcialmente pela Prefeitura de Laguna”, por seu ensino laico e devido ao seu “regime de co-educação [*sic*]”, ou seja, por oferecer ensino para turmas mistas de meninos e meninas, em um período em que ainda predominava nas instituições escolares a separação entre os gêneros. Conforme os/as autores/as referidos/as, nesse período, a maioria dos ginásios de Santa Catarina era administrada por congregações católicas, como as Irmãs da Divina Providência, dentre outras, que continham em seus currículos o Ensino Religioso, bem como não proporcionavam regime de turmas mistas. Em relação ao “caráter semi-público [*sic*] municipal” do colégio, Marlene Soccas (2017a) recordou-se que o ensino era pago, mas não soube dizer de que forma o tio e a tia a mantinham nessa instituição, mas se lembrou de que seu primo e suas primas, que moravam na mesma casa, também estudaram lá.

Conforme Dallabrida, Silva e Garcia (2005, p. 6), o Ginásio Lagunense, embora atuasse dentro de um regime de coeducação, “apresentava limites nas práticas educativas cotidianas”, o que foi constatado, por exemplo, na percepção da existência de espaços “generificados” na escola. De acordo com relatos de ex-alunos entrevistados pelos/as autores/as, os meninos e as meninas sentavam-se em lados opostos na sala de aula, em carteiras para duas pessoas, não se misturando os gêneros. No horário do recreio, também foi constatada essa separação, sendo que no pátio meninas e meninos ocupavam espaços específicos.

Além disso, os/as pesquisadores/as constaram que tantos os uniformes de uso diário, como os de Educação Física eram bem diferenciados, e as “[...] aulas de Educação Física eram separadas, tendo espaços específicos e exercícios exclusivos para cada gênero” (DALLABRIDA; SILVA; GARCIA, 2005, p. 7). Provavelmente, esses espaços “generificados” não eram específicos do Ginásio Lagunense.

Em relação à separação de meninos e meninas em sala de aula, e nas brincadeiras na hora do recreio, Marlene Soccas assim se manifestou:

[...] *Na escola... [fica um breve tempo pensando]
[...] Olha, a gente tinha aula em conjunto. Era todo mundo sentado nos mesmos bancos. Eu não percebia assim, diferença, não percebia. Ou porque não era muito ostensivo, ou talvez porque não existisse mesmo, ou então era uma coisa muito sub-reptícia. As brincadeiras na hora do recreio, a gente, a meninada, as meninas, as mulherzinhas, vinham para brincar de malhar. Assim, tu jogar uma bola de pano, a gente corria e a outra tentava acertar na gente. Era de malhar. Isso era um brinquedo de guri. A gente subia em muro, trepava em árvore e corria... A gente corria muito, brincava de “bandeira”... [...] de “ré”... (SOCCAS, 2017a, p. 21. Acréscimos meus)*

O fato de ela não se lembrar de que havia essa separação entre os gêneros, no período em que estudou no Ginásio Lagunense, não significa que essa situação não tenha existido. Talvez a distância do evento, bem como o fato de ela ter estudado por mais tempo no Colégio Coração de Jesus, onde o ensino era restrito às meninas, tenha contribuído para esse tipo de memória. Em suas memórias, pode ter ficado registrada a experiência de que no Ginásio Lagunense as meninas estudavam junto

com os meninos e o fato de estes/as terem espaços separados pode não ter sido significativo para ela ou uma certa naturalização dessa situação de separação entre meninos e meninas.

Outra lembrança trazida por Marlene Soccas (2017a, p. 12) dessa época se refere ao comportamento dos meninos, que inventavam maneiras para “espionar” as pernas das meninas. Em relação a essa recordação de Marlene Soccas, Norberto Dallabrida (2004) relata que a maior parte dos ex-alunos do sexo masculino que entrevistou em sua pesquisa se referiu também a esse episódio e que assim que o diretor do ginásio soube do fato, ordenou o fechamento do acesso ao porão, que era o local de onde os meninos “espriavam” as meninas. Em sua fala, Marlene Soccas relatou:

Me lembro que no porão do Ginásio, porque os outros que já estudaram, estudaram sobre o Egito [...] diziam que ali embaixo do ginásio tinham múmias e mostravam nos livros as múmias [...]. Então a gente acreditava que existia, e que estavam ali embaixo do Ginásio, e todo mundo queria ver essas múmias, queria ir lá. Então a gente ficava entre o medo de ir no porão do Ginásio, ir ou não ir... Os meninos iam nesse porão para espionar pela gretinha do assoalho para ver as pernas da gente [risos]. Mas eu acho que eu nunca fui lá embaixo no porão do Ginásio, e eles falavam dessas múmias para assustar a gente. (SOCCAS, 2017a, p. 11)

Desse período de escolarização no Ginásio Lagunense, Marlene Soccas também se recordou de alguns de seus professores. Em seu relato:

Eles eram muito bons [...] Era do tempo do Getúlio Vargas, era uma educação direcionada para o nacionalismo. Eu tenho certeza que isso influenciou muito na minha posição política hoje, porque eu sou muito nacionalista, muito de ter amor pelo Brasil, pelo povo brasileiro, pelas coisas do Brasil, cultura brasileira, tudo isso eu tenho uma predileção. (SOCCAS, 2017a, p. 9-10)

O professor que marcou positivamente Marlene Soccas, nesse período em que ela frequentou o ginásio no Ginásio Lagunense, foi Germano Donner, que foi também o Diretor da escola. Conforme Dallabrida, Silva e Garcia (2005, p. 3), esse professor “marcou época”,

tendo dirigido o Ginásio Lagunense entre 1939 e meados da década de 1950. Ele era um ex-militar, que havia participado da Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, e que na Revolução de 1930 fez parte da Comissão Executiva da Aliança Nacional Libertadora de Florianópolis. Também havia ingressado no Partido Comunista Brasileiro (DALLABRIDA; SILVA; GARCIA, 2005).

Segundo Marlene Soccas, Germano Donner era chamado por todos de capitão Donner e ela se lembrou, também, de que ele era comunista e costumava usar um broche ou lencinho vermelho na lapela de seu casaco. Em suas palavras:

Eu me apaixonei por ele. Por quê? Eu não sei te dizer. Essas coisas acontecem. Na minha cabeça eu acho que como perdi os dois pais, eu estava então com onze, eu perdi meu pai adotivo eu perdi com dez. Eu acredito que eu deva ter feito uma transferência, aquelas figuras masculinas que eu perdi, eu acho que eu adotei ele como se fosse... [...] não um substituto [do pai], mas preenchendo um espaço [...] E ele era uma figura assim... Ele era severo na escola. Ele era bem severo e só com um olhar. Eu acho que ele deve ter trazido essa disciplina do Exército. Só com um olhar ele mantinha a turma toda em silêncio. Todo mundo morria de medo do Capitão Donner. (SOCCAS, 2017a, p. 5. Acréscimos meus)

Para Marlene Soccas, o fato de ter conhecido o Capitão Donner e de ele ter representado uma figura importante para ela em sua infância talvez tenha contribuído para transpor a “barreira do anticomunismo”, que era imposta, na maioria das vezes, pela escola, e, no caso dela, principalmente pelos/as professores/as do Colégio Coração de Jesus, onde terminou o Ginásio e realizou o Curso Científico. Assim ela se referiu a essa questão:

[...] Provavelmente, ele tirou aquela barreira do anticomunismo. Eu nunca fui anticomunista, apesar das várias tentativas de professores e outras pessoas colocarem em mim o anticomunismo, eu não aceitava, eu queria saber o que era. (SOCCAS, 2017a, p. 6)

Cabe lembrar que Marlene Soccas está se referindo a um período da história do Brasil após o Estado Novo, instaurado por Getúlio Vargas, cujo período ditatorial permaneceu de 1937-1945, e que deixou algumas marcas na sociedade. Duas dessas marcas foram o nacionalismo e o “anticomunismo”. A prisão de Luís Carlos Prestes, forte liderança do Partido Comunista Brasileiro, e a deportação de Olga Benário, sua esposa e militante comunista, para a Alemanha dominada pelos nazistas são testemunhas desse “anticomunismo”.

Importante ressaltar, novamente, que Marlene Soccas está construindo por meio de suas narrativas a sua trajetória de militante de esquerda, por isso buscou em seu passado vestígios que expliquem, de certa forma, as suas escolhas no futuro. Nessas falas, ela encontrou em sua educação a “gênese” de seu sentimento nacionalista e, na sua relação com o Capitão Germano Donner, o seu afastamento do sentimento do “anticomunismo”. Importante salientar, também, que se ela evocou essas lembranças, é porque fazem sentido para ela.

3.4 “TU NUNCA ESQUECE DOS POBRES”: A MENINA MOÇA

Conforme escrito anteriormente, Marlene Soccas iniciou o curso ginásial no Ginásio Lagunense, em Laguna, onde cursou os três primeiros anos, entre 1946 a 1948, finalizando o último ano no Colégio Coração de Jesus²⁶, em Florianópolis, em 1949 (Imagem 6), quando ela e sua tia se mudaram para aquela cidade. No referido colégio, ela também realizou o Curso Científico, no período de 1950 a 1952 (Imagem 7 e Figura 3).

²⁶ O Colégio Coração de Jesus foi fundado em 1895, em Florianópolis, pelas Irmãs da Divina Providência, e, conforme Martini (2011), atuou na educação exclusivamente do público feminino até o ano de 1970, quando começou a praticar o sistema de turmas mistas, isto é, a coeducação.

Imagem 6 – Formatura da 4a série do ginásial do Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis, em 1949



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Figura 3 – Caderneta escolar de Marlene Soccas do 2º ano Científico do Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis, em 1951 (capa e 1ª página)



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Imagem 7 – Formatura do curso Científico do Colégio Coração de Jesus, em 1952



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

De acordo com Martini (2011), no início da década de 1920, o colégio contava com o ensino normal, expandindo o ensino, em 1935, para a seção de ginásio e, posteriormente, em 1947, para o ensino científico. Era uma escola destinada e frequentada, em sua grande maioria, por meninas e moças da elite catarinense. Segundo Martini (2011, p. 14),

As Irmãs procuraram acompanhar as novas ideias e os processos pedagógicos que surgiam no Brasil ou em outros países, estando sempre à frente das inovações educacionais, o que levou a Instituição a ser reconhecida socialmente como de “alta qualidade”, tanto que grande parte das elites femininas, por mais de um século, passou pelo CCJ.

No que se refere à mudança da tia Chica para Florianópolis com Marlene Soccas, que ocorreu por volta do ano de 1948, conforme já citado, a entrevistada não lembrou por qual motivo isso ocorreu, mas lhe pareceu que o motivo foi o fato de seu primo Nei, que era considerado por Marlene Soccas o “sobrinho preferido” de sua tia, ter se casado e se mudado para lá. “E, também, para tentar melhorar um pouco a vida de todo mundo, porque ela já estava viúva [e] fazia uns doces” (SOCCAS,

2017a, p. 7. Acréscimo meu). Pelas lembranças de Marlene Soccas, junto com ele e sua tia, também foi a “empregada Ritinha”.

Marlene Soccas (2017b, p. 24) relatou que sua tia, para sobreviver em Florianópolis, alugou, inicialmente, uma casa grande, “[...] *daqueles casarões bem antigos, decerto de famílias ricas*”, localizada na rua Esteves Júnior, nº 93 (Imagem 8), e colocou um pensionato, cujos quartos eram alugados para estudantes. Ela se lembrou, também, de que, posteriormente, essa mesma casa abrigou a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina, onde cursou Odontologia. Isso vem ao encontro da afirmação de José Edú Rosa e Ademar Américo Madeira (1982), pois, segundo eles, a referida Faculdade foi sediada, no início de sua fundação, em 1948, em um prédio alugado, localizado à rua Esteves Junior, nº 1. Posteriormente, em 1953, com o crescimento da instituição, foi comprado o prédio da rua Esteves Junior, nº 93, que foi demolido, mais tarde, para abrigar a futura Faculdade de Farmácia.

Imagem 8 – Casa da rua Esteves Junior, nº 93, Florianópolis



Fonte: Rosa e Madeira (1982, p. 119).

Outra lembrança de Marlene Soccas em relação a essa casa foi a de que costumava subir nas árvores para estudar. Parece-me que mesmo “mocinha”, Marlene Soccas não tinha sempre os “modos de moça”, “adequados” para os padrões de sua época. Segundo ela,

Eu gostava tanto de subir em árvores que, quando eu estava no Colégio Coração de Jesus, já no Científico, então eu já era moça, quer dizer, moça... caminhando para. Antes dos dezoito... depois dos quinze, porque eu já estava no Científico, eu ia estudar trepada, porque tinha umas árvores imensas, altas, eu ia lá para cima! Lá eu achava um jeitinho para me sentar e ficava estudando lá em cima, nas árvores! [fala com admiração]. (SOCCAS, 2017a, p. 20. Acréscimos meus)

Ela tinha o hábito de subir em árvores desde criança, e isso era algo que lhe dava muito prazer. Para ela, “[...] isso também tem a ver com um amor muito grande pela natureza. Tu vêes que eu gosto de árvore, a minha casa é cheia de árvore. Tudo isso fui eu que plantei, mas naquela época era época de eu subir não de plantar” (SOCCAS, 2017b, p. 6). Realmente a sua casa é rodeada de árvores de várias espécies e tamanhos. Inclusive, em diversos dias das entrevistas, eu a encontrei trabalhando no jardim, cuidando de suas plantas e das árvores. Segundo ela, trabalhar no seu jardim, cuidando delas, ajuda-lhe a se restabelecer quando algo a está preocupando, principalmente as questões relacionadas à política do país.

Ela também gostava (e gosta) muito de animais. Atualmente, possui um cachorrinho chamado Mig, cujo nome faz referência ao avião de caça russo, fabricado nos anos 1970, no período da Guerra Fria, considerado o mais veloz do mundo à época. Ela narrou que quando era criança,

Colecionava gatinho e onde eu ia sempre voltava com um gatinho abandonado. Depois aquele gatinho sumia. A minha tia ficava com ele: "Ah vamos cuidar, vamos cuidar." De repente: "Ah, acho que ele fugiu não está mais aqui." Decerto elas davam um fim no gatinho. Foram vários que eu trouxe para a casa, geralmente em situação muito precária, ou doentes, ou machucados. E eu ia trazendo, trazendo e elas iam dando fim neles. Porque ia fazer o quê? A casa ia virar um santuário de gatos, não podia ser [risos]. (SOCCAS, 2017b, p. 6. Acréscimo meu)

Ela relatou também que, quando adulta, teve um pardal de estimação que levava para o seu trabalho. Em suas palavras:

Uma vez um cara estava com um filhote de passarinho [no bolso da camisa], mas eu já era adulta, já estava aqui em Criciúma, trabalhando nos Correios, [...] e me deu. Era um filhote de Pardal. Ah, mas eu comecei a alimentar o passarinho! Parece que um pardal é um passarinho muito inteligente [...] porque ele logo aprendeu a conviver comigo! Eu dava comida para ele, eu botava no dedo, botava comida na minha boca e ele comia na minha boca! Umas sementinhas, restinho de comida miudinho. Eu o colocava aqui no meu cabelo e ele fazia um ninho, uma maçaroca no meu cabelo e ficava ali. [risos]. E para trabalhar eu não queria deixar o passarinho em casa. Eu ia para os Correios, que era ali perto, ficava, acho, uma quadra antes de onde eu morava. E eu me lembro que estava nos Correios [...] as pessoas chegavam ali, chegou um padre: "Oh! Um passarinho! Parece São Francisco com os passarinhos!" [risos]. [...] Eu estava com ele dentro de casa, ele não aprendeu a voar, porque eu não sabia ensinar. Então ele só descia daqui da mão e ia para o chão. E a minha irmã Marisa chegou com a minha sobrinha, com a filhinha dela mais velha, que é a Rosemarie. As duas chegaram e como estava um silêncio muito grande, pois quando eu ficava com o passarinho ele andava pelo chão, e quando elas chegaram acho que ele não se deu conta que tinha gente diferente e estava andando pelo chão, a Rosemarie foi andar e pisou em cima dele e o matou. [...] Ah! Mas era um convívio tão bom com aquele passarinho! Eu fiquei muito triste, mas eu também não queria fazer com que a minha sobrinha ficasse com complexo de culpa por ela ter pisado em cima do passarinho. Fiz de conta que não era nada, e que tudo bem! Mas essas eram as minhas relações com os bichos, então eu sempre gostei muito de bicho desde criança e de plantas também. (SOCCAS, 2017b, p. 6-7)

O que chama a minha atenção nessas falas de Marlene Soccas, além de sua relação amorosa e sensível com as árvores, as plantas e os animais, é a sua sensibilidade e a sua delicadeza representadas no ato de “fazer de conta” que nada tinha acontecido de grave quando a sobrinha matou, sem querer, o seu passarinho de estimação, apenas para não melindrar a menina. Essa sensibilidade aparece também quando Marlene Soccas relata o quão marcante foi, na sua adolescência, uma fala de sua mãe, dirigida a ela, em relação aos pobres. Em suas palavras:

[...] Então, quando ficou bem estabelecido que eu ia ficar com a tia Chica, minha mãe disse: “Ó Marlene, tu nunca esquece dos pobres”... [imita como se a fosse a sua mãe falando e baixa o tom da voz como se estivesse fazendo uma confidência]. [...] Eu me lembro de que eu era garota, e foi antes de eu ir para Florianópolis. Talvez porque a minha tia fosse se mudar para Florianópolis, eu acho que foi isso, e a minha mãe foi lá se despedir de mim, quem sabe, mas eu não percebia, porque a minha tia tapeava tudo [...] para eu não perceber, para eu não ver as coisas. Então, quem sabe foi nisso aí que ela disse, como quem diz: “Eu vou para Florianópolis, eu vou para outra cidade, cidade no meio de gente rica”... porque a tia Chica me empurrava para arranjar um marido rico, para ter amigas ricas. E eu ficava com muito ódio disso, eu me rebelava porque eu queria ter as minhas amiguinhas pobres. [Ao falar, parece um pouco indignada]. Eu fugia para casa das minhas amiguinhas pobres, fugia muito, muito. (SOCCAS, 2017a, p. 24-25. Acréscimos meus)

Essa frase proferida por sua mãe teve, para Marlene Soccas, um significado bastante marcante e, para ela, não estava relacionada apenas a não se esquecer de sua família, que era pobre, mas das pessoas pobres de maneira geral. Tanto que, sobre isso, ela afirmou:

[...] E a partir daí, toda vez que viajava de ônibus, que eu passava por regiões muito pobres, eu me via cuidando daquelas famílias, ensinando a fazer sabão, ensinando a ler e escrever, ensinando a plantar, a cuidar da casa, a fazer uma horta, fazer um jardim... [...] Eu me lembro que eu divagava muito, que eu viajava e, quando tu viaja de ônibus,

tu fica ali sentadinha, ou tu lê, ou tu olha para a estrada, para a paisagem. Então, eu via as pessoas lá embaixo, naquelas casinhas, pobrezinhas, eu me via indo lá, conversando, em pensamento, conversando com eles, ensinando alguma coisa, alfabetizando, ou ensinando música, ou ensinando isso, ou ensinando a fazer uma horta, porque eu via que não tinha horta naquelas famílias. Era um chão muito batido na frente de casa. Não sei que tipo de atividade econômica eles faziam. Mas, eu me via ensinando coisas, a fazer sabão, a fazer tricô, crochê, a fazer coisas que eu sabia que eles podiam aprender para ver se saíam daquela pobreza, que eu ainda não sabia o porquê dos pobres. (SOCCAS, 2017a, p. 25)

Outra questão que deve ter contribuído, segundo Marlene Soccas (2017a, p. 26), para esse olhar sensível para os mais “pobres” foi a sua espiritualidade cristã católica.

Daí tem a questão de Jesus Cristo também. Porque quando eu fui doutrinada para fazer comunhão, a gente leu o novo catecismo, [...] eu me identifiquei muito com Jesus Cristo. E eles passavam muito aqueles filmes de Sexta-feira Santa. Hiii, a gente chorava e chorava nas matinês assistindo aos filmes, terríveis, muito mal feitos, naquela época! A gente via aquilo e sofria junto! E eu acho que aquelas chicotadas que ele recebia, castigos corporais, quando ele vai ser primeiro torturado para depois ser encaminhado para cruz, a gente sentia aquilo como, por exemplo, como se fosse a minha tia me proibindo disso, me proibindo daquilo, me cercando, me controlando, quer dizer, “estamos juntos, somos camaradas” [risos]. (SOCCAS, 2017a, p. 26. Acréscimo meu)

Embora Marlene Soccas tenha se declarado atea, reconheceu que os seus conhecimentos acerca da vida de Jesus Cristo, bem como sobre os seus ensinamentos, devem ter reverberado nela e nas suas escolhas políticas e na atuação no campo da esquerda. No entanto, ela não tem em Jesus Cristo uma referência religiosa, mas, parece-me, de valores humanos, como a solidariedade, o amor, a empatia, a dedicação pelo outro, a busca pela justiça e a percepção de um homem, que, como tantos

outros, lutou contra uma situação de opressão e foi torturado e morto por causa disso, em sua época. Nessa última fala, também identifica Jesus Cristo como um sofredor que, assim como ela, lutava contra o que considerava a opressão, no caso dela, de sua tia.

No que tange à religião, Marlene Soccas narrou que começou a questioná-la na sua adolescência, quando estudava no Colégio Coração de Jesus, que era dirigido pelas irmãs da Congregação da Divina Providência, ligadas à Igreja Católica. As aulas de religião, segundo ela, eram ministradas pelas próprias religiosas e nelas eram realizadas leituras da Bíblia, que, com o tempo, começou a lhe parecer “esquisita”.

[...] Na hora de ler a Bíblia, era para mim uma coisa muito esquisita, o Velho Testamento. O Novo eu até gostava, mas também, naquele tempo, o jeito como foi escrito, e não mudou aquele estilo de narrativa, que eles conservaram, eu acho que prejudica, fica uma coisa fora de descompasso com a gente. Eu gostava da história de Jesus Cristo, mas eu percebia que ali tinha alguma coisa estranha. E quando eu começo a estudar Geografia e Astronomia, a gente estuda um pouco, quando estuda o sol, os planetas, etc. Então tu vê que o centro era o sol e na Bíblia o centro era a Terra. Porque Deus criou e... estava na Terra. A primeira frase do Gênesis é assim: "O espírito de Deus vagava sobre as ondas." Já tinha mar sobre as águas... E estava na Terra. E depois ele coloca uma luminária para iluminar durante o dia, que é o sol, e outra luminária para iluminar durante a noite, clarear a noite, que é a lua. Então a Terra era o centro, era um Sistema Geocêntrico, que era contra aquilo que a gente estudava na escola, que o sol era o centro dos planetas girando em volta. Que vem com Galileu Galilei, que ele iria ser queimado, aí eu fiquei sabendo das história do Galileu Galilei, fiquei muito irritada contra a Igreja, e a Igreja era tão controladora quanto a minha tia era... (SOCCAS, 2017a, p. 32)

Ela comentou, também, que a forma como as irmãs ensinavam a religião era “muito ruim”. As freiras, na sua avaliação, utilizavam como estratégia de ensino uma espécie de jogo, cujas regras eram semelhantes ao jogo da corrida de bastão, ocorrendo da seguinte forma: “[...] *a gente tinha que decorar as leituras da Bíblia, e eu lia até um pouco e depois ela chamava outra aluna: “Fulana”, e a outra aluna pegava de onde eu tinha parado e tocava o assunto adiante. Mas uma decorava, uma coisa muito estranha.*” (SOCCAS, 2017, p. 32). De acordo com Martini (2008, p. 38), as alunas entrevistadas em sua investigação sobre o Curso Científico do Colégio Coração de Jesus referente aos anos de 1947-1961, lembraram-se de que “[...] as lições de religião deveriam estar sempre na ‘ponta da língua’, pois as irmãs costumavam tomar a lição oralmente de tal maneira que quando uma parasse de falar a outra continuasse do mesmo ponto”.

Parece-me que Marlene Soccas, nessa época de sua vida, já estava desenvolvendo um certo senso crítico, ao menos em relação à religião Católica, ao fazer comparações entre os ensinamentos religiosos e os ensinamentos científicos aprendidos em outras disciplinas curriculares. Talvez algo que possa ter contribuído para isso seja o fato de ela ter estudado no Ginásio Lagunense, cujo ensino era laico, não tendo em seu currículo a disciplina de Ensino da Religião. Mesmo em um colégio rígido de freiras, Marlene Soccas resistiu, questionou.

Aqui é importante ressaltar, novamente, as seleções que demarcam as lembranças do passado de Marlene Soccas, nesse período, nas quais ela busca, talvez, explicações para a construção de sua identidade de militante de esquerda. Nesse caso, as suas recordações para explicar-se estão mais relacionadas à sua sensibilidade diante das situações de pobreza e injustiça, referenciadas por ela como uma certa “herança” adquirida de sua mãe, que pediu para que ela não se esquecesse dos pobres, e de sua própria identificação com os ensinamentos de Jesus Cristo, mesmo sendo atea.

3.5 “ELA QUERIA ME EMBONECAR PARA EU ARRANJAR UM BOM CASAMENTO, UM BOM PARTIDO”: TRABALHO, CASAMENTO E A ODONTOLOGIA COMO PROFISSÃO

Marlene Soccas, embora apresentasse alguns comportamentos “desviantes”, tanto na infância como na adolescência, foi educada por sua tia para ser uma “mulher de bem”²⁷ (CUNHA, 2003), que se enquadrasse

²⁷ Maria Teresa dos Santos Cunha (2003) utiliza essa expressão ao referir-se ao ideal de mulher engendrado pela educação das normalistas no Colégio Coração

nos padrões do gênero feminino de então. Segundo Marlene Soccas (2017a, p. 24), desde a sua infância, sua tia a “*embonecava*” e fazia questão que ela “*andasse sempre bem vestida*”. Em suas palavras:

[...] *A minha tia queria, porque queria me empurrar para a classe rica. Ela me dava as roupas que eu quisesse, caras, [...] que eu nem imaginava. Mandava a costureira fazer para mim roupas para eu ir para os bailes. Quando era baile de debutantes, vestido cumprido, caríssimos, não sei como ela dava um jeito. Ela queria me embonecar para eu arranjar um bom casamento, um bom partido que ela dizia.* (SOCCAS, 2017a, p. 27)

Essa situação, no entanto, não lhe agradava, e ela narrou diversas vezes e com bastante convicção que sempre quis conviver com a sua mãe, que era pobre, e que por isso ela se “[...] *sentia como sendo da classe social dos pobres e dos trabalhadores*”, preferindo morar em uma casa pobre, cuja descrição foi feita anteriormente.

De acordo com os seus relatos, sua tia não media esforços para lhe proporcionar um leque de possibilidades, dentro de uma educação formal, a escolar, e não formal, para que ela obtivesse um bom casamento. Pode-se dizer que o seu percurso formativo não formal para ser uma “mulher de bem” passou pelas aulas de piano, cujo instrumento aprendeu a tocar desde a infância, bordado crivo, crochê, tricô, corte e costura, balé (Imagem 9) e também a confecção de doces. Em Florianópolis, ela participou também de teatro. As fotografias que seguem se referem à participação dela na peça teatral “A revolta dos brinquedos”, em que fez o papel de uma bruxinha, que se transformou em bailarina (Imagem 10).

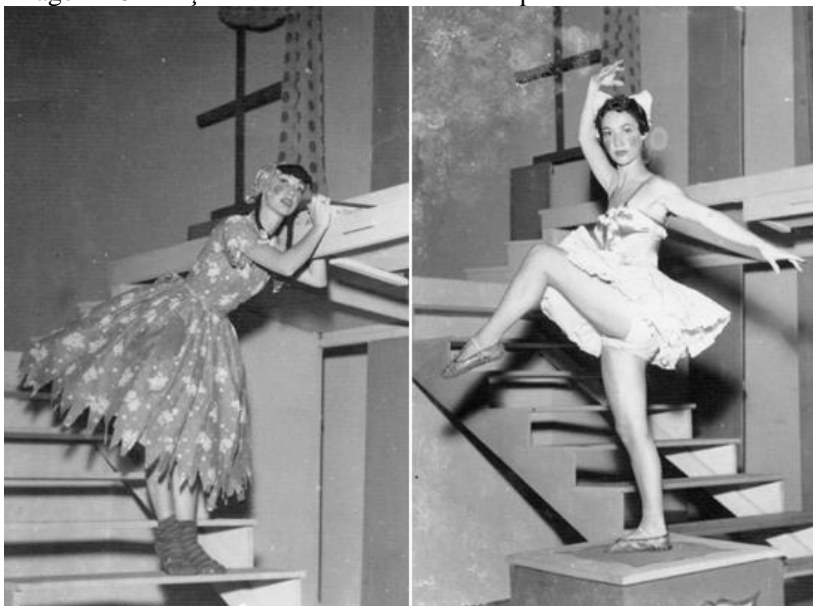
de Jesus. De acordo com a autora, as práticas e condutas de uma “mulher de bem” deveriam ser compatíveis com a moral da igreja católica, cujo valor que orientava essa moral era o de modelo de mulher virtuosa, aquela que não desperdiça seu tempo com futilidades e que é disciplinada” (CUNHA, 2003, p. 207). Ser aluna desse colégio representava um meio tradicional de preparo dessas moças para assumirem as funções de esposa, dona de casa e mãe, que lhes estavam reservadas (p. 205).

Imagem 9 – Turma de Balé de Albertina Ganzo, no Lira Tênis



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Imagem 10 – Peça teatral “A revolta dos brinquedos”



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

As escolas em que estudou, como o Ginásio Lagunense, em Laguna, e o Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis, eram instituições de ensino semipública e privada, respectivamente, e não estavam disponíveis para as classes mais pobres pelo seu alto custo. Nesse sentido, Marlene Soccas reconheceu que se tivesse ficado morando com a sua mãe, provavelmente não teria acesso à educação que teve estando com sua tia. Interessante pensar que sua tia, embora não fosse pobre como a mãe de Marlene Soccas, também não pertencia a uma elite, no entanto, conseguiu colocar a sobrinha nesses colégios de “alta classe”. Nas palavras de Marlene, “*não sei como ela dava um jeito*”. Talvez a profissão de doceira de tia Chica tenha possibilitado estabelecer relações com pessoas que facilitaram o acesso aos estudos nessas escolas, ou por meio de bolsas de estudos, ou até mesmo por troca de serviços.

Nesse sentido, conforme Martini (2011, p. 116), os doces produzidos por tia Chica e Marlene Soccas “[...] tornaram-se bastante conhecidos na cidade, de forma que elas se mantinham ligadas às redes sociais das elites em Florianópolis. Elas eram solicitadas a fazer os doces e as iguarias das recepções da alta sociedade”. Marlene Soccas relatou que, ao contrário de Laguna, onde produziam doces mais simples, em Florianópolis, eles eram, em sua maioria, mais finos (Imagem 11). Nas palavras de Marlene Soccas:

[...] os doces passaram a ser fundamentais porque era nossa atividade econômica de subsistência. Então eu fui aos poucos [aprendendo], porque eu era muito levada, eu fazia aquela atividade como forma de me prender ali. Depois eu passei a ser indispensável num trio, que era a minha tia que era doceira de mão cheia, que fazia tudo. A empregada dela, que era a Ritinha, que fazia as massas e as coisas do fogão. E eu que fazia a confeitaria, o acabamento. De tal forma eu fui desenvolvendo aquilo ali, que com quinze anos eu já acompanhava minha tia para fazer os bolos de noiva. Eu me lembro que a gente ia nas casas. Numa das casas que eu fui, eu cheguei lá com quinze/dezesseis anos. Eu era uma menina, eu sempre fui magrinha, pequenininha, e quando me apresentei lá já querendo os doces, eu vi que eles ficaram todos assustados. “Essa guria aqui, o que ela vai fazer?” No fim fiz o bolo. Ficou muito lindo e todos gostaram muito do nosso trabalho. Tanto que éramos convidadas para outros municípios.

De Florianópolis, a gente ia até para Joaçaba. Nós fomos chamadas em vários outros lugares. [...] Nós fizemos também os doces de casamento da filha do governador Celso Ramos. Era uma grande honra para nós fazermos doces do casamento da filha do governador. (SOCCAS, 2017a, p. 7-8)

Imagem 11 – Marlene Soccas com sua tia Chica, com bolo produzido por elas, em Florianópolis



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Em seu trabalho, Martini (2011) relata uma fala semelhante de Marlene Soccas na qual ela se recorda de terem trabalhado, além de na festa de casamento da filha do Governador, em aniversários do Governador e em outras festas que ocorriam no Clube Doze de Agosto e no Lira Tênis Clube, em Florianópolis, frequentados pela elite de Florianópolis.

De acordo com Martini (2011, p. 116), “[...] embora a escola integrasse o projeto de mobilidade social da família, o mais importante para a tia eram as redes sociais que uma educação nos moldes católicos burgueses, encontrada nas escolas de elite, poderia proporcionar”. A autora pontua que Marlene Soccas destacou que embora a tia Chica priorizasse a sua educação, o seu objetivo era que ela conseguisse um bom casamento, como apontado anteriormente. Em suas palavras:

Ela queria para mim um bom casamento, ela queria que a minha cotação no mercado de casamento fosse alta, então ela sempre dizia: “Se tu estudares num colégio como este tu vais arrumar um bom casamento” [...]. Porque o meu berço era berço pobre, mas ela fazia questão de me levar para os bailes do Clube Doze e do Lira, que as colegas também iam, e a gente frequentava os melhores clubes de Florianópolis. (SOCCAS, 2010b, p. 1 *apud* MARTINI, 2011, p. 116)

Marlene Soccas relatou que não teve dificuldades para acompanhar as aulas no curso Científico. De acordo com Martini (2011, p. 117), ela atribuiu essa facilidade nos estudos ao fato de “[...] ser egressa de uma escola de excelência, o Ginásio Lagunense”. Ainda no colégio, paralelamente ao curso científico, frequentou o Curso de Contabilidade, onde se formou no mesmo ano do curso regular, em 1952 (Imagem 12).

Imagem 12 – Formatura do Curso de Contabilidade na Escola do Comércio, em Florianópolis (1952)



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Marlene Soccas narrou que por ter realizado o Curso de Contabilidade, já tinha garantido uma bolsa de estudos para o Curso de Ciências Econômicas, na Faculdade de Ciências Econômicas, em Florianópolis, que, de acordo com Rosa e Madeira (1982), foi criada em 1943. Nas palavras de Marlene Soccas (2017b, p. 2), “[...] *houve um momento em que eu fiquei sem saber o que eu fazia da vida, se eu aproveitava aquela bolsa para Ciências Econômicas ou se eu seguia aquilo que eu mais preferia, que era trabalhar na área mais humana, ou de medicina. Escolhi Odonto*”. Em uma mensagem eletrônica (e-mail) enviada para mim, respondendo a alguns questionamentos que eu lhe havia feito, Marlene Soccas (2019) relatou que a Odontologia entrou em sua vida “de repente”. Ela escreveu que na véspera do último dia da inscrição para o vestibular encontrou uma colega do Colégio Coração de Jesus e, que, por influência dela, que já havia se inscrito para o vestibular de Odontologia, também decidiu se inscrever.

Em nossas entrevistas, narrou que cogitou cursar as duas faculdades, a de Ciências Econômicas e a de Odontologia, ao mesmo tempo, mas não se lembrou do que a motivou a desistir dessa ideia. Segundo a entrevistada, Odontologia, “[...] *não era bem o que eu queria, eu queria estudar era Química, porque a paixão da minha vida era a Madame Curie, casada com Pierre Curie, aquele casal de pesquisadores. [...] Eles descobriram o rádio*” (SOCCAS, 2017a, p. 33).

Marlene Soccas destacou, ainda, que as opções de cursos oferecidos na época, em Florianópolis, eram Farmácia, Odontologia, Direito ou Ciências Econômicas. De acordo com ela, “[...] *não tinha outra opção na época. Aí eu teria que sair dali para ir para outro lugar, e quem ia me sustentar?*” (SOCCAS, 2017a, p. 34). Em entrevista concedida a Martini (2011), Marlene Soccas relatou também que não pensava em fazer curso superior, e destacou, também, a sua vontade de ser química, como Madame Curie, a quem “endeusava”, tendo assistido a um filme e lido livros sobre ela na sua juventude.

Ao que parece, Marlene Soccas tinha ciência de suas limitações econômicas para construir uma carreira na área que mais desejava, que era a da Química. Mas, além dessa limitação, havia também a barreira de gênero, pois o acesso à área das ciências, principalmente das chamadas ciências exatas, era, e de certa forma ainda é, mais restrito ao gênero masculino. Se formos pensar rapidamente, quantas cientistas mulheres nós nos lembramos de ter estudado em nosso tempo de escola? Particularmente, não me lembro de nenhuma, mas lembro de homens, como Albert Einstein, Isaac Newton, Linus Pauling, por exemplo. Isso não significa que não havia (e não há) mulheres inseridas nesse “mundo

científico”, mas que estavam (e estão) em número menor e também menos visíveis.

Attico Chassot (2004, p. 13), em seu artigo intitulado “A Ciência é masculina? É, sim, senhora!...”, cujo texto teve origem em um livro de sua autoria, com o mesmo título, observa que, nas primeiras décadas do século XX, a Ciência ainda “[...] estava culturalmente definida como uma carreira imprópria para a mulher, da mesma maneira que, ainda na segunda metade do século XX, se dizia quais eram as profissões de homens e quais as de mulheres”, o que justifica, de certa forma, segundo o autor, a “[...] quase ausência de mulheres na História da Ciência” (CHASSOT, 2004, p. 13).

Essa ausência também é perceptível quando se avalia a concessão dos Prêmios Nobel aos cientistas. De acordo com o autor citado, embora se possam fazer críticas ao modelo do Prêmio Nobel, ele passou a ser, a partir do século XX, um indicador de destaque e de prestígio científico, social e econômico, que possui – embora dentre os laureados com o Prêmio se encontrem mulheres –, em sua grande maioria, homens. O autor aponta que de um total de quase 500 nomes laureados nas áreas das Ciências da Física, Química, Medicina e Fisiologia, há somente 12 mulheres, e algumas delas ainda dividem os prêmios com os homens.

Nesse rol de mulheres, Chassot (2004) destaca especialmente Marie Slodowska Curie (1867-1934), a Madame Curie, a quem Marlene Soccas “endeusava”, e de quem desejava seguir os passos. Essa cientista obteve uma condição não alcançada por nenhum homem: recebeu dois Prêmios Nobel de Ciência, um de Física, em 1903, em conjunto com o esposo Pierre Curie (1859-1906) e com Henri Becquerel, e outro de Química, em 1911, pela descoberta do polônio e do rádio e pela contribuição no avanço da Química.

O autor observa, ainda, que nessa segunda década do século XXI, embora tenha aumentado significativamente o quantitativo de mulheres que se dedicam às ciências, ele é ainda menor que o de homens. De acordo com ele:

Marie Curie continua sendo quase a única cientista citada nas aulas e se difundem estatísticas desatualizadas, destinadas a mostrar que as meninas são congenitamente incapazes de aprender Matemática. Quando as meninas se destacam em Matemática é porque são esforçadas, mas quando esta é a situação de meninos é porque são inteligentes. Mesmo que se saiba ser essa premissa

falsa, ainda hoje a situação é reforçada. (CHASSOT, 2004, p. 22)

Para Chassot (2004, p. 11), “[...] não só a ciência, mas (quase) toda a produção intelectual é predominantemente masculina”, como as Artes, a Filosofia e a Teologia. Os indicadores de bolsas da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior), do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da Secretaria de Política para as Mulheres (CNPq, 2014, *on-line*) corroboram a ideia e a ausência das mulheres na ciência ao mostrar que,

Historicamente, o número de mulheres na ciência diminui à medida que se avança na carreira científica, ou seja, em posições consideradas de maior prestígio e em altos postos acadêmicos. A participação feminina nas bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, consideradas pela academia como critério de excelência, corresponde a 36% do total de bolsas concedidas no ano de 2013: 4.970 para mulheres e 8.994 para homens.

Diante dessas constatações, o autor argumenta que a exclusão das mulheres do meio científico ocorre, ao menos, por dois motivos, um histórico e outro biológico. Ele conclui que, historicamente, a ideia de uma ciência masculina se fortaleceu “a partir de nossa tríplice ancestralidade: Greco judaica-cristã” (CHASSOT, 2004, p. 16), cujos conhecimentos e práticas contribuíram para a inferiorização das mulheres, e que não se descontroem esses preconceitos milenares, que foram construídos ao longo de toda a história da humanidade, em poucas gerações. Assim, embora se verifiquem avanços significativos em direção à igualdade, de fato, entre homens e mulheres em todas as áreas do conhecimento, percebe-se que ainda há muito que se avançar.

A outra explicação elencada pelo autor, o biológico, refere-se às diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres. Por causa disso, segundo Chassot (2004, p. 23), é necessário

Assumirmos que a maternidade tem papéis diferentes da paternidade. Na maternidade, entre outras diferenças, vale destacar as funções de gestação, parição e lactação. A estas associamos especificidades femininas na dedicação à educação infantil marcadas pelos afetos maternos.

De acordo com o autor, o afastamento temporário das mulheres de suas atividades científicas, em virtude da sua condição biológica de “gestação, parição e lactação”, e sendo elas as principais responsáveis pela criação de seus filhos, retira-as por muito tempo da pesquisa. Segundo ele,

[...] A Ciência progride muito rapidamente e aquelas que se afastam por alguns anos para se dedicarem aos fazeres da maternidade gastam muitas vezes até o dobro do tempo para se reciclarem e se reatualizarem. Há áreas nas quais ficar fora da produção acadêmica por alguns meses pode ter consequências bastante críticas. (CHASSOT, 2004, p. 23)

Penso que esses aspectos biológicos que diferenciam os homens e as mulheres devem ser considerados, pois as mulheres foram dotadas pela natureza para gestarem os filhos em seus corpos, no entanto, elas não podem ser penalizadas por isso. Se não se pode mudar a natureza, deve-se pensar em formas de ela não colocar a mulher em desvantagem, nesse caso, no âmbito de sua produtividade intelectual ou profissional. No que se refere aos cuidados com a prole, ao contrário do que o autor parece sugerir, essa não é uma função biológica, mas atribuída culturalmente à mulher.

Cristina Silva dos Santos e Rita Maria Radl-Philpp (2015, n.p.) apontam “[...] que para combater a segregação da mulher nos diversos ramos sociais é necessário nos atentarmos, principalmente, aos construtos de ordem familiar e escolar”. Na esfera familiar, elas indicam a necessidade de se desconstruírem os estereótipos da “[...] mulher como a rainha do lar, reduzindo sua função às atividades domésticas e reprodutoras que influenciam nas escolhas profissionais” (SANTOS; RADL-PHILPP, 2015, n.p.). Na esfera escolar, deve-se atentar para a construção de um espaço educacional que vise à “[...] superação das diferenças entre homens e mulheres no campo das ciências” (SANTOS; RADL-PHILPP, 2015, n.p.). Para isso, segundo as autoras, é necessário que os docentes incentivem as mulheres jovens, as meninas, na tomada de decisão na carreira que querem seguir, sem qualquer estereótipo estabelecido pelas relações de gênero, de que existem profissões adequadas para cada gênero.

Quanto à escolha profissional de Marlene Soccas, conforme escrito anteriormente, ela fez a opção pelo Curso de Odontologia, para o qual prestou vestibular, foi aprovada, iniciou-o em 1953 e finalizou-o em

1955, na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina. Na época em que a entrevistada cursou Odontologia, o curso era frequentado predominantemente por homens, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Descrição da distribuição das mulheres entre as turmas formadas na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina dos anos de 1950 a 1959

Turma	Número total de alunos/as	Número de alunas	Percentual de mulheres
1951	6	0	0%
1952	18	0	0%
1953	30	3	10%
1954	45	5	11,36
1955	36	8	22,22%
1956	46	4	8,69
1957	36	2	5,55
1958	43	1	2,32
1959	27	2	7,41

Fonte: Friedrich (2015, p. 30).

Interessante observar que Marlene Soccas, mesmo sendo educada para ser uma boa esposa, dentro dos padrões da época, escapou a esse padrão e optou por frequentar um curso que era eminentemente masculino. No ano em que ela se formou, em 1955, sua turma contava com 28 homens e apenas oito mulheres.

Segundo Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2018), as mulheres enfrentavam obstáculos para acessar os cursos universitários considerados de maior prestígio, como Medicina, Engenharia e Direito. Conforme as autoras, embora os obstáculos de acesso delas aos cursos de Odontologia, Farmácia, Enfermagem e Magistério, para os quais eram consideradas “mais aptas”, fossem menores, também eram significativos (MATOS; BORELLI, 2018, p. 139).

De acordo com as autoras, no final do século XIX, no Brasil, eram poucas as mulheres que prestavam serviços odontológicos,

[...] limitando-se a filhas, esposas e viúvas de dentistas, numa época em que era comum membros de uma família seguirem as mesmas atividades por conta da diminuição de custos e da distribuição de tarefas (aspecto particularmente relevante no caso da Odontologia que requer altos investimentos em equipamentos e material). (MATOS; BORELLI, 2018, p. 139)

De acordo com as autoras, o curso de Odontologia surgiu em 1884 no país e, pouco a pouco, passou a ser percebido como uma possibilidade de atuação profissional para as mulheres, em especial para as solteiras, bem como para aquelas que intencionavam dedicar-se ao atendimento de uma clientela feminina e infantil, na qual encontrariam maior receptividade. Além de serem consideradas “mais cuidadosas e pacientes que os profissionais homens no trato com as crianças”, eram vistas, também, “como moralmente mais adequadas para cuidar de pacientes do sexo feminino” (MATOS; BORELLI, 2018, p. 139).

Matos e Borelli (2018) citam que no censo realizado em 1940, do total de profissionais da área da Odontologia, foram registrados 11% do sexo feminino. Já em 2010, esse percentual subiu para um total de 56,3% de mulheres atuando nessa profissão. Conforme as autoras,

Entre as razões elencadas pelas mulheres para seguir a profissão está, além do prestígio e da possibilidade de exercê-la com autonomia, a flexibilidade na jornada de trabalho – motivo de grande preocupação entre as mulheres obrigadas a se dividir entre o cuidado da casa e dos filhos e a profissão. (MATOS; BORELLI, 2018, p. 139)

Conforme a tabela apresentada anteriormente, percebe-se que a maior presença feminina na profissão de dentista ainda não tinha ocorrido no período em que Marlene Soccas realizou o seu curso nem anos posteriores, ao menos na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina. Interessante notar que, nas entrevistas realizadas, em nenhum momento ela se referiu a essa situação da minoria feminina no curso.

De acordo com Martini (2011), entre os anos de 1949 a 1960, os cursos mais frequentados pelas ex-alunas do curso científico do Colégio Coração de Jesus foram os da área da licenciatura, como História, Geografia, Letras, Filosofia e, em menor número, Matemática, seguidos por Direito, Odontologia e Farmácia. Segundo a autora, a concentração das escolhas na área da licenciatura “[...] não é surpreendente, pois esses cursos habilitavam ao exercício do magistério, carreira considerada tipicamente feminina” (MARTINI, 2011, p. 84).

Em relação à sua atuação como estudante universitária, Marlene Soccas (2017a, p. 35) relatou que tirava notas muito boas nas disciplinas e que se dava muito bem nas provas, principalmente nas provas orais. “*A gente tinha prova oral também no meu tempo, prova escrita e prova oral, então nas provas orais eu arrasava. Tirava quase tudo dez, nove, dez,*

dez. *Disso eu tinha muito orgulho*". Ela recordou, também, de sua prova oral do Vestibular para o Curso de Odontologia. De acordo com ela:

Na prova oral do vestibular para Odonto, tinha prova oral de Química. Tínhamos feito a prova escrita e tinha a oral, que era uma banca examinadora, então caiu para mim eletrólise da água. E o professor pediu para eu ir no quadro, e eu fui com toda desenvoltura lá! Eu acho que era exibida ou sei lá, ou desinibida não sei. Aí fiz, desenhei, fiz os desenhos, os polos negativos e positivos, que faz passar uma corrente elétrica, essas coisara da toda. Expliquei. Aí o professor gostou muito: "Muito bem, eu vou lhe fazer só mais uma pergunta, se você responder, eu lhe dou dez: Qual é o hidrocarboneto mais importante?". Eu disse: "Petróleo". Muito bem, já tem o dez" [risos]. (SOCCAS, 2017a, p. 35. Acréscimo meu)

A capacidade oral de Marlene Soccas é algo que chama a atenção ainda hoje, conforme apontado no início deste capítulo. Além de se expressar muito bem oralmente, com desenvoltura e argumentos coerentes, ela tenta cativar os seus interlocutores bem, como demonstra gostar de falar em público. Talvez, além de “exibida”, ou desinibida, como ela se qualifica, penso que existe outro aspecto, já mencionado anteriormente, que é o seu desejo de compartilhar os seus conhecimentos para o maior número de pessoas e a maior quantidade de conhecimento possível.

De seu “tempo” de estudante na Faculdade, Marlene Soccas não teve muitas lembranças, o que chama minha atenção, pois ali se formou profissionalmente. Talvez diante de sua vasta e intensa experiência, principalmente de atuação política, posteriormente, esse período de sua formação não tenha sido muito significativo para ela no percurso de sua vida. Talvez, também, nesse período de sua trajetória, ela não encontrou, em suas lembranças, elementos autobiográficos que contribuíssem, de certa forma, para a construção de sua trajetória como militante de esquerda.

No que tange à sua atuação política, ela comentou que à época não teve nenhum envolvimento nos movimentos estudantis. Parece-me que, se existia alguma movimentação política dos estudantes na Faculdade, isso não era algo que chamava a sua atenção ou a atraía. Talvez porque estivesse empenhada em ser a “bonequinha a ser vestida”, uma “mulher

de bem”, cujos perfis seriam mais adequados ao propósito de conseguir um “bom casamento”, para o qual ela relatou que estava sendo educada por sua tia, pois, de acordo com Marlene Soccas (2017b, p. 3): *“como eu fui muito criada para o lar, para ser uma boa esposa, para arranjar um bom casamento, eu não via muito esse lado político e social, etc., eu não via...”*.

Importante lembrar, de acordo com Rosa e Madeira (1982), que desde o início do funcionamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina foi criado um Diretório Acadêmico, o qual foi nomeado “XXII de Janeiro”, em homenagem à data de fundação da Faculdade, que representava os/as estudantes de ambos os cursos. Conforme os autores citados, o Diretório foi muito atuante desde a sua criação. Primeiro, participando ativamente no processo de reconhecimento da Faculdade e nas campanhas de captação de recursos. Posteriormente, promovendo vários eventos, principalmente na área científica, dentre eles as Semanas Acadêmicas, que iniciaram em 1952 e depois foram realizadas anualmente. Os autores encontraram, também, registros da participação do Diretório em vários eventos nacionais, tanto na área estudantil, quanto na área de ensino, bem como na luta pela obtenção de recursos financeiros para a melhoria dos cursos de ambas as áreas.

Pelas informações dadas pelos autores, fica a impressão de que o Diretório Acadêmico “XXII de Janeiro” tinha uma atuação conservadora e que a sua representatividade estudantil se deu mais em nível econômico, na busca de recursos para a instituição, e na formação profissional dos estudantes, mas menos na formação política. Talvez isso também tenha contribuído para a percepção de Marlene Soccas (2017b, p. 3) em relação ao movimento estudantil da época, que, segundo ela, “[...] *não, não havia. Eu não percebia, não havia*”. Em suas palavras,

[...] só que tinha algumas pessoas com quem eu falava que estudavam em outras faculdades ou em outros locais, que eu nunca procurei ir a fundo para saber, porque ainda eu não tinha tido aberta essa porta para mim. Esse pano de teatro ainda estava oculto, estava tudo muito oculto. Mas eu me lembro que ele [refere-se a um colega da faculdade] falava comigo algumas coisas que hoje eu acho que já era uma tentativa dele me levar para o lado socialista, um lado crítico, um lado do comunismo talvez, não tenho bem certeza. Eu acho que ele queria, porque me colocava algumas questões de riqueza, de poder, de corrupção, de malandragem,

de “mal feitos” assim como diz a Dilma, coisas que eles fazem mal, que não deveriam fazer, ele já me alertava para isso. E ele me convidava muito para ir na casa dele ouvir música clássica. Então eu ia para lá para gente escutar Chopin, para escutar Mozart, esses músicos todos. Eu não sei se ele tinha outras intenções atrás disso, nem para namorar ou para discutir política. [...] Ele era uma pessoa muito simpática, muito legal, nunca foi abusivo comigo, a gente ficava ali sozinhos, ouvindo música, mas ele nunca se adiantou, nunca manifestou nada. Eu me lembro disso assim, é uma coisa meio fugaz, é a única coisa que eu me lembro dessa ocasião. E também de um dentista que foi namorado de uma prima minha. Ele também era bastante crítico e conversava comigo e fazia umas perguntas assim ou dizia algumas coisas que eu ficava meio “embatucada”, pensando. Ele não era bem um militante não era nada, mas ele já descortinava as coisas. (SOCCAS, 2017b, p. 3. Acréscimos meus)

Das suas relações com os/as colegas, ela se lembrou, também, de que participava de encontros da União Catarinense de Estudantes (UCE), que eram eventos culturais onde alguns estudantes declamavam poesia, outros tocavam piano ou violino. Apesar de tocar piano, Marlene Soccas relatou que não tocava o instrumento nesses encontros, porque a sua habilidade musical era direcionada ao estilo clássico, e a juventude da época não era muito adepta desse estilo. Gostavam mais de música popular. De acordo com ela: “[...] então eu me reservava. Eu já sabia que não era uma música muito apreciada pelos outros, eu ficava tocando mais para mim em casa. Em casa não, porque eu não tinha piano, mas na escola ou em alguns outros lugares eu tocava só o clássico” (SOCCAS, 2017b, p. 15).

É importante destacar que, paralelamente aos estudos na Faculdade de Odontologia, com 18 anos, Marlene Soccas começou a trabalhar no Departamento dos Correios e Telégrafos (Imagem 13), inicialmente ocupando o cargo de manipulante de tráfego. Posteriormente, prestou concurso e passou a trabalhar como postalista, cargo que ocupou até 1970, um pouco antes de ser presa pelo regime militar. Ela relatou que a sua tia, em decorrência de suas relações por causa de sua profissão como doceira, foi quem conseguiu o trabalho nos Correios para ela. Junto com essas duas atividades, faculdade de Odontologia e trabalho nos Correios, a

entrevistada fazia, ainda, aulas de balé, corte e costura, bordado e crivo e participava de um grupo de teatro. “*Era puxado. [...] Eu fazia de tudo que aparecesse, porque eu gostava! E a minha tia... Nossa! O que era assim, ela me dava muito apoio*” (SOCCAS, 2017b, p. 7). Em suas palavras:

[...] lembro que eu continuava trabalhando muito. Lembro que sacrificava muito o sábado e o domingo porque geralmente os casamentos eram nos sábados. Então a gente tinha que ficar até meia noite, uma hora trabalhando no doce. No dia seguinte tinha que acordar cedo para ir para a escola ou para ir para o serviço. Era bastante puxadinho, então não tinha muito tempo para curtir a vida com a juventude da minha época. Muitas vezes eu não podia ir nem para a praia nos verões. Florianópolis é cercada por praias por todos os lados e, mesmo assim, eu quase não podia ir, porque estava sempre trabalhando. Mas eu ainda ia porque eu tinha algumas amigas, colegas que moravam ou tinham casa na praia. Então elas me convidavam, eu ia dormia lá e vinha no outro dia de ônibus. Dava um jeitinho. (SOCCAS, 2017c, p. 27)

Imagem 13 – Marlene Soccas como “Rainha do Baile dos Correios”, dançando com o Governador Jorge Lacerda (entre 1953 e 1955)



Fonte: Acervo pessoal e Marlene Soccas.

Após a conclusão do curso de Odontologia, em 1955, Marlene Soccas mudou-se com sua tia para a cidade de Joinville, onde atuou na profissão por três anos, no SESI (Serviço da Indústria e Comércio), mas continuou trabalhando nos Correios. Naquela cidade, aperfeiçoou o seu balé e, por causa dessa atividade, segundo ela, participou de um desfile de modas (Imagem 14).

Imagem 14 – Desfile de Moda, em Joinville



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Em Joinville, ela se casou e, após dois anos de união, separou-se do marido. Depois de sua separação e do falecimento de sua tia, retornou à cidade de Laguna e, finalmente, conseguiu morar com a sua mãe. Na época, por volta do ano de 1959, ela tinha 25 anos. Em Laguna, ela deu prosseguimento somente às suas atividades laborais nos Correios.

É possível perceber, pelos aspectos biográficos de Marlene Soccas, apontados até aqui, que a sua formação foi tecida por muitas experiências, algumas dramáticas, como a morte de seu pai, quando ainda tinha cinco anos; a ida para a casa de seus tios, perdendo o convívio diário com a sua mãe, a quem ela “idolatrava”; a morte de seu tio querido, quando tinha dez anos. Em suas lembranças, principalmente a sua relação com a tia Chica, contribuiu para que ela desenvolvesse uma certa rebeldia, o que pode ter ajudado, também, no exercício dela durante a sua vida. Em suas palavras, “[...] é... *Eu era muito contra a autoridade* [...] Provavelmente hoje eu sou rebelde também porque eu exercitei essa rebeldia desde criança” (SOCCAS, 2017a, p. 15).

Nota-se, também, que ela teve referências diversas e, às vezes, até conflitantes, em seu ponto de vista, como a pobreza, a simplicidade e a ideia de submissão, relacionadas à sua mãe; e o contato com o conforto, proporcionado, de certa forma, por sua tia; bem como o autoritarismo, também representado por esta.

Sobre algumas características que identificam Marlene Soccas nesse período, que deram origem ao título deste capítulo, isso, para mim, significa desmistificar a ideia de que ou somos rebeldes ou somos submissos. Arrisco a dizer que em várias situações de nossas vidas somos rebeldes, em outras, submissos/as, ou, em outras, ainda, não somos nem de um jeito nem do outro, somos indiferentes. Embora, geralmente, tenhamos uma característica predominante, essa é volátil, variando, muitas vezes, em decorrência das relações que mantemos com as pessoas, com os lugares e com o tempo.

No caso de Marlene Soccas, ela evidenciou, em suas narrativas, principalmente de sua infância, lembranças que corroboram uma das identidades que marcou a sua trajetória de militante de esquerda, que é o seu espírito contestador, sendo que ele também se modula no decorrer de sua atuação política. No entanto, é possível perceber, também, por suas narrativas, que ela foi, em alguns aspectos, uma menina e uma jovem “submissa”, obediente e disciplinada. Ela fez trabalhos manuais; trabalhou com a tia nos doces, desde pequena; fez aulas de piano e de balé; estudou nos melhores colégios; e todas essas atividades exigiram dedicação e disciplina.

Parece-me que, embora Marlene Soccas tenha relatado que não se identificava nem com sua mãe, porque para ela era submissa, nem com sua tia, porque para ela era autoritária, no transcorrer de suas narrativas, apareceram algumas características de sua tia, que podem ser percebidas também em Marlene Soccas, aprendidas, talvez, por causa do seu convívio com ela. Uma é o seu espírito acolhedor, que na sua tia é representado pela receptividade a outras pessoas que se hospedavam em sua casa. Marlene Soccas também é uma mulher acolhedora e gosta de ajudar os/as outro/as. Diversas vezes, no período do nosso contato, ela demonstrou isso.

Outra característica que percebo em Marlene Soccas é a sua fortaleza de espírito e coragem. Mesmo passando pelos sofrimentos das torturas e pela prisão, no período da ditadura, ela não sucumbiu e continuou a militar até hoje, embora de diferentes formas. A sua tia também demonstrou essa fortaleza e essa coragem. Criou ou ajudou a criar algumas crianças que não eram suas e após a morte do marido assumiu uma atividade produtiva para sustentar essa família, inclusive

mudando de cidade. E no caso da educação de Marlene Soccas, ao que parece, não mediu esforços para educá-la da melhor maneira, dentro das possibilidades apresentadas em sua época.

Mesmo não fazendo parte de uma elite, Marlene Soccas teve uma formação típica de uma mulher burguesa. Aprendeu a fazer doces e bolos, bordados, tocava piano, fazia balé, estudou nos melhores colégios destinados à elite, cursou uma faculdade. Toda essa formação ela obteve pela dedicação e esforço de sua tia. Essa educação/formação, considerada por Marlene Soccas opressiva e aprisionante possibilitou que ela se tornasse independente e autônoma, inclusive optando por uma carreira, que era eminentemente masculina, a qual, de certa forma, possibilitou-lhe, no futuro, ir para São Paulo e se tornar uma militante de esquerda.

É importante ressaltar que as narrativas de Marlene Soccas em torno de sua infância foram mais extensas do que das outras etapas de sua trajetória narradas até aqui. Talvez isso tenha ocorrido porque ela localizou nessa fase de sua trajetória a “origem” da sua rebeldia, a qual, segundo ela, foi exercitada com a sua tia, bem como o motivo porque ela não desenvolveu um sentimento de “anticomunismo”, que foi a sua admiração pelo capitão Germano Donner, diretor do Grupo Escolar Jerônimo Coelho. De acordo com Bosi (2004, p. 419), “[...] um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia a sua vida. O empenho de um indivíduo em dar sentido à sua biografia penetra nas lembranças como um ‘desejo de explicação’”. No caso de Marlene Soccas, algumas dessas explicações talvez tenham sido encontradas em sua infância.

3.6 O INÍCIO DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE MARLENE SOCCAS

Conforme escrito anteriormente, Marlene Soccas, por volta do ano de 1959, após o falecimento de sua tia e a separação do marido, pediu demissão do seu trabalho como dentista no SESI, conseguiu sua transferência da agência dos Correios de Joinville para Laguna, onde foi morar na casa de sua mãe. Esta havia se casado novamente e, à época, tinha mais duas filhas, Mirna e Magda, e dois filhos, Marinho e Mânlio, conforme já mencionado.

Marlene Soccas pensou que após ter interrompido o seu casamento, por volta dos 25 anos de idade, não se casaria novamente e que dedicaria a sua vida aos cuidados de seus/suas irmãos/ãs e sobrinhos/as menores, em Laguna. Inclusive, ela foi madrinha de seu

irmão mais novo, Mânlio (Imagem 15). Ela costurava roupas para eles/as e dava aulas em casa, para ajudá-los/as em seu desempenho escolar, bem como aos filhos/as de seus vizinhos. Iniciou ministrando aulas de francês e, posteriormente, de inglês, de matemática, de português, de geografia, dentre outras disciplinas escolares.

Imagem 15 – Marlene Soccas com Mânlio



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Sobre essas aulas, ela se manifestou dizendo que “virou” professora, que era muito amiga de seus/suas alunos/as, os/as quais brincavam e riam nas aulas. Em suas palavras:

[...] eles faziam batucada, eu sambava e eles riam de mim. 'Ó, a dona Marlene está sambando e rebolando'. Como tinha o meu piano na sala e um acordeon, que era da minha irmã, eles iam e

tocavam piano e acordeon. [...] Era uma bagunça, que só eu entendia ali. (SOCCAS, 2017b, p. 9)

Embora recebesse um certo valor por essas aulas, o seu interesse nessas atividades não era financeiro. Ela aceitava “[...] essas aulas particulares mais por divertimento e para ajudar a gurizada” (SOCCAS, 2017b, p. 9). A sua experiência como professora particular durou cerca de seis meses e a maioria de seus/suas alunos/as conseguiu melhorar o desempenho na escola, inclusive passando de ano. Nas entrevistas realizadas, ela se referiu várias vezes ao seu gosto por ensinar e transmitir os seus conhecimentos às outras pessoas. Ela tentou inúmeras vezes, em sua trajetória de vida, viabilizar isso de alguma forma, não sendo bem sucedida na maioria delas. Uma de suas tentativas foi ministrar um curso sobre marxismo, quando já estava filiada ao PCB, de Criciúma (SC), por volta de 1985. Outra forma encontrada para “passar” os seus conhecimentos foi no seu consultório odontológico. Enquanto fazia os procedimentos dentários dos seus pacientes, conversava com eles acerca de suas concepções e questões políticas do país.

Segundo Marlene Soccas, no período em que estava em Laguna com sua família,

[...] os meus planos eram outros. Eu estava continuando meu estudo de piano, porque eu voltei para o meu estudo de piano [refere-se ao período que se mudou de Joinville para Laguna]. Resolvi dar um rumo na minha vida, me dedicar ao piano, e ser funcionária dos Correios e me dedicar à família. Era esse o meu objetivo quando me separei do marido. (SOCCAS, 2017b, p. 10)

Como é possível perceber nessa fala de Marlene Soccas, exercer a profissão de dentista, naquele momento, não era tão importante para ela como ficar com a sua família. Talvez cuidar das crianças de sua família substituísse o seu desejo de ter filhos, manifestado em uma de suas entrevistas, bem como, em uma carta enviada por ela à sua irmã Marisa, quando estava em São Paulo. Nessa carta, datada de 21 de agosto de 1968, ela mencionou sobre a sua ida a um médico e a sua provável impossibilidade de engravidar. Ao final do assunto, na correspondência, ela escreveu: “[...] pelo jeito, tu seres titia de filho meu, acho que está difícil” (SOCCAS, 1968, p. 2).

O seu desejo de ser mãe só foi alcançado quando, aos 46 anos de idade, no ano de 1980, morando novamente em Criciúma, ela adotou,

sozinha, uma menina com três meses de idade, a quem deu o nome de Ana de Souza Soccas. Um ano após a adoção de sua filha, Marlene Soccas se casou com Dorival Sazan, que era metalúrgico, sindicalista e militante de esquerda. Posteriormente, aos 51 anos de idade, em 1985, o casal adotou um menino recém-nascido, Iuri de Souza Soccas Sazan. Marlene Soccas e Dorival Sazan participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), no início da década de 1980, de onde migraram para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1985.

Após algum tempo morando em Laguna, ela não recordou o ano exatamente, mas deduzo que foi a partir de outubro de 1962, Marlene Soccas foi morar, temporariamente, em Criciúma, para ajudar a sua prima Neco, cujo marido Alexandre Freitas²⁸, que era dentista nesta cidade, havia falecido em um acidente de automóvel. Com a morte do marido, a sua prima recorreu à Marlene Soccas para que ela assumisse o consultório odontológico dele. Ela, novamente, conseguiu a transferência da agência dos Correios de Laguna para Criciúma e conciliou seus horários de trabalho nos Correios com o de dentista, marcando as atividades odontológicas em horário diferenciado daquele que fazia nos Correios, tendo uma vida bastante atarefada.

Durante esse período em que esteve trabalhando como dentista, em Criciúma, no ano de 1962, no consultório para a sua prima Neco, ela relatou que o seu trabalho era voluntário e que o seu “sustento” era fruto de sua atividade laboral nos Correios. Após um ano de atividade, como o consultório financeiramente não rendia o suficiente, sua prima resolveu vendê-lo. Na época, Marlene Soccas não pôde comprá-lo e encerrou, assim, naquele momento, as suas atividades como dentista, mas continuou com o seu trabalho nos Correios.

Marlene Soccas não se recordou muito bem quando, como disse ela, “*me enchi de coragem*” e decidiu investir na sua carreira como dentista. Em suas palavras:

[...] eu resolvi. Eu tinha o meu salário dos Correios, que dava para pagar o aluguel do apartamento, onde montei o consultório, e ainda sobrava alguma coisa para sobreviver e eu pensava: “O resto eu vou ganhar na atividade de

²⁸ Quando eu estava realizando uma pesquisa nos jornais de Criciúma, da década de 1960, nos acervos do Arquivo Histórico de Criciúma, encontrei, por acaso, uma notícia do falecimento de Alexandre Herculano de Freitas, no jornal do dia 20 de outubro de 1962. Com base nessa informação é possível deduzir que Marlene Soccas veio para Criciúma a partir dessa data.

dentista”. Eu comecei a desenvolver aqui as duas atividades. Mantinha o emprego dos Correios, que era o meu esteio nas questões econômicas, e mais o consultório”. (SOCCAS, 2017b, p. 14)

Assim, ela alugou um pequeno apartamento onde passou a residir sozinha e, numa sala, na parte da frente de sua moradia, montou o seu primeiro consultório odontológico. Ela comprou o seu consultório a prestações e o montou pouco tempo antes do Golpe de 1964. Por causa disso, teve dificuldades para pagar todas as prestações, porque faltou “dinheiro na praça”. Ela atuou em sua profissão, em Criciúma, até o ano de 1966, quando foi para a cidade de São Paulo fazer aperfeiçoamentos em sua área de atuação, conforme relatarei no próximo capítulo.

4 OS PRIMEIROS PASSOS DA FORMAÇÃO POLÍTICA DE MARLENE SOCCAS COMO MILITANTE DE ESQUERDA

Este estudo buscou, até o momento, apresentar a formação de Marlene Soccas ao longo de sua vida e nela, apresentando algumas implicações de suas experiências nos espaços formais e não formais, individuais e coletivos, desde a sua infância até a vida adulta. Parto, então, do princípio de que tais experiências podem ter reverberado em sua formação política, de alguma forma. As destacadas por ela e, também, por mim se referem, principalmente, àquelas relacionadas à sua trajetória escolar, familiar e profissional.

Neste capítulo, a narrativa se dá em torno da ida de Marlene Soccas para São Paulo, no ano de 1966, a fim de realizar cursos de complementações na sua área profissional, do seu encontro e reencontro com Paulo Stuart Wright – primeiro em Santa Catarina; posteriormente, em São Paulo, onde ela deu seus primeiros passos em direção à sua formação política como militante de esquerda. Ressalto que as narrativas sobre as experiências de Marlene Soccas estão circunscritas no contexto social e político da época. Assim, ao percorrer parte de sua trajetória, que consegui apreender, também estarei colocando um foco nos acontecimentos históricos que fizeram parte da época referenciada.

4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ANTERIOR AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Para dar continuidade à narrativa da trajetória de vida de Marlene Soccas, no período que abarca a década de 1960, torna-se importante fazer uma breve contextualização histórica do Brasil no período anterior ao Golpe instaurado em 1964.

Daniel Aarão Reis (2004, p. 30) estabelece 1961, mais precisamente agosto desse ano, como o marco temporal da “gênese” do Golpe civil-militar que foi deflagrado em 31 de março de 1964. Nessa data, ocorreu a renúncia do Presidente da República, Jânio Quadros, eleito pela União Democrática Nacional (UDN), que estava no cargo há apenas sete meses. João Goulart, conhecido como Jango, era o seu vice, e fora eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)²⁹. Com a vacância do

²⁹ Conforme a legislação eleitoral da época, os votos para Presidente e Vice-presidente da República eram dados de forma separada, podendo-se votar no presidente de uma chapa e no vice de outra (REIS, 2004). Dessa forma, Jânio Quadros foi eleito como presidente pela UDN, que tinha como vice Milton

cargo, Jango tomou posse como Presidente da República a partir do dia 7 de setembro de 1961 (NAPOLITANO, 2017; REIS, 2004).

Esse intervalo de tempo entre a renúncia de Jânio Quadros e a posse de Jango não ocorreu por acaso. Ele se explica pela tentativa, por parte dos ministros militares nomeados pelo presidente Jânio Quadros, de impedir a posse de Jango como presidente, por meio de um “golpe” (REIS, 2004). Quando ocorreu a renúncia de Jânio Quadros, Jango se encontrava fora do país, em missão diplomática-comercial na China, e as acusações atribuídas a ele eram as de que ele representava o “legado de Getúlio Vargas que fora derrotado [...] pelo renunciante” e mantinha vínculos com o “comunismo internacional” (REIS, 2004, p. 31).

No entanto, o golpe urdido pelos militares não obteve êxito (REIS, 2004), ao menos nesse momento. A posse de Jango foi garantida pela ação de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul (RS), que se colocando em defesa da Constituição Federal e da posse de Jango organizou a Rede da Legalidade, como ficou conhecida a campanha radiofônica liderada por ele, a qual mobilizou grande contingente da população gaúcha para a resistência (NAPOLITANO, 2017; REIS, 2004). Outras mobilizações também ocorreram com esse fim por parte da sociedade civil. Dentre elas atuou uma parcela da imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Os sindicatos também realizaram manifestações e greves por todo Brasil. Houve, ainda, mobilização dos parlamentares a favor da posse de Jango, cujo resultado foi a aprovação, pelo Congresso Nacional, do regime parlamentarista, que foi substituído pelo presidencialismo novamente, em 1963, por meio de um plebiscito popular, tendo Jango se tornado Presidente de fato (NAPOLITANO, 2017).

Conforme Napolitano (2017), com o retorno do presidencialismo, as forças populares de esquerda, organizadas em torno da Frente de Mobilização Popular (FMP)³⁰, aumentaram a pressão sobre o Congresso Nacional para a aprovação de reformas nos campos social, econômico e político, conhecidas como “Reformas de Base”, das quais se destacava, dentre outras, a Reforma Agrária. Faziam parte dessa Frente setores da esquerda do PCB, o Partido Operário Revolucionário (PORT, trotskista),

Campos, e Jango foi eleito vice de Jânio Quadros, tendo concorrido na chapa cujo candidato a Presidente foi Marechal Henrique Lott (REIS, 2004).

³⁰ A Frente de Mobilização Popular foi organizada, no início de 1963, por Leonel Brizola, e suas atividades estavam mais voltadas para a pressão popular do Congresso Nacional (NAPOLITANO, 2017).

membros do Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Ação Popular, setores das Ligas Camponesas e grupos de sargentos e marinheiros (NAPOLITANO, 2017; REIS, 2004; RIDENTI, 1993). De acordo com Denise Rollemberg (2004), o início da década de 1960 foi um dos períodos da história do Brasil onde houve maior participação política da sociedade brasileira, que se organizou e atuou em diversos níveis, como é possível percebermos. Tanto as forças de esquerda como as de direita atuaram em um embate radicalizado em associações, manifestações e instituições, em prol de seus projetos.

A aprovação das chamadas “Reformas de Base” foi prometida por Jango e fez parte de sua “agenda política”. Mas quando ele transformou essa sua “agenda política” em “projeto”, os setores à direita da sociedade e parte do alto escalão dos postos militares se uniram novamente e consolidaram o golpe na democracia brasileira, interrompido em 1961, (NAPOLITANO, 2017, p. 17), quando houve a tentativa de impedir a posse de Jango como presidente do Brasil.

Para Napolitano (2017, p. 8), as “Reformas de Base” “[...] deveriam tornar o Brasil um país menos desigual e mais democrático [...]”, mas grande parte dos políticos, alinhada à direita, viu Jango como um político “amigo dos comunistas”, que desejava subverter a ordem no país. Para esse autor, as origens do Golpe, no entanto, vão além das reações à atuação de Jango e de seus eventuais erros e acertos. Napolitano (2017, p. 10), embora não defenda que o Golpe tenha sido civil-militar, conforme mencionado na Introdução, analisa que ele foi

[...] o resultado de uma ampla coalização civil-militar, conservadora e antirreformista [...] e de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais.

Reis (2004) identifica os atores dessa “ampla coalização” entre quatro segmentos da sociedade brasileira, que se rearticularam após a derrota do golpe em 1961. Um deles seria o grupo dos partidos conservadores de direita, a UDN, com os seus líderes Carlos Lacerda e Magalhães Pinto; o Partido Social Progressista (PSP), liderado por Adhemar de Barros; e o próprio PSD, que fazia parte da base política de Jango. O outro grupo pertencia a setores da Igreja Católica, e sua representação institucional, a CNBB, que caracterizavam os movimentos

populares como comunistas, os quais, segundo a Igreja, inspiravam-se, principalmente, na emergente Revolução Cubana, ocorrida em 1959.

O terceiro grupo, as Forças Armadas, passou a pressionar Jango para que ele se afastasse de “movimentos que tendiam a sair dos marcos institucionais” (REIS, 2004, p. 38), questionando o seu posicionamento ante as “Reformas de Base”. E, por último, o grupo dos capitalistas, que “temiam que as reformas de base implementadas subvertissem os padrões habituais de dominação e as taxas de lucros” (REIS, 2004, p. 38). Conforme Reis (2004, p. 38-39),

[...] toda essa frente, bastante heterogênea, construiu um verdadeiro movimento civil, expresso em encontros, comícios e nas famosas Marchas da Família com Deus e pela Liberdade³¹, reunindo milhões de pessoas em todo país, fundamentais para legitimar as posições favoráveis à intervenção militar golpista. Conferiram bases sociais à aliança entre o Dinheiro, a Cruz e a Espada (REIS, 2004, p. 39)

A ideia do anticomunismo, e de Jango como aliado dos comunistas subversores da ordem, atemorizou, então, parte das classes médias e da elite brasileira, bem como as Igrejas, com destaque à Igreja Católica, como foi visto. A visão de mundo que predominou nesses setores era de que o comunismo era um grande mal e que, por isso, deveria ser combatido. Nessa lógica, de acordo com Napolitano (2017, p. 11), “[...] qualquer projeto político que mobilizasse as massas trabalhadoras, ainda que a partir de reivindicações justas, poderia ser uma porta de entrada para a ‘subversão’ comunista e deveria ser punida”. Aliados a esse temor, somaram-se os interesses dos donos do capital e dos políticos conservadores alinhados a eles.

Somada a essa configuração de poder interna, cujo objetivo era manter o *status quo* de uma elite que queria, e quer, manter-se no poder

³¹ A primeira de uma série de marchas ocorreu na cidade de São Paulo, em 19 de março de 1964, tendo sido registradas, ao todo, 49 manifestações desse tipo pelo Brasil (TELES, 2017). Em São Paulo, foi organizada pela União Cívica Feminina e apoiada por outros setores conservadores da sociedade, junto com a Igreja Católica, como uma resposta ao Comício da Central do Brasil, ocorrido no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, que foi coordenado pela Frente de Mobilização Popular e contou com um discurso feito por Jango em prol das “Reformas de Base” (NAPOLITANO, 2017).

para continuar explorando e obtendo benesses de todas as formas, predominou, em nível internacional, a “Guerra Fria” entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O “mundo” estava dividido entre os interesses e as áreas de influência de cada uma dessas potências. Conforme Daniel Aarão Reis (2004), aqueles países ou setores da sociedade que se alinharam à liderança dos EUA, defendiam a livre iniciativa, os valores liberais, o ocidente e a civilização cristã. Já os que se posicionaram próximos à URSS, colocavam ênfase no discurso da justiça, do progresso, da libertação nacional, das reformas e da revolução social. Obviamente que esse debate é mais complexo, no entanto, não será ampliado aqui por não ser o objeto deste estudo.

O Brasil não passou incólume diante desse contexto internacional, sofrendo impactos no processo de seu desenvolvimento histórico. Conforme Napolitano (2017, p. 10), esse cenário da “Guerra Fria” deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do “anticomunismo”. O autor ressalta que, desde 1947, grande parcela das elites militares e civis no Brasil se alinhou aos valores cristãos e ocidentais, liderados pelos EUA contra a suposta “expansão soviética” (NAPOLITANO, 2017, p. 10) e, portanto, contra os valores identificados com o comunismo.

Reis (2004, p. 34) observa que embora o Brasil não tenha ficado imune ao contexto internacional da época, é um erro pensar que ele “[...] era um mero joguete nas mãos das superpotências”. Para Reis (2004, p. 34), “[...] nem as direitas eram manipuladas pelo imperialismo norte-americano, nem as esquerdas pelo ‘ouro’, ou pelo ‘dedo’ de Moscou”, pois ambos os campos, aqui no Brasil, tinham autonomia política. Pode-se dizer que havia um alinhamento, não uma submissão completa, devido à consonância de interesses entre as forças internas e externas.

Diante da ameaça da expansão comunista, os EUA, após a II Guerra Mundial, desenvolveram e expandiram ideias de controle do crescimento do comunismo internacional, sintetizadas na Doutrina Truman, elaborada pelo presidente norte-americano Harry Truman, a partir de 1947. No Brasil, essas ideias delinearam, em linhas gerais, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), propagada pela Escola Superior de Guerra (ESG), a qual foi criada em 1949 (NAPOLITANO, 2017). Na perspectiva da DSN, ancorada na Doutrina Truman, a tarefa principal dos exércitos nacionais dos países subdesenvolvidos alinhados aos EUA era cuidar da “[...] defesa interna contra a subversão comunista infiltrada” (NAPOLITANO, 2017, p. 10). Dessa forma, “[...] a fronteira a ser

defendida passaria a ser ideológica (e não mais geográfica) e o inimigo seria, primordialmente, um ‘inimigo interno’, que poderia ser qualquer cidadão simpatizante ou militante do comunismo” (NAPOLITANO, 2017, p. 10).

Aliada a essa política de expansão capitalista, capitaneada pelos EUA, a ocorrência da Revolução Cubana, em 1959, consolidada como uma revolução socialista alinhada à URSS, “privilegiou” a América Latina como um dos territórios preferenciais da Guerra Fria, impulsionando, com base na DSN, vários golpes de estado nas décadas de 1950 a 1970, no Paraguai (1954-1989), no Brasil (1964-1985), no Uruguai (1973-1985), no Chile (1973-1990) e na Argentina (1966-1973/1976-1983).

Para Caio Navarro de Toledo (2004, p. 67. Acréscimos do autor)

1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um golpe contra o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.

Assim, no Golpe Civil-Militar impetrado no Brasil em 1964, fica clara a participação externa dos EUA, buscada por setores militares, principalmente os de alta patente, e por uma parcela da sociedade civil, que viu nas mobilizações e nas reivindicações por direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, dos estudantes e de parte das camadas médias da sociedade um risco para os seus interesses de dominação e exploração das mais variadas formas. Para o governo dos EUA, a intervenção militar tinha o propósito de impedir o desenvolvimento de uma nação soberana e independente, tanto em nível econômico e social como cultural, e isso valia não somente para o Brasil, como também para os outros países latino-americanos que também sofreram com ditaduras militares.

4.2 O “ENCONTRO” COM O MILITANTE PAULO STUART WRIGHT

Quando ocorreu o Golpe Civil-Militar, em 1964, Marlene Soccas morava em Criciúma, trabalhava como dentista em seu consultório e como funcionária dos Correios. Como boa parte da população brasileira,

ela presenciou a intervenção militar no Brasil e, conseqüentemente, a deposição do Presidente da República como algo positivo. Assim pensou na época: *“Ah, acho que agora os militares vão dar jeito no Brasil!”*. Sobre isso, ela prosseguiu afirmando que: *“Eu já estava começando a me entrosar ou a prestar atenção na política do país. Por que eu via os militares como um grupo de pessoas muito organizadas, muito disciplinadas, muito sérias, muito nobres. Eu via os militares dessa maneira”* (SOCCAS, 2017c, p. 33).

Nessa época, no entanto, a sua “atenção” para a política estava relacionada às suas lutas futuras como militante de esquerda que atuou na resistência à ditadura. O pensamento de que os militares colocariam “ordem na casa”, ou dariam “jeito no Brasil”, provavelmente estava relacionado à visão de Marlene Soccas, assim como de parte da população brasileira, de uma conjuntura política, social e econômica em desordem, caótica, cuja responsabilidade era creditada ao governo federal, personificado na pessoa do Presidente João Goulart, que era associada ao comunismo e, portanto, à subversão da ordem capitalista. Segundo Toledo (2004, p. 68), “[...] as classes dominantes e seus aparelhos ideológicos e políticos, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante das legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças, etc.”.

Conforme já mencionado, no período anterior ao Golpe, havia organizações e manifestações por todo o Brasil da classe trabalhadora urbana e rural, dos estudantes, de algumas organizações e partidos de esquerda pela aprovação das “Reformas de Base”, vistas como necessárias por esses grupos para um desenvolvimento social e econômico do Brasil, com mais justiça social. Em setembro de 1963, por exemplo, houve uma greve na cidade de Santos (SP), coordenada pelo Comando Geral dos Trabalhadores, que tinha influência dos comunistas (NAPOLITANO, 2017). No mesmo mês, os sargentos se rebelaram contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de considerar inelegíveis os sargentos eleitos para vários cargos públicos eletivos, reafirmando o prescrito na constituição da proibição da ocupação de cargos eletivos por graduados e praças das forças armadas (NAPOLITANO, 2017).

De acordo com Napolitano (2017, p. 46), esses e outros acontecimentos foram fartamente explorados pela grande imprensa brasileira, alinhada aos setores liberais conservadores, consolidando “[...] a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão começava no coração do poder, ou seja, a própria Presidência da República”. O pensamento disseminado por essa imprensa foi de que as

lutas pelas “Reformas de Base” eram usadas como desculpa para a subversão da ordem social, ameaçando a propriedade e a economia de mercado (NAPOLITANO, 2017). Essas ideias deram suporte para que parte da população brasileira apoiasse o Golpe, acreditando que os militares e seus apoiadores civis acabariam com a “bagunça”, dando “jeito no Brasil”, com a punição daqueles/as que reivindicavam melhores condições de vida.

Foi pouco antes do Golpe de abril de 1964 que Marlene Soccas conheceu Paulo Stuart Wright³², em uma viagem de ônibus que ela realizou de Criciúma para Florianópolis. Ela não se lembrou do motivo da viagem, mas a narrou em detalhes, tanto na entrevista como em seu livro, “Meu querido Paulo”, demonstrando o quão significativo foi esse episódio para ela. Nesses escritos, conforme já mencionado, além de se percorrer parte da biografia de Paulo e da trajetória dela entrelaçada com a dele, também é possível percebermos características de sua identidade militante, que pode ser entendida, de acordo com Pollak (1992, p. 204), como

[...] a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

O texto que segue foi retirado desse livro e narra como ela conheceu Paulo:

Conhecemo-nos alguns meses antes do Golpe de primeiro de abril, dia da mentira, de 1964. E construímos uma bela amizade. Foi numa viagem minha, de Criciúma para Florianópolis, e tu embarcas no ônibus em Laguna, no início do ano de 1964. Um amigo comum nos apresentou. Viajamos conversando sobre os nossos assuntos prediletos. Tu falavas das Cooperativas de Pescadores que estavas organizando no litoral da nossa Santa e Bela Catarina, mas davas muita atenção às minhas preferências da época, como

³² Neste texto, ao me referir a Paulo Stuart Wright, usarei o nome reduzido Paulo, que é a forma como Marlene Soccas se referia a ele.

a música e a pintura. Eras muito educado, atencioso e culto, o que me chamou a atenção. E muito paciente. Prometeste-me um livro sobre a vida de Bach. Conversamos também sobre pintura, e eu te falei, animada, das minhas experiências com telas, tintas e pincéis. Aos poucos, uma turma de jovens vai se juntando em torno de ti, e o assunto passa a ser a vida política do país, as reformas do nosso Presidente João Goulart. Lembro-me dos molejos do ônibus, jogando os passageiros que estavam em pé, de um lado para outro. A estrada era de chão, muita poeira nas várias paradas, porque era um pinga-pinga, muita gente subindo, outras tantas descendo, portando suas trouxas, malas e sacolas. Quando havia um assento livre ao meu lado, sentavas e conversávamos. Quando subia algum passageiro que ficaria em pé, imediatamente te levantavas para lhe dar o lugar. E os jovens te crivando de perguntas sobre a Reforma Agrária, as Remessas de Lucros, as mais importantes reformas que João Goulart queria introduzir no País. (SOCCAS, 2014, p. 26-27)

Em uma das entrevistas concedidas a esta pesquisadora, Marlene Soccas (2017c, p. 31) se referiu ao seu primeiro encontro com Paulo, ocorrido no ônibus, dizendo que “[...] *já dava para notar que havia um incipiente movimento estudantil nas universidades. Foi o que deduzi. Mas na época eu não sabia, hoje é que eu avalio porque tinha aquela turma de jovens ali que queria conversar com ele*”.

Essa fala de Marlene Soccas, a qual explicitou a sua percepção no momento em que se recordou do fato durante a entrevista, de que esses jovens provavelmente participaram do movimento estudantil à época, corrobora a ideia de que o passado é reconstruído a partir do tempo presente e que essa reconstrução é permeada pelas vivências e pelos conhecimentos decorridos de sua trajetória de vida, conforme apontado por Bosi (2004) na Introdução e corroborado por Maria Isabel Cunha (1997, p. 187), segundo a qual,

Quando uma pessoa relata os fatos vividos por ela mesma, percebe-se que reconstrói a trajetória

percorrida dando-lhes novos significados. Assim, a narrativa não é a verdade literal dos fatos, mas, antes, é a representação que deles faz o sujeito e, dessa forma, pode ser transformadora da realidade.

No excerto a seguir, Marlene Soccas (2017d, p. 8-9) se refere à atuação de Paulo à época em que o conheceu e, ao final de seu relato, ela observa que “[...] *isso eu fiquei sabendo um pouco depois, não sabia na época, ainda não tinha muito entendimento*”. Essa fala converge, também, para o entendimento de que voltamos ao passado a partir das condições do nosso presente. No entanto, na maior parte das vezes, não nos damos conta disso.

Na época em que Marlene Soccas conheceu Paulo, antes do Golpe de 1964, ele era o único Deputado Estadual evangélico e representante do Partido Social Progressista (PSP)³³ na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, tendo sido eleito, em outubro de 1962, com 2.144 (dois mil, cento e quarenta e quatro) votos (PAEGLE, 2011). Sobre a atuação dele à época, Marlene Soccas destacou:

Ainda não era o Golpe, era mais ou menos 63, então o governo João Goulart permitia essas lutas sociais. [...]. [O Paulo] estava organizando os pescadores no litoral catarinense. Ele tinha feito 27 Cooperativas de Pescadores, depois os organizou numa Federação que se chamava FECOPESCA, e ele até me deu um livrinho, que acho que eram os Estatutos, [...] e eu acabei perdendo-o depois de um tempo. [...] [Ele era deputado estadual] e entra em contradição com os grandes, com as indústrias de pesca e que utilizavam frigorífico para deixar o pescado. Porque agora o pobre também ia pescar, também ia ter a sua pesca e tinha que guardar o pescado. Aonde? Tinha que ser no frigorífico! Ele começou a arranjar espaço nos frigoríficos para os pescadores pobres ribeirinhos,

³³ O PSP foi fundado em 1946 pelo governador de São Paulo, Adhemar de Barros, um dos apoiadores do golpe de 1964, conforme mencionado anteriormente, e, embora tenha se constituído em um partido de âmbito nacional, sua maior base eleitoral foi o estado de São Paulo. De acordo com Trichês (1994, p. 63), “[...] o PSP se confundia com o seu fundador [...]” e, em Santa Catarina, à época, era um partido de pouca expressão eleitoral.

enquanto as grandes indústrias pescavam em alto mar. Aí aquele problema, se pesca o peixe em alto mar, o peixe não vem até a praia para alimentar os pescadores da região alimentar as pessoas que comiam peixe e as pessoas que também vendiam e viviam da venda do peixe, do comércio com o pescado. Então ele entrou em conflito com os poderosos e começou já um monte de reclamações “É porque ele é comunista, ele é isso, ele é aquilo!” Isso eu fiquei sabendo um pouco depois, não sabia na época, ainda não tinha muito entendimento. (SOCCAS, 2017d, p. 8-9. Acréscimos meus)

A FECOPESCA era uma Federação de Cooperativa de Pescadores que Paulo ajudou a organizar e que objetivava possibilitar a autonomia dos pescadores e colocá-los como os responsáveis pela pesca no estado de Santa Catarina (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014; WRIGHT, 1993). Por causa disso, conforme mencionou Marlene Soccas, Paulo entrou em “conflito com os poderosos” das indústrias pesqueiras que exploravam a pesca em alto mar. Mas esse posicionamento social e político de Paulo em favor dos “desfavorecidos” parece que vinha de muito tempo antes.

Paulo Stuart Wright nasceu na cidade de Joaçaba (SC), em 2 de julho de 1933, filho de Maggie Belle Wright e Lothan Ephrain Wright, casal de missionários norte-americanos da Igreja Presbiteriana, que morava no Brasil (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014). Tinha dois irmãos, sendo um deles o pastor presbiteriano Jaime Stuart Wright, que se tornou uma referência na luta pelos Direitos Humanos no Brasil, sendo um dos responsáveis pelo projeto “Brasil: Nunca Mais” (PAEGLE, 2011).

Paulo tinha dupla cidadania, e isso facilitou a sua ida para os EUA, onde obteve a sua formação acadêmica na área de Sociologia Política (PAEGLE, 2011; WRIGHT, 1993). Lá, conseguiu, durante as férias de seu curso, um emprego de trabalhador braçal na construção civil, envolvendo-se em uma greve com os trabalhadores. Na Universidade em que estudava, fundou um grupo que se opôs à discriminação racial (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014; WRIGHT, 1993). Iniciou um curso de pós-graduação em Sociologia Política, mas não o concluiu, regressando ao Brasil no final dos anos 1950, por não concordar com a sua convocação, pelos EUA, para atuar na guerra da Coreia, já que

era filho de norte-americanos, passando, então, a ser procurado pelo FBI (*Federal Bureau of Investigation*), Departamento Federal de Investigação dos EUA (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

De acordo com Eduardo de Melo de Moura Paegle (2011, p. 122), no seu retorno ao Brasil, em 1956, Paulo participou de várias atividades políticas, por meio dos sindicatos e na conscientização dos jovens da Igreja Presbiteriana. Morou um período na cidade de São Paulo, trabalhou como torneiro mecânico e engajou-se em um projeto da Igreja Presbiteriana nas fábricas paulistas, convivendo com os operários e militando, também, entre a juventude, tendo sido secretário-geral da União Cristã de Estudantes do Brasil (UECEB) (PAEGLE, 2011). Casou-se com Edimar Rickli, em 1956, com quem teve três filhos, dos quais um morreu ao nascer, quando o casal ainda morava em São Paulo.

Em 1957, após a morte de sua mãe, retornou a Joaçaba (SC) e trabalhou como torneiro mecânico em uma pequena indústria, auxiliando, também, na fundação do Sindicato de Metalúrgicos de Joaçaba e na organização dos trabalhadores da construção civil e da indústria de papel e papelão (WRIGHT, 1993).

Em 1958, com 25 anos, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), candidatando-se ao cargo de vereador, porém não foi eleito. Em 1960, foi candidato a prefeito pelo mesmo partido e obteve 4.276 votos contra 4.284 votos do candidato da oposição, que era pertencente à União Democrática Nacional (UDN), uma diferença de apenas 12 votos (WRIGHT, 1993). Não tendo sido eleito para o cargo de prefeito, mudou-se, nesse mesmo ano, para a cidade de Florianópolis (SC), capital do Estado, e trabalhou como diretor da Imprensa Oficial do Estado (IOESC), a convite do Governador Celso Ramos (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014) e a pedido do PTB (WRIGHT, 1993).

Em 1962, de acordo com Delora Wright (1993), que é sobrinha de Paulo, filha de seu irmão Jaime Wright, ele decidiu candidatar-se a deputado estadual. Como o seu partido, o PTB, já tinha um candidato, filiou-se ao Partido Social Progressista (PSP), que tinha pouca representatividade em Santa Catarina, sendo, então, eleito para o cargo pleiteado.

Paulo também era bastante atuante na Igreja em que frequentava, assim, em março de 1964, quando já era deputado estadual, candidatou-se e foi eleito um dos presbíteros dessa igreja (PAEGLE, 2011). Conforme Wright (1993, p. 42),

Paulo sintetizava a ameaça comunista: era contra a submissão da economia brasileira aos estrangeiros;

defendia empregos e salários dignos para o trabalhador do campo, da cidade e do mar; bradava contra a exploração, a opressão e a humilhação do seu povo, que os generais denominavam de cristão e ordeiro.

Por causa de seu posicionamento político, foi acusado de ser comunista e teve o seu mandato de deputado estadual cassado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em maio de 1964, logo após o Golpe. Paulo foi uma das vítimas do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, o qual, segundo Borges (2003), instituiu medidas que restringiram drasticamente os poderes do poder Legislativo. Esse Ato também suspendeu os direitos fundamentais e os direitos políticos dos cidadãos, descritos na Constituição de 1946, e determinou a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais daqueles que atentavam contra a nova ordem (BRASIL, 1964). Posteriormente, o seu cargo de presbítero também foi cassado pela Igreja Presbiteriana e ele foi afastado do quadro de membros da congregação (PAEGLE, 2011). De acordo com Paegle (2011), Paulo, então, asilou-se no México e de lá foi para Cuba com o padre Alípio de Freitas³⁴. Quando estava no exílio, sua esposa não o seguiu, conforme era o desejo dele, e cogitou a possibilidade de uma separação, a qual se efetivou oficialmente em março de 1971 (WRIGHT, 1993).

Em meados do ano de 1965, Paulo retornou ao Brasil e militou clandestinamente na AP. Conforme os documentos dos órgãos de segurança, ele participou como representante oficial da AP no encontro da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que ocorreu em Havana (Cuba), em agosto de 1967, e teria recebido treinamento militar em Cuba e em Pequim (China) (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014). Ele foi visto pela última vez por um de seus companheiros em 4 de setembro de 1973 (PAGLE, 2011), data provável de sua prisão pelos órgãos de repressão. Apesar da incessante busca realizada por seu irmão, Jaime Stuart Wright, seu corpo nunca foi encontrado. Paulo Stuart Wright é um dos integrantes da lista dos 136

³⁴ Padre Alípio Cristiano de Freitas era português e atuou no Brasil como sacerdote no estado do Maranhão; participou como dirigente da AP, sendo líder do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), uma dissidência dessa organização; foi preso em 1970 e expulso do Brasil em 1979 como apátrida (BRASIL, 2014).

desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995³⁵, sancionada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Após esse relato breve da trajetória de vida de Paulo, retorno às narrativas de Marlene Soccas, a qual escreveu em seu livro e relatou, também, nas entrevistas, que após o encontro casual que teve com ele, no trajeto de ônibus de Laguna a Florianópolis, reencontrou-o em seu próprio consultório odontológico em Criciúma, quando ele lhe fez uma visita inesperada, convidando-a para participar de um comício que ele realizaria na cidade. Isso ocorreu antes do Golpe de 1964, e ele já era deputado estadual. A finalidade desse evento, conforme ela narrou em seu livro, não era eleitoreira, mas objetivava apresentar

Um projeto de trabalho entre o povo e parlamentar com a finalidade de transformar a sociedade e não de reformá-la. A intenção era de organização popular, lutando pela sua libertação e não de usar o povo como massa de manobra, aproveitando-se dele apenas para votar os continuadores de sua própria opressão. (SOCCAS, 2014, p. 26)

Na entrevista, quando perguntei sobre a finalidade desse comício, ela respondeu: “*Eu não sei, eu não me lembro, só sei que tinha muita movimentação política, muito discurso, muita coisurada, mas eu estava bem por fora*” (2017d, p.17). Ela recordou-se, também, de que, naquele dia, Paulo estava acompanhado do padre Alípio, já mencionado anteriormente, mas não se lembrou muito do que conversaram, apenas de que Paulo já falava em revolução. Em seu livro, Marlene Soccas escreveu (2014, p. 27) que nessa visita de Paulo ao seu consultório, a conversa entre ambos girou em torno de temas que eram caros a ele, como a “[...] exploração do trabalho dos operários, liberdade, democracia burguesa e democracia socialista, e revolução socialista [...]”, enfim, sobre “[...] a luta por um mundo melhor”.

Ela não compareceu ao comício para o qual foi convidada por Paulo por receio de que algo lhe acontecesse, pois foi alertada por um membro da família: “*Ó, Marlene, é bom tu não ir porque pode ter polícia junto e é bom que tu não vás*” (SOCCAS, 2017c, p. 31). Esse receio em participar de um evento político em um período em que ainda se vivia em

³⁵ A referida Lei “[...] reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências” (BRASIL, 1995).

um país democrático pode estar relacionado também à associação deste com a ideia de “bagunça”, “baderna” associada ao comunismo, como pode demonstrar, também, um pouco do clima de acirramento que havia entre as posições políticas antes do Golpe.

Observando as narrativas de um mesmo fragmento autobiográfico por meio da escrita e da fala de Marlene Soccas, é possível perceber que em sua escrita, nesse caso, houve uma interpretação mais elaborada, em nível intelectual, com base em seus conhecimentos posteriores acerca da trajetória política de Paulo. Já na entrevista, as lembranças apareceram de forma mais espontânea, embora elas sejam também uma reconstrução do passado, e aproximam-se mais da sua realidade daquele momento, pois ela se manifestou que, naquela época, não tinha conhecimento nem envolvimento com a política. Nesse sentido, Pedro (2017a, p. 42) observa que,

[...] num texto biográfico ou autobiográfico, o autor ou os autores podem refazer o texto inúmeras vezes, repensar, avaliar se vale a pena narrar esse ou aquele episódio e qual a melhor maneira de narrar. É diferente o que ocorre numa entrevista: o momento, o impulso traz o que é lembrado, em função do ambiente, do tempo e das perguntas que são feitas.

A autora afirma, também, que a entrevista, diferente de um depoimento por escrito, “traz a memória em clima de tensão”, pois “o ambiente, a relação com as pessoas que entrevista, o momento da narração, tudo isso interfere no que é dito” (PEDRO, 2017^a, p. 34).

Outra questão que pode ser pensada referente à escrita de Marlene Soccas é a ressignificação que ela elaborou em relação ao episódio do comício que envolveu Paulo, utilizando-se, talvez, dessa escrita para consolidar ao leitor uma imagem dele como um revolucionário que desejava, desde aquela época, “[...] transformar a sociedade e não [...] reformá-la”. Essa observação também pode servir de pista para apreender uma característica da identidade como militante de esquerda de Marlene Soccas, no tempo presente da escrita do livro, pois ficou perceptível a sua identificação com um movimento de mudança revolucionária da sociedade e não com a reforma desta.

Conforme já indicado na Introdução, de acordo com Woodward (2000) e Hall (2014), nas sociedades contemporâneas, as identidades não são percebidas como fixas, mas construídas e reconstruídas nas relações com as outras pessoas. Nesse sentido, a Marlene Soccas, que vivenciou o

episódio narrado sobre o convite de Paulo para o comício, antes de 1964, é politicamente diferente daquela que narrou e interpretou o fato em seu livro no ano de 2014.

No que se refere ainda à visita de Paulo a Criciúma, junto com padre Alípio, e à realização de um comício por ele na cidade, antes do Golpe de 1964, elas devem estar relacionadas com o clima de organização política reinante no Brasil, que repercutia, também, em Criciúma. Naquele período, pode-se dizer que Criciúma vivia uma certa efervescência política e social, por causa, principalmente, das mobilizações dos trabalhadores das minas de carvão, filiados ao Sindicato dos Mineiros³⁶. Conforme Wright, (1993, p. 40), “[...] o deputado Paulo não parava”. Além de viajar para outras regiões do Brasil, “[...] também viajava pelo interior de Santa Catarina, incentivando a organização dos trabalhadores de arrozais e das minas de carvão”.

De acordo com Terezinha Gascho Volpato (1984, p. 114), “[...] o período compreendido entre dezembro de 1957 a 31 de março de 1964 representou, na história do sindicalismo dos mineiros de Criciúma, a fase de militância na defesa dos interesses imediatos da classe operária mineira”, que correspondeu, segundo ela, em lutas por melhores condições de trabalho e melhores salários. Conforme Volpato (1984), no período compreendido entre 1958 a 1963, a categoria deflagrou cinco greves. Os movimentos dos mineiros alcançaram também as ruas de Criciúma, como na greve de 1960, a mais longa delas, que durou quase 30 dias, em que os trabalhadores promoveram uma passeata pelas ruas da cidade (VOLPATO, 1984).

Segundo Volpato (1984, p. 121), além das lutas mais voltadas à resolução das questões mais imediatas dos trabalhadores, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, à época,

[...] acompanhava o movimento trabalhista brasileiro. Os sindicatos, em âmbito nacional, passam a ser ocupados por líderes operários que contestam a estrutura sindical garantida pela CLT. Os mineiros de Criciúma participam das bandeiras de lutas nacionais. Estão presentes nas concentrações operárias coordenadas pela CGT. Envia comissões ou representantes do sindicato para participarem de Congressos, de reuniões de estudo trabalhista sindical, que se realizam no Rio de Janeiro.

³⁶ Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Extração de Carvão de Criciúma.

O sindicato era filiado ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que era comandado, em nível nacional, pelos comunistas. Em uma entrevista concedida a Volpato (1984, p. 120), Jorge Antonio Feliciano, que foi presidente do sindicato dos mineiros de 1960 a 1964, declarou que quando Jango foi deposto da Presidência e foi deflagrado o Golpe em 1964, o CGT decretou greve geral em protesto a essa situação e “[...] o sindicato dos mineiros de Criciúma acatou a palavra de ordem do CGT”. Feliciano prosseguiu dizendo que: “[...] pela manhã do dia 1º de abril, quando o sindicato foi às empresas mineiras a fim de fazer parar o trabalho, algumas delas, cujos operários ouviram pela rádio a palavra de ordem da CGT, já estavam paradas” (VOLPATO, 1984, p. 120).

De acordo com Janete Trichês (1994, p. 171), “Criciúma, provavelmente, tenha sido em Santa Catarina a cidade que mais ofereceu resistência civil ao movimento militar armado de 31 de março de 1964”. Conforme a autora, quando houve essa convocação do CGT para a greve geral, os mineiros de Criciúma, às 23 horas, iniciaram a articulação de uma frente municipal de resistência política e, no dia 1º de abril, as minas de carvão amanhecaram completamente paralisadas; tanto os trabalhadores da ativa como os aposentados se reuniram em um total de aproximadamente seis mil pessoas na praça Nereu Ramos. Eles intencionavam repetir, em 1964, a “Rede da Legalidade”, ocorrida em 1961, quando trabalhadores se uniram a uma das tropas do III Exército de Porto Alegre, entrincheirando-se próximo à cidade vizinha de Içara, contribuindo para assegurar a posse de João Goulart na presidência da República, à época (TRICHÊS, 1994).

Essas mobilizações demonstram que havia, entre os mineiros de Criciúma, uma certa consciência política e que as suas lutas estavam sintonizadas com os movimentos nacionais de trabalhadores, também no âmbito político. Havia, dentre os militantes do sindicato dos mineiros, pessoas como Jorge Feliciano e o advogado Aldo Dietrich, que eram militantes comunistas (COIMBRA, 1996), mesmo o partido atuando na ilegalidade. Jorge Feliciano, inclusive, foi convocado pelo PCB para participar do conhecido Comício da Central, ocorrido no dia 13 de março de 1964, na cidade do Rio de Janeiro (COIMBRA, 1996). E, por causa de suas atividades no sindicato, consideradas subversivas, foram detidos, após o Golpe, cerca de 40 dirigentes sindicais, dentre eles Jorge Feliciano (VOLPATO, 1984).

Outro segmento social em que reverberaram as mobilizações políticas e sociais que havia no país, no período anterior a 1964, foi o dos estudantes secundaristas de Criciúma. Conforme Marli Paulina Vitali (2013, p. 43),

[...] a influência e o trabalho desenvolvido pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em todo o Brasil era assunto discutido pelos jovens criciumenses. Movimentos estudantis, organizações de operários estavam ocorrendo no país e isso mobilizou também os estudantes de Criciúma a criarem sua entidade representativa.

Assim, em 1960, alguns estudantes se reuniram e criaram a União dos Estudantes Secundários de Criciúma (UESC), seguindo as orientações da União Catarinense de Estudantes Secundaristas (UCES) (VITALI, 2013). De acordo com Vitali (2013), embora esses estudantes tenham sido estimulados a formar a sua própria entidade estudantil pelos contatos que mantinham com a UCES, em Florianópolis, os quais tinham vínculos com a UNE, em Criciúma, foi se “[...] moldando uma união estudantil a interesses de um determinado segmento, ou seja, a elite local” (VITALI, 2013, p. 47).

Como em outros lugares do Brasil, não havia, em Criciúma, unanimidade em torno das lutas dos trabalhadores e estudantes, que eram chamados, por uma parte da sociedade, de subversivos e baderneiros, como uma forma de desqualificá-los. Esse segmento da sociedade deu as boas-vindas aos militares, conforme manifestação pessoal de Marlene Soccas feita anteriormente. Nesse sentido, Claudionor Lima Pirola (2011) encontrou no jornal local “Tribuna Criciumense”, de 26 de junho a 6 de julho de 1963, por exemplo, uma matéria contundente se manifestando contra as “Reformas de Base” capitaneadas por Jango, associando-as ao comunismo. O referido autor encontrou outras matérias, nas edições de abril e de junho de 1964, após o Golpe Civil-Militar, exaltando a ditadura e caracterizando-a como uma revolução democrática.

Como no restante do país, parte considerável da Igreja Católica de Criciúma também se mobilizou contra a “ameaça” do comunismo. Nessa cidade, alguns padres com forte influência na comunidade se imiscuíram nos movimentos do Sindicato dos Mineiros (COIMBRA, 1996) e estudantil, interferindo, muitas vezes, como no caso da UESC, no direcionamento político da entidade (VITALI, 2013).

De acordo com Vitali (2013, p. 100), essa divergência de posicionamentos políticos, presente na sociedade e em suas instituições, tanto em nível nacional, como local, também ocorreu na UESC, o que levou ao surgimento de dois grupos dentro da entidade: “[...] um grupo à direita, ligado aos empresários da cidade e à Igreja, e o outro grupo que seguia as mesmas diretrizes propostas pela União Nacional de Estudantes

e, por isso, considerado de esquerda”. Um episódio que demonstra essa discordância, segundo a autora, foi a discussão acirrada gerada por causa da vinda da UNE Volante³⁷ a Criciúma, em março de 1962, que foi trazida por um dirigente, identificado com a esquerda. À época, a UNE Volante foi expulsa pelo grupo majoritário de estudantes alinhados à direita, cujo episódio teve repercussão nacional (VITALI, 2013).

Diante desse quadro de turbulências favoráveis e desfavoráveis aos movimentos reivindicatórios e de esquerda, Marlene Soccas lembrou vagamente, em uma das entrevistas, que recebeu visitas de algumas pessoas em seu consultório, as quais estavam envolvidas politicamente com movimentos de esquerda. Ela também não se lembrou com clareza se isso ocorreu antes ou depois do Golpe de 1964. Em suas palavras:

[...] o Paulo eu lembro porque eu gravei e porque ele me foi apresentado [refere-se às pessoas que a visitavam em seu consultório]. Dos outros eu não sei. Eu não sei se era casual ou se vinham com a intenção de... Eu achava que era casual e não era, não sei [...]. Foi uma enxurrada que veio, aí quando veio, veio de enxurrada. [...] Porque decerto viram uma profissional, dentista, nível bom, sozinha, sem família, sem nada. É ótimo para ser uma militante. Tinha tudo para ser. (SOCCAS, 2017b, p. 18. Acréscimos meus)

Em outro momento, em uma conversa informal em sua casa, ela observou que não tinha certeza se essas pessoas que passaram em seu consultório tinham realmente intenções políticas. É necessário observar que, muitas vezes, ao relembramos alguns eventos, não temos a certeza absoluta de os termos vivenciado exatamente daquele modo como rememoramos, pois além das características da seletividade e da flexibilidade da memória, já apontadas na Introdução, incorporamos às nossas memórias vivências de outros que nos foram narradas, como se fossem nossas próprias. Conforme Amado (1996, p. 32), a memória possui a capacidade

[...] de associar vivências individuais e grupais com vivências não experimentadas diretamente pelos indivíduos ou grupos: são vivências dos outros, das quais nos apropriamos, tornando-os nossas

³⁷ A UNE Volante surgiu em 1962, com o intuito de mobilizar estudantes em todo o país em temas relacionados às questões educacionais (VITALI, 2013).

também, por meio de conversas, leituras, filmes, histórias, músicas, pinturas, fotografias... Nossas memórias são formadas de episódios e sensações que vivemos e que outros viveram.

De qualquer forma, pelas narrativas de Marlene Soccas, parece-me que ela, embora tenha dado as boas-vindas aos militares, não foi contaminada com o anticomunismo, comum a uma parcela da população criciumense à época e pode ser que a visita de Paulo ao seu consultório tenha aberto a porta para que outras pessoas do campo de esquerda a procurassem realmente para uma possível participação na política.

4.2.1 “Mas [re]encontrei seu Paulo Wright”, em São Paulo

Marlene Soccas atuou como dentista em Criciúma³⁸, mais ou menos do ano de 1963 a 1966, quando decidiu retornar aos estudos, porque sentia algumas deficiências em sua formação profissional, o que limitava a sua atuação com mais qualidade. Sobre isso, assim ela se expressou:

[...] porque eu comecei a sentir na Odontologia, quando eu saí da faculdade, algumas barreiras, algumas deficiências. Eu comecei a perceber que tinha alguns problemas que apareciam no consultório que eu não estava muito bem preparada para resolver. Tive que voltar a estudar. Comprei livros de microbiologia, comprei mais livros [...]. Mas depois eu achei melhor ir para São Paulo fazer alguns cursos para melhorar a minha condição de profissional. (SOCCAS, 2017b, p. 14)

Em 1966, ela conseguiu a sua transferência dos Correios para a cidade de São Paulo e mudou-se para lá, indo morar, inicialmente, em uma pensão de moças. Ela não lembrou muito bem porque escolheu essa cidade para estudar, mas, de acordo com ela, “[...] eu acho que na minha cabeça era lá que estava o melhor do Brasil, a melhor escola do Brasil e da América Latina” (SOCCAS, 2017b, p.17). Em São Paulo, matriculou-se na Universidade de São Paulo (USP), na Faculdade de Odontologia, e

³⁸ Após a sua saída da prisão, em 1972, Marlene Soccas retornou a Criciúma e reiniciou a sua atividade profissional, atuando nesta cidade até por volta de seus 80 ou 82 anos, ou seja, entre os anos de 2014 a 2016.

frequentou vários cursos de complementação que considerava importantes para a sua formação profissional. Em suas palavras:

[Eu me matriculei] *em tudo quanto era curso. Em radiologia [Figura 4] em microbiologia. Comecei com microbiologia, e fiquei muito ligada nessa área. Tinha um catedrático lá que olhava minhas provas, guardava na gaveta e dizia "Nossa, as provas da Marlene são um espetáculo!" Eu só ganhava dez, dez, dez! Passei em primeiro lugar nesse curso. Um ano de pós-graduação em microbiologia e imunologia [Figura 5]. Eu comprava livros e estudava, estudava, estudava. [...] Eu tinha muita prática, porque a faculdade era bem superior aqui à de Santa Catarina. Nós tínhamos laboratórios de microbiologia, era uma área muito boa. Tinham uns professores muito bons, enfim, eu estava na Universidade de São Paulo, quer era uma das melhores da América do Sul. Eu adorava trabalhar com microscópio, com microbiologia, com as estufas, processo de desenvolvimento bacteriano e depois olhar no microscópio como estava, como que não estava. Então eu juntei as duas coisas, teoria com a prática.* (SOCCAS, 2017b, p. 17. Acréscimos meus)

Conforme os relatos de Marlene Soccas, ela realizou o estágio relativo ao curso de “Microbiologia e Imunologia” no Instituto Butantã durante seis meses. Além dos cursos mencionados no excerto, ela se lembrou de ter frequentado, dentre outros, o de Odontologia Infantil (Figura 6), cursos na Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, como o de “Virologia aplicada à saúde pública e medicina” (Figura 7) e outro de “Imunologia”. Nos seus certificados constam, ainda, dentre outros cursos não mencionados por ela, os de “Cirurgia Buco- Maxilar” (Figura 8), “Ortodontia Preventiva” (Figura 9), “Periodontia” (Figura 10), realizados pela Escola de Aperfeiçoamento Profissional da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas.

Figura 4 – Certificado de Curso das Fisiopatologias das Radiações, em 1966



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Figura 5 – Certificado de Curso de Imunologia, em 1966



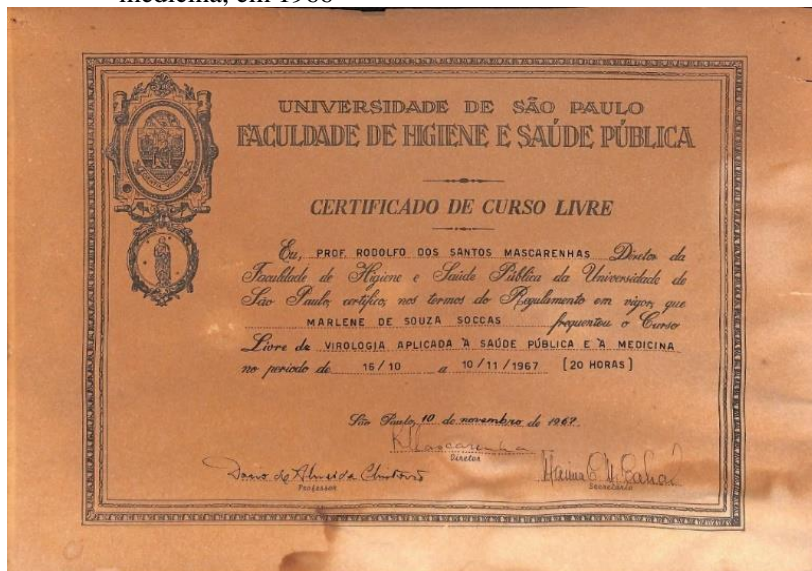
Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Figura 6 – Certificado de Curso de Odontologia Infantil, em 1966



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Figura 7 – Certificado de Curso de Virologia aplicada à saúde pública e medicina, em 1966



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Figura 8 – Certificado de Curso de Cirurgia Buco-Maxilar, em 1966



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Figura 9 – Certificado de Curso de Ortodontia Preventiva, realizado em 1967



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Figura 10 – Certificado de Curso de Periodontia, realizado em 1967



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Nas palavras de Marlene Soccas (2017b, p. 17. Acréscimos meus): “[...] *eu já estava com ideia de ficar por lá e fazer minha carreira de pesquisadora na Universidade de São Paulo, mas encontrei seu Paulo Wright. Encontrei aqui em Criciúma, depois ele me visitou [nos Correios]*”.

Nessa fala, Marlene Soccas explicitou novamente a sua vontade de se tornar uma pesquisadora, reavivando um “sonho” que acalentava na juventude, quando ainda estudava no Colégio Coração de Jesus, de “seguir os passos” de Madame Curie, conforme narrado no capítulo anterior. É possível perceber, também, a sua dedicação aos estudos e a sua ânsia por conhecimento, cujas características aparecem em suas narrativas, desde quando o seu tio Joãozinho a apresentou e a associou à biblioteca da escola até a sua velhice, as quais se evidenciam em sua linguagem no padrão culto da língua portuguesa, no seu conhecimento eclético e profundo, principalmente no que se refere aos estudos marxistas, e também em um conhecimento de outras línguas.

Marlene Soccas pensou na possibilidade de se dedicar à pesquisa e, talvez, de fixar residência em São Paulo, mas reencontrou Paulo. O que significou para ela esse reencontro? Talvez tenha significado a mudança de seus planos.

Após a visita de Paulo em seu consultório, antes do Golpe de 1964, Marlene Soccas lembrou que, por sugestão de um parente, enviou-lhe uma carta, solicitando a sua mediação, como Deputado Estadual, na troca do cargo que ela ocupava nos Correios, de postalista para dentista. Depois de muito tempo, ela recebeu uma carta dele em resposta à sua, justificando que não pôde atender ao seu pedido.

Como visto anteriormente, Paulo teve seu mandato de deputado estadual cassado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em maio de 1964 e, logo em seguida, asilou-se no México e, posteriormente, foi para Cuba. Provavelmente, quando ela obteve um retorno dele, ele já estava exilado no México, ou em Cuba, o que justifica essa ausência da resposta dele durante certo tempo. Esse ocorrido indica que Marlene Soccas desconhecia a cassação dele. Ao se mudar para São Paulo, comunicou-o sobre o novo endereço de sua residência, para que ele continuasse a lhe escrever. Conforme o seu relato: “[...] *durante muito tempo, a gente não se correspondeu. Acho que eu não recebi nada dele. E, de repente, ele é que aparece lá em São Paulo, no meu emprego. E eu levo um susto tremendo!*” (SOCCAS, 2017c, p. 33). Marlene Soccas não se lembrou de ter recebido alguma resposta de Paulo às suas cartas, mas deduzo que ele as recebeu, caso contrário, ele não a encontraria em São Paulo, em seu local de trabalho, no ano de 1966.

Referente a esse encontro de Paulo com Marlene Soccas, Wright assinalou (1993, p. 65) que ao retornar para o Brasil, Paulo, indo contra as normas da clandestinidade, “[...] retomou seus contatos com amigos distantes, com amigos do peito, com amigos cristãos, com a família e com amigos repentinos, como foi o caso da moça dentista conhecida em uma viagem de Criciúma a Florianópolis”.

Quando Marlene Soccas reencontrou Paulo, em 1966, ela percebeu, em seu aspecto físico, uma mudança drástica, o que chamou muito a sua atenção. Em suas palavras:

[...] quando eu o vi ali em Criciúma, no meu consultório, e quando eu conversei com ele no ônibus, ele tinha uma aparência de estar com boa saúde, bem alimentado e bem arrumado. Quando ele me aparece lá, aparece com uma roupa bem surrada, um terno escuro preto, me lembro bem, mas era escuro, parece que era preto e muito brilhante como uma fazenda muito surrada. E os cabelos, não sei se ele já começou com cabelos grisalhos... E eu o achei depauperado [...] com falta de cuidados. (SOCCAS, 2017c, p. 34)

Marlene Soccas (2017c, p. 34) recordou, também, que, mesmo tendo percebido essa mudança na aparência dele, não fez nenhum comentário nem entrou em detalhes sobre isso. Nesse sentido, assim ela se expressou na entrevista: “[...] eu não entrei nesses detalhes. Só que ele queria saber de mim e eu contei alguma coisa. Dele, ele não falou nada, mas eu também não perguntei, porque eu imaginei que não era para perguntar”. Aliás, ela narrou que nas outras vezes que se encontraram dali para frente, ele não falou sobre a sua vida pessoal, nem o que fazia, nem onde morava ou com quem andava. E ela também não lhe fez questionamentos, conforme também escreveu em seu livro, “Meu querido Paulo”, em forma de cartas:

[...] eu não fazia nenhuma pergunta, pois sentia que deverias ter muita coisa que não poderias me dizer e eu respeitava este teu direito de reserva. Jamais fui curiosa sobre o que pensavas, por onde andavas, o que fazias. Se tu resolvias me dizer, tudo bem. Mas eu não perguntava. Evitava te constranger. Talvez por isso, eu saiba pouco de ti. Assim, retornamos a nossa amizade e passamos a nos reencontrar seguidamente, andando pelas ruas de

São Paulo, tomando suco de laranja com misto quente. (SOCCAS, 2014, p. 157)

Em seu livro, quando ela descreveu esse encontro com Paulo, além de relatar a surpresa do encontro e do estado físico dele, demonstrou em sua escrita um certo encantamento ao reencontrá-lo. Em suas palavras: “[...] conversamos durante um tempo que me pareceu mágico, eterno, infinito, mas limitado, na realidade, pelo relógio e minha obrigação de retornar ao meu trabalho” (SOCCAS, 2014, p. 157).

No que tange a Paulo, tendo sido cassado logo após o Golpe de 1964 e retornado ao Brasil em 1965, ele se encontrava na clandestinidade, tendo que criar maneiras para não cair nas mãos dos órgãos da repressão. Esse tipo de comportamento imprevisível era uma estratégia utilizada pelos militantes que viviam na clandestinidade para se protegerem de uma eventual prisão pelos órgãos de repressão da ditadura, bem como não colocarem em risco a vida das pessoas com quem se relacionavam.

Na clandestinidade, muitos/as militantes utilizavam, também, o recurso da troca de nome, conforme observa Pedro (2017a, p. 35), a qual aponta que durante a ditadura militar “[...] pessoas que participaram de movimentos de resistência e que estavam sendo processadas, ameaçadas de prisão, tornaram-se clandestinas, adotando outros nomes, assumindo outra aparência, e usando documentos falsos”. A Paulo foram atribuídos o uso de vários codinomes como João, Jim, Miller (PAEGLE, 2011). Mais adiante, tratarei sobre esses e outros aspectos relacionados à situação ao abordar a clandestinidade de Marlene Soccas.

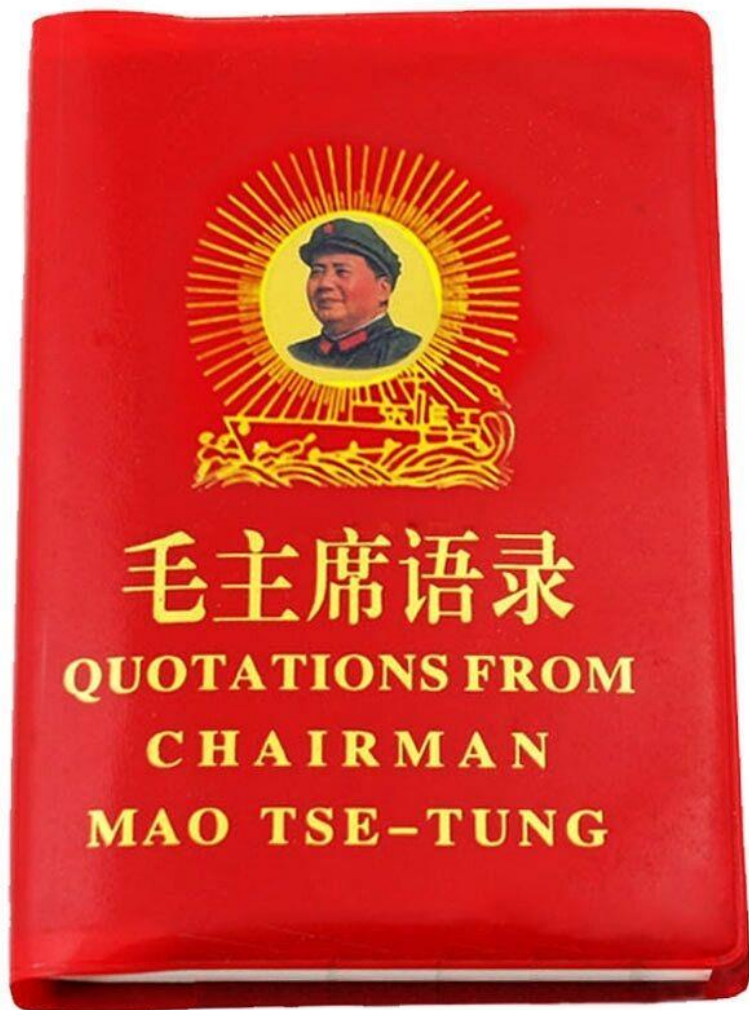
Marlene Soccas não sabia quando Paulo reapareceria. Eles não marcaram data nem lugar para os encontros. Ele simplesmente aparecia. E foram nesses encontros não marcados que Paulo começou a falar-lhe sobre as ideias que nortearam a formação e a trajetória de militante de esquerda de Marlene Soccas e o seu envolvimento nas organizações de resistência à ditadura. E é por esse motivo que não é possível escrever sobre o seu percurso de vida sem fazer o seu entrelaçamento com parte do percurso de Paulo Stuart Wright. Nas palavras de Marlene Soccas, “[...] *o Paulo é uma pessoa que vai mudar muito a minha vida, também*” (SOCCAS, 2017c, p. 30). Assim, segundo ela,

[...] *ele foi me apresentando o “Livrinho Vermelho”*³⁹[Figura 11] *de Mao Tse-Tung e me deu também uns documentos do Paul Baran e Paul Sweezy, que eram os intelectuais norte-americanos que falavam sobre socialismo.[...] Era “O Capitalismo Monopolista”*⁴⁰ [Figura 12], *parece que era do Paul Sweezy... Desse filósofo norte-americano e economista também* (SOCCAS, 2017d, p. 35. Acréscimos meus)

³⁹ Conforme Marlene Soccas, O “Livro Vermelho” é um livro de bolso contendo uma coletânea de citações de Mao Tse-Tung acerca de suas ideias sobre guerra, política e a organização do socialismo na China.

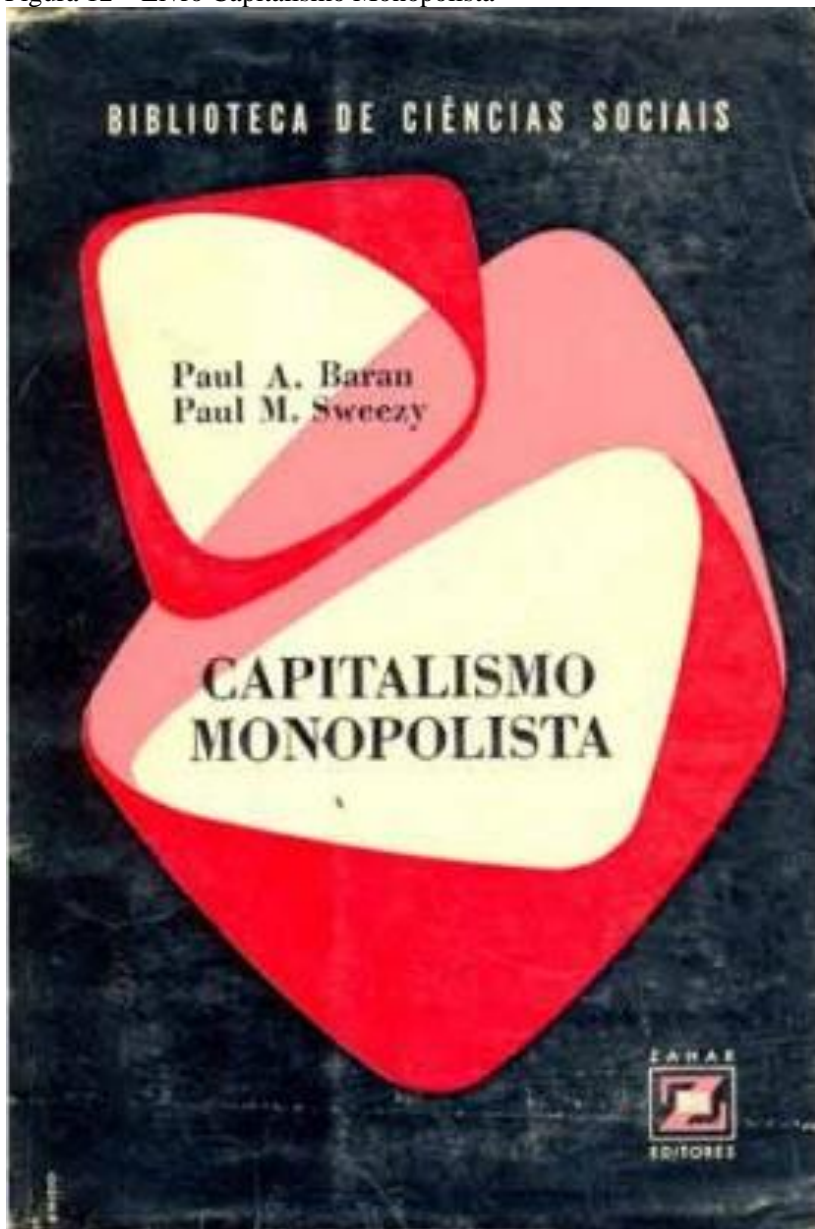
⁴⁰ O Livro “O Capital Monopolista”, de autoria de Paul Baran e Paul M. Sweezy, foi publicado em 1966 pela editora Zahar.

Figura 11 – Livro Vermelho



Fonte: **O Livro Vermelho**: citações do comandante Mao Tse-tung. China: 1965.

Figura 12 – Livro Capitalismo Monopolista



Fonte: BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editions, 1966.

Sobre o livro escrito por Paul Baran e Paul M. Sweezy, ela escreveu em seu próprio livro: “[...] eu devorei várias vezes, um livro que me abriu muito a cabeça sobre as questões econômicas, disciplina difícil para uma dentista que lida diariamente com disciplinas biológicas” (SOCCAS, 2014, p. 158). Conforme os relatos de Marlene Soccas, as suas conversas com Paulo “[...] eram só sobre isso! Porque a intenção dele era me conquistar para a luta ou para uma visão de luta do povo brasileiro contra a dominação” (SOCCAS, 2017c, p. 35). Nessa observação, Marlene Soccas, parece-me, colocou em dúvida as intenções de Paulo de “conquistá-la” para a luta concreta no campo de esquerda. Penso que essa reflexão foi feita a partir de sua narrativa de que ele não a “convidou” para entrar na organização na AP, conforme escreverei mais adiante.

Pelos relatos de Marlene Soccas tanto no seu livro como nas entrevistas, é possível perceber o quanto a presença de Paulo em sua vida significou suas aprendizagens políticas. Estava aqui nascendo uma militante de esquerda que, aos poucos, foi criando o seu próprio caminho.

Outros livros que ela lembrou ter lido, à época, por intermédio de Paulo, foram “Cangaceiros e Fanáticos: gêneses e lutas”⁴¹ (Figura 13) e “Messianismo e Conflito Social: a guerra sertaneja do Contestado”⁴² (Figura 14), que trata sobre a Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912-1916, em Santa Catarina. Este livro a “marcou muito”. Em suas palavras:

Eu adorei o livro, achei ótimo. [...] Aonde eu ia eu carregava o livro. Lia no ônibus, em tudo quanto é lugar eu estava lendo. [...] Aquela história me marcou muito. É claro que eu tomei o lado de quem? Dos camponeses, porque eu tinha muito mais identidade com os camponeses porque eu era pobre, de origem pobre também, que minha mãe sempre falava para eu sempre ter pena dos pobres. A posição da minha mãe era mais religiosa e paternalista, não era política. E a primeira ideia

⁴¹ O livro “Cangaceiros e Fanáticos: gêneses e lutas” foi escrito por Rui Facó, publicado em 1963 pela editora Civilização Brasileira. Trata dos fenômenos da Guerra de Canudos ocorrida no sertão baiano, e do cangaço, da região de Juazeiro, no Ceará.

⁴² “Messianismo e Conflito Social: a guerra sertaneja do Contestado” foi escrito por Maurício Vinhas de Queiróz e publicado no ano de 1966 pela editora Civilização Brasileira.

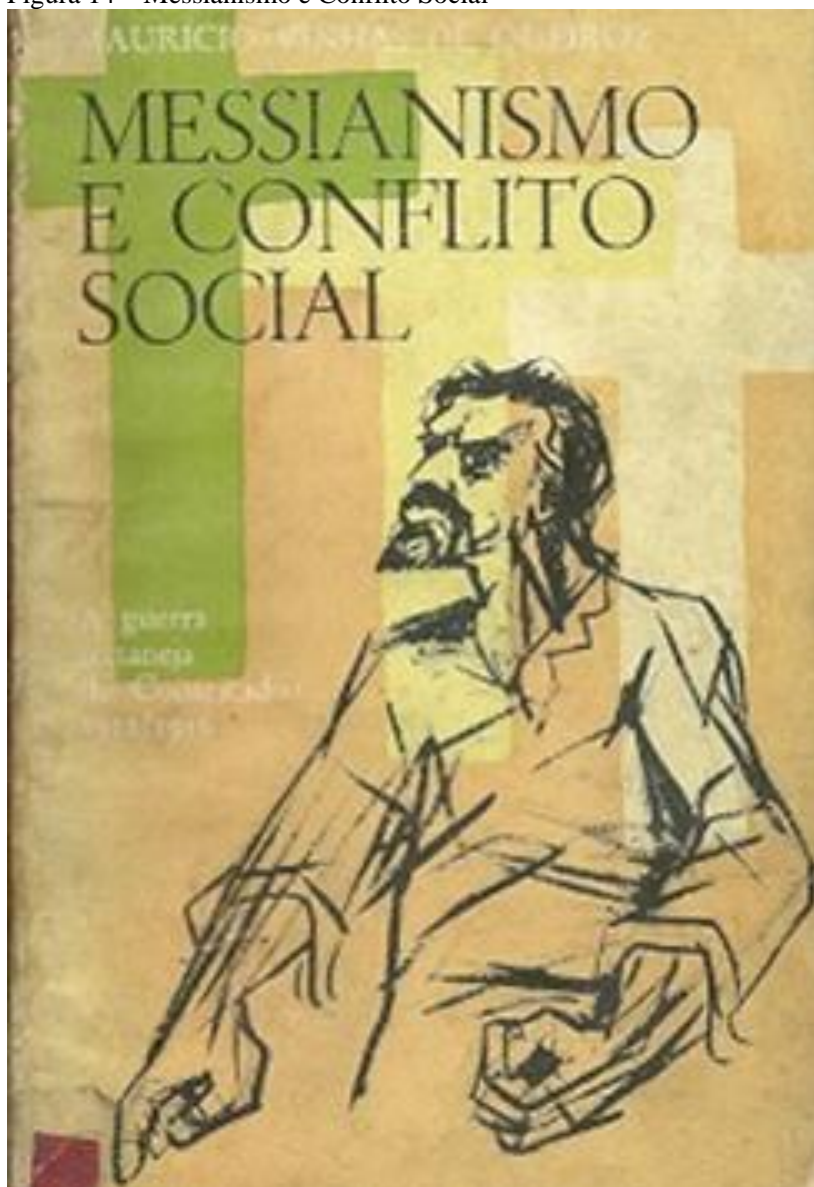
que eu recebi foi essa, foi de ter pena mesmo. [...] Depois eu estudo os “Canudos” lá da Bahia, depois vou estudando o “Zumbi” e outras coisas assim. (SOCCAS, 2017d, p. 22)

Figura 13 – Cangaceiros e fanáticos



Fonte: FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 347 p.

Figura 14 – Messianismo e Conflito Social



Fonte: QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social: a Guerra Sertaneja do Contestado 1912-1916**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977. 325 p.

Conforme visto anteriormente, Marlene Soccas relaciona a sua identificação com os pobres, no período inicial de sua formação política, ao seu aprendizado na adolescência, com a sua mãe, cujo olhar para as classes populares era embasado por princípios religiosos cristãos, como a piedade aos pobres e a caridade.

No que tange às obras citadas, ela as lia em lugares públicos. No período da ditadura, isso era algo perigoso. De acordo com Marlene Soccas (2017d, p. 36), ela lia no ônibus, em casa, “*no tempinho livre que tivesse*”. Para lê-los em lugares públicos, como nos ônibus, por exemplo, encapava-os e lia-os de forma a impedir que outras pessoas vissem o conteúdo do livro. Essa era uma estratégia de resistência à censura imposta pela ditadura, provavelmente utilizada por muitos/as militantes.

O acesso a esse tipo de livro também não era tão fácil. O livro “Cangaceiros e Fanáticos: gêneses e lutas”, em especial, como não era muito conhecido, ela comentou que comprou em uma livraria da cidade, sem muitas dificuldades, pois de acordo com ela os livros proibidos eram os de Marx, Engels e de Lenin⁴³, assim como os de Mao Tse-Tung. Aliás, o “Livro Vermelho” de Mao Tse-Tung foi o primeiro que ela leu sobre o tema da revolução comunista. Em suas palavras: “[...] *eu estudei muito Mao. Estudei, estudei, estudei, lia muito com ele* [refere-se a Paulo]” (SOCCAS, 2017, p. 36. Acréscimo meu). E assim, por meio de suas leituras, estudos e reflexões, ela foi se construindo como militante, tendo Paulo como sua referência e intermediando a sua formação.

Sabe-se que a proibição de publicação e de circulação de livros, filmes e músicas considerados subversivos pelo regime militar foi um dos recursos utilizados para impedir a circulação de conteúdos e de ideias que pudessem, na ótica desse sistema repressor, afrontar a nova ordem ditatorial que havia se instalado no país. De acordo com Sandra Reimão (2014, p. 75), a restrição da liberdade de expressão e de opinião é uma das primeiras ações realizadas pelos regimes autoritários como “[...] uma forma de dominação pela coerção, limitação ou eliminação das vozes discordantes”. Conforme a autora, durante a ditadura, no Brasil, a censura oficial do Estado ocorreu com mais vigor a partir de 1967, em relação a filmes, peças teatrais, apresentações de grupos musicais, discos, cartazes e espetáculos públicos em geral, e, a partir de 1970, em relação às publicações.

⁴³ Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Ilyich Ulyanov, mais conhecido como Lenin.

Reimão (2014, p. 75) afirma que no período de 1964 a 1968, entre a instauração da ditadura e a decretação do AI nº 5⁴⁴, não havia critérios estabelecidos em relação à censura de livros no Brasil, resultando em uma atuação “confusa e multifacetada” marcada por “batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física”. Já durante a vigência do mesmo Ato Institucional, após 1968, conforme Zuenir Ventura (1998), foram proibidas as publicações de 200 livros no Brasil.

No que diz respeito aos livros citados por Marlene Soccas, aqueles que ela possuía lhe foram “roubados” pelos militares quando foi presa em 1970 e, é claro, ela não os obteve de volta. Após a sua saída da prisão, ela comprou, aos poucos, alguns deles. Dos quatro livros mencionados anteriormente por ela, dois deles foram publicados pela Editora Civilização Brasileira e outro pela editora Zahar, que são elencadas por Flamarion Maués (2005, p. 260) dentre as “editoras de oposição”, isto é, “[...] editoras com perfil nitidamente político e ideológico de oposição ao governo ditatorial”.

Marlene Soccas leu os livros que Paulo lhe recomendou ou lhe emprestou e depois discutiu sobre os conteúdos com ele. Os escritos de Mao Tse-Tung a ajudaram, naquele momento, na compreensão da teoria marxista, pois, segundo ela:

[...] meu embasamento era muito incipiente, mas o Mao [...] era muito simples. O linguajar dele nunca foi acadêmico, sempre foi um linguajar muito simples. Então através do Mao é que eu tive uma introdução ao Marxismo e isso foi muito bom porque ele facilitou para mim o estudo depois dos livros mais difíceis do Lenin, de Marx. Do Engels também. Então eu conversava muito com ele [refere-se a Paulo]. (SOCCAS, 2017c, p. 36. Acréscimos meus)

As ideias de Marx, Engels, Lenin e Mao circulavam entre as pessoas daquela época que desejam mudanças na sociedade. São obras

⁴⁴ O Ato Institucional nº 5 foi publicado em 13 de dezembro de 1968, sendo chamado de o “golpe dentro do golpe” (PEDRO; WOLF, 2011) por causa do endurecimento do regime militar. Esse ato deu poderes arbitrários aos governantes; proibiu todas as manifestações públicas não autorizadas; delegou poderes ao exército e à polícia para decretar a prisão de todos os considerados subversivos, sendo as prisões, mesmo as de civis, julgadas por tribunal militar (PEDRO; WOLF, 2011).

que certamente mudaram comportamentos e pensamentos de uma geração. A maioria das organizações de esquerda estudava, debatia ideias, algo que vemos pouco hoje em dia, e que Marlene Soccas insiste na sua importância nos dias de hoje. Marx e Engels foram os teóricos do que se convencionou denominar de marxismo (ou marxismos)⁴⁵, cujas ideias impulsionaram a Revolução Russa em 1917, liderada por Lenin, e a Revolução Chinesa, cujo líder foi Mao Tse-Tung. De acordo com Reis Filho (1989), a formação política dos militantes de esquerda era referenciada em universos teóricos comuns, embasada nas leituras de algumas obras de Marx e Engels, Lenin, Mao Tse-Tung, Régis Debray⁴⁶ e Che Guevara.

Paulo compartilhou com Marlene Soccas, também, cópias do jornal “Libertação” (Figura 15), que era publicado pela AP, o qual, em suas recordações, relatava sobre as lutas no campo e os assassinatos de lideranças populares camponesas. De acordo com Carlos Azevedo (2013, p. 4), editor-chefe do jornal “Libertação”, em seu depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, no período da ditadura havia uma “imprensa clandestina” que conseguia se manifestar, embora com dificuldades, por meio de jornais. Conforme o seu relato: “[...] era muito difícil fazer porque nós não tínhamos nenhum local. Para reunir uma equipe a gente teve que se reunir na rua, em botequim, às vezes reunião aconteceu até dentro de um cemitério para a gente poder conversar e planejar o jornal” (AZEVEDO, 2013, p. 7).

⁴⁵ Levando em conta a pluralidade de concepções e interpretações no campo da esquerda acerca das ideias de Marx e Engels, há autores que defendem a existência de “marxismos” (SILVA, 2009).

⁴⁶ Régis Debray foi companheiro de Che Guevara.

Figura 15 – Jornal “Libertação”



Fonte: Estanislau (2018).

Em seu relato, Azevedo (2013) informou que a primeira edição do jornal “Libertação” foi distribuída na manifestação realizada pelos trabalhadores no “Dia do Trabalhador”, em 1º de maio de 1968, na cidade de São Paulo, de cujo evento Marlene Soccas participou. Nesse mesmo depoimento, Carlos Azevedo relatou que, após a fusão de parte da AP

com o PC do B⁴⁷, de cujo processo ele participou, o jornal continuou sendo editado com o mesmo nome pelo PC do B. Ele expôs, também, que a equipe do jornal publicou e distribuiu clandestinamente mil exemplares do “Livro Negro da Ditadura Militar”⁴⁸, denunciando torturas e assassinatos que estavam ocorrendo no Brasil, com repercussões no exterior.

Assim, além dos livros, havia esses materiais de comunicação alternativos clandestinos, como o jornal “Libertação”, que eram produzidos por uma parte das organizações que teimavam em se opor à ditadura. A produção, a distribuição e a posse desse tipo de material representavam também atos de resistência ao regime.

Essas leituras, as suas reflexões e discussões acerca delas e a sua relação com Paulo foram imprescindíveis, ao que parece, na formação política inicial de Marlene Soccas como militante de esquerda à época, como é possível perceber nestes trechos de seu livro “Meu querido Paulo”: “[...] ao teu lado, além de usufruir da tua companhia muito agradável, eu ia aprendendo muitas coisas” (SOCCAS, 2014, p. 158). Ela continuou, dizendo:

Através das nossas conversas, a minha capacidade de enxergar as coisas, de percepção e sentido crítico ia aumentando a cada encontro nosso. Eu fazia os meus cursos na Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas (APCD), e tu ias lá me buscar, depois das aulas, e vínhamos, alegremente, pelas ruas mais escuras, pois sempre as procuravas para te proteger, bem como os horários noturnos. (SOCCAS, 2014, p. 158)

Em suas palavras: “[...] *toda essa primeira bagagem política foi das mãos do Paulo que eu recebi*” (SOCCAS, 2017d, p. 24). Pelas narrativas de Marlene Soccas até aqui, acerca de sua formação política inicial, é possível perceber outra característica de sua identidade militante, que permanece na sua velhice, que é o seu hábito e o seu gosto pela leitura.

⁴⁷ Entre 1972 e 1973, a maioria dos integrantes da AP migrou para o PC do B, conforme será informado adiante (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

⁴⁸ O “Livro Negro da Ditadura Militar” foi editado em 1972 e reeditado em 2014, no cinquentenário do Golpe civil-militar, pela Editora Anita Garibaldi (RIDENTI, 2014).

Em um excerto anterior, Marlene Soccas se referiu à leitura do livro acerca da Guerra do Contestado e se posicionou dizendo que ao lê-lo “tomou o lado” dos camponeses por se identificar, em suas palavras, “[...] *com os camponeses porque eu era pobre, de origem pobre também, que minha mãe sempre falava para eu sempre ter pena dos pobres [...]*”, como se essa identificação fosse algo natural. Penso que nessa fala ela nos fornece outra pista para entender a sua identidade de militante de esquerda, que é sua sensibilidade diante dos mais pobres. Mas é também um indicativo de que ela procurou em suas experiências do passado justificativas para explicar as suas escolhas políticas.

Da mesma forma, ela também supôs, em fala anterior, no segundo capítulo, conforme já mencionado, que a sua convivência com o capitão Donner, professor e diretor do Grupo Escolar Gerônimo Coelho, pode tê-la afastado do anticomunismo radical. No entanto, entendo que essas vivências relatadas por Marlene Soccas, de sua infância e adolescência, não significam que “tenham predeterminado a sua trajetória futura” (SCHMIDT, 2017, p. 44). Outras pessoas provavelmente experimentaram situações semelhantes e isso não as levou a serem militantes de esquerda. Mas se Marlene Soccas sentiu a necessidade de evocar essas vivências “[...] para explicar-se a si [...] indica que elas são fundamentais na constituição de sua identidade pessoal e política” (SCHMIDT, 2017, p. 44).

Como é possível perceber pelas declarações de Marlene Soccas, a sua “primeira bagagem política” esteve ligada à sua relação com Paulo. Ele, ao lhe fornecer ou indicar livros e outros materiais de esquerda, bem como propiciar momentos de discussão política sobre estes e sobre o contexto político em que estavam vivendo, contribuiu sobremaneira para a sua formação política. Sendo assim, ficou evidente que além de uma relação intelectual e política que se estabeleceu entre ambos, o tipo de relação afetiva que se construiu entre Paulo e Marlene Soccas também foi relevante para a sua inserção na luta de resistência à ditadura, conforme narrado por ela anteriormente.

Wright (1993, p. 75), em um trecho de seu livro, escreveu de forma sutil acerca dessa relação. De acordo com ela:

[...] nos intervalos de suas viagens para lá e para cá, Paulo trocava ideias [...] com velhos amigos e amigos novos. Ele passou a cultivar uma amizade, um carinho especial, com a moça dentista de Criciúma. Ela, se especializando em São Paulo,

sozinha. Ele, lutando, de vez em quando em São Paulo, sozinho.

Em seu livro, “Meu querido Paulo”, Marlene Soccas (2014, p. 168), ao transcrever um texto escrito por Mao Tse-Tung sobre Norman Bethune⁴⁹, que Paulo havia compartilhado com ela, em 1967, assim se referiu:

Segue o texto de Norman Bethune [...] igual ao que me deste nos idos de 1967, entre tantos outros, enquanto perambulávamos e namorávamos pelas ruas de São Paulo, tu na clandestinidade, pois voltaste ao Brasil, mas tinhas que te manter escondido, e eu te acompanhando, feliz da vida de te rever e de poder estar ao seu lado, sem me preocupar com os perigos que poderiam acontecer. (SOCCAS, 2014, p. 168)

Pelo tom romântico dessa escrita de Marlene Soccas, é possível perceber o seu encantamento por Paulo e, como dito anteriormente, isso deve ter reverberado em suas escolhas políticas naquele período. Em entrevistas realizadas com alguns homens e algumas mulheres que participaram de alguma forma da luta contra a ditadura, Pedro (2017a) observou que, dentre as mulheres entrevistadas, algumas referiram que foram impulsionadas à luta por causa de suas relações afetivas amorosas, mas, no entanto, nenhum dos homens entrevistados referiu isso.

No livro “Memórias das mulheres no exílio”, escrito por Albertina de Oliveira Costa e outras autoras, Sonia, uma das depoentes, observou que “[...] na maioria dos casos, a participação política das mulheres tinha muito a ver com as suas relações afetivas. Geralmente era o casal que estava num mesmo esquema” (COSTA *et al.*, 1980, p. 247). É possível perceber, dessa forma, que a relação afetiva amorosa foi um elemento importante que impulsionou a entrada de muitas mulheres na militância contra o regime militar, como ocorreu com Marlene Soccas.

Busco nas palavras de Cristina Scheibe Wolff e Tamy Amorim da Silva (2013, p. 190) reflexões que corroboram esses relatos, embora as

⁴⁹ Em seu livro, Marlene Soccas transcreveu o texto que foi escrito por Mao Tse-Tung, em 1939, exaltando a atuação de Norman Bethune, médico canadense comunista que atuou ao lado dos chineses na Guerra de Resistência contra o Japão (SOCCAS, 2014). O texto, ao exaltar a atuação do médico estrangeiro, trata da importância da internacionalização da luta contra a opressão da classe trabalhadora com um todo.

autoras se refiram, no texto destacado a seguir, ao afeto relacionado à luta pela busca de justiça por parte dos familiares de mortos e desaparecidos durante os regimes militares de países do Cone Sul.

O afeto é um estado da alma e, de acordo com Spinoza, pode aumentar nossa vontade de agir. Certamente o afeto foi um importante componente na busca por justiça de muitas mulheres e homens que, durante as ditaduras do Cone Sul, colocaram suas vidas em risco para denunciar as violações aos Direitos Humanos, as torturas e desaparecimentos de seus filhos e filhas, companheiros e amigo.

Ainda que muitas mulheres tenham iniciado a sua militância, nesse período, impulsionadas por suas relações afetivas, como foi o caso de Marlene Soccas, houve aquelas que aderiram à luta contra a ditadura de forma independente, por suas próprias convicções. Elas entendiam que esse era um lugar de ação política que deveria ser ocupado também pelas mulheres.

Segundo Marcelo Siqueira Ridenti (1993), nos anos 1960 e 1970, os homens compunham a maior parte do contingente das organizações de esquerda, embora em algumas organizações houvesse a participação de um número significativo de mulheres. Conforme já assinalado na Introdução, o Projeto “Brasil Nunca Mais” identificou, em 695 processos pesquisados, 7.367 nomes de pessoas julgadas pela Justiça Militar no período, dos quais 88% eram homens e 12% eram mulheres (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Ridenti (1993, p. 197-198), ao analisar esses mesmos processos no Projeto “Brasil Nunca Mais”, mas somente os relacionados aos grupos de esquerda, concluiu que de um total de 4.124 pessoas arroladas, 3.464 eram do sexo masculino (84%) e 660 (16%) do sexo feminino. Quando se tratavam das organizações de luta armada, esse número aumentava para 18,3%.

Ridenti (1993, p.198) pontua que esse percentual “pode parecer pouco, mas nem tanto” se forem considerados alguns elementos, dentre eles que até a década de 1960 “a norma era a não participação da mulher na política, exceto para reafirmarem seus lugares de ‘mães-esposas-donas-de-casa’”, como foi o caso da participação de uma parcela das mulheres nos movimentos femininos que apoiaram o Golpe Civil-Militar de 1964.

Sendo o espaço de atuação política majoritariamente masculino, o autor avalia que essa média de participação entre 16 e 18% das mulheres nas organizações de esquerda reflete um certo avanço na liberação das

mulheres no final da década de 1960, quando muitas delas participavam nas lutas políticas “[...] para questionar a ordem estabelecida em todos os níveis” (RIDENTI, 1993, p. 198). O autor ressalta que embora essas reivindicações não estivessem associadas diretamente aos movimentos feministas, que, no Brasil, ganharam espaço a partir do ano de 1970, elas significaram um “[...] avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino (RIDENTI, 1993, p. 198).

No que se refere à trajetória de Marlene Soccas, por volta do ano de 1967, já tendo reencontrado Paulo, ela alugou um apartamento na Vila Leopoldina, no Bairro da Lapa, junto com uma moça que conheceu na pensão onde residia anteriormente. No próprio apartamento, ela instalou o seu consultório de dentista, que mandou trazer de Criciúma e, aos poucos, foi atuando novamente na profissão. Lá também acomodou o seu piano, o seu companheiro musical de caminhada. Paralelamente, continuou as suas atividades nos Correios e nos cursos de aperfeiçoamento, conciliando sempre os horários das atividades laborais nos Correios com as outras atividades que exercia.

Algum tempo depois, a pedido de Paulo, Marlene Soccas compartilhou o apartamento com algumas moças⁵⁰ militantes da AP. Em suas palavras: “[...] *eu dei abrigo para essas moças que eu sabia que elas estavam comprometidas com uma luta revolucionária e por isso que elas iam para as fábricas*” (SOCCAS, 2017d, p. 39). A maioria dos/as militantes da AP trabalhava nas fábricas ou na zona rural, por orientação política da organização, conforme tratarei adiante.

A experiência de morar com essas militantes lhe foi bastante desagradável. Marlene Soccas comentou, mais de uma vez, acerca dessa experiência em nossas entrevistas e escreveu também em seu livro, “Meu querido Paulo”, demonstrando como foi significativa para ela essa experiência.

Em seu livro, ela escreveu: “[...] elas vieram em três, dividindo comigo o apartamento, mas infernizando a minha vida” (SOCCAS, 2014, p. 159). Na carta em que ela enviou para sua irmã, Marisa, datada de 21 de agosto de 1968, já mencionada, ela também remeteu a essa convivência com essas moças e disse que: “[...] no momento estou sozinha, pois mandei as moças embora. Não adianta, não posso morar

⁵⁰ Nas entrevistas realizadas, ela se referiu a quatro moças, mas em seu livro ela registrou três. Na carta, ela fez referências a essas moças, mas não mencionou quem eram nem quantas eram.

com ninguém. Tenho que morar sozinha mesmo. E o apartamento que moro é grande demais para mim, além de caro” (SOCCAS, 1968, p. 3).

Tanto nas entrevistas como em seu livro, nas suas narrativas acerca desse episódio da sua convivência com as militantes da AP, Marlene Soccas expôs que se sentiu discriminada, pois elas a consideravam uma “pequena burguesa”, por causa de seus hábitos, de sua profissão e por ter um piano, que levava consigo nas suas mudanças de residência. Ela também se sentiu explorada, pois elas, embora contribuíssem com o aluguel, usaram e sujaram a casa, mas não a ajudaram nas tarefas domésticas. Marlene Soccas (2017d, p. 39) se sentiu “[...] *uma empregada doméstica das próprias companheiras*”. Em suas palavras, extraídas de seu livro: “[...] eu não podia imaginar que tipo de revolucionárias seriam aquelas moças! Tive uma péssima impressão das militantes da Ação Popular. Mas, não queria revelar isso para ti [Paulo], por constrangimento” (SOCCAS, 2014, p. 159. Acréscimo meu).

Mesmo sofrendo com uma situação que lhe era bastante desagradável, ela não comentou sobre essa situação com Paulo por um certo tempo. De acordo com ela, “[...] *eu via aquilo ali e me senti mal, não sabia como encarar. Eu comecei a me sentir mal, muito mal* [e pensava]: ‘*Pô, essas gurias tão me explorando!*’ *Eu tinha que lavar, passar, varrer, faxinar, eu limpava banheiro, eu limpava cozinha*” (SOCCAS, 2017d, p. 39. Acréscimos meus).

Ela comentou, em uma das entrevistas, que Paulo a ajudou na limpeza do apartamento uma vez e escreveu em seu livro sobre essa mesma experiência como um momento de intimidade entre ambos, conforme segue:

Foi uma linda experiência, nós dois cantando em duas vozes muito bem afinadas, enquanto lavávamos a cozinha e os lençóis e fronhas encardidos das moças. E conversávamos sobre a exploração da mulher, que além de seu trabalho fora de casa, as tarefas domésticas representavam uma dupla jornada de trabalho (SOCCAS, 2014, p.159)

Quando Marlene Soccas se reportou às suas lembranças do diálogo que manteve com Paulo nesse episódio, demonstrou, ao que parece, estar consciente da desigualdade entre homens e mulheres à época. No entanto, em uma das entrevistas, quando conversamos sobre a sua percepção dessas diferenças no passado, ela se manifestou dizendo: “[...] *não, hoje é que eu iria perceber*” (SOCCAS, 2017d, p. 39). E olhando também para

esse passado, parece que ela ressignificou, no presente, essas experiências com as militantes da AP, atribuindo a elas a reprodução de um comportamento “machista”. Em suas palavras,

[...] porque eu não sabia que aquilo era machismo, eu não sabia que aquilo era uma exploração de mulheres, eu não via as mulheres como exploradas [referindo-se à relação das militantes com ela]. Eu via as mulheres como tendo a tarefa de cuidar do lar. Então a nossa obrigação é cuidar do lar. É varrer, esfregar e encerar o chão, lavar vidraça, fazer comida e mantê-la limpa, roupa lavada e as camas arrumadas. Eu não achava que isso fosse trabalho explorado. Eu não via isso como uma outra jornada, depois começou a se falar muito na dupla jornada. [...] Na época eu não percebia. Hoje, fazendo uma leitura daquela época, é que eu vejo que elas se comportaram de uma forma exploradora contra mim. Elas me exploraram, me usaram da forma mais ignominiosa que possa ter, exploração de um ser humano por outro. Elas que estavam lutando contra a exploração... [...] O Paulo que detectou que era muito grave. Lá na organização deles, o que que resolveram, eu nunca soube do resultado. Só me lembro que algumas concordaram e outras ficaram muito constrangidas. (SOCCAS, 2017d, p. 41)

Ficou visível, ao menos para mim, que Marlene Soccas se sentiu explorada por essas moças, mas com o agravante de que elas faziam parte de uma organização revolucionária, embora ela não tivesse muita clareza qual era. Quando relatou esse episódio durante a entrevista, ela atribuiu a elas um comportamento machista, porque no presente ela assim o percebeu, ou seja, que muitas mulheres reproduzem um comportamento machista.

Como ficou explícito no excerto, ela declarou que não percebia as desigualdades de gênero, à época, e atribuía às mulheres a obrigação de cuidar das tarefas domésticas, como se essas fossem atribuições naturais delas, não percebendo, ao que parece, a existência de uma dupla jornada de trabalho feminina. Se para ela as tarefas domésticas eram obrigações das mulheres, penso que o episódio que ela relatou da ajuda de Paulo na limpeza de sua casa ganhou um significado maior para ela, pois ele a estava ajudando em uma tarefa que era “naturalmente” dela.

No entanto, na carta-denúncia⁵¹, que ela escreveu quando estava na prisão, a entrevistada fez um longo manifesto em relação à exploração da mulher no capitalismo, o que denota que ela tinha uma percepção e uma análise da condição da mulher, à época, conforme segue:

Relegada à condição de objeto de prazer do homem, a mulher desde cedo é induzida a cuidar da aparência, a se preocupar apenas com aquilo que ela acrescenta ao seu corpo, a fim de estimular o apetite sexual de seu parceiro. Ela é classificada como feia ou bonita, charmosa ou caipira, e é dentro dessa classificação que ela, consumidora e produto de consumo, vive e morre. No esforço de se situar entre bonitas e charmosas, ela gasta toda sua inteligência e energia, tornando-se um apêndice, um enfeite e às vezes um peso morto na vida de seu companheiro. A ideologia que a classe dominante impõe em nossa sociedade, através de seus veículos de comunicação e instrução, apresenta a mulher como um artigo de consumo que, como o automóvel ou o televisor, tem o seu preço. A Mulher é explorada para vender cigarros, bebidas, roupas, sabonetes. A adolescente oriunda das camadas pobres da população, sem nenhum recurso de ascensão social senão o seu próprio corpo, é forçada, pela sociedade, a escolher entre ser chacrete de televisão ou prostituta. Para a maioria o grande sonho é um casamento que signifique promoção social. Cria-se um círculo vicioso, onde a sociedade oprime e aliena a mulher e esta se sente incapaz de romper com o seu esmagamento, pois a própria situação de inferioridade, de submissão, não lhe permite enxergar além dos desodorantes mais recomendados pelos anúncios de beleza. Quando a sociedade percebe o qto perde em inteligência, criatividade, capacidade de trabalho e colaboração mantendo a mulher alienada, a própria sociedade

⁵¹ Essa carta foi escrita, em 24 de março de 1972, quando Marlene Soccas estava presa no Presídio Tiradentes, cujo destinatário era o Juiz da auditoria onde foi julgada. Ela escreveu várias cópias do mesmo documento que foram entregues a várias entidades de defesa dos direitos humanos à época, por meio de sua mãe. Escreverei um pouco mais acerca dessa carta adiante.

procura reformar seu mecanismo par dar à mulher uma nova posição. Entretanto, enqto. perdura o modo de produção capitalista, a mulher tem que travar uma árdua batalha para romper pouco a pouco com as barreiras existentes, reforçadas pelos preconceitos de gerações passadas. Poucas são as mulheres que partilham com o homem não apenas o leito, mas o trabalho, as opiniões, as lutas. Não creio que este problema possa ser resolvido dentro deste sistema sem a própria renovação de todo o sistema. (SOCCAS, 1972, p. 6-7)

Essa incongruência entre o ponto de vista do presente e do passado em relação à condição das mulheres à época me leva a inferir que, talvez, Marlene Soccas, embora percebesse a condição da mulher no passado, não percebia, talvez, essas relações de exploração por parte dos militantes de esquerda homens, por ter uma imagem idealizada deles. E, também, talvez, porque no decorrer de sua trajetória como militante de esquerda, as ideias que foram conservadas e, constantemente reatualizadas, relacionam-se à importância maior que era (e ainda é) dada por parte da esquerda à luta geral da classe trabalhadora em detrimento da luta das mulheres, conforme escreverei adiante.

Nesses posicionamentos diferentes de Marlene Soccas em relação à condição das mulheres, é possível perceber as alterações que ocorrem em nossas lembranças, conforme aponta Lowenthal (1998, p. 97), segundo o qual “[...] as lembranças também se alteram quando revistas”. O autor aponta para a maleabilidade e a flexibilidade de nossas recordações, destacando que essas alterações das lembranças se relacionam com as reinterpretações que ocorrem “[...] à luz da experiência subsequente e da necessidade presente”. Para esse autor, a “[...] função fundamental da memória, [...] não é preservar o passado, mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente” (LOWENTHAL, 1998, p. 103).

Em relação às moças com que dividia o apartamento, como ela continuou a se sentir explorada, começou a se rebelar contra essa situação. Escreveu bilhetes para que elas modificassem o seu comportamento, tais como: “*Favor, quando descartar absorvente usado, embrulhar para botar no lixo. [...] Favor recolher o lixo!*” (SOCCAS, 2017d, p. 40).

A sua estratégia, porém, não surtiu o efeito esperado. A situação foi se agravando e se tornou tão insustentável para ela que, embora não quisesse constranger Paulo com isso, pediu a sua interferência para que elas se mudassem de seu apartamento. Nas recordações de Marlene

Soccas, ele considerou a atitude das companheiras “muito grave” e se manifestou da seguinte maneira: *“Elas não podem ter esse comportamento, porque isso não é comportamento de revolucionário, [...] nem de comunista. Um comunista não explora outro companheiro de jeito nenhum! A gente procura ajudar para aliviar a carga do outro. Esse é o pensamento da gente!”* (SOCCAS, 2017d, p. 40).

Diante dessa situação, Paulo a levou a uma reunião em um local desconhecido, onde ela foi com os olhos vendados. Lá, ela relatou, constrangida, a um pequeno grupo de pessoas, a situação pela qual estava passando. As moças estavam presentes e algumas fizeram uma autocrítica de seus comportamentos. Mas de acordo com Marlene Soccas (2017d, p. 40), *“[...] elas reconheceram, mas eu já estava mais envolvida com o pessoal da luta armada. Porque o pessoal da luta armada, quando viram que eu me queixei, vinham me ajudar a limpar, lavar a louça, fazer isso, fazer aquilo, tudo comigo”*. Isso denota que, de alguma forma, Marlene Soccas acabou se envolvendo com a AP.

Desses textos escritos e falados por Marlene Soccas suscitam duas questões que interessam de imediato a esta pesquisa. Uma diz respeito a algumas características que identificam o homem e a mulher revolucionário/a, concebidas por Marlene Soccas, à época, que me remete à formação deste/a e, portanto, à formação política como militante de esquerda de Marlene Soccas, que é o objeto desta pesquisa. Outra remete às relações de gênero dentro das organizações de esquerda à época.

Quando Marlene Soccas se expressou dizendo que *“não podia imaginar que tipo de revolucionárias seriam aquelas moças”*, está implícito em sua fala que existe uma característica que identifica um/a militante, o que é corroborado pela sua recordação da manifestação de Paulo ao dizer que *“isso não é comportamento de revolucionário, [...] nem de comunista”*. Penso que é possível inferir que essa identidade do/a militante que está em evidência é daquele/a que é comprometido/a com a revolução, mas também companheiro/a e solidário/a, ou, segundo Paulo, que *“procura ajudar para aliviar a carga do outro”*, sem explorar de nenhuma forma. O/a militante, nesse paradigma, tem que ser revolucionário/a exemplar em todas as suas relações e nas suas ações em tempo integral. Por isso, talvez, a necessidade da crítica e da autocrítica, que era uma prática adotada pelos/as militantes da AP para lapidar o/a militante em busca desse ideal.

No “Livro Vermelho”, referido por Marlene Soccas como sendo o primeiro livro que ela estudou com Paulo, Mao Tse-Tung escreveu um tópico acerca da crítica e da autocrítica. Segundo ele, a prática consciente

da autocrítica é uma das características que diferenciam o Partido Comunista dos outros partidos políticos. Em suas palavras:

Como servimos o povo, não temos medo de ver apontadas e criticadas as falhas que tivermos. Seja quem for, pode apontar as nossas falhas; se tiver razão, nós corrigi-las-emos. Se aquilo que propuser beneficiar o povo, nós agiremos de acordo com a proposta. Nunca devemos contentarmos com os nossos sucessos. Devemos refrear a nossa auto-satisfação [*sic*] e criticar constantemente as nossas falhas tal como lavamos a cara e varremos o chão todos os dias para remover poeira e manter tudo limpo. A crítica deve fazer-se a tempo; é necessário desembaraçar-se desse hábito de só criticar depois de consumados os fatos. (TSE-TUNG, 2002, p. 22)

Nelson Rosário de Souza (1999, p. 132) define o militante “[...] como aquele que defende ativamente uma causa e entra em combate para ver vitoriosas as ideias do grupo a que pertence”. A palavra militante foi utilizada em momentos diferentes na história, com sentidos relativamente diversos, tanto pela religião como pelo exército, os quais, no entanto, não serão discutidos nesta pesquisa. Na política, esse termo passou a ser utilizado somente a partir do século XIX, para designar “[...] aquele que milita numa organização partidária ou sindical, aquele que abraça as tarefas políticas (materiais e intelectuais) necessárias para a conquista do Estado e/ou para a transformação total da sociedade” (SOUZA, 1999, p. 134).

A militância política como uma forma de luta que visa à transformação radical da sociedade passou a ser associada à classe operária, quando a burguesia, que até então era a classe revolucionária, após as revoluções burguesas, assumiu o poder, redefinindo seus interesses e objetivos, modificando sua ação militante revolucionária para um ativismo temporário, voltado às eleições (SOUZA, 1999).

Dessa forma, a construção de uma nova ordem social, com a burguesia se tornando a classe dominante e, do lado oposto, os operários sentindo-se cada vez mais oprimidos, propiciaram a emergência de organizações de movimentos revolucionários, em que

Paulatinamente a ação radical de pretensões revolucionárias passa a frequentar quase exclusivamente o universo operário. As

agregações socialistas começam a se constituir em espaço de intensa participação popular, fomentadoras de práticas e técnicas de arregimentação e formação do militante, suas potencialidades e suas ações efetivas proporcionaram ricos debates. (SOUZA, 1999, p. 136)

Lenin, líder da Revolução Russa, ocorrida em outubro de 1917, deu papel de destaque, em seus escritos, à organização revolucionária e, dentro dela, à formação do/a militante. Desde então, não existia, e não existe, um consenso entre as lideranças comunistas e de esquerda acerca das concepções e da atuação militante, embora o pensamento de Lenin tenha predominado de forma majoritária e tenha reverberado nos movimentos revolucionários mundo afora.

De acordo com Souza (1999), para Lenin, a massa dos trabalhadores que travava uma luta diária e espontânea contra os patrões pela melhoria de suas condições econômicas de vida não tinha possibilidade de teorizar sobre a revolução. A partir dessa constatação, ele passou a defender que a teoria revolucionária deveria ser resultado de uma atividade de intelectuais (SOUZA, 1999), ou seja, de uma vanguarda revolucionária. Assim, para Lenin, os membros desse grupo deviam ser “profissionais da revolução”, militantes especializados, conscientes, disciplinados e com dedicação total, que seriam os responsáveis pela conscientização da classe trabalhadora, para que essa ultrapassasse o espontaneísmo da luta por melhores condições econômicas e se engajasse em um embate revolucionário (SOUZA, 1999, p. 136).

Pelo conhecimento que se tem da atuação e do compromisso revolucionário de Paulo, que chegam até nós, tanto pelas narrativas de Marlene Soccas, quanto por outras, como a da sobrinha dele, Delora Wright, por exemplo, é possível pensá-lo como esse “profissional da revolução”, como um quadro de vanguarda, que se converteu em uma grande referência inspiradora para a construção da identidade militante de Marlene Soccas, à época, o qual, e, ao que parece, continua sendo.

As reflexões de Lenin sobre a vanguarda revolucionária foram atualizadas por Che Guevara no contexto da Revolução Cubana. De acordo com Souza (1999), Guevara ressaltou

[...] a importância da vanguarda que se sacrifica em troca apenas do reconhecimento dos companheiros, e nesse trabalho silencioso assume o papel de condutora do processo e serve de

espelho para a sociedade. Esse militante que está à frente do partido não vê o trabalho como sacrifício, porque possui um interesse novo, desempenha esta atividade como um dever, não uma obrigação imposta, um dever internamente consciente. (SOUZA, 1999, p. 137)

Para Che Guevara assim como para Lenin, a vanguarda conduzia o processo histórico revolucionário. Nesse papel de condutora, a vanguarda, isto é, os militantes deveriam servir de exemplos e serem capazes de “[...] despertar a massa, mobilizá-la, impulsionar o movimento, gerar o entusiasmo para a luta. A tarefa fundamental seria a educação ‘revolucionária’ para que a ação heroica se reproduza de forma total no dia-a-dia [sic] dos trabalhadores” (SOUZA, 1999, p. 137). Por meio da “educação revolucionária”, ou pela formação, é que haveria uma mudança de consciência dos/as trabalhadores/as e um consequente engajamento na luta, sem a qual não seria possível implantar o socialismo.

Ernesto Guevara (1981, p. 179) considera que o militante possui uma “[...] dupla existência de ser único e membro de uma comunidade [...]” e que era preciso reconhecer “[...] sua qualidade de não feito, de produto não acabado”. Sendo o militante um ser individual e coletivo, ele defendia que a sua formação deveria ser embasada por uma educação direta e indireta pela sociedade, nesse caso, socialista, mas também por um “processo consciente de autoeducação”. No caso de Marlene Soccas, como ela e seus companheiros e companheiras de luta, à época, estavam inseridos em uma sociedade capitalista e não socialista, considero relevante pensar que o seu processo de autoeducação, impulsionado, a princípio, por Paulo, foi, aos poucos, delineando a sua consciência e a necessidade de lutar não só contra a ditadura, mas também pelo socialismo, ao mesmo tempo que foi se construindo como uma “mulher nova”⁵², porém nunca acabada. Essa consciência foi, aos poucos, construindo-se e, talvez, essa afirmação sua evidencie esse caminho. Em suas palavras, escritas no excerto anterior, quando se referiu ao comportamento das militantes da AP: “[...] *não sei por que, eu não sabia direito como é que eu achava que tinha que ser tudo no companheirismo, e não estava acontecendo*”.

A construção do “homem novo” e da mulher nova e de uma situação de igualdade sem nenhum tipo de dominação não é um caminho fácil de se percorrer. Isso é perceptível pela existência das desigualdades

⁵² Guevara (1981, p.180) refere que “[...] para construir o comunismo, paralelamente à base material tem que se fazer o homem novo.”

nas relações de gênero, nas organizações de esquerda à época da ditadura. Marlene Soccas relatou, em uma das entrevistas, que não percebia essas diferenças e desigualdades à época. Ela percebeu essa assimetria somente hoje, em sua velhice, ao olhar para essas relações do passado, conforme já mencionado.

Assim como Marlene Soccas, muitas mulheres e homens não se deram conta, muitas vezes, da existência e da reprodução, dentro desses grupos, de relações hierarquizadas e conservadoras da sociedade que contestavam. Algumas militantes dessas organizações relataram no livro “Memórias das mulheres no exílio”, escrito por Albertina de Oliveira Costa e outras autoras (1980), que não tinham consciência da opressão da mulher e somente perceberam essa situação de desigualdade nas organizações em que participavam, durante o exílio no exterior, quando entraram em contato com movimentos feministas ou com grupos que faziam essa discussão específica no campo da condição da mulher. Seguem alguns desses relatos.

Sonia⁵³, que era militante do movimento estudantil, assim descreveu:

[...] não sentia a opressão como mulher, em geral não tínhamos consciência disso. Eu já fazia parte de uma organização política, mas a minha atividade era dentro dos organismos de massa e eu me comportava como qualquer mulher. Naquela época opressão era diluída, menos visível. Claro que havia menos mulheres que falavam nas assembleias por uma questão de verborreia, sabe, porque eles aprenderam desde pequeninos a utilizar melhor o verbo do que a gente, simplesmente porque têm mais chance de falar. As mulheres quase não se manifestavam. (SONIA *apud* COSTA *et al.*, 1980, p. 247)

Angelina, em seu depoimento, também relatou que:

Durante muito tempo eu não tive consciência de que existia uma opressão das mulheres dentro dos grupos políticos. Hoje, eu vejo que essa opressão existia muito marcada pelo tipo de estrutura de poder, pelas relações de poder que existiam nas

⁵³ No livro, além dos depoimentos, não constam outras informações acerca dessas mulheres.

organizações em geral. [...] Vivi essa opressão como mulher num grupo político misturado com relações afetivas pessoais. (ANGELINA *apud* COSTA *et al.*, 1980, p. 249)

Assim como Sonia e Angelina, Maria Nakamo declarou que:

Foi no meu novo país de exílio que tomei consciência mais clara da condição de inferioridade a mulher. Nunca pensava antes na minha situação como mulher, embora achasse importante as outras mulheres na luta política, sobretudo as operárias. Não via então que nos organismos que definiam as linhas políticas, que tomavam as decisões, o número de mulheres era mínimo. Mesmo nós, que vínhamos da Universidade, tínhamos uma participação insignificante a este nível. Mas naquela época, não me dava conta disso. Foi preciso tomar contato com os movimentos feministas de um país desenvolvido pra que eu passasse a pensar nestes problemas. (NAKAMO *apud* COSTA *et al.*, 1980, p. 316)

Ridenti (1993) aponta que esse “machismo” variava em grau conforme a organização, como é possível perceber na fala de Maria do Carmo Brito, que foi dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), com quem Marlene Soccas se encontrou quando estava presa no DOPS. Não sei se o machismo variava de grau, conforme aponta Ridenti (1993), ou se as percepções das mulheres em relação a essas assimetrias de gênero eram diferentes entre si. Maria do Carmo Brito relatou que, embora existisse machismo nas organizações, para ela

[...] nunca fez diferença nenhuma o fato de ser mulher. Suponho que a maioria das mulheres tinha problemas, mas eu não tinha, não posso dizer que tivesse[...] era uma situação muito especial. Quando saí do Brasil, fazia parte do Comando da VPR [...] Mas, de fato, só começo a sentir a opressão e dependência como mulher fora do Brasil. Não senti lá. (BRITO, 1980 *apud* COSTA *et al.*, 1980, p. 79)

Para Maria Amélia de Almeida Teles (2017, p. 81), que foi uma militante de esquerda à época, as mulheres que militavam nas

organizações de esquerda, principalmente nos grupos armados, “[...] puderam sentir as discriminações por parte de seus próprios companheiros, tanto pela super proteção *[sic]* como pela subestimação de sua capacidade física e intelectual”. Especialmente nos grupos armados, segundo Teles (2017, p. 81), “[...] os comandantes esperavam que as guerrilheiras se comportassem como homens [...]”, assim algumas mulheres tentaram se assemelhar eles. No entanto, algumas “[...] aprenderam que deviam afirmar as diferenças e buscar novas formas de vida e de fazer política” (TELES, 2017, p. 81).

De acordo com Teles (2017), embora as mulheres tenham participado dos grupos armados, realizando várias atividades, o comando, na maioria das vezes, coube aos homens, mas, excepcionalmente, uma ou outra mulher o exerceu. A autora aponta que os grupos armados “[...] relutaram em absorver a mulher militante da maneira mais adequada ao papel que ela já vinha desempenhando nas diversas áreas da vida social e econômica, talvez por considerarem que as ações guerreiras só diziam respeito aos homens” (TELES, 2017, p. 69), demonstrando que, nessas organizações, ainda permaneciam os valores conservadores da sociedade no que concerne às relações de gênero.

Uma questão que se coloca, também, relacionada às lutas específicas das mulheres, é que esta discussão, assim como a da discriminação racial, não era foco das lutas gerais à época. A ideia predominante, relacionada à teoria marxista e, mais tarde, encampada por Lenin, dentre outros revolucionários, que serviu de base para muitas gerações de militantes, inclusive aqui no Brasil, era de que a luta maior deveria ser contra o capitalismo, e essa era a luta das classes dos trabalhadores contra os patrões (capitalistas). Com a vitória da classe trabalhadora, em uma nova sociedade, essas questões mais específicas das mulheres e dos negros, por exemplo, seriam resolvidas. De acordo com Ana Maria Colling (1997, p. 41) “[...] a luta pela causa específica da mulher era considerada [...]”, pelas organizações de esquerda à época, “[...] inoportuna, inconveniente e divisionista [...]” em relação à luta geral da classe trabalhadora. Sobre essa questão, Marlene Soccas se manifestou algumas vezes em nossas conversas, defendendo a ideia de que a luta principal deveria, e deve ser, a da libertação da classe trabalhadora.

No que se refere ao percurso de Marlene Soccas nas organizações de esquerda, embora Paulo falasse, aos poucos, sobre o seu posicionamento político com ela, ele não a “convidou” para participar da AP. Por se manifestar, em algumas situações, de forma favorável a uma revolução socialista, ela acabou se aproximando de outras pessoas que

também tinham ligações com movimentos de resistência à ditadura militar. Em suas palavras:

[...] ele [refere-se a Paulo] ainda não tinha me falado da organização que estava... Eu imaginava que devia haver alguma coisa, porque ele já havia falado em revolução para mim, antes do Golpe, no consultório. Só que eu comecei a ficar linguaruda, porque eu descortinei um outro mundo. Que é o mundo da revolução, o mundo do marxismo, o mundo das ideias, do conflito das ideias e, eu como sou muito expansiva, linguaruda, me apaixonei pelo assunto e comecei a falar com todo mundo. O pessoal da luta armada me escutou: “Tem uma mulher ali falando em revolução!”. Porque eu estava com 35 anos e era jovem ainda. Começaram a ficar meus amiguinhos e o pessoal da luta armada começaram a ir lá [em seu consultório]. (SOCCAS, 2017d, p. 25. Acréscimos meus)

Um dos primeiros jovens com quem Marlene Soccas (2017d) teve contato na Vila Leopoldina, onde morava, foi Joelson Maria Crispim, a quem conheceu por intermédio de um garçom, conhecido pelo apelido de Cabeça, que trabalhava em um bar, perto do seu consultório, o qual ficava em uma sala, no seu apartamento. Tanto o jovem Joelson, como sua irmã, Denise, e a mãe de ambos, Encarnacion, faziam parte da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O pai dos jovens, e marido de Encarnacion, era José Maria Crispim⁵⁴. Tanto Joelson como seu pai foram mortos pelo regime militar, posteriormente.

Esses jovens começaram a frequentar o consultório de Marlene Soccas já com codinomes, algo comum entre os participantes de movimentos de resistência à ditadura. Ela recordou, inclusive, que morou um período na casa dessa família, mas não lembrou com clareza por quanto tempo nem o período, mas, segundo ela, foi, provavelmente, após ter abandonado o seu emprego nos Correios e o exercício da profissão de dentista, o que ocorreu concomitantemente à sua entrada na clandestinidade, por volta dos anos de 1968/1969, da qual falarei adiante.

⁵⁴ José Maria Crispim pertencera aos quadros do PCB e foi deputado federal constituinte em 1946 (CRISPIM, 1984).

Segundo ela, Paulo começou a se afastar quando percebeu o seu envolvimento com esse grupo da VPR, que se constituía em um grupo de ação armada. Em suas palavras,

[...] o Paulo ficou muito arredio. Ficou com medo de eu estar me relacionando com pessoas de outra linha diferente. Que a linha do Paulo não era contra a luta armada, mas eles não estavam numa preparação para a luta armada e nem estavam a fim de começar uma luta armada. A organização deles era uma organização de classe operária para tomar o poder, num dia, remotamente, não se sabia quando, mas eles ainda não estavam desenvolvendo nenhuma ação armada. (SOCCAS, 2017d, p. 27)

A sua aproximação com a VPR foi ocorrendo aos poucos. A princípio, ela não sabia que se tratava de um grupo de ação de luta armada. De acordo com ela:

Os meninos começaram a discutir cada vez mais, cada vez mais, até que abriram um dia o jogo, que estavam querendo formar, junto com alguns ex-militares, como o Cabo Onofre Pinto que tinha saído do exército também, e outros... Tinha uma corrente, não lembro bem, e também a Política Operária POLOP, que era uma organização de esquerda também. Esses elementos estavam ali e futuramente, daquelas conversas que eu participei na tangente, por fora, eles criaram a Vanguarda Popular Revolucionária. Olha só que petulância, a VPR. Que depois o Lamarca entrou nessa organização e ficou famosa junto com o Lamarca. Mas ele entrou bem depois. (SOCCAS, 2017d, p. 27-28)

Ao que parece, Marlene Soccas participou de um dos núcleos de base que deu origem à VPR. Mas, segundo ela, “[...] eu não sabia nada, não decidia nada, só [ficava] olhando” (2017d, p. 28. Acréscimo meu). Quando decidiu se dedicar à luta contra a ditadura, ela saiu dos Correios e doou o consultório para o Paulo, para que ele o vendesse para angariar dinheiro para a AP, pois os seus membros estavam passando por

dificuldades. Embora ele tivesse se afastado um pouco, de acordo com Marlene Soccas,

[...] depois eu fui radicalizando e, como o Paulo não me convidou para passar para lá, eles logo me convidaram e o Paulo me perdeu. De certa forma, eu também fiquei um pouco longe dele, mas de vez em quando a gente se encontrava [...] Porque o Paulo nunca desistiu de mim também [...] Ele parou de me dar materiais, porque eu acho que ele percebeu que eu poderia ser presa através do movimento armado, porque eu contei para ele. Ele perguntava: “Quem são?”. Eu não tinha segredo com ele, mas eu também não sabia direito quem eles eram, daí perguntou: “É do Agrupamento Comunista do Marighella?”. “Eu não sei, eles não falam em Marighella, não é agrupamento Comunista”. Não tinha sido criado a ALN, ainda. (SOCCAS, 2017d, p. 29)

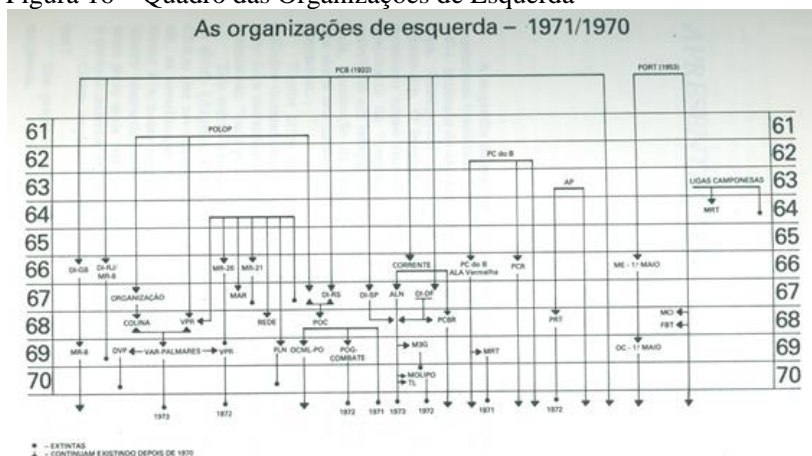
Embora Marlene Soccas, ao que parece, tenha sido impulsionada a se posicionar contra a ditadura também por sua relação afetiva com Paulo, é perceptível que ela trilhou um caminho independente dele, atuando, inclusive, junto a um grupo de luta armada, com cujas diretrizes ele não concordava. O “mundo da revolução”, das ideias e do marxismo também a seduziram. Nesse sentido, é importante ressaltar a ideia de que a pessoa não é “formada” por alguém, mas, também, não forma a si mesma em um ato solitário. A formação é contínua, processual, relacionada às nossas experiências e reflexões sobre elas e ocorre em nossas relações com as outras pessoas e com todo o mundo que nos cerca. A formação é relacional, mas implica em “[...] um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos [*sic*] próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional” (NÓVOA, 1992, p. 13). No caso de Marlene Soccas, a construção e reconstrução de identidades militantes.

4.3 “QUEM SÃO?”, PERGUNTOU ELE. “ERA UMA ORGANIZAÇÃO DE ESQUERDA TAMBÉM”, RESPONDEU ELA: SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA

O diálogo que intitula este item da pesquisa é fictício, mas poderia ter ocorrido entre Marlene Soccas e Paulo Stuart Wright. Usei-o para ressaltar as inúmeras organizações de esquerda que atuaram no Brasil, principalmente após o Golpe Civil-Militar de 1964. Nesse sentido, Ridenti (1993, p. 25) também intitula o primeiro capítulo de seu livro, “O fantasma da revolução brasileira”, de “A constelação da esquerda brasileira nos anos de 60 e 70”, indicando a variedade de partidos e de movimentos de esquerda que existiam no Brasil, à época referenciada, bem como as diferentes formas de análise e de intervenção política defendidas por eles.

De acordo com as narrativas de Marlene Soccas, no transcorrer do seu percurso como militante de esquerda na resistência à ditadura militar, ela participou e/ou teve contato ao menos com três organizações de esquerda, conforme já mencionado, a AP, por intermédio de Paulo, a VPR e a Rede Democrática (REDE). O Projeto “Brasil Nunca Mais constatou, com base nos processos da Justiça Militar brasileira, julgados no período de 1964 a 1979, a existência de quase 50 organizações de esquerda atuantes naquele período (Figura 16), algumas já antes do Golpe de 1964, no Brasil (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Importante observar que, após o Golpe, os partidos políticos legais existentes foram extintos e foi instituído o bipartidarismo. Em 1966, foram fundados os partidos da Aliança de Renovação Nacional (ARENA), que representava a “situação”, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que figurava como uma “oposição consentida” (NAPOLITANO, 2017, p. 79).

Figura 16 – Quadro das Organizações de Esquerda



Fonte: Reis Filho (1989, p. 14).

Ao observar esse imenso número de organizações de esquerda no Brasil, à época, é possível concordar com Antonio Ozaí da Silva (2009, p. 91), que não é possível nos referirmos à “[...] esquerda no singular, pois não existe uma única esquerda, mas várias, no plural [...]”, dada a sua divisão em [...] várias facções, tendências, ideologias, estratégias e táticas políticas mais ou menos radicais”. De acordo com Silva (2009, p. 91), o conceito de esquerda também não pode ser compreendido de forma “estática e permanente”, pois “[...] as forças políticas não existem em abstrato, enquanto ideologias suspensas no ar, mas interagem com os contextos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais de cada época”. Sendo assim, conforme esse autor, esse conceito vem se modificando e adquirindo significados diferenciados com o passar do tempo.

O autor cita que, historicamente, o termo “social democrata”, no século XIX e inícios do século XX, era utilizado para designar os “revolucionários”, ou seja, aqueles que, ao menos no discurso, tinham “[...] como objetivo fazer a revolução, extinguir a propriedade privada dos meios de produção e instaurar o socialismo” (SILVA, 2009, p. 91). E, ainda conforme o autor, foi por esse motivo que nesse período os partidos operários, da Rússia e da Alemanha, por exemplo, intitulavam-se social democrata. Foi a partir da Revolução Russa de 1917 que os revolucionários (os bolcheviques) do Partido Operário Social Democrata, para se distinguirem daqueles que consideravam reformistas (os

mencheviques), romperam com esse partido e se autodenominaram comunistas (SILVA, 2009). De acordo com Silva (2009), a exemplo dos bolcheviques, outros partidos e organizações espalhados pelo mundo, que eram alinhados com os ideais revolucionários, passaram a se denominar, também, Partido Comunista, procurando, assim, distinguirem-se dos partidos socialistas, que ficaram, então, associados à social democracia. A partir daí, conforme Arnaldo Spindel (1982, p.121):

[...] socialismo e comunismo passam a significar, na prática, coisas bastante diferentes. Ainda que possuindo as mesmas bases teóricas, os movimentos socialista e comunista possuem visões de mundo divergentes e propostas de solução para os problemas da sociedade com poucos pontos em comum.

Segundo Silva (2009, p. 92), assim como a esquerda, o campo ideológico do marxismo, oriundo da obra original de Marx e Engels, apresenta-se, historicamente, em uma pluralidade de interpretações, desdobrando-se “[...] em múltiplas correntes políticas e teóricas, além de se constituir em referência para práticas profundamente contraditórias”. O autor elenca outros fatores que também devem ser considerados nessas diversas interpretações, dentre as quais, destaco: os impasses e limitações da obra de Marx e Engels determinados pelo contexto histórico em que essa foi produzida, a evolução do marxismo que ocorreu entre “continuidades-descontinuidades” e a influência das singularidades nacionais no seu desenvolvimento (SILVA, 2009, p. 92).

Assim, de acordo com o autor, o marxismo, em sua trajetória, “[...] se dividiu em diversos matizes, até mesmo hostis [...]”, e, embasado em Georges Haupt (1980), também aponta que “[...] há muito que o ‘marxismo’ no singular foi substituído pelo plural: ‘marxismos’” (SILVA, 2009, p. 92). O autor ainda destaca que

A esquerda marxista deve ser analisada em sua historicidade. Nessa perspectiva, “esquerda” e “marxismo” se referem a significados plurais que expressam diversidades próprias da práxis política humana em diferentes contextos. É possível, portanto, identificar uma esquerda autoritária, liberal, democrática, anarquista, marxista, etc. O mesmo pode-se afirmar quanto às ideologias que se assumem “de esquerda”. Nenhuma delas é

homogênea: não há “o marxismo”, mas “os marxismos”; como também seria incorreto se referir ao anarquismo no singular, pois há vários anarquismos. (SILVA, 2009, p. 93)

No Brasil, ao contrário do que ocorreu na Europa, onde os Partidos Comunistas se constituíram a partir do rompimento com a social democracia, o Partido Comunista do Brasil (PCB) formou-se em 1922, a partir da adesão de alguns líderes anarquistas às ideias bolcheviques disseminadas pelo impacto causado pela Revolução Russa, ocorrida em 1917 (KONDER, 1995; SILVA, 2009). De acordo com Silva (2009, p. 94), “[...] o Partido Comunista se tornaria hegemônico no marxismo brasileiro e, por muito tempo, ser comunista significa essencialmente estar vinculado à vanguarda do proletariado, isto é, o Partido Comunista”.

O autor ressalta que o PCB manteve a hegemonia no campo da esquerda até os anos 1960, e um dos acontecimentos que teve forte influência na quebra dessa hegemonia foi o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956. Esse evento se constituiu em um divisor de águas na história dos Partidos Comunistas mundo afora e também aqui no Brasil, onde o PCB, alinhando-se às ideias de Nikita Khrushchev, fez críticas a Stalin, defendendo uma convivência pacífica entre os blocos socialista e capitalista e uma política de transição pacífica ao socialismo (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985; KONDER, 1995). De acordo com Silva (2009, p. 94), sob os impactos das revelações de Khrushchev, “[...] a mentalidade arraigada pela ideologia marxista-leninista durante décadas entrou em crise. A tradição perdeu sua solidez ideológica. Abriu-se um período de crescente questionamento que fomentou o surgimento de uma ‘nova esquerda’”, bem como a revisão da linha política do próprio PCB (SILVA, 2009, p. 94).

No início dos anos 1960, o PCB, com o intuito de se distanciar do stalinismo, marcar a sua etapa de renovação e conquistar a legalidade⁵⁵, fez um congresso e mudou o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro (PCB) (KONDER, 1995). Essa decisão, no entanto, não foi unânime e a minoria divergente formou um novo partido com a sigla e a designação anteriores, Partido Comunista do Brasil (PC

⁵⁵ De acordo com Ridenti (1993), os partidos comunistas e as organizações “marxistas-leninistas” não tinham o reconhecimento legal porque eram acusados de vinculados internacionais e comprometidos com a subversão violenta da ordem democrática.

do B) (KONDER, 1995). O PC do B foi fundado, então, pela “ala conservadora” do PCB e continuou alinhada ao stalinismo.

De acordo com Konder (1995, p.49), além dos partidos comunistas, começaram a emergir no cenário nacional, no início da década de 1960, “[...] outros interlocutores até na leitura e interpretação de Marx [...]”, como estudiosos universitários independentes, sem vínculos com os partidos comunistas. Além disso, embora o PCB ainda constituísse a principal força marxista de esquerda, esse campo passou a ser disputado, também, por outras organizações marxistas e não marxistas, as quais ampliaram o seu espaço de atuação no período anterior a 1964 (SILVA, 2009). De acordo com Ridenti (1993) e Silva (2009), o PCB, mesmo não estando legalizado como partido político e coexistindo com outras organizações de esquerda, viveu o seu auge político no início da década de 1960 e teve o controle do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) predominando no movimento operário e social.

Dentre as outras forças de esquerda que disputavam o campo político e social junto com o PCB, antes do Golpe Civil-Militar de 1964, conforme já anunciado, estavam, além do PC do B, o Partido Operário Revolucionário (PORT), a POLOP (Política Operária), a Ação Popular (AP), as Ligas Camponesas e os nacionalistas de esquerda. Fazia parte também do campo da esquerda o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que eram legalmente constituídos.

Dessas organizações de esquerda existentes antes de 1964, a POLOP, por exemplo, já refutava “[...] as ideias reformistas e pacifistas do PCB, propondo a luta armada revolucionária pelo socialismo” (RIDENTI, 1993, p. 26).

Segundo Ridenti (1993, p. 27), o “Golpe civil-militar e a derrota sem resistência das forças ditas progressistas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros [...]”, dispersando grande parte dos movimentos populares que começavam a participar da política à época.

O processo de “autocrítica” por que passaram as organizações de esquerda no Brasil, questionando os “erros” que as teriam levado à derrota ante o Golpe de 1964, bem como a eclosão em nível internacional, e nacional, de movimentos de contestação do modelo tradicional de atuação e organização das esquerdas, que culminou nas manifestações libertárias em 1968, em várias partes do mundo, ocasionaram “[...] sangrias orgânicas irreparáveis nos partidos e movimentos clandestinos atuantes, sobretudo no PCB, principal força das fileiras derrotadas” (RIDENTI, 1993, p. 27-28).

Dessas “sangrias”, surgiram inúmeras organizações que continuaram se posicionando à esquerda, porém percorrendo caminhos mais independentes, principalmente em relação ao PCB, grande parte delas partindo para a organização da luta armada. Essas organizações foram criadas em sua grande maioria após a publicação do AI nº 5, em 1968, e o conseqüente endurecimento do regime militar. Foi nesse período também que Marlene Soccas aproximou-se da VPR.

O ano de 1968 foi emblemático no Brasil. Internacionalmente, um dos eventos mais conhecidos foi o do “Maio Francês”, cujas ruas de Paris, universidades e fábricas foram ocupadas por manifestações de estudantes e operários, que protestavam contra as políticas governamentais, motivadas também por questões culturais (COLLING, 1997). Ocorreram manifestações, também, nos EUA contra a guerra no Vietnã e contra a discriminação racial; em Praga, capital da antiga Tchecoslováquia, onde houve uma onda liberalizante na economia, conhecida como “Primavera de Praga”, que culminou na intervenção da URSS, dentre outras manifestações mundo afora (COLLING, 1997).

No Brasil, as manifestações estudantis iniciaram com a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, morto por policiais em um protesto no Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 1968 (GORENDER, 1990). Foi o início de uma série de enfrentamentos que ocorreram entre os estudantes e a repressão, culminando na prisão dos quase mil estudantes que participavam do XXX Congresso da UNE em uma fazenda, na cidade de Ibiúna, próximo à cidade de São Paulo (GORENDER, 1990; NAPOLITANO, 2017).

Além dos estudantes, houve uma tentativa de organização também dos operários. À revelia dos sindicatos oficiais, que eram em sua maioria coordenados por representantes do regime militar, ocorreu a deflagração de greves em alguns lugares do país, sendo as mais significativas as que aconteceram em Contagem (MG), em abril de 1968, e em Osasco (SP), em julho do mesmo ano (GORENDER, 1990). Cerca de 500 operários que participaram da greve de Osasco foram presos no Presídio Tiradentes, assim como os estudantes que participaram do XXX Congresso da UNE.

Outro evento marcante naquele ano foi a comemoração do 1º de maio, na Praça da Sé, na cidade de São Paulo, que reuniu um público estimado entre 6 a 15 mil pessoas, algo incomum à época, em que os grupos de esquerda expulsaram do palanque o Governador Abreu Sodré e os organizadores e tomaram conta do evento (GORENDER, 1990). De acordo com o autor, apesar da clandestinidade das organizações de esquerda e do cerco policial que sofriam, muitos de seus quadros mantinham vínculos com o movimento operário e estudantil, tendo agido

diretamente na mobilização desses movimentos, como foi o caso do “Primeiro de Maio” de 1968.

Marlene Soccas também participou dessa manifestação e assim ela a descreveu:

[...] no dia primeiro de maio de 1968 a gente participou de um “Primeiro de Maio”, na Praça da Sé, com o governador Abreu Sodré, mas eu fui levada pelo pessoal da Ação Popular. A gente foi com toalha no seio, por causa das cacetadas, e nos rins também, para a gente se proteger. [...] A gente levava uma touca com toalha por dentro, ou alguma coisa assim, para proteger a cabeça, o seio e as costas. Mas tu vê, tudo isso, olha só como a gente ia se defender. [...] Olha, foi um “Primeiro de Maio” gigantesco, aquela Praça da Sé encheu, encheu... Eu me lembro que eu fiquei muito emocionada porque veio o pessoal de Osasco, os operários de Osasco, os operários do ABC, mas vieram marchando, aquela delegação. Depois mulheres, estudantes... O primeiro de maio foi consentido pelo governo e pelos sindicatos pelegos e os pelegos passaram por nós distribuindo os panfletos deles. Eu me lembro que eles estavam com uns ternos impecáveis, chiques, muito bonitos [...] Os sapatos todos bem engraxados, bem reluzentes [...] sapato novo, bem vestido mesmo os sindicalistas. E foram junto com o Abreu Sodré lá para o palanque que armaram na Praça da Sé, bem na frente da Igreja da Sé. [...] O que nós tínhamos combinado é que a gente iria deixar o pessoal começar, mas quando eles comessem a falar, a gente gritaria: "Uuuuuuuu! Fora, fora, fora! Sai daí! Não queremos ouvir!". Começar a berrar, berrar, berrar... E realmente fizemos assim! Depois a gente iria começar a balançar o palanque para que eles fugissem e a gente tomasse o palanque. E, olha, deu tudo certo! [...] Eles não esperavam. Estava o governador do estado de São Paulo, Abreu Sodré, discursando com todo mundo. O primeiro foi falar e a gente dê-lhe na vaia, na vaia, gritando e gritando! Ninguém escutava nada. Mesmo com aqueles alto-falantes deles, não se escutava nada! Este desistiu, deu para o outro. O

outro foi falar e a mesma coisa: começamos a gritar, a gritar e a ordem dada para nós é que a gente iria se apertando em torno do palanque, se aproximando para ficar aquele mar de gente. E isso aconteceu! Fomos indo, indo, e eles trocando de orador. Eles trocaram e a gente gritava e gritava. Até que o governador Abreu Sodré disse: “Deixa que eu me entendo com os trabalhadores!”. Mas não era só trabalhador! Tinha esse povo ali que estava para botar para quebrar e eles começaram a jogar pelotas de papel, mas depois não era só pelota de papel, dentro do papel tinha pedra e uma delas caiu bem na testa do governador. [...] Ele acabou fugindo e se refugiando na Igreja da Sé. A gente tomou o palanque e aí sim, eles começaram a fazer os pronunciamentos! As lideranças estudantis, as mulheres, as donas de casa, os operários de tal lugar, os operários do ABC, os operários de Osasco, tudo quanto era coluna, formação de operários que vieram lá para a praça. Os pelegos foram todos embora, abandonaram o palanque para nós! E a gente fez a festa ali do “Primeiro de Maio”! Foi muito bonito, muito, muito mesmo! [...] A gente começou a caminhar... Passamos pelos bancos e eles quebraram algumas portas de vidro, era o City Bank, acho [...] Atravessamos o viaduto, fomos até a Praça da República, descemos ali pelo Viaduto do Chá, subimos a São João. Depois da São João, a gente convidava o povo e a polícia ali com aqueles cachorros segurados na corrente. E a gente via que a polícia estava louca para soltar e vir para cima de nós. Mas respeitaram um pouco! Não houve nenhuma agressão! A gente foi até a Praça da República e lá fizemos outro comício, tipo aquele do “Primeiro de Maio” só que bem mais esvaziado, mas ainda muita gente ficou até voltar para casa. (SOCCAS, 2017e, p. 8-10)

Nessa fala, Marlene Soccas relatou que foi ao evento com alguns membros da AP e narrou sobre as estratégias utilizadas pelos/as militantes para se protegerem contra as possíveis investidas violentas da polícia repressora. Em uma das entrevistas, ela comentou que Paulo a incentivou

a participar do movimento, mas ele não compareceu certamente porque era muito visado pela repressão.

Além da pauta política dirigida por esses estudantes e operários, o ano de 1968 foi representativo, também, por causa das manifestações culturais e artísticas, marcadas, de acordo com Napolitano (2017, p.106), “[...] pela retomada e radicalização das vanguardas em vários campos: cinema, artes plásticas e música popular, principalmente”. A resposta do regime militar a essas manifestações foi a decretação do AI nº 5, em dezembro de 1968, conforme já mencionado, instaurando, a partir daí, o período mais duro da ditadura civil-militar, conhecido como os “Anos de Chumbo”, com ferrenha perseguição através de prisões, torturas e mortes de todos/as aqueles/as que se dispusessem contra o regime ditatorial.

No que tange à “nova esquerda” (RIDENTI, 1993), diante da diversidade de organizações existentes à época, vou ater-me em expor brevemente acerca das organizações que Marlene Soccas relatou que fizeram parte de sua trajetória de militância política à época, quais sejam: a AP, a VPR e a REDE.

A AP nasceu em 1962 como um movimento político autônomo e não como um partido construído a partir da Juventude Católica (JUC), organização estudantil ligada à Igreja desde 1950. Sua base política era composta principalmente por estudantes e manteve a direção da UNE por vários anos consecutivos. A AP conseguiu adesão também de operários e de trabalhadores rurais, principalmente na região Nordeste, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à CNBB (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Conforme Ridenti (1993, p. 26), em 1964, a AP defendia a “[...] criação de uma alternativa política que não fosse capitalista nem comunista, inspirada num humanismo cristão mesclado com influência da Revolução Cubana”. Embora Paulo não fosse católico, ele era cristão e provavelmente esse viés cristão da AP tenha contribuído para a sua aproximação inicial dessa organização, no seu retorno ao Brasil após o Golpe, da qual ele se tornou umas de suas lideranças mais conhecidas.

Com o Golpe de 1964, essa organização sofreu com a repressão, sendo de seus/suas membros/as exilados/as ou presos/as. Mas, aos poucos, entre 1965 a 1967, ela se reorganizou, apoiando-se principalmente na força estudantil e redefiniu os seus princípios políticos e filosóficos, adotando a linha teórica do marxismo (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Embora não houvesse consenso entre os seus componentes, a direção política majoritária adotada pela AP foi a do alinhamento às ideias marxistas de Mao Tsé-Tung e com a Revolução Cultural Chinesa, caracterizando-se, aos poucos, como uma organização

maoísta típica, assumindo uma linha política bastante próxima ao do PC do B (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

Esse alinhamento fez com que a AP perdesse muitos dos seus militantes que optaram por uma linha mais leninista e guevarista e fundaram o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), entre os anos de 1968 a 1969, junto com outros militantes (RIDENTI, 1993). Um dos líderes desse novo partido foi o padre Alípio de Freitas, que havia se exilado no México com Paulo, logo após o Golpe de 1964, conforme escrito anteriormente. Em 1971, a AP alterou os seus estatutos e passou a se denominar Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e, posteriormente, entre 1972 e 1973, a maioria de seus integrantes migrou para o PC do B, permanecendo um pequeno grupo liderado, dentre outros, por Paulo Stuart Wright (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

O “espírito” da Revolução Cultural Chinesa ⁵⁶influiu no trabalho de militância do grupo alinhado à linha marxista maoísta da AP, provocando uma “campanha de proletarização” dos militantes, deslocando para o trabalho em fábricas ou para o meio rural centenas de militantes da organização, com o objetivo de “[...] transformar sua composição social, marcadamente de classe média” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 101). De acordo com Jacob Gorender (1990, p. 114), esse movimento ocorreu a partir de 1967, conduzindo a linha de atuação da AP para a “integração na produção” dos militantes de origem pequeno-burguês, visando a um igualitarismo com a classe trabalhadora. Para o autor, a motivação imediata veio da Revolução Cultural, mas foi reforçada pela memória da experiência cristã dos padres operários no pós-guerra, que aconteceu na França e em outros países. Segundo Colling (1997, p. 51), “[...] trabalhar na produção ou morar numa vila eram estratégias desenvolvidas pelas organizações de esquerda como forma de fazer um trabalho político junto à classe trabalhadora e como forma de reeducação pessoal dos militantes”. De acordo com a afirmação da autora, o vínculo orgânico dos/as militantes da vanguarda com a classe trabalhadora objetivava, além da “reeducação” dos militantes, por meio da “proletarização”, realizar um trabalho de conscientização das massas trabalhadoras visando à transformação da sociedade.

⁵⁶ A Revolução Cultural Chinesa foi deflagrada a partir de 1966, sob a liderança de Mao Tse-Tung. De acordo com Gorender (1990), esse movimento pretendia eliminar a distância entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, então, para isso, exigia-se que os intelectuais vivessem e trabalhassem entre os operários e camponeses.

Os resultados dessa campanha foram ambíguos. Por um lado, provocaram abandono de contingentes da organização, por causa do rigor e da disciplina imposta aos militantes. Por outro lado, foram construídas experiências interessantes em meios populares como o do ABC paulista e de algumas regiões do Nordeste (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Gorender (1990, p. 115) ressaltou que coordenadores da AP, como Herbert José de Souza (Betinho) e Duarte Pereira, afirmaram que essa experiência não foi muita positiva para a formação política dos membros da AP, pois “[...] desestruturou muitos militantes, jogados em situação aflitiva”.

Os relatos de Marlene Soccas acerca de suas leituras, indicadas por Paulo, e das suas conversas com ele, reafirmam esse alinhamento da AP às ideias de Mao Tse-Tung, ao menos no que se refere ao grupo ao qual Paulo pertencia. De acordo com Marlene Soccas, o “Livro Vermelho” de Mao Tse-Tung foi quase uma “Bíblia” para ela na fase inicial de sua formação política.

Em relação à “campanha de proletarização” ou “integração na produção”, engendrada pela AP, quando Marlene Soccas narrou o episódio das militantes dessa organização que dividiram com ela o apartamento onde morava, ela relatou que deu “[...] *abrigo para essas moças que eu sabia que elas estavam comprometidas com uma luta revolucionária e por isso que elas iam para as fábricas*” (SOCCAS, 2017d, p. 39). E, talvez, por causa dessa disseminação entre os membros da AP de uma valorização de uma cultura da classe operária, elas a discriminassem pelos seus hábitos, considerados por elas como pequeno-burgueses.

Quanto à VPR, em cujo grupo Marlene Soccas iniciou efetivamente a sua militância, teve entre suas lideranças o capitão Carlos Lamarca e o ex-sargento Eduardo Leite, conhecido como Bacuri, que foi o fundador da REDE. De acordo com Ridenti (1993), a VPR surgiu em 1968 da fusão de uma parcela do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que era composto principalmente por militares de baixa patente cassados em 1964, com a dissidência paulista da POLOP. O MNR era um dos grupos formados da cisão dos movimentos nacionalistas de esquerda existentes antes de 1964 (RIDENTI, 1993). A POLOP era uma organização que se colocava como alternativa ao PCB e defendia, ao contrário deste, a luta armada revolucionária para chegar ao socialismo, como visto anteriormente.

A VPR nasceu, então, da fusão de um grupo de nacionalistas de esquerda com um grupo marxista de esquerda armada. Por volta de um ano depois, em 1969, a VPR juntou-se com os Comandos de Libertação

Nacional (COLINA) para construir a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), mas logo em seguida se separaram, sendo que a VPR foi reconstituída e formou-se a Dissidência VAR-Palmares (DVP) (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985; RIDENTI, 1993). Os COLINA também surgiram da cisão do grupo da POLOP, de Minas Gerais, em cujo grupo a ex-Presidenta Dilma Roussef atuou em sua juventude.

No que se refere à REDE, essa organização foi fundada em meados de 1969, por Eduardo Leite, o “Bacuri”, que fazia parte da VPR. Durou em torno de um ano e dedicou-se a ações armadas em São Paulo (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Em junho de 1970, ela se incorporou à Ação Libertadora Nacional (ALN) (GORENDER, 1990), cuja liderança de maior proeminência foi Carlos Marighella. De acordo com Ridenti (1993, p. 60), a REDE era um pequeno grupo “dos mais militaristas” e a maioria dos seus componentes eram trabalhadores manuais. Conforme o autor,

[...] caracterizava-se por ligações de amizade pessoal e até de parentesco entre os seus membros [...] que geralmente atuavam em frente armada com a ALN e VPR. A história da REDE liga-se indissolúvelmente à de seu líder, o ex-soldado Eduardo Leite, conhecido como Bacuri, que viria a ser barbaramente torturado e morto. (RIDENTI, 1993, p. 60)

Embora Marlene Soccas (2017d, p. 36) tenha dito que “[...] também eu cheguei a fazer parte da REDE, tive conversa com Bacuri, que era Eduardo Leite [...]”, ela pouco mencionou sobre essa sua ligação⁵⁷. Bacuri era casado com Denise Crispim, da família Crispim ligada também à VPR, com quem Marlene Soccas morou por um curto período de tempo, conforme já escrito. Pode ser que o seu contato com a REDE esteja relacionado com os laços que manteve com essa família. Conforme seu relato, os/as militantes das organizações acabavam se cruzando, pois ajudavam uns aos outros em algumas atividades, e, de acordo com o descrito por Ridenti na citação anterior, a REDE se caracterizava por ligações de amizade e de vínculos familiares.

⁵⁷ Em sua ficha no DOPS, cuja figura será mostrada na próxima seção, consta sobre o seu envolvimento com essa organização.

Essas organizações, em sua maioria, divergiam do PCB e o criticavam por sua política “nacional-reformista”, que, devido à sua leitura da sociedade brasileira, à época, entendia que o Brasil possuía, ainda, características feudais no campo, dificultando o desenvolvimento do capitalismo e que, por isso, precisava primeiro passar por uma “revolução democrático-burguesa” para depois chegar ao socialismo (RIDENTI, 1993, p. 24). De acordo com Ridenti (1993), o caráter da revolução brasileira foi um dos pontos de dissensos entre as esquerdas da época. Enquanto o PCB defendia uma revolução em duas etapas, outras organizações propugnavam por uma “revolução imediatamente socialista” (RIDENTI, 1993, p. 31), como era o caso da VPR.

Conforme Ridenti (1993), a segunda grande questão sobre a qual as forças de esquerdas, que optaram pela luta armada, divergiam teve relação com o tipo de organização necessária para realizar a revolução. De acordo com o autor, basicamente havia uma polarização das posições em relação à necessidade ou não da construção de um partido dentro do modelo clássico marxista-leninista. Algumas organizações defendiam a condução da luta de guerrilha por um partido de vanguarda, outras, como a VPR, por exemplo, não viam a necessidade de um partido, mas de um grupo de vanguarda para conduzir a guerrilha e fazer a revolução (RIDENTI, 1993). Embora divergissem quanto à forma de organização necessária para lutar pela revolução, “[...] havia em comum, entre as organizações, a visão de que as organizações [...] seriam a vanguarda iluminadora dos caminhos da revolução” (RIDENTI, 1993, p. 41). Marlene Soccas, conforme citado anteriormente, ao caracterizar como uma “ousadia” o fato de a VPR se autoproclamar um grupo de vanguarda da revolução, demonstrou certa crítica a essa ideia de vanguardismo. Ela comentou sobre se organizar junto aos trabalhadores, o que pode ser uma crítica feita a partir de seus conhecimentos do presente.

A negação de uma estrutura partidária clássica reverberava, de uma certa forma, em uma negação do apego demasiado às teorias. Conforme Ridenti (1993, p. 40), grande parte das organizações que se contrapunham a esse tipo de estrutura defendia que o desenvolvimento da organização viria da “ação guerrilheira” e não dos debates teóricos, dando uma “marca antiteoricista” a esses grupos. O autor assinala que

[...] estes entendiam que a teoria da revolução brotaria naturalmente “na luta”, no processo de ações armadas, jamais em “discussões de gabinete”, supostamente descoladas da realidade. Como exemplo típico, a VPR quase não produziu

documentos em seus dois primeiros anos de existência, quando se notabilizou por ser um dos grupos armados mais ativos. (RIDENTI, 1993, p. 41)

Quando Marlene Soccas começou a se relacionar com a família Crispim, que fez parte da VPR, eles/as se reuniam e conversavam sobre a Revolução, a Guerra do Vietnã, a Revolução Cubana, sobre Fidel Castro e assuntos proibidos à época. Em suas lembranças, os encontros eram fortuitos, não eram programados, não havia, a princípio, material escrito para estudo. Esse depoimento corrobora a observação de Ridenti (1993), levando-me a pensar que, ao menos nesse grupo de que Marlene Soccas participava, parece que não havia uma prática de uma formação política teórica sólida do militante.

Conforme Ridenti (1993), as organizações armadas urbanas organizavam-se, de forma geral, em grupos de trabalho urbano de massas, de preparação da guerrilha rural e de “logística”, sendo este último o responsável pelas principais ações armadas. Por questões de segurança, diante da forte repressão, esses grupos, ao menos em teoria, não deveriam manter relações entre si. Portanto, a maioria de seus componentes não deveria se conhecer. Os contatos entre cada setor eram feitos por meio de “pontos” de encontro, que eram marcados com antecedência e em locais diversos (RIDENTI, 1993). Este autor observa que: “[...] paralelamente à militância propriamente dita, os grupos, geralmente, tinham organizações parapartidárias, que se constituam de ‘simpatizante organizados, possíveis candidatos à militância’, e que foram diminuindo à medida que aumentava a repressão com a prisão e tortura dos seus componentes” (RIDENTI, 1993, p. 40).

Pelas descrições que Marlene Soccas fez de sua militância na VPR, talvez ela fizesse parte desse grupo de simpatizantes, pois ela não participou de nenhuma ação armada nem da sua preparação; tampouco fez trabalho de massa. Em suas recordações, ela participou de uma atividade com o grupo da VPR para distribuir panfletos. Em suas palavras:

A panfletagem também lá [refere-se a São Paulo] era muito proibida pela ditadura e poderia a gente correr um risco de ser preso. Então nós tínhamos um esquema bem radical também. Como é que nós fazíamos? A gente passava a noite inteira enfiando um aramezinho, um

ganchinho, nos panfletos para a gente pendurar nos alambrados das fábricas. Não era entregue mão a mão porque a gente tinha muito medo de que houvesse espiões que poderiam chamar a polícia que a gente estava distribuindo. [...] [Os ganchinhos eram pendurados] pelas pontes. O trabalhador passava de madrugada para trabalhar [...] a gente botava ali antes deles irem para o trabalho. [...] Nunca a gente fez panfletagem à luz do dia, cara a cara. Íamos botar também nas portas dos bairros operários, nos portões, nos jardins, nas cercas. (SOCCAS, 2017d, p. 30-31. Acréscimos meus)

Para Ridenti (1993), outro ponto de discordância entre os projetos revolucionários das forças de esquerda, no período, estava relacionado às formas de luta para combater a ditadura e alcançar o poder. O PCB, mesmo após o Golpe de 1964, continuou pregando a via pacífica para o socialismo. Dentre aqueles que defendiam a via armada como a principal forma de luta, também não havia consenso. Havia quem defendesse a insurreição das massas trabalhadoras urbanas, como o PORT⁵⁸, mas a maioria defendia a revolução partindo do campo para a cidade (RIDENTI, 1993). No que se refere à guerrilha rural, predominavam, entre os grupos de esquerda, duas vertentes teóricas: o guevarismo, também conhecido como “foquismo”, e o maoísmo, e posições híbridas entre os dois (RIDENTI, 1993).

É interessante observar que, segundo Ridenti (1993) e Rollemberg (2004), as organizações de esquerda, tanto as que defendiam a luta armada, que eram a maioria, como aquelas que não a defendiam de imediato, lutavam não apenas contra o regime militar e em defesa da democracia. Seu foco principal era a luta por uma nova sociedade socialista, embasada nas experiências revolucionárias internacionais, como as Revoluções Russa, Chinesa e Cubana, até porque, segundo Ridenti (1993), antes do Golpe de 1964, havia grupos como a POLOP e setores ligados às Ligas Camponesas, que embora minoritários, já defendiam um projeto revolucionário por meio de guerrilhas no Brasil. Nesse sentido é que é possível inferir que Marlene Soccas não só lutou na resistência à ditadura, mas também se posicionou ao lado dos grupos que buscavam essa nova sociedade socialista.

⁵⁸ Partido Operário Revolucionário.

5 CLANDESTINIDADE, TORTURA, PRISÃO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA COMO MILITANTE DE ESQUERDA DE MARLENE SOCCAS

Neste capítulo, narro sobre a militância de Marlene Soccas no breve período em que esteve na clandestinidade, seu “sequestro” e detenção ilegal na OBAN, e as torturas sofridas por ela, sua passagem pelo DOPS e a detenção no Presídio Tiradentes, bem como sobre a reverberação dessas vivências em sua formação política como militante de esquerda.

5.1 NA CLANDESTINIDADE: “EU ROMPO TODOS OS LAÇOS COM A MINHA VIDA PROFISSIONAL COMO DENTISTA, LARGO O MEU EMPREGO”

Como grande parte dos/as militantes das organizações armadas de esquerda à época, Marlene Soccas viveu um período de sua militância na clandestinidade. Estar clandestino/a significava viver às sombras da legalidade, mudar de casa, de nome, de profissão, passar dificuldades, inventar uma nova história de vida e continuar lutando. Para o/a militante de esquerda foi preciso, na maioria das vezes, tornar-se ilegal para escapar à repressão que a legalidade, mas ilegitimidade, do AI nº 5 aprofundou a partir de 1968. De acordo com Ridenti (1993, p. 249-250),

[...] a repressão após 1964 e, sobretudo, após dezembro de 1968, dificultou a sobrevivência política dos militantes no seu local de trabalho, impedindo-os de levar uma vida cotidiana legal no interior da sociedade; por outro lado, a própria dinâmica das organizações armadas empurrava para a militância guerrilheira clandestina⁵⁹.

Segundo Ridenti (1993), a prática da clandestinidade entre as organizações de esquerda foi baseada nas ideias de Lenin sobre o Partido “O que fazer?”. Para Marlene Soccas, o seu tempo de militância na clandestinidade foi relativamente curto. Ele iniciou por volta do final do

⁵⁹ Conforme Ridenti (1993), a prática de luta política vivenciada na clandestinidade pelos militantes de esquerda era baseada na teoria do Partido dos escritos de Lenin “Que fazer”.

ano de 1968 a início de 1969, perdurando, talvez, até o início do segundo semestre de 1969. Não foi possível precisar a data de início de seu período de clandestinidade, mas parece evidente que ocorreu após agosto de 1968, pela data da carta endereçada à sua irmã Marisa, datada de 21 de agosto de 1968, em que Marlene Soccas comentou acerca de sua mudança do apartamento onde morava com as militantes da AP, localizado na Vila Leopoldina, na Lapa, conforme já escrito. Na carta, ela escreveu: “[...] mas eu vou me mudar de casa, pois o aluguel da que moro é muito pesado [...] Creio que fim deste mês me mudo” (SOCCAS, 1968, p. 4).

Desse apartamento, ela se mudou para outro bairro mais periférico na cidade de São Paulo, do qual não se lembrou do nome. Recordou-se que esse local de moradia era “[...] *numa casinha, num ranchinho [...] nos fundos de uma casa maior, que eles alugaram aqueles fundos [...]*” e que “*o piano eu deixei na casa da frente! Eles deixaram eu colocá-lo na sala deles e achavam muito bonito ter um piano lá*” (SOCCAS, 2017e, p.15). Também não se lembrou de quanto tempo ficou nessa “casinha”, mas relatou que na mudança do apartamento para um local menor ela desistiu de trabalhar como dentista, porém ainda manteve o seu trabalho nos Correios por algum tempo.

Quanto ao seu consultório odontológico, ela o doou para Paulo, junto com vários livros referentes às formações que havia feito na área de Odontologia. Em suas palavras: “[...] *e o consultório eu acabei dando para o Paulo, que o levou e o transformou em dinheiro para o pessoal da Ação Popular, que estavam sem dinheiro, com dificuldades econômicas*” (SOCCAS, 2017e, p. 2). Ela não soube qual foi o destino dado ao consultório e aos materiais doados à AP por meio do Paulo.

Posteriormente a essa “casinha”, ela foi morar na Vila Califórnia, em Santo André, na região do ABC paulista, onde, efetivamente, pode-se dizer, ela entrou na clandestinidade. Nessa residência, moraram ela e o Cabeça, que foi quem a aproximou da VPR, conforme já visto. Em suas palavras: “[...] *eu rompo todos os laços com a minha vida profissional como dentista, largo o meu emprego [nos Correios], porque eu sabia que seria sustentada pelas organizações armadas [VPR]*” (SOCCAS, 2017d, p. 30. Acréscimos meus). Segundo ela, “[...] *a organização pagava o aluguel, a gente escolhia as casas mais baratas, o aluguel mais barato, lugares bem distantes*” (SOCCAS, 2017d, p. 43).

A casa onde morou Marlene Soccas e Cabeça serviria também como um “aparelho”⁶⁰ para a organização. No entanto, em suas

⁶⁰ Os locais utilizados como esconderijo e alojamento para os militantes dos grupos armados eram chamados de “aparelhos” (RIDENTI, 1993).

lembranças, nenhum outro militante da VPR, além dela e do seu companheiro, utilizou essa casa. Morar junto como se fossem um casal era uma forma estratégica utilizada pelos/as militantes para evitar desconfianças dos/as vizinhos/as.

O custo financeiro para as organizações manterem os “aparelhos” era muito alto, pois as pessoas que estavam na clandestinidade eram sustentadas pelas organizações nas suas mais simples necessidades. Além de pagar os aluguéis, conforme relatou Marlene Soccas,

[...] era necessário dar comida para todo mundo, transporte e objetos necessários para sobrevivência, como, por exemplo “[...] alguma coisa que se gastava que se precisava, como o sapato, [...] escova de dente, pasta de dente, material de limpeza. Para as mulheres, absorventes, essas coisas todas que eram necessárias”. (SOCCAS, 2017e, p. 2)

Uma das formas de arrecadar recursos financeiros, a fim de manter essa estrutura clandestina, era a realização de assaltos aos bancos, que eram considerados pelos grupos armados como “expropriações”, já que na concepção deles o dinheiro ali depositado vinha da exploração do trabalho da classe trabalhadora. De acordo com Ridenti (1993, p. 49), como a partir de 1969 a maioria dos militantes das organizações armadas estavam na clandestinidade e impossibilitados de trabalhar e de levar uma vida normal, essas ações de “expropriações” se tornaram mais correntes e objetivavam levantar fundos “[...] para garantir a operacionalidade das próprias organizações, que precisavam de armas, automóveis, ‘aparelhos’”.

No entanto, com o progressivo cerco dos órgãos de repressão, “[...] as ações armadas urbanas estiveram implicadas numa dinâmica circular: fazer ações para sobrevivência ou para retirar companheiros da cadeia, novo ciclo de prisões; outras ações, armas, mais prisões” (RIDENTI, 1993, p. 50). Dentre essas ações estavam os sequestros, que foram realizados por algumas organizações armadas, dentre elas a VPR e a ALN. Os sequestros de embaixadores como o da Suíça, do Japão, dos Estados Unidos foram utilizados para garantir a liberdade de militantes das organizações que estavam presos e sendo torturados.

Marlene Soccas almejou militar junto à classe trabalhadora, mas, para isso, pensou ser necessário ir para a clandestinidade, pois não queria se expor com o seu próprio nome. Esse tipo de militância não era

prioridade para a VPR, mas eles concordaram com a sua ida e a sua manutenção financeira. Em suas palavras: “[...] *eles estavam aceitando, acho que meio a contragosto, mas aceitaram, porque ninguém pode negar que a classe operária é fundamental, porque o marxismo ensina isso, explica o porquê*” (SOCCAS, 2017d, p. 46).

Esse seu desejo de se vincular organicamente com a classe operária ela atribuiu à sua proximidade política com as diretrizes da AP, por causa de sua formação política até ali, bem como de sua relação com Paulo. Em suas palavras:

Eu queria ir para a fábrica [...] me ligar à classe operária, [...] ser trabalhadora em uma fábrica para me organizar junto com a classe operária naquilo que eu acreditava. Eu não acreditava em iluminados, em doutores e professores. Eu queria estar junto com a classe operária que eu já estava convencida disso pela própria visão do Paulo. A visão dos armados era mais de ações armadas, não era uma luta política. (SOCCAS, 2017d, p. 34)

Essa prática de trabalhar e viver junto à classe operária, à época, cuja política foi adotada pela AP, conforme já visto, aparece na narrativa de Marlene Soccas, mais evidenciada como uma militância efetiva no meio da classe trabalhadora, visando a uma conscientização dessa classe para a transformação da sociedade, do que da necessidade de uma mudança cultural. Essa ideia deve estar relacionada com as ideias de Marx e Engels, que defenderam, no seu tempo, que embora houvesse outras classes no capitalismo, a classe operária era a única capaz de se organizar politicamente para derrubar a burguesia. De acordo com eles, “[...] todas as classes que se opõem à burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária” (MARX; ENGELS, 1988, p. 75). Marlene Soccas, ainda hoje, em sua velhice, considera que os trabalhadores possuem as condições objetivas para cumprir essa tarefa revolucionária, faltando a condição subjetiva que seria a consciência de classe, no entanto, não entrarei nessa discussão.

Na clandestinidade, a atividade mais marcante vivenciada e narrada por ela foi o seu trabalho como operária em uma fábrica de autopeças, chamada CARFRIZ, onde trabalhou, conforme suas lembranças, por três meses. Em suas palavras:

Porque eu arranjei um emprego em São Bernardo, numa metalúrgica. Dali daquela Vila Califórnia eu pegava dois ônibus para chegar lá. Eu tinha que chegar às seis. Eu me acordava às quatro. Já tinha feito a minha comida e levava minha marmita. Não tinha geladeira, não tinha nada, então tinha que fazer de noite para não azedar. Trabalhei três meses ali. (SOCCAS, 2017d, p. 43)

Para trabalhar na fábrica, Marlene Soccas relatou que alterou os dados de seu título de eleitor e que a partir desse documento conseguiu fazer uma carteira de trabalho com o nome de Moema da Cunha de Souza. Em suas palavras: “[...] apaguei com *Quiboa* tudo o que estava escrito e depois preenchi com máquina por cima do meu título de eleitor. Botei nome de mãe, de pai, data de nascimento, meu nome... [...] Tudo inventado!” (SOCCAS, 2017d, p. 46). Ela narrou que alterou também a data de seu nascimento porque era mais fácil para as mulheres mais jovens conseguirem emprego. E relatou que na fábrica utilizou o nome de Moema, mas com os/as companheiros/as da organização utilizou o de Eunice, conforme consta também na ficha do DOPS (Figura 17).

Figura 17 – Ficha do DOPS com nome e codinomes de Marlene Soccas

Cutis	JO	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Cabelos		DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
Bigode		Ficha n.º
Olhos	Nome: <u>MARLENE DE SOUZA SOCCAS= VIDE</u>	<u>vide verso</u>
Estatura	Data: <u>26.6.70</u>	Vulgo: <u>MOEMA DA CUNHA SOUZA- Nice ou Eunice</u>
Marcas		Prontuário Delegacia n.º <u>17.350=</u>
		Prontuário Geral n.º
		Atividade:
Filiação	Pai: <u>LUDGERO DE SOUZA SOCCAS</u>	
	Mãe: <u>AMELIA CUNHA DE SOUZA SOCCAS</u>	
Idade:	anos. Nascido em <u>29</u> de <u>SETEMBRO</u>	de 197 Sexo: <u>FEMININA</u>
Nacionalidade:	<u>BRASILEIRA</u>	Natural de <u>LAGUNA-SANTA CATARINA</u>
Estado civil:	Profissão: <u>DENTISTA</u>	
Ordenado: NCr\$	Local de trabalho:	
Residência:	<u>RUA PAULO EIRO, 243- SANTO AMARO;</u>	
É sindicalizado?	Sindicato e locais que costuma frequentar:	

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://bit.ly/38QznzA>. Acesso em: 2 abr. 2019.

Em relação à utilização de nomes variados pelos militantes, conforme Carolina Dellamore Batista Scarpelli (2009), isso fazia parte da prática clandestina nos grupos de esquerda no Brasil, à época. Havia o pseudônimo ou “nome frio”, que geralmente era usado pelo militante para participar de reuniões em segurança, dificultando a sua identificação – no caso de Marlene Soccas era Eunice. Havia também, segundo a autora, o nome falso que era um artifício que demandava uma organização, também clandestina, para fabricar a identidade falsa, que na situação de Marlene Soccas era Moema. No entanto, diferente do apontado por Scarpelli (2009), ela própria confeccionou o seu documento de forma artesanal. Scarpelli (2009) observa que a mudança do nome se tornava imprescindível para aqueles/as que quisessem permanecer clandestinos, tanto para a própria segurança quanto para a do grupo a que pertencia, bem como para conseguir trabalhar e se manter.

Marlene Soccas e Cabeça se incorporaram, então, ao trabalho na fábrica. Segundo ela, embora ele também fizesse parte de uma organização armada, acreditava, assim como ela, “[...] que a classe operária tinha que ser mobilizada, que era um grande exército a ser mobilizado, conscientizado e organizado” (SOCCAS, 2017d, p. 43). Ele ficou trabalhando no setor junto aos operários e ela, às operárias. No

entanto, não houve um planejamento de suas ações como militantes, como é possível perceber em sua fala:

[...] mas a gente não sabia nada. Como a organização era uma organização de luta armada, ela não tinha na sua linha um pensamento, ou um documento, ou um programa para a classe operária, para a luta em fábrica [...] Combinamos que a gente ia falar da greve. Tu vê, uma coisa superespontaneísta, e também louco, assim sem nenhuma programação, sem nada. “Ah, então vamos chamar o pessoal para greve”. (SOCCAS, 2017d, p. 43)

A intenção dos dois militantes, conforme narrou Marlene Soccas (SOCCAS, 2017d, p. 43), não era fazer uma mobilização imediata dos/as operários/as para uma greve, mas “[...] uma propaganda da greve como forma de luta”. Dessa forma, a estratégia adotada por ela foi iniciar a “propaganda” escrevendo com um pincel atômico nas paredes do banheiro feminino. Não é difícil imaginar, em plena ditadura, no vigor do AI nº 5, a reação furiosa dos dirigentes da empresa ao se depararem com frases escritas nas paredes do banheiro feminino, tais como: “*A greve é a grande forma de luta dos operários*”; “*Nós devemos fazer greve para conquistarmos [nossos direitos]*” (SOCCAS, 2017d, p. 44. Acréscimos meus).

Esses relatos de Marlene Soccas levam-me a pensar que não havia um planejamento, um estudo prévio e coletivo dessas atividades dos militantes e que muitas de suas ações se davam de forma autônoma e individual, caindo em um certo espontaneísmo. Talvez isso tenha a ver, no caso de Marlene Soccas e de seu companheiro, com o antiteoricismo adotado por algumas organizações armadas, como a VPR, conforme apontado anteriormente por Ridenti (1993), que priorizavam a ação em detrimento da teoria e também pelo fato de a VPR não ter em sua prática trabalho político junto à massa trabalhadora.

Também é importante observar que essas situações “espontaneístas” narradas por Marlene Soccas não podem ser generalizadas para todos os grupos de esquerda à época nem a todos/as militantes. Assim como a forma de militância, a clandestinidade não foi vivenciada da mesma forma por todos/as militantes.

Cabeca não conseguiu realizar ação semelhante no banheiro masculino e “[...] então a repressão caiu só no lado das mulheres” (SOCCAS, 2017d, p. 44). De acordo com Marlene Soccas,

Como se deu a repressão? Mandaram a gente parar e foram revistar tudo, os nossos armários, nossas bolsas, tudo. Ainda bem que eu botei [o pincel atômico embrulhado em papel higiênico] no cesto de papel usado. O único lugar que eles não procuraram. O resto eles reviraram tudo, tudo e não acharam a arma do crime que era um pincel atômico. Botaram a gente em fila indiana, a policial feminina revistou tudo, nosso cabelo, o seio para ver se não tinha coisa aqui por dentro, as nádegas, tudo... Revistou uma a uma. Porque eu escrevi [nas paredes do banheiro] com minha letra, bem rapidinho para ir para minha máquina onde eu trabalhava. Eu escrevi e fui trabalhar normalmente. Quando vimos aquele auê, mandaram a gente escrever numa folha o nosso nome e não sei mais o que! Para quê? Para identificar a letra que estava lá nas paredes de azulejo. Naquele momento [em que escreveu nas paredes do banheiro], eu nem pensei, eu escrevi com a minha letra normal, claro, eu escrevi rápido [...] Outra letra inventada, eu demoraria muito mais, então tinha que ser rápido e rasteiro. [...] Ali [no momento da revista] eu fiz letra de menina de primário. As meninas tremiam como vara verde, tadinhas. [...] Ninguém sabia e nem podia imaginar [que fui eu quem escreveu]. Eu não deixei pista nenhuma, eles nunca descobriram. [...] Eles despediram todo mundo: “Eu acho que essa mulher está aí. Essa mulher que fez isso, está no meio daquelas meninas!”. Demitiram todo mundo, e eu fui junto. [...] Por conta disso [ocorreu a demissão], acho eu, ninguém disse nada. Eles disseram que estavam com os estoques cheios e que por isso não precisavam mais de nossos serviços e eu fui para rua. (SOCCAS, 2017d, p. 44-45. Acréscimos meus)

Quanto ao Paulo, Marlene Soccas, embora não tivesse rompido os laços com ele, ela declarou acreditar que, por causa da sua relação mais

orgânica com a VPR, ele foi, aos poucos, afastando-se dela, embora eles ainda se encontrassem, porém com menos frequência.

De acordo com Scarpelli (2009), nem todas as pessoas que entraram na clandestinidade o fizeram para permanecer na luta política. Algumas trilharam esse caminho para preservar a sua própria vida, desvinculando-se da luta política contra a ditadura, permanecendo trancadas nos “aparelhos”, já que eram muito visadas pela repressão. Em outros casos, conforme Scarpelli (2009, p. 109), “[...] tornar-se clandestino poderia ser nada mais do que a passagem ao anonimato, como também poderia, em última instância, ser visto como sinônimo de *status* ante a Organização e demais militantes”.

No caso de Marlene Soccas, a sua entrada na clandestinidade pode ter se dado, também, porque naquele momento o tipo de trabalho de militância que ela objetivava fazer, que era a conscientização e a mobilização da classe trabalhadora, seria facilitado por sua proximidade com essa classe, e fazer isso abertamente era perigoso devido às proibições do AI nº 5. E, também, conforme ela mesma mencionou, por causa da sua proximidade com Paulo e, indiretamente, com a AP, cujos militantes atuavam clandestinamente nas fábricas.

Sobre a sua entrada na clandestinidade à época, Marlene Soccas (2017e, p. 2) se interrogou durante as entrevistas:

[...] foram coisas erradas que a gente fazia. Por que eu tinha que ser uma pessoa pesada para a organização? Por que a organização teria que me sustentar, se eu podia me sustentar com meu próprio emprego? Mas é aquela história de achar que no emprego alguém podia descobrir, me prender e prender o resto da organização, ou mais pessoas da organização que moravam ali comigo ou estavam junto conversando ali. Era esse medo de deixar um rabo que fez com que eu me apressasse e cortasse todos os laços com o mundo de então. Foi por isso que eu acabei abandonando tudo. Mas hoje eu acho errado, não devia ter saído. Quer dizer, era mais uma pessoa que as Organizações Armadas teriam que sustentar, mais uma pessoa que ia viver do dinheiro tirado dos bancos, que eles se apropriavam.

Scarpelli (2009, p. 109) observa que, independentemente do que motivou a entrada do militante para a clandestinidade, é necessário

considerar que “[...] essa passagem é sempre feita debaixo de forte tensão psicológica, sentimentos de confusão, perplexidade, insegurança, medo e porque não dizer, esperança”. O recorte da fala de Marlene Soccas, citado anteriormente, criticando a sua escolha de entrar para a clandestinidade, à época, demonstrou o medo de ela ser presa pela repressão e de, por meio dela, outras pessoas da organização, bem como a possibilidade da implicação de pessoas próximas a ela, como os seus colegas de trabalho dos Correios. E é uma avaliação feita após o transcurso do tempo, a partir de suas experiências e de seu olhar para o passado.

Essa fala aparenta, também, que a entrada de Marlene Soccas na clandestinidade foi uma escolha mais individual do que propriamente coletiva. De acordo com Scarpelli (2009, p. 108),

Entrar para a clandestinidade [...] torna-se uma decisão individual ou coletiva, dependendo da situação. Ou seja, isso depende do “pra que” e “por quê” se entra para a clandestinidade. Nos casos em que há a profissionalização do militante, podemos considerar que é uma situação discutida pela Organização, pois isso demanda criar uma infraestrutura para esse militante.

Guiomar Lopes Caleja, em depoimento dado a Ridenti (1993, p. 250), narrou que “[...] o voluntarismo da gente não permitia que fizessemos uma análise mais concreta e não entrássemos na clandestinidade com tanto ímpeto, o que foi não só uma exigência exterior, mas principalmente da gente”. Dando continuidade ao seu relato, ela afirmou que “[...] quando entrei na clandestinidade, larguei estudo, família e fiquei na dependência da própria organização para viver, eu não tinha fachada legal, não tinha outra atividade”.

Levando em conta que a VPR possibilitou uma estrutura na clandestinidade para Marlene Soccas e seu companheiro, o que pareceu ser uma escolha somente individual, passou a ter, também, uma conotação coletiva. Embora para a VPR esse trabalho nas fábricas não fosse primordial, talvez, conforme se pronunciou Marlene anteriormente, essa casa poderia funcionar como um futuro “aparelho” para a organização ou, talvez, a organização pensasse que ambos poderiam participar ativamente da luta armada, caso fosse necessário.

Conforme mencionado anteriormente, embora fizesse parte de um grupo de esquerda que priorizava basicamente a luta armada, Marlene Soccas não se identificava com esse tipo de ação. De acordo com o seu relato, a visão das organizações armadas “[...] não era de uma luta

política, que foi um dos motivos que depois me levou a romper com o movimento. Porque como eles ficavam em torno dessas [...] ações armadas [...], nunca se fez nenhum trabalho de massas dentro dessas organizações” (SOCCAS, 2017d, p. 35).

Segundo Ridenti (1993, p. 50), por causa de suas ações “cíclicas”, prisão, “expropriações”, prisões, “[...] os grupos guerrilheiros iam se isolando e perdendo o que lhes restava de bases sociais nesse processo”. Provavelmente, foi diante dessa situação que a VPR, em busca de novos quadros militantes para atuarem nas ações armadas, entrou em contato com Marlene Soccas a fim de que ela também participasse dessas ações. Ela recordou que houve uma reunião na casa (aparelho) em que morava, com alguns dirigentes da organização, e essa foi a única ocasião que ela se lembrou, de a casa ter sido utilizada por outras pessoas, além dela e do Cabeça. Ao narrar sobre a reunião que ocorreu com esses dirigentes, que eram todos jovens, ela se recordou da imagem do episódio, localizando-os nos lugares em que cada um ocupava no espaço naquele momento. Em suas palavras, ela me contou:

Na casa onde a gente morava, na periferia de São Paulo, queriam saber se eu estava disposta a fazer ações armadas. Eu disse: "Não estou. Eu estou disposta a morrer trabalhando com a classe operária, mas não estou disposta a morrer assaltando bancos. Isso não está nos meus planos". [...] Não é que eu não concordasse, eu concordava que fosse feito porque se tem que pegar dinheiro, tem que pegar nos bancos que são os maiores ladrões mesmo da sociedade. Mas é que se fosse para eu morrer, eu não daria a minha vida. Ela não era adequada para morrer ali num assalto a banco. Agora, junto aos operários podia morrer, não tinha importância! Eu aceitava numa boa! Porque eu estava fazendo uma coisa que eu acreditava, que eu tinha a consciência que era importante. Do banco, eu tinha lá minhas dúvidas! Eu achava que não era fundamental, que não era o trabalho mais importante aquele de assalto a banco para arranjar dinheiro para a organização sobreviver [...] (SOCCAS, 2017d, p. 35; 2017e, p. 18)

Diante do posicionamento de Marlene Soccas (2017d, p. 34) de não participar das ações armadas e de continuar sua militância fazendo o “trabalho de massa” junto aos/às trabalhadores/as urbanos/as, um dos dirigentes da VPR, que se encontrava na reunião, assim se manifestou: “[...] *Então a companheira tem que se desligar, porque a companheira não pensa como nós, está fugindo da nossa linha*”. Ela prosseguiu em sua narrativa, dizendo que: “*Me chamaram de obreirista [...] Eu tinha que tomar uma decisão, ou eu me integrava na luta armada, admitindo os princípios deles [...] [de fazer] ações armadas para conseguir dinheiro para comprar as coisas para montar um grupo armado no campo*” (SOCCAS, 2017d, p. 34. Acréscimos meus), ou ela teria que se afastar da VPR.

Marlene Soccas (2017e, p. 18-20), então, desvinculou-se da VPR, mas, ao que parece, esse desligamento não foi tão tranquilo, pois, em suas palavras:

Eles respeitaram a minha vida, porque eu disse bem claro: “Eu não dou a minha vida para morrer num assalto a banco, mas para morrer no movimento operário. Ali eu dou a minha vida, não tem problema”. [...] O fato de eu ter colocado isso bem claro, eu não saí do campo revolucionário, eu não saí da luta, eu só queria trabalhar com os operários e não fazer assalto a banco, que é expropriação, e também, eu nunca tinha feito um assalto a banco e nunca tinha pego em uma arma. Então eles iam me colocar uma tarefa, uma atividade nova que eu não tinha experiência nenhuma, eu acho que isso pesou também. Eu já não estava dentro das expropriações desses grupos armados que assaltam banco, etc. Eu não estava ainda! Eu acho que isso deve ter deixado eles mais tranquilos. [...] Eu não estava tão comprometida, tão envolvida na organização. Porque se eu fosse, eu ia conhecer mais gente, métodos, outros aparelhos, ou fazer um treinamento ou qualquer coisa. Então eu nem cheguei a fazer. Eu coloquei e um carinha achava que: “Ah, mas ela está traindo a Revolução!”. Outro cara disse: “Não, não! Ela continua ainda revolucionária, no campo da Revolução, só que ela acha que deve fazer um trabalho junto com os operários. É um direito dela, uma opção dela”. E ali ficou resolvido. Eles me

deram um dinheiro para comprar passagem para eu chegar até Laguna.

No excerto, quando Marlene Soccas (2017e, p. 5) relatou “*eles respeitaram a minha vida*”, ela está se referindo à possibilidade de sofrer um “justiçamento”⁶¹, como havia ocorrido com um “menino”, militante da ALN, o qual, segundo ela, foi executado por essa organização porque propôs discutir os erros na condução da luta armada. Em suas palavras,

Eles ficaram com medo porque ele podia entregar a organização, [...] porque ele podia ser um traidor, e não deram nem tempo para o menino, já o liquidaram ali. E comigo não aconteceu! Eu não sei se eu corri esse risco, não posso te dizer, mas eu tenho a impressão que não! (SOCCAS, 2017e, p. 5)

Se esse risco de “justiçamento”, no caso de Marlene Soccas, era real, não há como sabermos. Mas é importante ressaltar, novamente, que esse temor apontado por ela pode ser fruto também de suas reflexões e leituras posteriores a esse tipo de situação. Marlene Soccas, embora não refutasse a atuação dos grupos armados, entendia que esse não era o melhor caminho, naquele momento, para lutar contra a ditadura e fazer a revolução. Assim, ela se desligou da organização e retornou para Laguna (SC), por volta de agosto ou de setembro de 1969, onde ainda moravam alguns de seus familiares.

5.2 “FUI ENCAMINHADA IMEDIATAMENTE PARA A SALA DE TORTURAS E ELAS COMEÇARAM, TAMBÉM, IMEDIATAMENTE”: LEMBRANÇAS DAS TORTURAS

Em Laguna, Marlene Soccas relatou que ficou morando seis meses, de setembro/outubro de 1969 a abril de 1970, mais ou menos, com os seus familiares. Em suas entrevistas, Marlene Soccas elencou ao menos três motivos para a sua ida para Laguna. Como ela havia decidido que iria se dedicar integralmente à luta e que entendia que corria o risco de morrer, resolveu retornar para a sua cidade natal e se desfazer dos bens materiais

⁶¹ De acordo com Scarpelli (2009, p.143), o “justiçamento” era uma pena de morte aplicada ao militante por traição aos companheiros ou que não tivesse “nível ideológico”, pois, em caso de prisão, poderia entregar os outros componentes da organização.

que possuía, conforme relatou: “[...] a gente achava que morria, por isso eu fui em casa [...] Tudo o que eu tinha de valor, eu tinha um terreno lá no Mar Grosso, dei para a minha mãe. Eu tinha algumas joias [...] e era quase tudo ouro mesmo” (SOCCAS, 2017e, p. 11).

A sua ida para Laguna também estava relacionada ao fato de que Paulo ficaria afastado por aproximadamente seis meses de São Paulo, por causa de uma viagem que faria à China, cujo destino Marlene Soccas desconhecia à época. De acordo com ela,

[...] fui para São Paulo, depois voltei [para Laguna]. Não estava mais trabalhando nos Correios, estava com o tempo todo livre, não tinha o consultório, não tinha nada, porque foi quando eu saí da ação armada, da VPR, e ia me ligar aos movimentos operários. [...] Mas eu fiquei um período aqui esperando que o Paulo fosse fazer a atividade dele, que são aqueles seis meses que ele foi para a China, que eu não sabia, porque ele não me disse. Só fiquei sabendo bem depois. É que a gente ia se encontrar em maio, quando ele voltasse dessa atividade. E eu fiquei pintando e foi aí que eu juntei essas dezoito telas e levei para São Paulo para expor lá na Praça da República. (SOCCAS, 2017g, p. 13)

De acordo com Wright (1993), em 1969, Paulo organizou e coordenou um grupo de militantes da AP em um projeto denominado “Projeto Teixeira”, para uma visita à China a fim de conhecerem de perto a experiência da Revolução Chinesa. Provavelmente é sobre essa atividade, que na época era desconhecida por Marlene Soccas, que ela se referiu em sua fala anterior.

Outro motivo referido por ela é que precisava pensar e estudar melhor sobre a revolução. Em suas palavras:

[...] eu precisava botar a minha cabeça em ordem. Vim com uma mala cheia de livros, uma ou duas, não sei. Vim para Santa Catarina para ler e estudar tudo sobre revolução, sobre materialismo histórico, materialismo dialético, e eu queria ter a minha cabeça bem fornida, bem nutrida de conhecimento da área do marxismo, da prática revolucionária, como foi a Revolução na Argélia, como foi a Revolução no Vietnã, como estava

sendo, porque ela estava em curso, e a Revolução Francesa, Revolução Russa, Revolução Chinesa, era isso que eu estava lendo e estudando, estudando, vim para cá, para Santa Catarina para estudar e me desliguei deles, aí já tinha rompido com a luta armada. (SOCCAS, 2017d, p. 35)

Essas três razões elencadas por Marlene Soccas para o seu retorno, temporariamente, para Laguna estão interligadas. Ela havia se desvinculado da VPR com a intenção de ligar-se aos trabalhos nas fábricas, que eram realizados principalmente pela AP, e Paulo era o elemento de ligação com essa organização. Quando ela relatou que iria juntar-se a Paulo significava, provavelmente, que iria entrar para a AP e, com a viagem dele para China, ela, talvez, tenha ficado momentaneamente sem um suporte para iniciar esse trabalho. Essas falas podem demonstrar, também, conforme já apontado, que quando voltamos ao nosso passado, damos outros significados a ele e que, talvez, Marlene Soccas, ao narrar essa parte de sua trajetória, esteja buscando algumas justificativas para esse retorno a Laguna.

Marlene Soccas demonstrou ter um vínculo afetivo forte com a sua família, principalmente com a sua mãe e com a sua irmã Marisa. Talvez ela tenha aproveitado esse tempo “sabático” da militância para ficar com a sua família, como se fosse uma despedida, também para desvincular-se de seus laços pequeno-burgueses, representados pelos bens materiais que ainda possuía, pois já havia abandonado a sua profissão e o trabalho nos Correios para se dedicar ao processo revolucionário.

O rompimento dos laços pequeno-burgueses está relacionado à ideia de uma militância com uma entrega total à luta, nos moldes do “revolucionário/a profissional”, conforme defendia Lenin e também na política defendida pela AP. Essas mudanças implicavam em ter hábitos mais simples semelhantes aos da classe trabalhadora e um desprendimento dos bens materiais. De acordo com Daniel Aarão Reis Filho (1989, p. 121), para Engels, “[...] o revolucionário precisaria ter uma ‘austeridade ascética’, [...], renúncia às amenidades, espírito de sacrifício”.

Como é possível perceber pela trajetória de Marlene Soccas até aqui, o estudo e o conhecimento são elementos importantes em sua formação tanto profissional como política. Esse período em Laguna significou, também, segundo ela, “[...] *um tempo para ler, estudar, para compreender se eu estava dando um passo certo ou não*” (SOCCAS, 2017d, p. 35). Essa ideia também ficou registrada em seu livro: “[...] em

Laguna, eu li muito, pensei muito sobre minhas experiências acumuladas na luta armada” (SOCCAS, 2014, p. 198). O estudo teórico era outra característica necessária para se construir como um/a militante revolucionário/a. Conforme Reis Filho (1989, p. 121), o revolucionário precisava cultivar um “leque de virtudes” que se constituía em uma lista de qualidades quase inalcançável para um ser humano. Para alcançar essa solidez teórica e política, era necessário dedicar-se ao estudo da teoria revolucionária, que era ao que Marlene Soccas parecia estar se dedicando.

Nessas falas de Marlene Soccas ficou evidente, além de sua relação com o conhecimento e o compromisso com a sua formação militante, que é uma característica que a acompanha nos vários ciclos de sua vida, que essa decisão da inserção total na luta revolucionária não foi um ato voluntarista, mas um passo decidido a partir de leituras, reflexões e o desejo de mudar a sociedade brasileira ao lado daqueles/as que ela considerava a classe revolucionária, os/as operários/as.

Em seu texto “Formação de professores e profissão docente”, Nóvoa (1992, p. 13) reflete, dentre outras questões, acerca da relação da formação de professores/as com o seu desenvolvimento profissional, bem como com o pessoal, afirmando que:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência.

Essa afirmação de Nóvoa (1992) ajuda a pensar sobre a importância da reflexão crítica acerca de suas próprias experiências, individuais ou coletivas, no processo de formação política como militante de esquerda de Marlene Soccas e como essas reflexões podem ter contribuído na construção e na reconstrução de suas identidades militantes.

Diante dessas falas de Marlene Soccas, é necessário considerar, entretanto, que as suas narrativas desse passado relembrado foram construídas a partir do seu momento presente, podendo este ter sido ressignificado a cada narrativa. Conforme Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff (2011, p. 403), “momentos vividos” passam “pelo crivo dos conhecimentos” adquiridos, “rearranjando as narrativas do passado”.

Nessa breve pausa de sua prática militante, Marlene Soccas, além de estudar, ia à praia com seus sobrinhos e sobrinhas (Imagem 16), pintou dezoito telas a óleo, conforme relatou em sua fala anterior, as quais almejava expor em São Paulo para averiguar se tinha “talento” para a pintura. Em suas palavras: “[...] *pintei o mercado e as praias ali de Laguna. Pintei telas muito bonitas, o pessoal trabalhando na colheita de mandioca, na pesca do camarão lá na Lagoa do Imaruí, aquela lagoa bonita ali*” (SOCCAS, 2017e, p. 31).

Imagem 16 – Marlene Soccas com os sobrinhos, na Praia do Mar Grosso, em Laguna, entre 1969 e 1970



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Marlene Soccas recordou que começou a pintar no período em que iniciou o seu trabalho como dentista, em Criciúma, em 1962. À época, segundo ela, os seus “[...] *primeiros quadros foram cópias de fotografias que a professora tinha para dar para gente [...] Então nessa fase eu não estava aberta ainda para a política*” (SOCCAS, 2017g, p. 12). Já entre os anos de 1969 e 1970, quando ela retornou provisoriamente a Laguna, com toda a bagagem política adquirida no período de sua militância em São Paulo, o seu olhar voltou-se, também, para o cotidiano do trabalhador dessa cidade, como o agricultor e o pescador, conforme explicitou em sua fala anterior. Em suas palavras, “[...] *eu procurei retratar a realidade do povo humilde e trabalhador*” (SOCCAS, 2017g, p. 12).

Como escrito anteriormente, ela havia combinado com Paulo que após esse tempo de seis meses em Laguna, retornaria para São Paulo para se engajar e trabalhar na fábrica e, através disso, fazer atividades de conscientização política. De acordo com Marlene Soccas (2017e, p. 26), ela e Paulo combinaram que se encontrariam “[...] na Praça Clóvis Bevilacqua, ou segunda ou terça-feira da semana. Eu não me lembro! Às 10 horas em tal banco nessa praça. Se nenhum dos dois chegasse, a gente esperava na outra semana até que um dia desse certo de a gente se encontrar”.

A sua narrativa sobre esse reencontro no futuro, que não aconteceu, soou um pouco romântica ante uma situação que inspirava medo, insegurança, diante da repressão que já havia iniciado. Para ela era

[...] romântico, mas muito descolado duma coisa certa. A gente não tinha certeza de nada. Porque vivia uma coisa muito transitória. A gente sabendo que a morte poderia ocorrer a qualquer momento, então tudo era muito transitório. Por isso que não dava para pensar em ter as coisas, ter bens, nada disso... Que a minha família poderia achar estranho, é... E assim foi, e eu fui me ligar com o Paulo, ainda eu não tinha o reencontrado. Eu estava tentando. (SOCCAS, 2017e, p. 25-26)

A narrativa de seu retorno a São Paulo, escrita em seu livro, manifestou, também, um contentamento, porque finalmente ela realizaria o seu grande desejo, que era o de integração no trabalho nas fábricas entre a classe operária. De acordo com o seu relato: “[...] já havia trabalhado uns tempos numa metalúrgica, já tinha minha carteira de trabalho com anotações, e estava alegremente me juntando ao pessoal que fazia este trabalho” (SOCCAS, 2014, p. 198).

Ao retornar para São Paulo, em abril de 1970, ela se instalou em uma pensão, que nas entrevistas não lembrou onde se localizava, mas consta em seu livro como sendo na cidade de Santo Amaro, na região industrial de São Paulo e, um mês após sua chegada nessa cidade, ela foi presa, ou melhor, sequestrada⁶² pelos órgãos da repressão, conforme a narrativa escrita por ela:

⁶² A maioria das detenções era realizada de forma ilegal, sem qualquer mandado judicial e sem o devido respeito às garantias individuais dos cidadãos, previstas na Constituição Federal, sendo realizadas em forma de sequestro (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

[...] quando retorno a São Paulo, aluguei um quarto numa pensão em Santo Amaro, região industrial de São Paulo, preparando-me para procurar trabalho nas fábricas, na intenção de me juntar organizadamente com a classe revolucionária, a classe operária, e iniciar um trabalho dentro dela, junto a ela, e não apesar dela, nem passando por cima dela. Entretanto, ainda tinha vínculos tanto de amizade, como de discussão com os militantes da luta armada. E foi um desses companheiros, que, não resistindo às torturas, me entregou num ponto onde marcamos encontro. Assim, fui sequestrada na Avenida São João, fomos colocados em carros separados e os militares nos levaram direto para a OBAN, Operação Bandeirantes, mais tarde denominada DOI-CODI. Fui encaminhada imediatamente para a sala de torturas, e elas começaram, também, imediatamente. (SOCCAS, 2014, p. 200)

Em sua fala na entrevista, quando relatou sobre a sua prisão (sequestro), ela não se lembrou com clareza dos eventos que a antecederam. Não se lembrou com quem se encontraria, o motivo do encontro nem como iria se incorporar ao trabalho na fábrica. Em suas palavras:

[...] eu ia me encontrar com umas moças. Nem sei como eu me encontrei com essas moças depois de seis meses em Laguna. Eu volto e me encontro com essas moças, eu não me lembro através de que. Eu não sei, porque foi nesse período que eu fui presa eu tentei apagar da minha memória toda e qualquer lembrança, para não contar em tortura. E consegui! Consegui apagar tudo aquilo ali. Não me lembro como foi que eu fui introduzida para me organizar. (SOCCAS, 2017e, p. 26)

Na entrevista, ela não fez esforço para se recordar desses eventos que antecederam à sua prisão. Talvez esse período, além de estar relacionado à sua prisão, às torturas consequentes e ao seu desligamento total de Paulo, tenha lhe marcado, também, pela interrupção de seu projeto revolucionário de fazer militância junto aos trabalhadores. E o esforço despendido por ela para esquecer fatos, nomes, lugares de pessoas das quais pudesse falar em tortura pode ter gerado um sofrimento psíquico

que ela não queira recordar. Conforme mencionado no capítulo 2, para Pollak (1988), o esquecimento, assim como o silenciamento, pode estar relacionado a lembranças dolorosas ou traumáticas.

Segundo Lowenthal (1998, p. 95), o esquecimento não só é inevitável como necessário, pois as “[...] lembranças precisam ser continuamente descartadas e combinadas; somente o esquecimento nos possibilita classificar e estabelecer ordem no caos”. O autor afirma ainda que, ao contrário do que se pensa, “[...] esquecemos a maioria das nossas experiências; a maior parte do que nos acontece é logo irremediavelmente perdida. [...] Não temos consciência das muitas coisas que esquecemos, exatamente porque as esquecemos” (LOWENTHAL, 1998, p. 96).

No tocante às torturas ocorridas à época da ditadura no Brasil, existem inúmeros relatos biográficos e autobiográficos em forma de escrita, de áudios, vídeos e de filmes que contam sobre essa prática atroz. Inclusive Marlene Soccas muito já narrou sobre as torturas sofridas por ela e por outros companheiros e companheiras à época, em uma carta escrita quando estava presa no Presídio Tiradentes, em seu livro, “Meu querido Paulo”, bem como em vídeos que circulam na internet e nas palestras que ela proferiu nos eventos em que participou

No entanto, ainda é preciso que se discorra sobre essa prática, que se tornou institucional na época da ditadura, visto que, hoje, no ano de 2019, no Brasil, ainda existem pessoas e grupos que a defendem como uma arma contra todos/as que consideram seus/suas inimigos/as e outras/os que não acreditam que torturas ocorreram durante o período da ditadura.

A prática da tortura no Brasil, que já era utilizada em interrogatórios, passou, a partir do regime militar, à condição de “método científico”, sendo incorporada em currículos de formação de militares, cujo ensino se dava tanto na teoria como na prática (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Muitos/as militantes serviram de “cobaias nesse macabro aprendizado”, conforme relatos dos/as próprios/as militantes constantes no Projeto Brasil Nunca Mais (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 32). Com o avanço da repressão, os torturadores foram sofisticando cada vez mais os seus métodos de infligir sofrimento. Marlene Soccas lembrou que quando foi levada para a sala da OBAN, muitos homens entraram na sala para observar o terrível ritual.

Dan Mitrione⁶³, um policial norte-americano, é considerado um dos primeiros a introduzir essa prática no Brasil e, quando atuou como instrutor em Belo Horizonte (MG), nos primeiros anos do Regime Militar, usou mendigos recolhidos nas ruas para “ensinar” a polícia local (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). A presença desse policial norte-americano no Brasil evidencia a colaboração dos Estados Unidos com o governo militar também na repressão aos que eram considerados inimigos do sistema ditatorial.

Para Gorender (1990, p. 228), os brasileiros não aprenderam a torturar com os norte-americanos, pois já tinham um *know-how* na prática da tortura. Ele se refere, por exemplo, ao pau de arara, que era utilizado corriqueiramente nas salas de tortura do regime militar, cujo uso remonta ao tempo da escravidão, no Brasil, e era usado pelos feitores para torturar os escravos. De acordo com o autor, houve um aperfeiçoamento da prática da tortura com esse instrumento, e a “[...] repressão policial se aperfeiçoou também com o *know-how* dos Estados Unidos e outros países (GORENDER, 1990, p. 228). A colaboração estrangeira se deu, principalmente, no uso de equipamentos eletrônicos para operações de investigação e nas torturas em que se “[...] combinava a dor física à pressão psicológica” (GORENDER, 1990, p. 228). Militares e policiais brasileiros estudaram em escolas nos EUA onde aprenderam a utilizar a informática para investigações, “[...] a sofisticar a análise de interrogatórios, a matar sem deixar vestígios” (GORENDER, 1990, p. 228).

Em relação à tortura, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, do qual o Brasil é signatário, preconiza, em seu artigo 5º (BRASIL, 1988, n.p.): “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. Também a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, preconiza, no Título II, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, Capítulo I, “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, no inciso II, que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. No mesmo capítulo, inciso XLIII, consta que:

A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas

⁶³ Dan Mitrione colaborou também com o regime militar no Uruguai, sendo sequestrado e morto em Montevideo (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem. (BRASIL, 1988, n.p.)

A Constituição brasileira, apelidada de “Constituição Cidadã”, foi escrita após o período de redemocratização do país, e os legisladores se preocuparam em equivaler a tortura a um crime hediondo e em considerá-la inafiançável para impedir que alguma pessoa seja submetida a essa brutal violência, que não é somente física, mas também psicológica. Mesmo constando na Declaração Universal dos Direitos Humanos, à época do regime militar, esse direito básico não foi respeitado, sendo empregadas diversas formas de tortura, indiscriminadamente, independentemente da idade, do sexo, da situação física ou psicológica das pessoas consideradas subversivas (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Nem as mulheres grávidas nem as crianças foram poupadas das torturas. Assim,

Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse a sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 43)

Na cidade de São Paulo, grande parte das pessoas que foram ilegalmente presas foram encaminhadas à sede da OBAN, localizada na rua Totoia, onde permaneciam incomunicáveis. Ela foi criada “oficiosamente” em 1969, em São Paulo, como uma espécie de “teste”, na tentativa de integração das várias forças de segurança no combate à “subversão” e era mantida com financiamentos de grupos multinacionais, como o Grupo Ultra, Ford, General Motors, entre outros (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 73).

Embora não fosse vinculada formalmente ao Exército, o seu comandante regional fazia visitas regulares ao local e a OBAN era composta com efetivos das três armas, Exército, Marinha e Aeronáutica, Departamento de Polícia Federal, Polícia Política Estadual, Polícia Civil, Força Pública, Guarda Civil, ou seja, por todos os órgãos vinculados aos

organismos de segurança e policiamento (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 73), demonstrando a ligação desses com a prática da tortura.

Sendo uma estrutura ilegal, “oficiosa”, a OBAN conseguiu “[...] uma mobilidade e impunidade, quanto aos métodos que garantiu importantes vitórias na chamada ‘luta contra a subversão’ [...]”, inspirando a criação, em escala nacional, de órgãos oficiais, os quais receberam o nome de Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 73). A formação do DOI-CODI, em janeiro de 1970, significou a formalização de um comando centralizado no Exército, mas que abrangia outras Armas, a Marinha e a Aeronáutica (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) era outro órgão da repressão que atuava em nível estadual. Em São Paulo, estava sob o comando do temido delegado Sérgio Paranhos Fleury e, mesmo após a criação do DOI-CODI, continuou agindo, competindo na ação repressiva com este (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Marlene Soccas, após ficar um tempo incomunicável na OBAN, foi encaminhada ao DOPS.

Na cidade de São Paulo, a tortura, esse “castigo cruel, desumano e degradante”, era praticada rotineiramente tanto na sede da OBAN quanto no DOPS. De acordo com a pesquisa realizada pelo Projeto Brasil Nunca Mais (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985), foi identificada quase que uma centena de diferentes formas de tortura, no período do regime militar, por meio de agressões físicas, pressões psicológicas e o uso de diversos instrumentos aplicados aos presos políticos brasileiros.

“Fui encaminhada imediatamente para a sala de torturas, e elas começaram, também, imediatamente” (SOCCAS, 2014, p. 200). Da quase uma centena de métodos de torturas praticados durante o regime militar, foram aplicados em Marlene Soccas a “palmatória”, a “cadeira do dragão”, o “pau de arara” e os choques, que eram uns dos mais utilizados para seviciar os/as militantes (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

Em sua carta escrita no presídio, em 24 de março de 1972, já mencionada, ela escreveu:

[...] em maio de 1970 fui detida pela Operação Bandeirantes [...] impedida de contratar um advogado ou sequer de avisar a família. Fiquei incomunicável doze dias na Op.B, durante as quais

sofri toda sorte de torturas físicas e morais. Despida brutalmente pelos policiais, fui sentada na “cadeira do dragão”, [...] Fui dependurada, em seguida, no pau de arara [...]. Recebi novos choques, queimaduras com pontas de cigarros, pancadas nos rins e na coluna vertebral. Torturaram-me ao lado de outros presos políticos, homens e mulheres, despidos sob o deboche dos policiais e ameaça de fuzilamento. (SOCCAS, 1972)

De acordo com Marlene Soccas (2014, p. 200), despir o preso era uma espécie de “ritual” utilizado pelos torturadores “para quebrar, já com este ato” a resistência dos militantes, “[...] pois não estávamos acostumados a nos desnudar, como também para deixar nossos corpos completamente desprotegidos e vulneráveis, principalmente os órgãos genitais, onde os torturadores mais trabalhavam”.

Em suas palavras, “ao primeiro choque, meu primeiro grito, a sala de tortura se enche de homens, sorrindo, como sabendo que um lúgubre espetáculo começava [...] Mas, aqueles choques foram somente uma amostra” (SOCCAS, 2014, p. 200). Ela continuou narrando em seu livro que

[...] pegaram a palmatória e passaram, a bater em minhas mãos espalmadas. Uma das mãos depois a outra, depois a outra, assim, por muitas horas. Um filete de soro, creio, um exsudado rosado, com sangue, começava a sair pelos sulcos das mãos. Uma hemorragia interna se expandia, porque a palmatória não corta a pele, mas arrebenta os vasos sanguíneos abaixo dela. As articulações começam a ficar inchadas, inflamadas, sem possibilidade de movimentação. Fui presa às três horas da tarde, e já estava escurecendo quando me puseram, de pé, numa mesa, para que eu oferecesse meus pés para serem espancados pela palmatória. Como resultado, depois de muitas pancadas nos pés, uma hemorragia interna também ocorre e uma bolha se formou, mais tarde transformou-se em fibra, permanecendo por mais de seis meses, depois ficou um sinal escuro, que tempos depois desapareceu. E por muito tempo, eu não conseguia apoiar-me no meio dos pés, sem sentir muita dor. Percebendo que eu resistia, me

fizeram sentar na “Cadeira do Dragão”. (SOCCAS, 2014, p. 200-201)

Posteriormente, ela foi colocada na “cadeira do dragão”, que era uma “cadeira comum, de madeira tosca”, totalmente nua, cujo

[...] assento era de metal, para potencializar os choques, que eram dados por uma máquina [...], manipulada por outro agente. [...] Uma ponta do fio, um polo, ficou enrolada no meu dedo mínimo, enquanto a outra ponta percorria o corpo, tocando língua, lábios, olhos, ouvidos e órgãos genitais. Também jogavam água para aumentar os choques. Os braços eram imobilizados por uma alça de couro. E os pés eram contidos por uma barra de madeira. Eu percebi a necessidade dessa barra, num dia em que esqueceram de prendê-la. Ao primeiro choque, minhas pernas saltaram para cima, encolheram e depois foram arremessadas para frente com tanta violência, que escorreguei na Cadeira, fiquei toda torta, enquanto uma toalha suja tapava a minha boca, para tapar meus gritos, mas que também sufocava completamente. Como eu estava resistindo às torturas, o torturador me mandou ser levada para uma cela. (SOCCAS, 2014, p. 201)

Nessa cela, na OBAN, para onde Marlene Soccas foi levada, estavam várias mulheres militantes. Uma delas era Maria do Carmo Brito, que fora do comando da VPR, a quem já fiz menção anteriormente. De acordo com Marlene Soccas (2014, p. 201), ela fora levada para essa cela com as prisioneiras para que elas a convencessem “[...] de que não adiantava resistir, pois tudo já havia ‘caído’”. Quando ela “já estava quase [...] abrindo a guarda” percebeu, ao redor, “maças, meias de *nylon* penduradas num improvisado varal” e desconfiou que elas fossem policiais femininas ali instaladas “para amolecer” a resistência das militantes (SOCCAS, 2014, p. 201). Em suas palavras, “[...] imediatamente, voltei ao meu estado anterior, fazendo um jogo de que acreditava nelas” (SOCCAS, 2014, p. 201). Mais tarde, ela percebeu que as mulheres que ali estavam eram realmente militantes que estavam prisioneiras, assim como ela, e não policiais.

As “meias de *nylon*”, consideradas um sinal de feminilidade, ao que parece, causaram estranhamento à Marlene Soccas. Isso pode ter

acontecido por causa da ideia corrente nas organizações de esquerda de que as mulheres, para serem militantes, assim como o homem, deveriam ser despojadas, não apegadas a amenidades. Para as mulheres, essa ideia significava desapegar-se das vaidades femininas e, de certa forma, masculinizar-se, como escrito anteriormente.

Marlene Soccas foi levada novamente para as torturas e colocada na frente do companheiro que a entregou para que esse a convencesse a falar, o que não ocorreu. Em suas palavras,

[...] tiraram-me da “Cadeira do Dragão” me encaminharam para a sala ao lado, onde ficava o Pau-de-Arara [sic] [...] Nunca esse tipo de tortura era usado sozinho, porém, sempre acompanhado de choques elétricos, principalmente nos órgãos genitais, palmatórias na bunda, nos rins, na coluna vertebral, água era escorrida para dentro do nariz por uma cânula. Era um suplício muito grande. Nessa posição, os órgãos genitais ficam muito expostos, onde os torturadores mais trabalham. Enfiavam coisas, instrumentos na vagina, no ânus, o que, se fosse com demasiada força, poderia arrebentar artérias muito calibrosas, causar hemorragia incontrolável, que leva à morte⁶⁴. (SOCCAS, 2014, p. 202. Grifos meus)

De acordo com Rosa (2013, p. 66), a tortura é uma “[...] dor insuportável que adquire contornos específicos quando se trata [sic] de mulheres”. Conforme a autora, segundo informações da Anistia Internacional (AI) “[...] torturar através de violação, mutilação, humilhação, insultos e ameaças sexuais caracteriza a tortura baseada no gênero, sistematicamente utilizada contra as mulheres, apesar de muitas vezes homens e meninos também serem vítimas desse tipo de tortura” (ROSA, 2013, p. 66).

Embora os homens também tenham sofrido as mais ignominiosas violências nas torturas durante a ditadura, neste estudo evidencio as sofridas pelas mulheres, baseadas no gênero, que foram submetidas à tortura, mesmo grávidas, algumas tiveram abortos provocados, sofreram violência sexual, muitas foram estupradas e humilhadas das mais diversas formas (TELES, 2017). Marlene Soccas narrou que uma de suas

⁶⁴ As ações de tortura que estão grifadas no texto não ocorreram com Marlene Soccas, mas aconteceram com muitos/as militantes.

companheiras de cela, ao voltar das torturas, aparentava, pelos seus comentários e aspecto dos cabelos, ter vestígios de esperma neles.

Segundo Rosa (2013), para Irene Khan, secretária geral da Anistia, se em situações sem conflitos as mulheres já não têm os mesmos direitos políticos, sociais e os recursos econômicos que os homens, quando eles ocorrem, essa situação de conflito acentua-se, aumentando a discriminação e a violência contra as mulheres.

Além das torturas físicas, as mulheres sofreram torturas psicológicas, por exemplo, por causa de comentários dos torturadores quanto aos atributos físicos delas e até de seus odores, conforme relato a seguir de Marlene Soccas, por ficarem nuas diante dos olhares masculinos, tanto dos companheiros como dos torturadores e por estarem menstruadas. Esse episódio relatado por Marlene Soccas ocorreu quando ela estava no DOPS, em São Paulo:

[...] no DOPS, todo dia quando eu me acordava, eu achava que eu ia subir para as torturas, então eu tomava banho, trocava de calcinha, botava calcinha limpa. Todo dia. Porque uma delas subiu, não sei se ela não tomou banho, que diziam que ela estava fedendo. Então ela achou que aquilo ali a deixou muito constrangida, muito triste, de eles dizerem que ela estava fedendo. E eu não queria ir fedendo, pelo menos para não ter aquele ponto fraco. Então eu lavava minha calcinha, deixava secando. Ou não sei se eu tinha duas, eu trocava, botava limpa e me preparava para subir para tortura. Quando chegava o café, se vinha café, é porque eu não ia ser levada para tortura. (SOCCAS, 2017f, p. 15)

Mesmo fragilizadas, muitas mulheres buscavam estratégias para escapar das torturas. Assim, o que em alguns momentos era utilizado como constrangimento contra elas, era usado por elas para ludibriar a sanha dos torturadores. Conforme Teles (2017, p. 223), havia uma conversa entre as mulheres que estavam aprisionadas no DOI-CODI/SP, em janeiro de 1973, “[...] de que os torturadores não gostavam de estupro de mulheres menstruadas”. Elas, para tentarem se proteger de um possível estupro, em suas palavras: “[...] guardávamos um absorvente usado e que estava sujo de sangue e o colocávamos rapidamente dentro da calcinha quando éramos levadas para os interrogatórios, que na realidade eram sessões de tortura”.

Marlene Soccas, no primeiro dia, foi torturada por 14 horas, tendo as sessões de tortura iniciado às 16 horas e terminado às 6 horas do dia seguinte. Ela foi jogada na cela “[...] como se fosse um saco de batatas [...]”, com as roupas ensanguentadas e, em suas palavras, “[...] depois me vejo com outras roupas, que não eram minhas” (SOCCAS, 2014, p. 207). Ela supõe que as suas companheiras tenham trocado as suas roupas.

Ela lembrou também de uma colega de cela, chamada Manoela, que descascou uma laranja crava e a deu em gomos para ela, pois, em suas palavras, “[...] *eu estava com a mão inchada e com hemorragia interna, eu não podia descascar nada, não podia segurar nada*” (SOCCAS, 2017f, p. 12). Esses pequenos, mas importantes gestos de solidariedade foram “[...] um componente fundamental para que pudessem suportar o sofrimento ao qual estavam sendo submetidas” (FERREIRA, 1996, p.149). Assim, mesmo onde reinava a escuridão da dor, do medo, pequenos feixes de solidariedade abriram caminho para a luz, para a manutenção da vida.

Marlene Soccas foi deixada às 6 horas na cela e às 8 horas, duas horas depois, outra equipe foi buscá-la para nova sessão de torturas, que terminou às 4 horas do dia seguinte. Foram mais 20 horas de sofrimento, com um “torturador sádico, terrível”, o Capitão Benoni Albernaz (SOCCAS, 2014, p. 207). Em suas palavras, “foi quando eu não aguentei mais e concordei em levá-los ao ponto marcado no bilhete com o Marcos Arruda⁶⁵. [...] No terceiro dia, já não me lembro mais do tempo em que fiquei sob torturas. Somente lembro que as torturas diminuíram” (SOCCAS, 2014, p. 207).

Rosa (2013, p. 65) considera que a “[...] tortura é uma forma de duelo, em que o torturador quer arrancar da vítima a palavra que deseja ouvir e não o que o outro tem a dizer”. E os torturadores queriam ouvir de Marlene Soccas nomes de pessoas, endereços de “pontos” e “aparelhos” a fim de eliminarem as pessoas que representavam qualquer possibilidade de “ameaça” à ditadura.

De acordo com Gorender (1990, p. 228), a fase inicial da tortura era brutal e buscava “[...] provocar choque e obrigar o militante a delatar os seus próximos contatos pessoais e endereços de aparelhos, antes que contatos e aparelhos desativassem”. Esse modo de tortura surtiu os efeitos esperados, pois grande parte das quedas ocorreu em pontos de rua e aparelhos denunciados (GORENDER, 1990).

⁶⁵ Marcos Penna Sattami de Arruda iniciou a sua militância na JUC e era militante da AP. Era formado em geologia e trabalhava em uma fábrica.

Nas palavras de Frei Leonardo Boff (1987, p. 13), na apresentação do livro “I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais”,

O mais terrível da tortura política é o fato de que ela obriga o torturado a lutar contra si mesmo. A tortura cinde a pessoa ao meio: coloca a mente contra o corpo [...] A mente quer ser fiel à causa e aos companheiros; não quer de forma alguma entregá-los. O corpo, submetido a toda a sorte de intimidação e de aviltamento, para se ver livre da tortura, tende a falar e assim fazer a vontade do torturador.

Marlene Soccas, não tendo aguentado as torturas, foi levada ao “ponto” onde se encontraria com Marcos Arruda, que ela conhecia pelo nome de Pedro, cuja data e local do encontro estavam em um bilhete que foi encontrado em sua bolsa. Também foram encontrados nessa bolsa o seu documento falso, em nome de Moema de Souza Cunha e os seus documentos verdadeiros.

Em seus relatos, ela não lembrou qual seria o motivo desse encontro. Marcos Arruda, que era militante da AP, relatou em seu depoimento à Comissão da Verdade, gravado em vídeo, que ele havia sido incumbido pela organização de conseguir uma casa para Marlene Soccas, a qual estava saindo da REDE e queria integrar-se ao trabalho nas fábricas. O encontro marcado era para avisá-la de que ainda não havia conseguido um lugar para ela, pois não poderia colocar em risco ele e seus companheiros, visto que eles sabiam que pessoas ligadas à REDE, que era o caso dela, estavam sendo presas.

Muito machucada fisicamente e profundamente abalada tanto moralmente como psicologicamente por “entregar” o companheiro, Marlene Soccas pensou até em cometer suicídio. Em suas palavras,

[...] eles foram me levando... E eu tinha apanhado muito nos pés, estava com as mãos também todas edemaciadas de tanto que eu tinha apanhado nas mãos e nos pés. Eu andava como uma pata choca. Eu tinha que botar o pé de lado, dobrado para dentro, porque eu não podia botar a planta do pé inteira no chão, porque a dor era imensa, porque estava muito magoado. E eu fui pensando em me jogar embaixo de um carro, me matar ali naquele trajeto até onde era o ponto de encontro. Fui pensando como dar cabo da minha vida. Mas é

uma coisa grande, um sentimento de preservar a vida. Eu ficava escolhendo um ônibus para me jogar na frente, ou me jogar na frente de um carro. E eu ficava assim e, enquanto eu ia escolhendo como eu ia morrer, eu fui caminhando para o lugar aonde eu encontraria o Marcos. Enfim, eu ainda podia inventar mil e umas, inventar um desmaio, ou sair correndo e eles me davam uns tiros e eu morreria ali mesmo. Mas eu achei que eu fracassei naquele intento de preservar o Marcos e no fim acabei indo ao encontro dele e eles o prenderam. (SOCCAS, 2017f, p. 8-9)

Um dos medos dos militantes, segundo Gorender (1990, p. 215), é que, quando tornado prisioneiro, ele “[...] sabe que vai entregar companheiros aos tormentos e talvez à morte, se ceder às informações exigidas. Estão em causa sua pessoa, seus companheiros, seu partido, a razão de sua luta”. De acordo com Pedro e Wolf (2011, p. 404), as “[...] narrativas da tortura mostram que o mais doloroso era resistir a toda tortura e não falar. Afinal, o verdadeiro revolucionário deveria ser capaz de todos os sacrifícios”.

Nas entrevistas realizadas, Marlene Soccas relatou mais de uma vez sobre esse episódio envolvendo Marcos Arruda. A primeira vez que ela falou foi o único momento em todo o processo das entrevistas que os seus olhos brilharam em um choro contido e a sua voz ficou embargada. Embora tenha sofrido bastante nas sessões de tortura, o trauma de ter entregado um companheiro de luta suplantou o trauma das torturas sofridas.

O seu “fracasso” em “preservar” Marcos Arruda a fragilizou muito. O seu sentimento de culpa perdurou por muito tempo, além da prisão, e ela evitou, durante anos, reencontrá-lo. Embora eles tenham se tornado amigos, essa ferida parece que não cicatrizou completamente.

Segundo Rosa (2013, p. 66), “[...] para além dos maus tratos físicos e psíquicos, a destruição do universo de referência do sujeito é fundamental, principalmente na tortura com fins políticos”. O “universo de referência” de Marlene Soccas, na época, passava pela sua convicção política, pela sua decisão de dedicar-se à luta contra a ditadura e por uma sociedade socialista, a solidariedade entre os/as companheiros/as realizando um trabalho com e na classe operária, enfrentando a morte, se fosse o caso. Em suas palavras:

[...] corria entre a gente, que revolucionário morre, mas não fala nada. Essa era a ideia, era para todo mundo morrer, mas não falar, mas na hora do “vamos ver”, é muito diferente, porque tu morres aos pouquinhos... Eles vão te batendo, vão te chatendo. Não é num Golpe só. Que é uma coisa tu morreres num golpe só. Outra coisa é tu seres mais machucada, machucada, machucada, ou levar os choques elétricos [...] A gente resistiu, resistiu, resistiu, mas chegou um momento que não dava mais. (SOCCAS, 2017f, p. 3)

Outra forma de quebrar a resistência dos/as militantes era torturar outras pessoas na sua frente. Para Marlene Soccas, assim como para muitos/as militantes que relataram as suas experiências com o horror da tortura, “[...] pior do que ser torturada é estar presente a uma sessão de tortura” (FERREIRA, 1996, p. 148). Marlene Soccas não viu Marcos Arruda sofrendo as torturas, mas ouviu os seus gritos de onde se encontrava. Ele teve convulsões e foi levado a um hospital militar. Dois meses depois, quando Marlene Soccas já estava encarcerada no Presídio Tiradentes, ambos foram levados novamente à OBAN para uma acareação. Ela levou um susto ao vê-lo com o rosto contorcido, cambaleando e muito magro. Em suas palavras:

Porque eles diziam para o Marcos que eu sendo torturada e ele não falasse, eles iam me torturar até eu morrer. Mas disseram na frente dele também: “Ó, ele também está mal. Estás vendo como ele está mal?”. “O Frankenstein”, chamavam assim. Ele estava bem ruim. “E se você não obrigá-lo a falar, um de vocês dois tem que desembuchar o que souber. Se não, ele vai morrer e a morte dele será sua responsabilidade”. Que eu tinha que obrigá-lo a falar. [...] Mas eu não fiz nada. E eu conversei com ele e disse para ele, no burquinho ali da parede, na caixinha de... luz que ele não falasse nada, que ele não abrisse nada sobre ele, que eu não tinha falado nada a respeito dele. E que ele também não abrisse a boca e que eu estava sendo torturada, mas que era uma tortura que dava para suportar, que eu já conhecia, e não tinha medo. (SOCCAS, 2017g, p. 1)

No vídeo de seu depoimento à Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, de São Paulo, Marcos Arruda relatou sobre a sua prisão e de como Marlene Soccas, nesse episódio da acareação, foi corajosa e importante para ele naquele momento. Em suas palavras,

Marlene Soccas é essa dentista bravíssima que não aguentou a tortura, mas depois quando nós fomos acareados, na Operação Bandeirantes, [...] como eu estava em mau estado, não tinha condições de levar choque e ser pendurado de novo no pau de arara, eles então usaram torturar ela para eu falar. E não existe maior tortura do que essa. Eu podia aguentar até a morte na tortura que passei, mas ver sofrer e ainda eles dizerem que eu era responsável, é uma tentativa de gerar uma culpa espantosa numa pessoa e eu respondia: “De jeito nenhum. Vocês é que estão fazendo esse mal a ela”. [...] Mas o drama, o desespero só foi aliviado quando milagrosamente nós fomos levados de supetão de volta para as celas [...] Nesse intervalo, a Marlene consegue se comunicar comigo [...] Eu ouço uma batida debaixo da cama da salinha de onde eu estava [...] e ela estava falando do outro lado, por uma tomada de eletricidade. Então o que ela disse para mim foram três coisas fundamentais: “Eu estou morrendo de culpa por não ter resistido e ter levado a polícia a você” [...]. Então, eu que estava com medo que ela estivesse com alguém lá esperando para me ouvir e para eu me incriminar, eu vi na mesma hora que não era o caso. Ela estava sozinha procurando se comunicar comigo. Segunda coisa que ela disse foi: “Você já é um caso conhecido de preso político lá fora. Porque desde que eu fui para a prisão Tiradentes, que eu comuniquei o exterior que você está aqui preso na Operação Bandeirantes”. Para nós isso é uma garantia de sobrevivência, porque enquanto a gente está incomunicável eles podem matar e largar em qualquer canto e depois dizer que foi um conflito de rua ou qualquer outra coisa [...] E terceira coisa que ela disse foi: “Marcos, não importa o que façam comigo, não muda a sua história”. Porque se você mudar uma unha eles querem o dedo. Muda um dedo eles querem a mão, o braço e o corpo

inteiro. Então mais vale morrer sem dizer nada, do que morrer aos pouquinhos sendo arrancado confissões que vão incriminar outras gentes. De modo que isso aqui é um testemunho do heroísmo da Marlene Soccas diante do que viria de novo como tortura para nós dois. (ARRUDA, 2014, 15min51seg a 18min52seg)

Como escrito anteriormente, Marlene Soccas ainda se culpa por ter levado os torturadores ao encontro de Marcos Arruda e pelo sofrimento que eles lhe infligiram. Espero que esse depoimento dele a ajude a superar esse sentimento de culpa e que também contribua para a reflexão daqueles/as que julgam esse tipo de comportamento. Bosi (2013, p. 91), ao referir-se a certas atitudes de algumas pessoas que estavam presas no Campo de Terezin, em Praga, na busca pela sua sobrevivência, escreve que em uma situação dessas, uma situação limite, eu diria, é cabível uma pergunta: “Como eu agiria se estivesse lá?”. Essa reflexão, penso, deve nos levar a uma compreensão difícil acerca de nossa humanidade e de nossa fragilidade como humanos. Nesse caso, o ideal de revolucionário disseminado entre os/as militantes, parece-me, extrapolava essa humanidade. É nesse sentido também que pode ser entendida a fala de Marcos Arruda de que ninguém pode ser julgado por suas ações quando está em uma situação de tortura, como ocorreu com Marlene Soccas e tantos/as outros/as.

Conforme escrito anteriormente, Marlene Soccas, sempre que é solicitada, fala das torturas que sofreu quando esteve nas mãos do estado repressor. Aparentemente, ela não manifesta sofrimento ao relatá-las. De acordo com Ferreira (1996, p. 146), nos relatos das mulheres que pesquisou, havia duas posições: “[...] as que falam abertamente sobre o assunto e as que o evitam”. Marlene Soccas fala quando é solicitada e até explica um pouco sobre os métodos de torturas que sofreu. No entanto, ao falarmos sobre isso nas entrevistas, ela assim se manifestou:

[...] quem saiu da cadeia e às vezes não quer contar, não quer discutir, porque são feridas, feridas que sangram. Quando tu abres, aquilo sangra muito. Vem todo aquele sentimento, volta, volta tudo! Porque quando a gente lembra de uma coisa, a gente volta a viver, a gente vive aquela cena, vive aquele sentimento, toda aquela turbulência. [...] Eu volto, por exemplo, quanto eu estou relatando as cenas de tortura para ti, eu

volto. Por exemplo, quando eu estou relatando as cenas de tortura para ti eu estou naquela situação, eu estou relatando e eu estou nela, eu estou vivendo, eu vejo o rosto dos meus torturadores, as roupas deles. Vejo o raio de sol pela janela, vejo depois quando não é mais dia, que fica noite, que é a luz acesa. Isso a gente vê! A gente vê as máquinas, vê tudo! A gente vê sim, a gente volta a viver aquilo ali. Então, acho isso muito difícil de falar. (SOCCAS, 2017f, p. 24-25)

De acordo com Elizabeth Jelín (2002), pessoas que vivenciaram e testemunharam eventos traumáticos, como foi o caso da ditadura civil-militar, sentem vontade de narrar o que vivenciaram, como se fosse uma necessidade de sobrevivência. No entanto, muitas se calam porque não encontram quem as escute nem as palavras adequadas para narrar o que viveram. Não narrar a sua história contribui para perpetuar a repressão e a opressão (LAUB, 1992b *apud* JELÍN, 2002, p. 82). Nesse sentido, Marlene Soccas, ao contar e recontar as suas vivências doloridas, colabora para que essas histórias não se repitam, conforme ela costuma escrever nas dedicatórias de seus livros: “[...] para que se conheça, para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

Dessa maneira, ela, a partir de sua experiência, ensina outros/as sobre esse tempo que não deve voltar. Marlene Soccas é bastante requisitada para dar palestras em escolas e universidades acerca de suas experiências durante a ditadura. Ela já realizou essas atividades em várias instituições e em diferentes cidades de Santa Catarina. No entanto, ela não se restringe a expor e a refletir sobre o passado e faz questão de associá-lo com as questões políticas do presente e nunca se coloca como vítima.

Outra questão apontada pela autora, que pode ser relacionada à fala de Marlene Soccas no excerto anterior, diz respeito ao retorno ao passado dolorido, por meio das lembranças, e a revivência dele. Jelín (2002, p. 94) aponta que quando há um trauma, ocorre uma “suspensão das temporalidades” que se expressa nos retornos, nas repetições, nos “fantasmas recorrentes”. A elaboração desse passado, segundo a autora, consiste na capacidade das testemunhas de eventos traumáticos de retornarem a ele e construírem uma memória do vivido, mas não em uma imersão total; de cercá-lo, mas com distanciamento, distinguindo o passado do presente. É dessa forma que percebo a relação de Marlene Soccas com esse seu passado dolorido. Ela retorna a ele por meio de suas lembranças, ela revê as imagens, ela sente a dor, ela sofre, mas consegue ter um distanciamento e uma percepção das temporalidades do passado e

do presente, não se fixando no que passou. Sendo assim, parece-me que Marlene Soccas consegue reelaborar continuamente o seu trauma em relação às torturas que sofreu.

Depois de ficar incomunicável por mais de 10 dias na OBAN (DOI-CODI), Marlene Soccas foi encaminhada ao DOPS (Figura 18), onde permaneceu por mais de um mês. Ir para o DOPS significava, muitas vezes, que os/as militantes não estavam mais invisíveis para o Estado. Ali eles/as eram registrados/as, o que não implicava necessariamente que as torturas cessariam.

Figura 18 – Ficha do DOPS com registro da chegada de Marlene Soccas ao local e seu indiciamento

587294

SOCAS MARLENE DE SOUZA

filha de Ludgero de Souza Soccas e Amelia
Cunha de Souza Soccas, nasc. em 25.09.34
em Laguna SC

Em 21.05.70, prestou declarações no DOI Ex OBAN, conforme Of. 573. do QG do IIº Ex. 2º Div. de Informação:
Pasta de Preliminares
fls. 37/38

Em 11.07.70, através do Of. 723 do QG do II EX. 2º Dic. de Informação a nominada foi restituída a este departamento.
pasta preliminares
pasta 4 fls 15

ASSUNTO foi indiciada em inquerito policial, que apurou atividades Subversiva terroristas do Movimento denominado REDE.
pasta Inaquerito e Sindicancia
pasta 16 doc.14

ASSUNTO foi indiciada em inquerito policial por infração a LSN, integrante da Organização terrorista VPR
pasta inquerito e Sindicancia
pasta 17 doc.1

Em 20.10.70, foi decretada a prisão Preventiva do nominado pela 2ª Auditoria da 2ª CJM
Doc. pasta Ma dato de Prisão Cumprido
fls 14

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://bit.ly/2EwzxVI>. Acesso em: 2 abr. 2019.

No DOPS, ela não foi torturada fisicamente, mas, todos os dias, ela se preparava para ser levada ao suplício, como já dito anteriormente. Outra situação angustiante que ela se lembrou de ter vivido quando esteve

no DOPS foram os vários momentos em que os policiais giravam a chave na fechadura da porta. Em suas palavras:

[...] porque quando eles abrem a cela, vêm trazer sempre notícia ruim. Ou é para alguém subir para as torturas, ou é outro preso que chega, outro que sai dali para ir para outro lugar também, que nunca sabe se vai para viver ou para morrer. É... as chaves eram terríveis! [...] O sentimento quando ouvia o barulho da chave era de expectativa, de ansiedade. De esperar o pior. A gente sempre espera o pior. Quando levavam uma, e a gente ficava, dava uma dor no coração! “Ai, levaram a fulana e não eu, que bom que eu não fui”. Mas ao mesmo tempo pensava: “Ela foi e vai estar sendo torturada e poderia ser eu”. Então tu ficava dividida entre esses pensamentos. Respirava porque não fui eu a torturada, mas foi a outra. E a outra está sofrendo tanto quanto eu sofreria. Ai, era loucura! Uma loucura! (SOCCAS, 2017f, p. 30)

Ela sabia que não iria ser torturada quando era trazido o café da manhã. Em suas palavras:

[...] quando eles dão alimento, é porque eles não vão torturar. Então se eu recebia um café para mim, eu não ia ser levada para as torturas. E naqueles 45 dias, foi passando, foi passando, e eles, acho, esqueceram essa história. Foi presa muita gente, muita gente. E era aquele tumulto! E gente que passa, e gente que vai, que passa por ali, e vai para. (SOCCAS, 2017f, p. 29)

Mesmo ante uma situação que parecia ser limite, na qual as mulheres sentiam medo, ansiedade, insegurança diante das torturas físicas e/ou psicológicas que sofreram ou poderiam sofrer, elas resistiram. Uma das lembranças de Marlene Soccas do período em que esteve no DOPS, que remete à resistência das mulheres da cela em que ficou, é o círculo para emanar luz que elas faziam, enviando uma energia mental de amor e de segurança para as outras celas e para quem saía para ser torturada, conforme ela relatou:

[...] então a gente dava as mãos, fechava os olhos e via uma luz. Todo mundo visualizava uma mesma luz, [...] ali no nosso meio... [...] que era dourada, ou era lilás..., ou de outra cor. E com aquela luz, a gente ia em tal cela. Nós todas ali, nos concentrávamos naquela luz, uma chama dourada e a gente levava até a cela do lado, iluminava todos eles para que as feridas fossem cicatrizadas, para que todos tivessem bastante ânimo de segurar, bastante força de enfrentar as torturas, que a mão do torturador não fosse tão pesada. E então cada uma que ia para ser torturada: “Ah, vocês fazem a corrente para mim?”. Então a gente ficava ali fazendo a corrente: “Pode deixar, pode deixar que a gente vai fazer a corrente para ti”. Então a pessoa saía fortalecida, aquilo era muito bom... [...] Ao mesmo tempo, a gente ia para cabeça dos torturadores, para tentar abrandar, para que eles tivessem o sentimento de que eles estavam fazendo uma coisa horrível, para não maltratar o ser humano, que não deviam maltratar o ser humano. A gente nunca soube se aquilo teve ou não algum resultado. E íamos até o presidente Médici para tentar abrandar a cabeça dele e de todos os militares. A gente fazia todo esse exercício ali dentro. Era uma forma de a gente ter uma atividade, passar o dia. (SOCCAS, 2017f, p. 30)

Também, para “passar o dia” e não se deixar sucumbir pelo medo, dor, insegurança, expectativa, não deixar se quebrar, os/as presos/as criaram um jogo de xadrez cujas peças eram feitas de miolo de pão, e um tabuleiro feito em um papel. Uma pessoa de uma cela jogava com outra da outra cela, falando alto “[...] para o corredor e a pessoa lá escutava” (SOCCAS, 2017f, p. 35).

Ela recordou, ainda, que na parede dessa cela “[...] tinha muita coisa escrita ali também. [...] Nomes, palavras de luta, de coragem” (SOCCAS, 2017f, p. 35) Ela não quis escrever na parede porque não tinha espaço e em suas palavras: “[...] eu também não estava a fim de deixar ali nada, porque havia o medo de a gente deixar uma pista ou qualquer coisa”” (SOCCAS, 2017f, p. 36).

Quanto à sua relação com as outras mulheres, ela era bastante reservada, e havia entre elas uma certa vigilância e um pouco de

distanciamento, pois havia o medo de que qualquer informação trocada pudesse servir de motivo para novas torturas. Em suas palavras:

[...] sempre diziam: “Não fala com aquela menina, que ela entregou tudo o que sabe”. O pessoal achava que ela podia dedurar, entregar, então para se manter. Uma vinha muito alegre, risonha, e ria muito. Como pessoa que no primeiro tapa já entrega tudo. Porque tem gente que no primeiro tapa não tentava nem mais nada... Não sei, mas eu também não procurava saber dessas intimidades. Porque ali tudo magoava muito a gente, tudo era muito triste. Vinham me contar, eu escutava, mas nunca fui em busca, entende, nunca fui procurar saber nada, e nem do outro lado também. Porque tinha os outros dramas, tinha o fundão, que eram outros dramas ali, gente que ia para o fundão. (SOCCAS, 2017f, p. 36)

Conforme os relatos de Marlene Soccas, o fundão era uma espécie de solitária, que, como o próprio nome anuncia, ficava nos fundos do DOPS. Ir para lá significava “[...] ficar sem comer, de castigo, incomunicável [...]” (SOCCAS, 2017f, p. 36). Marlene Soccas narrou que: “[...] eu fui para lá, fiquei uns dias. Era uma caminha de cimento, tinha um colchãozinho ou um edredom só, quando tinha, muito precário” (SOCCAS, 2017f, p. 36).

Em relação a esse período de sua militância, para Marlene Soccas, revelar o nome de um companheiro de luta, como foi o caso de Marcos Arruda, foi o que mais a abalou, conforme descrito antes, a ponto de ela pensar, posteriormente, em desistir da luta. Ela se sentiu fraca ideologicamente. Superado esse período, embora ainda se culpe por esse episódio, ela faz uma autocrítica e conclama a que outros/as militantes o façam, reconhecendo que não conhecemos os nossos limites diante da dor e da necessidade de uma maior preparação para essa resistência.

No entanto, é importante observar que, embora tenha passado por esses episódios doloridos, ela não se colocou em uma condição de vítima, embora entendo que tenha sido, e guardou, também, em suas lembranças, momentos de ternura, de solidariedade e de brincadeiras que vivenciou enquanto esteve no DOPS. Essa sua atitude “positiva” me remete à outra característica que percebi na sua identidade militante hoje, em sua velhice, que é a sua contagiante crença no ser humano e nas possibilidades

de mudança da sociedade, embasada em sua leitura da sociedade feita por intermédio das lentes da teoria marxista.

Marlene Soccas, tanto em seu livro como nas entrevistas, fez uma autocrítica de sua atuação militante nesse período e reconheceu que diante dos sofrimentos causados pelas torturas é muito difícil alguém resistir e não contar o que os torturadores querem saber. Em seu livro, ela escreveu que no período em que esteve no Presídio Tiradentes, percebeu existir três tipos de comportamentos dos/as militantes em relação à tortura. Em um extremo, posicionam-se, em pequeno número, aqueles/as que resistiram às torturas até a morte e não falaram nada que comprometesse a luta. Para ela, esses/as foram “verdadeiros heróis” e inclui nesse grupo de militantes, dentre outros, Paulo Stuart Wright, Eduardo Leite (Bacuri) e Wladimir Herzog.

No outro extremo, também uma pequena parcela, estão os que, “apavorados frente às torturas, abandonam seus projetos iniciais e passam a colaborar com os torturadores” (SOCCAS, 2014, p. 219). Entre esses dois grupos, situa-se a maioria dos militantes, que foram “[...] pessoas que lutaram desesperadamente para nada informar aos torturadores, mas que, por algum motivo, sua luta permitiu brechas”, que é onde ela se situa (SOCCAS, 2014, p. 219).

Ela analisa que, no caso dela, cometeu vários “erros primários”, que a levaram à prisão, tais como: portar, no momento da prisão, os documentos falsos e os verdadeiros; não ter assimilado a sua identidade falsa, tanto que, quando perguntaram o seu nome, no momento da prisão, ela informou o verdadeiro; ter deixado em sua bolsa o bilhete de Marcos Arruda com informações sobre o futuro encontro com ele (SOCCAS, 2014). Em sua avaliação, esses erros aconteceram porque ela não fora preparada para essas situações, eu diria que, talvez, ela não fosse ainda uma “militante profissional”.

O sofrimento causado por não ter resistido às torturas, conforme já relatado, foi muito grande. Em suas palavras: “[...] sofri um desmoraonamento humano. Se não caí em depressão, é porque devo ter herdado dos meus antepassados [...] uma estrutura muito boa. [...] Em primeiro lugar vinha tudo o que senti em relação ao Marcos [...] Tive que superar muito, numa luta muito grande comigo mesma” (SOCCAS, 2014, p. 223).

Diante do que ela qualificou como sua covardia de “[...] não saber morrer para não entregar o Marcos [...]”, ela começou a se “[...] julgar incapaz de continuar na luta [...]” e “[...] de estar entre os que lutavam [...]”, que era o seu “[...] objetivo de vida” (SOCCAS, 2014, p. 223). Em suas palavras, “[...] eu alegremente aceitei decidindo ao teu lado [refere-

se a Paulo] como entrega total, a luta por um mundo melhor” (SOCCAS, 2014, p. 223. Acréscimos meus). Ela conseguiu superar esse sofrimento “na prática”, como, por exemplo, atuando como dentista no presídio e empreendendo outras “pequenas lutas” nesse local, conforme escreverei adiante. Em seu relato, ela escreveu: “[...] essas pequenas lutas [...] foram reforçando a autoestima, que estava lá nos calcanhares, e eu fui me sentindo útil para a luta, em circunstâncias que não poderia prejudicar ninguém” (SOCCAS, 2014, p. 224). Outro motivo de seu sofrimento era pensar que o seu comportamento diante das torturas a tornava indigna de ser companheira de Paulo.

Marlene Soccas, ao que parece, imputa a si, nesses escritos, a responsabilidade por não ter aguentado as torturas e levado os torturadores ao encontro de Marcos. Mas em seu livro ela se refere, também, indiretamente, à necessidade de uma autocrítica por parte das organizações de esquerda e, portanto, de seus/suas militantes e de pensar outras formas de lutar contra uma ditadura, pois, em suas palavras: “[...] não devemos desejar e contar com que um companheiro morra nas torturas, porque é um imenso sacrifício [...]” até porque “[...] não somos todos super-homens, nem mulheres maravilhas” (SOCCAS, 2014, p. 218).

5.3 “EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO, A PRISÃO COMPLEMENTOU-A”: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA PRISÃO

Nesta seção, farei uma narrativa a respeito de alguns fragmentos da trajetória de Marlene Soccas enquanto ela esteve presa no Presídio Tiradentes, cruzando as informações obtidas por meio das entrevistas, que foram utilizadas na pesquisa, com algumas cartas enviadas enquanto ela esteve encarcerada em tal presídio, principalmente à sua irmã Marisa de Souza Soccas⁶⁶.

A carta, assim como todo documento, seja oral ou escrito, não é neutra e possui uma intencionalidade. De acordo com Maria Helena Camara Bastos, Maria Teresa Santos Cunha e Ana Chrystina Venâncio Mignot (2002, p. 5): “[...] escrevem-se e mandam-se cartas pelos mais

⁶⁶ A maioria das cartas escritas por Marlene Soccas na prisão, utilizadas nesta pesquisa, foi endereçada à sua irmã Marisa de Souza Soccas. Portanto, quando eu me referir a essas cartas, daqui para frente, escreverei apenas as datas em que elas foram escritas. Caso as cartas tenham sido escritas para outra pessoa, referenciarei, além da data em que foi escrita, o nome do/a destinatário/a.

variados motivos: conversar, seduzir, desabafar, agradecer, pedir, segredar, informar, registrar, vender, comprar, desculpar e desculpar-se, falar da vida, enfim!”. Em uma leitura mais panorâmica das cartas enviadas por Marlene Soccas, foi possível perceber algumas de suas intenções: além de conversar, desabafar, informar sobre o seu dia a dia na prisão, dar opiniões sobre determinados assuntos familiares, ela fez um pedido à sua irmã para que ela guardasse as cartas enviadas para que ela pudesse lê-las no futuro e lembrar-se do tempo que passou confinada.

Marlene Soccas, ao fazer esse pedido à irmã, explicitou o que muitas vezes não nos damos conta, que a correspondência é uma “escrita de si” e, portanto, autobiográfica. E, como na narrativa de uma autobiografia, o/a escrevente seleciona, recorta as suas “notícias” mais significativas, deixando registradas as melhores “maçãs” da sua “cesta pessoal” (ARTIÈRES, 1998, p. 11), nesse caso, aquelas das quais ela quer recordar. Assim, as correspondências não são tão espontâneas quanto parecem, e nem mesmo um retrato fiel da realidade, conforme expõem Cécile Dauphin e Danièle Pouban (2002, p. 76),

Seja qual for a qualidade do escritor ou da escritora, as cartas exumadas do sótão como dos arquivos oficiais não revivem, como a Bela Adormecida, no seu frescor original e na sua espontaneidade luminosa. Elas não podem ser consideradas como espelhos fiéis da realidade. Do mesmo modo que qualquer traço, comportam mecanismos de ilusão cujas regras e efeitos são constitutivos de sua significação.

No caso de Marlene Soccas, que era uma presa política, penso que havia, também, o cuidado de não escrever conteúdos que preocupassem a sua família e que pudessem, assim, implicar em censura, pois nem tudo poderia ser escrito. Inclusive, em algumas cartas, ela se mostrou indignada pelo fato de a irmã não ter recebido alguma correspondência, fazendo menção a uma possível censura⁶⁷ no presídio.

⁶⁷ No que se refere à censura às cartas que Marlene Soccas escreveu, poucos dados foram apurados. Nas entrevistas, ela não mencionou sobre isso e, nas cartas, não ficaram evidentes de que forma ocorreu. A maioria das correspondências guardadas pela irmã de Marlene Soccas e entregues a mim tinha o carimbo do presídio, o que demonstra que havia um setor por onde elas passavam. Há de se considerar, também, que o Presídio Tiradentes, até 1968, era destinado aos/às presos/as comuns e, possivelmente, as pessoas que ali trabalhavam não estavam

Mesmo tendo um teor de ficcionalidade, “[...] as cartas constituem-se em documentos que permitem compreender itinerários pessoais e profissionais de formação, seguir a trama de afinidades eletivas e penetrar em intimidades alheias” (MIGNOT, 2002, p. 115). “Documentos/cartas” que, de acordo com Camargo (2000, p. 204),

[...] são datados e por isso delimitam lugares e momentos particulares na história dos sujeitos e da cultura. Na emergência dessas histórias, sujeitos que escrevem e leem cartas deixam suas marcas, que podem indicar pistas para uma leitura da constituição do sujeito da escrita, na escrita.

Por meio dessas cartas escritas por Marlene Soccas, foi possível percorrer parte de seu itinerário no Presídio Tiradentes, pressupor sobre o cotidiano da prisão, perceber alguns de seus sentimentos, suas relações tanto com a sua família como com algumas companheiras, a partir de sua percepção, que pode ter sido alterada com o passar do tempo. Assim, ao serem lidos os fragmentos dessas cartas neste texto, devem ser levadas em conta essas considerações feitas.

Quanto ao Presídio Tiradentes, conforme anunciado na Introdução, ele foi inaugurado, em 1852, como um espaço de detenção dos/as “presos/as comuns”. Durante o Estado Novo, asilou também alguns presos políticos, dentre eles Monteiro Lobato. Em 1968, a partir das prisões em massa de operários grevistas da fábrica da Cobrasma, da cidade de Osasco (SP), e de centenas de estudantes que participaram do congresso da UNE em Ibiúna (SP), conforme já escrito, ele passou a receber, também, homens e mulheres presos/as e político/as do regime (POLITI, 2009, p. 17). De acordo com Maurice Politi (2009), no Presídio Tiradentes, no período de 1969 a 1973, conviveram, anualmente, mais de 300 presos políticos entre homens e mulheres.

Os presos políticos do sexo masculino ficaram divididos em dois pavilhões, o de número 1 e o de número 2, sendo distribuídos em várias celas. Já as mulheres foram alojadas em oito celas, situadas em um andar superior, no lado sul do presídio, cujo acesso se dava através de uma escadaria muito íngreme (POLITI, 2009). Por essa razão, conforme Politi

preparadas para lidar com esse novo público, que eram os/as presos/as políticos/as, por isso não conseguiam perceber, talvez, o conteúdo político de muitas correspondências.

(2009, p. 18), a ala feminina foi apelidada pelos/as preso/as político/as de “Torre das Donzelas”⁶⁸.

Na carta datada de 30 de junho de 1970, Marlene Soccas escreveu que chegou ao Presídio Tiradentes em 26 de junho de 1970, “mais ou menos”, e relatou que foi presa no dia 10 de maio de 1970, “Dia das Mães”, e que ficou durante 12 dias na OBAN e 35 dias no DOPS (SOCCAS, 1970a, p. 1). Interessante que em suas narrativas, tanto em seu livro como nas entrevistas, ela relatou que ficou 10 dias na OBAN e 45 dias no DOPS. Ela escreveu também que: “[...] não podia escrever antes pois fiquei incomunicável. Só agora é que posso receber visitas ou cartas” (SOCCAS, 1970a, p. 1).

Quando chegavam ao presídio, as presas políticas eram encaminhadas ao “celão”, na Torre das Donzelas, conforme relatou Marlene Soccas (SOCCAS, 2017h, p. 9): “[...] *todas as mulheres que chegavam [...] ficavam nesse celão para fazer uma espécie de triagem [...]. As que já estavam lá há mais tempo, já tinham organizado seus nichos, as suas celas, os seus mocós⁶⁹, seus lugares*”. Ao chegar a esse local, ela se deparou com Maria Barreto Leite, que já envia encontrado brevemente no DOPS. Em suas palavras: “[...] *quando eu entrei no celão, a primeira figura que eu vejo [...] foi a Maria, aquela baita mulherona, naquela cadeirinha dela e ela me recebeu muito bem. Foi muito sorridente. Foi a única. As outras estavam muito na delas...*” (SOCCAS, 2017h, p. 9).

Em suas entrevistas, Marlene Soccas falou várias vezes sobre Maria Barreto Leite, que foi presa com outros membros de sua família, como uma pessoa admirável e com quem fez uma forte amizade que perdurou após sua prisão. Relatou, ainda, sobre a sua amizade com Fani Akselrud de Seixas, que foi presa com suas filhas, Ieda e Iara, e um filho menor de idade, Ivan Akselrud de Seixas, que estava preso em outro presídio. Ela também se referiu a Therezinha Zerbini, que foi a precursora do Movimento Feminino pela Anistia, posteriormente. Durante esse período que Marlene Soccas ficou no celão, dividiu outra cela com Fani e suas filhas.

⁶⁸ A cineasta Susanna Lira dirigiu um documentário intitulado “Torre das Donzelas”, que trata da convivência das presas políticas no Presídio Tiradentes, de cujo lançamento realizado em Brasília (DF), no ano de 2018, Marlene Soccas participou.

⁶⁹ Mocó era o nome dado aos esconderijos ou pequenos espaços, tipo prateleiras, onde os/as preso/as guardavam seus objetos pessoais (FREIRE; ALMADA, PONCE, 1997).

Eleonora Menicucci de Oliveira⁷⁰ (1997) e Nair Yumiko Kobashi⁷¹ (1997) em suas lembranças, narradas no livro “Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos”, fazem referências a essa situação de chegada e de acolhimento das mulheres no presídio.

Oliveira (1997, p. 293) relatou que “[...] ser transferida para a Torre, no Presídio Tiradentes, significava adentrar um espaço de liberdade [...]” que todos os/as presos/as político/as desejavam após terem “[...] passado pelos horrores da tortura na OBAN e pela fase cartorial do DOPS [...]”. Nesse local, segundo ela, “[...] finalmente encontraríamos novas e velhas amigas e amigos que haviam passado pelo mesmo processo, teríamos espaços livres para construir relações de amizade, conversar, tomar banho de sol, ler, brincar, etc.”. No entanto, algo a atemorizava:

[...] o medo da fragilidade das informações que chegavam até o Tiradentes sobre o comportamento daqueles que estavam na OBAN. Informações que, muitas vezes, levaram a atitudes discriminatórias e injustas, provocando marcas profundas em algumas pessoas. (OLIVEIRA, 1997, p. 294)

Kobashi (1997, p. 312) narrou que presenciou muitas chegadas de mulheres à Torre das Donzelas e que, segundo ela, “[...] a compaixão pelas pessoas era a marca distintiva do coletivo de mulheres do Presídio Tiradentes. Gestos delicados favoreciam a reconquista da autoestima, a superação do medo e da depressão”. Apesar disso, de acordo com a autora, houve, algumas vezes, “[...] formas de exclusão e de isolamento veladas. Creio que eram decisões tomadas nos âmbitos das organizações, não dos coletivos” (KOBASHI, 1997, p. 312).

Nesse sentido, Marlene Soccas (2017i, p. 30) contou que quando chegou uma nova companheira que havia sucumbido diante das torturas e forneceu informações sobre outras pessoas aos torturadores, ela percebeu “[...] *que lá no presídio eles já tinham informação de quem vinha. Alguém trazia a informação do prisioneiro que vinha, se falou, não falou*”.

⁷⁰ Era estudante universitária e militava no Partido Operário Comunista (POC). Ficou presa de junho de 1971 a outubro de 1973, no Presídio Tiradentes (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997).

⁷¹ Era estudante universitária e militava no PC do B. Ficou presa no Presídio Tiradentes de fevereiro de 1972 a outubro de 1973 (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997).

No caso de Marlene Soccas, ela foi recebida por Maria Barreto Leite e se sentiu acolhida, mas, ao citar que as outras mulheres ficaram “*muito na delas*”, pode ser que nessa observação esteja implícita a percepção ou o temor de que as informações sobre o seu comportamento nas torturas sofridas na OBAN e no DOPS antecederam a sua chegada ao presídio, assim como narrado por Oliveira (1997) e Kobashi (1997) e até por ela mesma.

Ao contrário da entrevista em que ela narrou a sua percepção de uma certa frieza por parte das mulheres que ali estavam quando ela chegou ao presídio, na carta mencionada anteriormente, Marlene Soccas escreveu que “[...] a comida é com fartura, o alojamento é bom, as companheiras são excelentes. Estou rodeada de bons amigos e sei que nada me faltará” (SOCCAS, 1970a, p. 2).

Talvez essa diferença de narrativa entre a carta e a entrevista esteja relacionada com o fato de que esta foi concedida depois de passado muito tempo do acontecido e, como já observado em outras situações, esse distanciamento temporal dá margem para que tenhamos outros olhares e reflexões sobre episódios do passado. E o fato de ela ter mencionado esse evento dentre tantos outros que lhe aconteceram indica que foi marcante para ela.

De qualquer forma, pelas narrativas de Marlene Soccas nas entrevistas, pareceu-me que as amizades que fez com Maria Barreto Leite e com outras companheiras de cela, como Fani e sua família, e a relação de companheirismo que teve com outras prisioneiras políticas foram mais marcantes para ela do que essa percepção inicial de uma certa frieza em sua chegada, pois ela se remeteu a essas relações várias vezes nas entrevistas.

Marlene Soccas, assim como boa parte das/os outras/os presas/os políticas/os estavam detidas/os preventivamente. No caso dela, que foi presa em 10 de maio de 1970, o julgamento desse processo ocorreu somente no dia 27 de setembro de 1971, mais de um ano após a sua prisão, conforme ela escreveu na carta de 3 de outubro de 1971 (SOCCAS, 1971b, p. 1). Nela, ela relatou que foi condenada à pena máxima de dois anos de reclusão, sendo enquadrada no artigo 14 da Lei de Segurança Nacional⁷² (Figura 19). Em sua escrita:

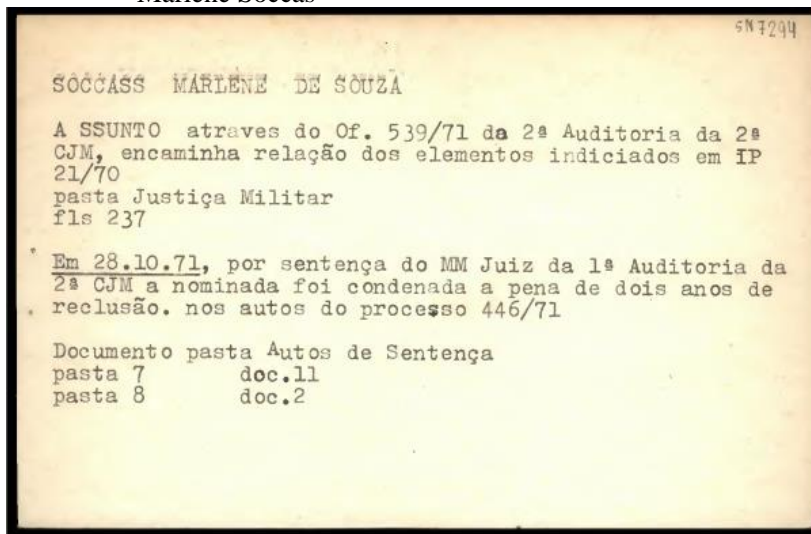
⁷² De acordo com Annina Alcantara de Carvalho (1997), que atuou como advogada de presos políticos no Brasil, até 1971, a Lei de Segurança Nacional abrangeu, no período da ditadura, quatro legislações, quais sejam: lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953; decreto nº 314, de 13 de março de 1967; decreto nº 510, de 20 de março de 1969 e o decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. A

[...] o artigo 14, da lei de segurança, dá 6 meses a 2 anos a quem é filiada a qualquer partido político, mesmo que nunca tenha feito nada. Bem, eu sempre neguei tal filiação, não há provas contra mim, nem ninguém me acusa [...] Portanto não foi um julgamento jurídico, mas sim, subjetivo. Não foi baseado em provas que o juiz me condenou, mas sim, penso eu, por eu ser dentista, portanto pessoa mais ou menos esclarecida. Uma moça do mesmo processo que eu, que participou de um sequestro, e de outras coisas que ela própria declarou, foi absolvida, por ter sido presa grávida, por ser jovem, por ter um ar de menininha desvalida, por ter sido filha de comunistas, e portanto, sem capacidade para escolher, como disseram. Assim é a justiça atual. Imagina as coisas e julga baseada em suposições. E o pior é que vou ser julgada por outro partido⁷³, no qual também neguei que pertencesse [...] A minha advogada ficou arrasada. Todos os advogados presentes disseram que foi uma grande injustiça. Todas as outras pessoas foram beneficiadas de uma forma ou de outra. Só eu fui o bode expiatório. (SOCCAS, 1971b, p. 1)

legislação a que Marlene Soccas se referiu é o decreto-lei nº 898, que “[...] define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências”. De acordo com esse decreto, no capítulo II “Dos Crimes e das Penas” art.14 - Formar, filiar-se ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional, Pena: Reclusão, de 2 a 5 anos, para os organizadores ou mantenedores, e, de 6 meses a 2 anos, para os demais.

⁷³ Marlene Soccas foi ré também em outro processo, do qual foi absolvida.

Figura 19 – Ficha do DOPS com informações da condenação de Marlene Soccas



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://bit.ly/2EwzxVI>. Acesso em: 2 abr. 2019.

É possível perceber nas cartas que essa condenação à pena máxima de dois anos e a espera de um segundo julgamento abalou bastante Marlene Soccas, tanto que a frequência das escritas das cartas diminuiu sensivelmente. Em 1970, de maio a dezembro, ela escreveu dezoito cartas, sendo doze direcionadas à sua irmã. De janeiro a outubro de 1971, escreveu treze cartas, das quais dez eram para a sua irmã. Após essa carta de 3 de outubro de 1971, ela escreveu novamente apenas no dia 21 de janeiro de 1972, pedindo desculpas por não ter escrito antes. Depois, escreveu somente mais duas cartas até junho de 1972, que foi a última correspondência.

Ainda em relação à sua carta de 3 de outubro de 1971, ela escreveu:

[...] podes ficar tranquila que eu não vou me desesperar. Felizmente tenho a cabeça bem no lugar. Só que às vezes dá um ódio muito grande. Mas procuro sufocá-lo, por saber que com ódio não se resolve coisa alguma. Também não estou me queixando. Detesto passar por vítima. [...] Nem mesmo sabendo como é a justiça em nossa terra, eu não esperava tal resultado. (SOCCAS, 1971b, p. 1)

O tom dessa carta e das seguintes é diferente das que a antecederam, o que é compreensível. Em cartas anteriores, é possível perceber que ela alimentava a esperança de aguardar o julgamento em liberdade, o que acabou não acontecendo, bem como de conseguir uma pena menor. Dessa forma, ela se mostrou surpreendida, injustiçada e com sentimentos de “ódio” diante de resultado. Nas cartas anteriores, ela também relatou o seu cotidiano e as atividades que fazia e parecia haver um certo contentamento diante de sua situação de aprisionamento, embora em uma ou outra carta ela tenha escrito que nada ocorria na prisão, aparentando um certo tédio.

Em uma carta, de 13 de agosto de 1970, escrita dois meses após a sua prisão, inclusive, ela escreveu:

[...] eu não sou infeliz, nem na prisão e nem fora dela. [...] a prisão é apenas um fato a mais na minha vida, e não o desmoronamento desta vida [...] Por incrível que isto possa ser para vocês, eu estou bem, estou transformando este tempo da prisão num aprendizado muito bom em termos humanos principalmente. Enfim, eu sei que sairei daqui muito melhor do que entrei. (SOCCAS, 1970b, p. 7)

Nas entrevistas, ela também se referiu a esse tempo na prisão como um período de aprendizado e de uma vivência intensa. As suas lembranças, na maioria das vezes, referiam-se às suas amizades, às atividades que faziam, à organização do coletivo, aos momentos de alegria, às formas de comunicação com a ala masculina, ao seu trabalho como dentista, dentre outras recordações.

Há de se levar em conta que existe um intervalo de tempo considerável entre a escrita da carta, que foi redigida quando ela estava na prisão, nos anos de 1970, e a sua narrativa sobre ela nas entrevistas, nos anos de 2017 e 2018.

De acordo com Foucault (2013, p. 217), a “forma-prisão” existe antes de sua utilização pelo sistema legal como “[...] a pena por excelência”. Ela foi concebida fora da estrutura judiciária, quando se construíram nas sociedades, a partir do século XIX,

[...] os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar o seu

comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre ele um saber que se acumula e se centraliza. (FOUCAULT, 2013, p. 217)

A prisão é a expressão máxima das instituições disciplinares, como a escola e o quartel, por exemplo, e ela se estrutura de tal maneira que possibilite a total vigilância e o controle dos/as que ali ficam aprisionados/as. Controle do espaço, do tempo e dos corpos, objetivando tornar os “[...] indivíduos dóceis e úteis” (FOUCAULT, 2013, p. 217) para que se submetam passivamente às punições engendradas pelo sistema presidiário, as quais são aceitas pela sociedade.

Para Foucault (2013, p. 219), a prisão, além de ser uma punição “óbvia” por meio da “privação da liberdade” do indivíduo, em uma sociedade em que se prima tanto por ela, também se fundamenta como “[...] um aparelho para transformar os indivíduos [...]”, tendo “[...] um poder quase total sobre os detentos [...]”, com “[...] seus mecanismos internos de repressão e de castigo” (FOUCAULT, 2013, p. 222).

No entanto, as mulheres que ocupavam a “Torre das Donzelas”, de uma forma ou de outra, burlavam ao menos parte desse poder total. Importante ressaltar que aqui me refiro às condições de organização e às práticas relacionadas apenas à ala feminina do Presídio Tiradentes, que se diferia, em partes, da ala masculina. Uma dessas diferenças diz respeito ao regime de cela e ao acesso ao banho de sol. Enquanto na ala masculina foram mantidos o regime de cela fechada e o banho de sol limitado, na ala feminina, as celas eram mantidas abertas e o banho de sol era praticamente diário (TELES, 2011), facilitando a convivência e as práticas mais coletivas entre as mulheres.

Essa constatação de Teles (2011) das diferentes condições asilares entre presos e presas políticos/as me leva a pensar na diferenciação de gênero que pode estar implicada nessa “facilitação” de condições para as mulheres em detrimento aos homens ou, ao contrário, de uma punição maior para eles. O que pode estar por trás desse tipo de controle maior sobre eles, do que sobre elas, é o fato de considerarem a mulher o “sexo frágil”, portanto, mais inofensivas que eles e, talvez, mais passíveis de recuperação com menor punição.

No que se refere às práticas de resistência das presas políticas no Presídio Tiradentes, elas foram inúmeras. As mulheres se organizavam coletivamente em conselhos tanto dentro das suas celas como entre elas.

Nas palavras de Marlene Soccas (SOCCAS, 2017i, p. 21), “[...] *cada cela tinha um ‘conselhinho’, que discutia os assuntos que deviam ser discutidos no ‘conselhão’, que era composto por um representante de cada cela que ia para dizer sobre os assuntos*” de seu grupo. Para sobreviver em um local de reclusão, longe da liberdade, era necessário estabelecer algumas regras de convivência e ter um mínimo de organização para manter uma rotina o mais saudável possível.

O “conselhão” era uma reunião periódica das representantes de cada cela, cuja discussão girava em torno, segundo o seu relato, “[...] *do cotidiano, da família, dos estudos revolucionários, de algumas coisas [...] eram vários assuntos mais internos*” (SOCCAS, 2017i, p. 21). Embora não tenha lembrado muito bem das pautas das reuniões do “conselhão”, ela enfatizou que os assuntos eram “[...] *muito pouco de política. Ninguém se atrevia a discutir política ali, de medo*” (SOCCAS, 2017i, p. 21). Conforme relatou Elza Ferreira Lobo⁷⁴ (1997, p. 226), em suas lembranças sobre o Presídio Tiradentes, “[...] as decisões eram tomadas por consenso. Exercitamos a construção do trabalho na diversidade”.

Embora a entrevistada tenha relatado que não havia uma liderança específica, narrou que havia uma desconfiança, ao menos das mulheres de sua cela, sobre a existência de uma cúpula que queria exercer o comando sobre as outras mulheres, estabelecendo algumas regras. Ela narrou que foi incumbida pelas outras colegas de cela de levar essa questão ao “conselhão”. Em suas palavras: “[...] *eu fui e disse. Porque eu dizia, não tinha papas na língua*” (SOCCAS, 2017i, p. 31). Essa percepção delas foi negada por algumas companheiras que estavam na reunião do “conselhão” e, ao que parece, gerou um certo mal-estar.

Ao analisar essa situação, na distância do fato ocorrido, em sua velhice, Marlene Soccas (2017i, p. 31) avaliou que “[...] *todo mundo lá tinha os seus segredos. Eu tinha o meu segredo do Paulo Wright, que eu não abria para ninguém, não discutia com ninguém*”. Dessa forma, o que pensavam na época ser uma “cúpula” liderada, poderia ser um grupo de mulheres que possuía maior afinidade entre si, ou talvez já se conhecesse anteriormente, ou fazia parte da mesma organização, por exemplo.

Outra celeuma gerada no grupo do “conselhão” ocorreu a partir do desejo de sua equipe de cela de discutir sobre as quedas dos/as militantes nas torturas. Em suas palavras:

⁷⁴ Elza Ferreira Lobo participava da AP e ficou presa no Presídio Tiradentes de 10 de novembro de 1969 a 20 de setembro de 1971 (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997).

Deu quiproquó porque na cela dois, a Ieda, a Fani, as duas filhas e eu, queríamos discutir as torturas. Propomos para o conselhão para discutir sobre isso, e já deu um quiproquó ali porque ninguém queria discutir torturas e quedas. Ninguém aceitava. “Não, não pode, não pode”. (SOCCAS, 2017i, p. 31)

É importante lembrar que as mulheres que ali estavam vinham de organizações de esquerda diferentes e que embora houvesse convergência em alguns aspectos, divergiam, como foi visto anteriormente, em vários pontos políticos. É até compreensível que a maioria delas não quisesse discutir abertamente sobre um assunto como a política, de forma a evitar desentendimentos, muito menos sobre as torturas pelas quais a maioria delas passou, cujas marcas estavam tão presentes em seus corpos e em suas lembranças.

Para Marlene Soccas e suas companheiras de cela talvez esse tipo de discussão fosse possível de ser realizada no coletivo, sem criar melindres, porque elas debatiam abertamente entre si. Em suas palavras: “[...] a gente discutia, mas era em grupo pequeno. Porque eu, a Fani, a Ieda e a Iara, de certa forma, a gente relaxou os segredos. Então a gente conversava sobre muita coisa. Ah, ali com elas a gente conversava madrugada adentro!” (SOCCAS, 2017i, p. 30).

Embora nas lembranças de Marlene Soccas as mulheres não debatesses com frequência sobre a política, a não ser nos grupos pequenos, nem abertamente sobre a tortura e as quedas das organizações, ela considerou que esse período de reclusão complementou a sua formação política, a qual havia iniciado com Paulo. Em suas palavras:

[...] acho que o que contribuiu [refere-se à sua formação política] foi a minha convivência com o Paulo e os livros que o Paulo me passou, os jornais, as minhas discussões com ele, os materiais da organização dele. [...] Em relação à formação, a prisão complementou, porque tudo que a gente estudava era entrecortado. Eu entrecortava, eu tinha que fazer meu trabalho no consultório, fazia o trabalho de cozinheira, fazia o trabalho de faxineira, fazia mais o trabalho coletivo com pintura, com tricô, crochê e tudo aquilo. Se bem que quando eu fui para o consultório, eu fui um pouco liberada de um deles, não sei se era da cozinha, porque decerto eu não cozinhava muito

bem. Fui liberada, alguma coisa eu fui liberada, porque senão eu não dava conta de tudo. E no consultório era muito, muito exigida. Tu vê que até os guardinhas da muralha foram tratar os dentes comigo. (SOCCAS, 2017i, p. 36. Acréscimos meus)

Nesse tempo “entrecortado” pelas várias atividades que realizava, e não estudando na frequência que pensava ser necessário para a sua formação, ela se recordou de ter realizado algumas leituras. Dentre elas, leu parte de uma cópia de “O capital”, de Marx, que lhe foi trazida por um guarda, driblando as normas do presídio, como uma forma de agradecimento por ela ter feito um tratamento dentário nele. O livro, que foi pago por ela, era uma compilação do original escrito por Marx, feita por um autor francês que ela não se lembrou do nome. Ela também relatou que compartilhou o material com outras companheiras e que não leu o livro por inteiro, porque achou a leitura um pouco difícil e também porque o tempo “entrecortado” dificultava a necessária concentração para uma boa leitura.

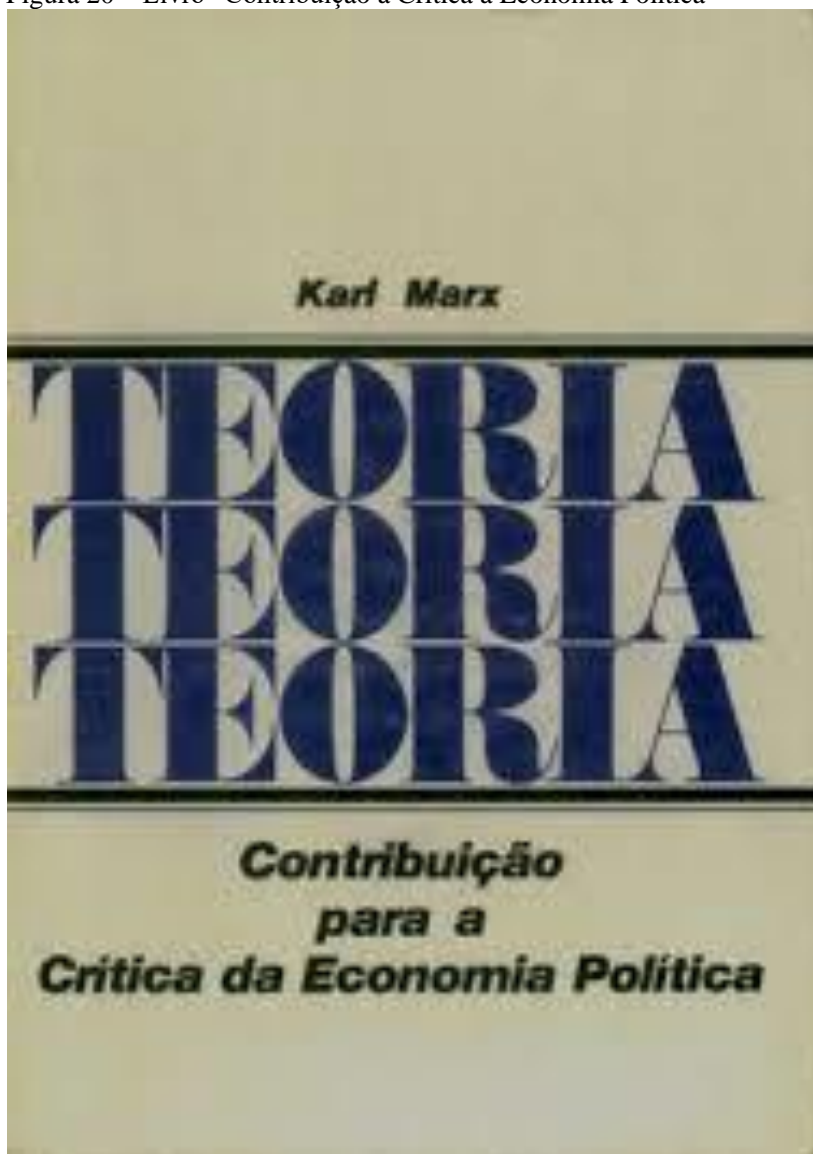
Outro livro que ela recordou de ter lido foi “Contribuição à Crítica à Economia Política⁷⁵” (Figura 20), também de Marx, cuja compreensão foi compartilhada com Dilma Rousseff:

Sim, a gente estudou um pouco de marxismo juntas, mas muito pouco. Só que ela também ficava distante, porque era como eu te disse, no fundo, todo mundo ficava distante uma da outra com medo [...] Não, o pessoal era muito preguiçoso para ler Marx. O pessoal tinha muita dificuldade e tinham preguiça. Com a Dilma, a gente leu, eu e ela lemos a “Introdução à Crítica à Economia Política”. A Dilma economista, e eu dentista. Um dentista não entende nada de economia, assim como um economista não entende nada de dentista. Então, para eu explicar para ela o que é uma pulpíte, nossa, eu vou dar uma aula para ela. Vou ter que falar odontoblastos, dos segmentários, dos eosinófilos, dos basófilos, que são as células de defesas do sangue, que ela não conhece nenhum

⁷⁵ Pesquisando na internet, encontrei várias edições desse livro em língua portuguesa, publicadas com capas diferenciadas. O da figura foi editado em 1971, pela Editorial Estampa.

tecido, nenhum líquido, nada [...]. Estudamos. E eu me lembro que eu dizia: "Dilma, eu estou com dificuldade, eu não estou conseguindo entender". Se não me engano, é uma frase que tem no Manifesto Comunista também. [...] Esse livro estava lá, depois eu não vi mais e eu sei que não entrou fácil na minha cabeça. (SOCCAS, 2017i, p. 1, 33-35)

Figura 20 – Livro “Contribuição à Crítica à Economia Política



Fonte: MARX, Karl. **Contribuição para a Crítica de Economia Política**. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

Além desses mencionados, ela lembrou que “[...] *tinham outros livros clandestinos e a gente tinha os buracos lá para guardar. A gente tinha uns esconderijos*” (SOCCAS, 2017i, p. 28), pois as leituras dos livros considerados subversivos eram proibidas naquele local. Ela relatou, também, que alguns livros eram passados por meio de um pequeno buraco, o qual tinha cerca de 30 cm de espessura, apelidado de “Josefina”, feito em uma parede que separava a ala masculina da feminina. Os livros eram transferidos folha por folha, de uma ala para a outra, através desse buraco, que no lado feminino foi cavado com uma agulha de tricô. A responsabilidade de cuidar de “Josefina” era de Marlene Soccas.

Ela narrou, também, que lia jornais como “Estadão”, “Folha de São Paulo” e guardava os recortes que lhe interessavam. Um conjunto de recortes que ela se lembrou de ter guardado foi sobre algumas notícias acerca do Chile, cujo presidente era Salvador Allende⁷⁶. Por causa desse hábito, algumas companheiras a consideraram “*expert sobre o Chile*”, mas em suas palavras “[...] *eu comecei a ler e estava acompanhando, mas não estava dominando o assunto e cobraram como se eu fosse expert no assunto*” (SOCCAS, 2017i, p. 29). Além dessas leituras, ela relatou que tentou traduzir um livro do francês, pois era uma forma de estudar o idioma.

Embora tenha relatado nas entrevistas que tinha pouco tempo para leitura em função das diversas atividades que fazia, em algumas cartas, ela escreveu que estava estudando bastante. E, levando-se em conta as suas narrativas anteriores acerca das leituras realizadas, parece-me que ela não só complementou, mas também aprofundou a sua formação política como militante de esquerda.

No entanto, a formação política de Marlene Soccas na prisão não ficou restrita às suas leituras, é perceptível em suas narrativas o leque de experiências que ela vivenciou. Para Bondía (2002, p. 21), “[...] a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, o que toca”. A experiência, nesse sentido, tem a ver com o que toca individualmente cada um/a, sendo diferente para cada pessoa, repercutindo, dessa forma, em sua identidade.

Esse tempo “entrecortado” significava que as mulheres tinham uma vida bastante ocupada na prisão. Conforme relatado por Marlene Soccas em um excerto anterior, elas cozinhavam, lavavam, faziam artesanatos. Assim, além da organização do coletivo em conselhos, as presas políticas se organizavam coletivamente para cozinhar, fazer a

⁷⁶ Salvador Allende foi presidente do Chile no período de 1970 a 1973, quando foi deposto por um golpe militar comandado por Augusto Pinochet.

limpeza dos banheiros e das celas, como também para realizar as suas atividades individuais. Alguns artesanatos, por exemplo, eram destinados para a venda, cujo destino dos recursos era decidido pelo coletivo. A outra parte ficava para a própria presa, que presenteava amigos e parentes. Em uma das cartas de Marlene Soccas consta, em um pedaço de papel de carta separado, um rol de artesanatos feitos por ela e, na carta, a entrevistada indicou o destino de cada um, dando pistas de que ela os enviou de presente para a família. Esses artesanatos feitos pelas mulheres eram muito variados. Marlene Soccas fez: bolsas, biquínis, tapetes, blusas, toalhas e cintos de crochê; roupas de tricô, lenços bordados de cambraia, colares de miçanga.

As refeições eram preparadas por uma equipe de mulheres, as quais se revezavam, geralmente, em dupla. Em uma entrevista, Marlene Soccas narrou que foi criticada porque não preparou para o almoço uma comida cara que fora trazida por um familiar de umas das companheiras. Em suas palavras: “[...] *era um negócio que eu nunca tinha visto na vida. Não fiz. Não sabia como se fazia e como se preparava e não fiz. [...] Era brócolis ou aspargo, sei lá!*” (SOCCAS, 2017i, p. 36). Diante da reclamação das companheiras, contou que respondeu: “‘*Gente, mas eu não sei, eu nunca vi*’. *Eu não comia coisa de gente rica. Não era coisa de gente pobre e eu sou pobre. Eu nunca vi essa comida na minha frente!*” (SOCCAS, 2017i, p. 36). E sobre as comidas recebidas dos familiares, na carta de 5 de setembro de 1970, ela escreveu:

[...] como já te falei, as meninas cujas famílias moram aqui têm condições financeiras boas, mandam toda semana uma lista de arroz, feijão, café, açúcar, sabonete, desodorante, lataria, enfim tudo o que precisamos para a cozinha [...] As que não podem, ou cuja família está longe, não contribuem com nada, mas recebem igual as outras. (SOCCAS, 1970c, p. 2)

Por esse episódio narrado por Marlene Soccas e pela mensagem de sua carta, é possível percebermos o vínculo de solidariedade que existia entre as mulheres, e também a composição social da “Torre das Donzelas” que, possivelmente, refletia a das organizações de esquerda da época. De acordo com Ridenti (1993), apenas 1,7%, de um total de 578 mulheres processadas, era composto de trabalhadoras manuais, rurais e urbanas. A grande maioria das denunciadas eram estudantes, professoras ou tinham outras formações em nível superior, podendo ser classificadas como pertencendo a camadas médias intelectualizadas. Entre essas mulheres,

havia aquelas pertencentes à “classe média alta”, “[...] privilegiadas em termos de oportunidades culturais” (RIDENTI, 1993), mais acostumadas, talvez, à comida de “gente rica”, e as da classe média mais baixa, mais pobres, como se dizia Marlene Soccas.

Em um grupo heterogêneo tanto em termos sociais como políticos, que convivia diariamente, é de se esperar que existissem conflitos e divergências, exigindo delas um exercício de tolerância, de flexibilidade e de capacidade de viver em meio a essa diversidade. Essa experiência, penso que deve ter contribuído também para a identidade militante de Marlene Soccas, que, naquele espaço, a exercia de modo diferente daquele que havia vivido até então.

A entrevistada também atuou como dentista na prisão, atendendo tanto os/as presos/as políticos/as e comuns como os/as guardas do presídio, conforme já informado. Em relação a essa atividade, ela escreveu em sua carta de 12 de março de 1971:

[...] estou trabalhando no gabinete odontológico do presídio, como dentista, atendendo presos, tanto políticos como comuns. E neste trabalho eu sinto uma alegria muito grande, pois conheço muitas pessoas, atendo e resolvo problemas, aliviando dores. Assim sinto-me útil na prisão. (SOCCAS, 1971a, p. 3)

Por causa dessa sua atividade como dentista, ela se relacionou com várias pessoas, além das habitantes da “Torre das Donzelas”, tanto dentro quanto fora da prisão, o que certamente a ajudou a passar esse tempo de reclusão de uma forma mais leve e mais satisfatória, além do sentimento de se perceber útil. Como dentista, ela também atuou como uma espécie de “pombo correio” entre a ala feminina e a ala masculina, assim articulou com esta última, por exemplo, como seria feita a “Josefina”.

No que tange à comunicação dentro do presídio, os/as presos/as políticos/as aprenderam com os/as presos/as comuns algumas formas de se comunicar, aprimorando algumas e criando outras. Marlene Soccas recordou que eles/as se comunicavam através de “Josefina”, assim como por meio de bilhetes (que eram levados em sua boca), do alfabeto dos surdos-mudos, do alfabeto de miçangas (uma espécie de adaptação do Código Morse, por meio da qual se criava uma combinação das cores das pedras) e de espelhos.

Em relação a esse seu trabalho como “pombo correio” enquanto atuava como dentista, ela assim se manifestou:

Eu estava trabalhando ali como dentista, estava fazendo um bom trabalho de levar recados, mensagens do lado masculino para o lado feminino e vice-versa. [...] Eu não sabia o que as mensagens continham. [...] E só me entregavam o bilhetezinho enrolado e eu levava de um lado para outro, na boca. Ficava escondido dentro da boca. [...] Eles eram escritos em papeizinhos de seda que às vezes envolviam o rolo de papel higiênico antigamente. [...] Eles escreviam as mensagens e enrolavam bem enroladinho, protegiam com durex e plástico, e depois com durex e passavam na boca, e ia na boca de um para o outro e ia de um lado para outro [...] Uma vez me trouxe uma porção de bolota daquela, nossa, um monte de baba! Eu não podia demonstrar que eu estava com nojo, que estava com um pouquinho de nojo da boca do companheiro, do camarada. Eu fazia de conta que não era nada e botava na boca e pronto! (SOCCAS, 2017g, p.16-40)

Segundo Foucault (2013, p. 226), “[...] o trabalho é definido, junto com o isolamento, como um agente da transformação carcerária”. A sua importância não está na formação de uma habilidade útil, mas na constituição de uma relação de poder, “[...] de um esquema da submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção” (FOUCAULT, 2013, p. 230). De acordo com Foucault (2013, p. 229), o trabalho “[...] é uma forma de introduzir regras na prisão [...]”, sendo assim, contribui para a “transformação” do indivíduo, “disciplinando-o” e “docilizando-o”.

Parece-me que Marlene Soccas subverteu, de certa forma, essa função disciplinadora do trabalho na prisão. Por meio de seu trabalho como dentista, ela conseguiu driblar as regras de comunicação do presídio, facilitando a integração entre a ala feminina e a masculina. Esse trabalho também a ajudou a viver na reclusão de uma forma menos penosa, à medida que ela se sentiu útil ao ajudar os/as outros/as com um conhecimento e uma prática que já possuía. Em seu livro, conforme apontado anteriormente, quando ela faz uma autocrítica de sua atuação e, de certa forma, também da esquerda, no período da ditadura, Marlene Soccas referiu que considerava esse trabalho como dentista, na prisão, em suas palavras, “[...] uma tarefa também de luta, pois além de tratar dos dentes dos companheiros, eu servia de pombo correio, levando e trazendo

mensagens, do lado feminino para o lado masculino. Fiz esse serviço durante muito tempo” (SOCCAS, 2014, p. 223).

No entanto, parece que essas qualidades do trabalho não a prendiam a ele. Ela narrou, em uma das entrevistas, um episódio em que se recusou a atender um policial que estava preso com os presos comuns, pois avaliou que ele era um torturador. Por causa disso, ela foi penalizada e proibida de trabalhar por um tempo como dentista, sendo aplaudida pelos homens, mas criticada pela maioria de suas companheiras, que se viram impedidas de se comunicar com os seus companheiros da ala masculina por meio da atividade de “pombo correio” de Marlene Soccas.

Devido ao fato de ser dentista, ela recebeu a ajuda de um grupo de colegas de profissão, conhecidos de uma companheira de confinamento, conforme ela escreveu na carta de 5 de setembro de 1970. Em suas palavras:

[...] estou muito contente, pois me aconteceu uma coisa maravilhosa. Vários dentistas que eu não conheço, se juntaram para substituir a minha família que está longe, e se dispuseram a me mandar mantimentos e qualquer outra coisa que eu necessitar, e vão tentar me visitar todo o sábado. Eu até pedi para a menina que me deu o recado para dizer tudo de novo, com medo de estar entendendo errado. Não é lindo? É um gesto cheio de calor humano, um exemplo de solidariedade e que me comoveu muito. (SOCCAS, 1970c, p. 1)

Como é possível perceber, os gestos de solidariedade estavam presentes não somente entre as/os prisioneiras/os políticas/os, pois envolviam alguns guardas, como já visto, alguns/algumas presos/as comuns e, também, pessoas externas ao presídio, formando uma rede, talvez impossível de se mensurar, mas que facilitava a vida daqueles/as que estavam aprisionados/as. O próprio trabalho voluntário de Marlene Soccas (2017i, p. 35) como dentista fazia parte dessa rede de solidariedade, visto que, em suas palavras, “[...] *todo mundo, além de tratar dos dentes, saía da cela, dava um passeiozinho até o pátio feminino, entrava no consultório, ficava à vontade e batia papo comigo*”. E como ela procurava fazer o seu trabalho o melhor possível, formavam-se filas de pessoas para serem atendidas, o que ocasionou em uma brincadeira, conforme ela relatou:

[...] *a fila era grande! Eles me mandaram um negocinho em couro escrito: "Essa dentista é um amor. Ninguém é melhor do que ela. Só que de tanto esperar, a gente acaba ficando banguela"*. [risos] *Tinha uma boca faltando um dente, um cara sorrindo com a boca arreganhada, faltando uma porção de dente* [risos]. (SOCCAS, 2017i, p. 36. Acréscimos meus)

Havia também outros momentos de alegria nessa comunidade de mulheres privadas de liberdade. Nas entrevistas, Marlene Soccas relatou que elas cantavam, brincavam, encenavam peças, como uma em que ela fez o papel da cantora Elizeth Cardoso. Quem produzia as peças era Heleny Guariba⁷⁷. Em suas palavras:

[...] *fizemos um teatro que era do Bertolt Brecht [...] e a gente fazia também avacalhação [...] Esse era só para a gente rir. [...] Eu representei a Elizeth Cardoso, que eles chamavam de "a Divina". Elas tocavam uma música e a gente fingia que cantava, mas era a voz daquela artista. E a gente só representava. Então me deram um salto alto, mas o sapato era maior que o pé* [risos], *e um casaco, e mais uma manta, e eu ia cantando a música da Elizeth, e elas lá aplaudindo, aplaudindo* [bate as mãos em aplausos] [...] *E a hora que eu fiz assim* [fica em pé e inclina o corpo para cima, colocando uma perna para frente e outra para trás], *o sapato era grande e eu fiz com que ele caísse do meu pé, para elas rirem. E eu toda emocionada e com o sapato caindo do pé.* [risos]. *E elas gostaram e fizeram aquela balburdia toda, que os meninos chegaram a escutar a barulheira que a gente fez. Depois foi um teatro mais sério, fizemos o Bertolt Brecht.* (SOCCAS, 2017i, p. 20. Acréscimos meus)

Em sua carta de 30 de junho de 1970, ela escreveu:

⁷⁷ Heleny Guariba era uma produtora teatral, que, após sair da prisão, voltou à militância e hoje consta no rol dos desaparecidos políticos.

[...] aqui a gente procura se divertir como pode. Ontem, fizemos uma ‘festa’, inauguração de uma cortina de retalhos que as meninas fizeram. Chá, bolinhos, biscoitos, bombons, balas, pipoca, e depois cantamos e tocamos violão. Uma senhora [...] talvez a mais idosa [...] e uma de 18 anos [...] se fantasiaram e foram muito aplaudidas. Foi uma graça. (SOCCAS, 1970a, p. 3)

Ela relatou nas entrevistas que as mulheres também cantavam músicas nas despedidas para as companheiras que saíam em liberdade. No presídio, elas cantavam a música “Está chegando a hora”,⁷⁸ e para ela “[...] *aquela despedida era muito linda, muito bonita*”. Marlene Soccas lamentou não ter “ganhado” essa música de despedida, porque quando saiu em liberdade estava no DOPS e não no presídio, por ter participado de uma greve de fome sobre a qual escreverei mais adiante. Elas cantavam também o “Hino da Independência do Brasil”, a “Internacional Socialista”, a “*Canción del Hombre Nuevo*”⁷⁹, cuja letra ela lembrou e cantou no dia da entrevista.

Os dias de visitas também eram dias de alegria e eram muito aguardados, porque além de um tempo especial com a família, elas saíam de sua rotina diária. Na carta de 30 de junho de 1970, ela escreveu: “[...] aos sábados recebemos visitas, das 13 às 16 horas. O pátio fica alegre e barulhento, todo mundo conversando, cenas tristes, cenas alegres. No fim, ficam todos como se fosse uma imensa família” (SOCCAS, 1970a, p. 3).

Como Marlene Soccas recebia poucas visitas de seus familiares, devido a distância, ela comentou que fez amizades com familiares de algumas companheiras com quem conversava nos dias de visitas. Sobre as visitas no período em que estava na prisão, Marlene Soccas se lembrou de ter recebido a visita de sua mãe somente uma vez. Em outra ocasião, a mãe tentou visitá-la novamente, assim como sua irmã, mas ambas não conseguiram, porque não era o dia marcado para a visita. Os dias de visita eram tão importantes para os/as presos/as, que uma das formas de castigá-

⁷⁸ Essa música é uma marchinha de carnaval de 1942 composta por Vicente Fernandez e adaptada por Rubens Campos Henricão. Era interpretada por Carmen Costa (NOVA ESCOLA, 2012).

⁷⁹ Essa música foi gravada em 1968 por Daniel Viglietti, cantor e compositor uruguaio (CARDOZO DE AGUIAR, 2010). Como o próprio título anuncia, fala do homem novo, do revolucionário e, segundo Marlene Soccas, era cantada em homenagem a Ernesto Che Guevara.

los/las era proibindo esse acesso a eles/as. Nas cartas, o tema da visita era constante.

Nesse período de confinamento, Marlene Soccas exercitou também as suas pinturas em tela. Com a ajuda dos dentistas e de alguns padres, ela conseguiu material para realizar essas novas pinturas. Algumas telas ela conseguiu vender por intermédio de um dos padres, outras foram apreendidas pelo sistema carcerário, por serem consideradas “subversivas”, e outras ficaram no presídio quando ela saiu. Nessas pinturas, ela retratou cenas do cotidiano da ala feminina, como o banho de sol, os guardas na muralha. Uma das cenas retratadas também por ela foi das mulheres gritando nas grades quando o Frei Tito⁸⁰ tentou suicídio. Algumas dessas telas ela reproduziu, de memória, no ano de 2019.

Em algumas cartas, ela escreveu sobre a espera da devolução dos quadros que haviam sido apreendidos pela OBAN, aqueles que ela havia pintado quando estava em Laguna, pouco antes de sua prisão, dizendo, inclusive, que tinha saudades deles. As pinturas de Marlene Soccas foram lembradas por Lobo (1997, p. 226) ao se referir ao seu período de reclusão no presídio, a qual relatou que

[...] creio que somente as pinturas de Marlene Soccas foram capazes de retratar esse momento dramático no qual, para assumir a liberdade externa, perdia-se a liberdade interior de permanecer junto às amizades que havíamos conquistado. Mas esse também era o preço dos nossos ideais.

Na prisão, Marlene Soccas também participou de uma greve iniciada por uma parte dos presos políticos, seguida da adesão de algumas mulheres. Segundo Politi⁸¹ (2009, p. 17), esse movimento ocorreu em duas fases: a primeira de 12 a 17 de maio de 1972, que durou seis dias, e a segunda entre os dias 9 de junho e 11 de julho do mesmo ano, com duração de 33 dias.

Nas recordações de Marlene Soccas, essa greve aconteceu como forma de protesto contra a transferência de alguns presos políticos, a maioria padres, para outros presídios, o que poderia significar uma

⁸⁰ Frei Tito era dominicano, foi preso, torturado e tentou suicídio na prisão.

⁸¹ Maurice Politi foi um dos presos políticos que participou da greve. Ele escreveu o livro “Resistência atrás das grades”, com base em seu diário escrito na prisão e em documentos encontrados em vários arquivos públicos.

possível eliminação deles pelo temido Esquadrão da Morte⁸². De acordo com Politi (2009, p. 22), após o final de 1971, o Presídio Tiradentes foi transformado em um local de reclusão somente de presos/as políticos/as, sendo, inclusive, apelidado pelas autoridades de “Aparelhão Tiradentes”, uma alusão aos “aparelhos” das organizações armadas.

A partir de 1972, a direção da prisão iniciou um “plano sistemático” para separar os presos políticos considerados “recuperáveis” daqueles que “[...] não tinham jeito nenhum e seguiam com suas loucuras mesmo presos” (POLITI, 2009, p. 24). Segundo Politi (2009), em um primeiro momento, alguns presos foram separados do restante do grupo dentro do próprio espaço do presídio, recebendo tratamento diferenciado do restante do grupo e sofrendo uma série de ações arbitrárias coordenadas pela direção do Tiradentes. Os presos, em sua maioria, organizaram-se, então, e escreveram uma carta ao Supremo Tribunal Militar, denunciando as condições carcerárias a que estavam sendo submetidos. Conforme Politi (2009), não havia, no entanto, convergência entre os presos políticos quanto à forma de atuação deles na prisão. Alguns defendiam que deveriam aceitar as condições impostas para saírem o mais rápido de lá; outros, que a prisão também deveria ser um local para se organizarem e manifestarem resistência.

Cópias dessa “carta-denúncia”, escrita em 28 de março de 1972, foram enviadas às redações de jornais do país, a organizações nacionais e internacionais de direitos humanos, às embaixadas estrangeiras em Brasília e a grupos de exilados brasileiros no exterior (POLITI, 2009). Em seu livro, Politi (2009, p. 26) menciona que o resumo desse documento e uma reprodução da carta escrita por Marlene Soccas, em 24 de março de março de 1972, foram publicados no jornal estadunidense *Washington Post*, em 14 de abril de 1972, com o título “*Brazilian political prisoners are mistreated, letter says*”⁸³.

Posteriormente, como retaliação a essa manifestação e para prosseguir com o “plano” de separação dos presos políticos, outros detentos foram transferidos para diferentes prisões. Diante dessa situação e de um histórico de arbitrariedades realizadas pelas autoridades presidiárias, um número expressivo de presos iniciou uma greve de fome,

⁸² De acordo com Politi (2009), o Esquadrão da Morte era constituído, principalmente, por um grupo de policiais que assassinavam presos considerados perigosos por eles, agindo à margem da lei. O seu chefe máximo foi o delegado Sérgio Paranhos Fleury, que se tornou delegado-geral do DOPS de São Paulo, conhecido pela sua truculência com os presos políticos.

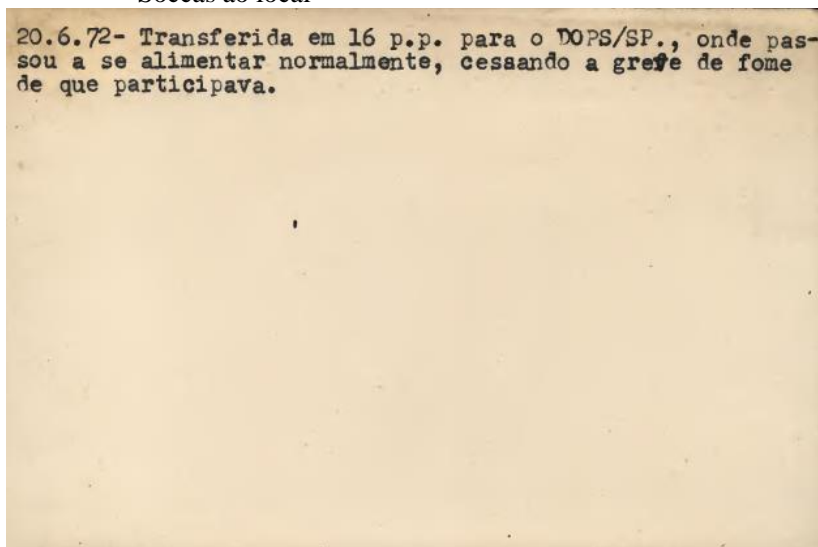
⁸³ Tradução livre: “Prisioneiros políticos brasileiros são maltratados, diz carta”.

que durou, incluindo a primeira e a segunda fase, 39 dias. A esse movimento se juntou uma pequena parcela das presas políticas, que aderiu à greve em solidariedade aos homens, dentre elas Marlene Soccas, conforme mencionado.

Aqueles/as que aderiram à greve foram transferidos/as para outros lugares. Marlene Soccas e mais cinco companheiras foram levadas para a Penitenciária Feminina do Estado de São Paulo, retornando ao Presídio Tiradentes dois dias depois. Sobre esse episódio da transferência, ela se lembrou vagamente nas entrevistas, mas o registrou em seu livro.

Em solidariedade aos seus companheiros, Marlene Soccas e mais uma companheira aderiram à greve dos presos políticos em sua segunda fase, que iniciou em 9 de junho de 1972. Por causa disso, elas foram encaminhadas ao DOPS para serem forçadas a se alimentar (Figura 21). De lá, conforme já relatado, ela foi posta em liberdade, não retornando ao Presídio Tiradentes (Figura 22).

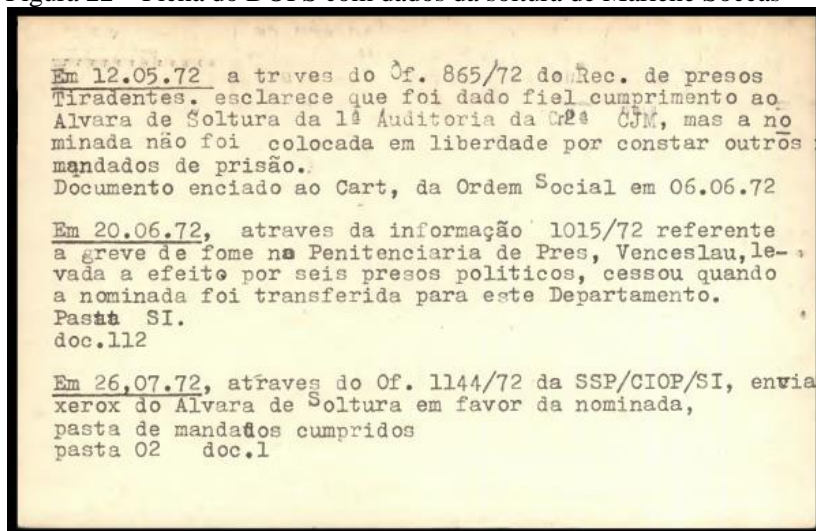
Figura 21 – Ficha do DOPS com informações do retorno de Marlene Soccas ao local



20.6.72- Transferida em 16 p.p. para o DOPS/SP., onde passou a se alimentar normalmente, cessando a greve de fome de que participava.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://bit.ly/36UTfGr>. Acesso em: 2 abr. 2019.

Figura 22 – Ficha do DOPS com dados da soltura de Marlene Soccas



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://bit.ly/36UTfGr>. Acesso em: 2 abr. 2019.

No que se refere à carta referida por Politi (2009), escrita por Marlene Soccas na prisão e publicada no *Washington Post*, datada de 24 de março de 1972, ela foi escrita à mão, em papel de carta comum, depois de ela ter sido condenada no primeiro processo. A carta contém quatro folhas, frente e verso, e foi destinada ao Juiz Nelson Machado Guimarães, da 2ª Auditoria de Guerra da 2ª Região Militar⁸⁴. Conforme registrado no livro escrito por Marlene Soccas, ela fez várias cópias dessa correspondência, as quais foram levadas do presídio por sua mãe, já que sua advogada não o fez, e entregues à Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à Anistia Internacional, conforme anunciado na Introdução.

Nessa missiva, ela denunciou sua prisão ilegal, as torturas que sofreu, as péssimas condições físicas do presídio e as vividas pelos/as presos/as comuns, bem como as torturas sofridas por eles/as. Na sua escrita, ela condenou a sociedade dividida em classes e apontou que a prisão era um lugar para os pobres. Também fez uma análise da situação

⁸⁴ A informação sobre o nome do destinatário da carta se encontra no livro de Marlene Soccas (2014, p. 211). Na carta está escrito: “Sr. Juiz”.

da mulher à época, cujo trecho foi escrito anteriormente. Esse documento, além de ser uma carta-denúncia, é, também, um manifesto que expressa as ideias de Marlene Soccas à época, sobre as quais ela assim se referiu 41 anos depois:

[...] relendo-a, não encontro erros ou opiniões incorretas do ponto de vista político. Somente uma afirmação eu faria correção, pedindo desculpas aos homossexuais. No verso da página 3, eu escrevo que os homens que vêm para a prisão, ‘tornam-se assassinos e homossexuais’, como se a homossexualidade fosse um crime também. [...] hoje eu não escreveria daquela maneira. (SOCCAS, 2014, p. 213)

Ainda em relação à carta, ela escreveu em seu livro: “[...] foi uma forma de luta que achei” (SOCCAS, 2014, p. 211). Nesse sentido, as cartas, como “escritas de si”, também podem ser consideradas, nesse contexto de Marlene Soccas, um instrumento para a sua formação política e pessoal e como uma forma de resistência. De acordo com Cunha (1997, p. 187), quando a pessoa faz um relato, seja ele escrito ou oral, além de organizar as suas ideias para isso, ela “[...] reconstrói as suas experiências de forma reflexiva e, portanto, acaba fazendo uma autoanálise, que lhe cria novas bases de compreensão de sua própria prática”.

Em relação a Paulo, Marlene Soccas relatou que quando estava na prisão ele tentou se comunicar com ela por meio de um bilhete, o qual lhe foi entregue por uma carcereira do presídio. Na entrevista, quando narrou esse fato, ela não lembrou como identificou a autoria do bilhete, mas recordou que ficou muito “tumuluada” e rasgou-o na frente da carcereira, tentando demonstrar que era um bilhete sem importância. Em suas palavras:

Peguei e li. Quando vi, eu comecei: ‘*Não, isso não é nada! Não sei quem é que me mandou. Não, não, não sei não!*’. E já fui destruindo. Mas eu fiquei muito tumuluada [...] Se eu pudesse engolir, eu engolia aquele bilhete. Como eu não podia engolir em frente à carcereira, na frente dela, eu rasguei e amassei bem para jogar no lixo, e nem fui procurar mais no lixo onde estava, mas eu o destruí na mão”. (SOCCAS, 2017i, p. 25)

Marlene Soccas temia que, de alguma forma, os órgãos de repressão chegassem até Paulo por meio dela. Por esse motivo, após a sua saída da prisão⁸⁵, o que ocorreu por volta de julho de 1972, embora ela pretendesse ficar na cidade de São Paulo para continuar lutando, acabou voltando para Santa Catarina.

Em seu livro, ela narra sobre as tentativas de Paulo de encontrá-la. Em suas palavras:

[...] uma característica tua é que sempre davas um jeito de me achar. Assim foi em Santa Catarina, quando apareceste em meu consultório, assim foi no Correio, em São Paulo, onde eu trabalhava, assim foi quando me mandaste um bilhete dentro do Presídio Tiradentes, e assim foi tua ida à casa onde fiquei, após sair da prisão. (SOCCAS, 2014, p. 227)

Marlene Soccas (2014) escreveu em seu livro e relatou nas entrevistas que, após a sua saída da prisão, na cidade de São Paulo, em 1972, ela foi levada para uma casa, onde lhe fizeram uma surpresa. Lá encontrou algumas ex-presas, dentre elas Maria Barreto Leite, com quem foi para o Rio de Janeiro, retornando, posteriormente, para São Paulo e, depois, para Santa Catarina, porque Paulo tentou entrar em contato com ela, tanto pessoalmente como por telefone, nos dois lugares e, inclusive, quando ela já estava em Santa Catarina.

Nesse período, ela recebeu uma carta dele, que não lembrou quem a entregou nem quando e onde a recebeu. Ela guarda essa correspondência, ainda em sua velhice, há mais de de 40 anos, a qual não tem data e está assinada por “E.”, que, de acordo com ela, refere-se a “Ernesto”, cujo nome foi dado a ele por Marlene Soccas. Nessa carta, Paulo escreveu, dentre outras questões, sobre o seu desejo de encontrá-la e de algumas tentativas de viabilizar esse encontro, de como ele se preocupava com ela, mesmo estando distante, e da sua admiração por sua firmeza e coragem, conforme escrito a seguir.

Fiquei emocionado e muito contente de poder conversar contigo, mesmo que apenas por telefone [...] Esperava ansiosamente a oportunidade de

⁸⁵ Conforme escrito anteriormente, Marlene Soccas saiu da prisão quando estava no prédio do DOPS, para onde tinha sido levada por causa de sua participação na segunda greve de fome dos/as presos/as no Presídio Tiradentes.

encontrar-te pessoalmente e conversar contigo muito sobre tantas coisas, passadas, presentes e futuras que durante anos aguardam o nosso encontro [...] Esperava ao menos que tu tivesses notícia da minha preocupação contigo, das muitas iniciativas que tomei no sentido de que te chegasse às mãos notícias minhas. [...] Podes estar certa que em nenhum momento foste esquecida e que se não recebeste nada direto de minha parte foi porque eu não consegui apesar de ter tentado de muitas formas. [...] Tenho muita vontade de falar contigo. Pensei mesmo em ir até aí. Recebi esta semana um aviso de que isto não seria bom [...] Escreva-me, se achares que é possível, pois tenho enorme vontade de saber como estás, como passaste todo este tempo, dos teus planos do presente e do futuro. Tenho muita confiança em ti e teria dificuldade de imaginar que pudesses te abater com as dificuldades passadas. Espero assim que te mantinhas firme e corajosa e que possas avaliar que as dificuldades na vida são passageiras e que o futuro é promissor e cheio de esperanças e certezas. Imagino que aproveitaste muito o tempo no estudo como no trabalho artístico. De fato, não há nada negativo sem que tenha o seu lado positivo [...]. Aguardo com ansiedade o dia em que possa encontrar-te pessoalmente. Abraços, E. (SOCCAS, 2014, p. 230)

Essa carta de Paulo pode representar para Marlene Soccas um “objeto biográfico”, (MORIN, 1969 *apud* BOSI, 2014, p. 441), que lhe dá a “[...] impressão de continuidade” (BOSI, 2014, p. 441) e de um elo com o seu passado, do qual ela não quer se esquecer. Para Bosi (2014, p. 441), “[...] os objetos nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade [...]”, pois “[...] cada objeto representa uma experiência vivida”. No caso de Marlene Soccas, além desse elo com o passado, é uma lembrança que atuou e atua na construção de sua identidade de militante e esquerda.

No seu retorno a Criciúma, ela se aproximou do MDB, único partido legal à época, e ajudou a organizar o grupo da juventude dessa agremiação partidária, embora não tenha se filiando a ela. Na figura a seguir, ela está em um evento do MDB, em 1974, com um companheiro

do partido (Imagem 17). Na fotografia, ela está com um colar feito por um dos presos políticos do Presídio Tiradentes.

Imagem 17 – Marlene Soccas com um companheiro do MDB, em 1974



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Soccas.

Também atuou no Movimento pela Anistia e em outros movimentos nos quais foi possível a ela se inserir. A trajetória de militante de esquerda de Marlene Soccas não se encerra aqui. Conforme já pontuado, ela continua na militância ainda na sua velhice, atuando no campo da esquerda, embora de formas diversas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para muitos/as, esta dissertação pode ser somente mais uma que ficará arquivada em uma “estante virtual” ou física para, talvez, consultas futuras. Para mim, significou muito mais do que isso. Ela ficará guardada em meu arquivo pessoal, em um lugar especial em minha trajetória de vida. Desde o início da pesquisa, até o momento de sua apresentação, experimentei vários sentimentos que iam e vinham. Medo de não dar conta do que havia me proposto. Impotência e cansaço por não compreender, algumas vezes, um conceito e como trabalhá-lo no relato da investigação, e um contentamento quando conseguia. Impotência, também, por muitas vezes não saber o que fazer diante de tanta informação e experiências evocadas por Marlene Soccas. Alegria, por exemplo, pelas “descobertas” nas entrevistas e pelos documentos encontrados, como as cartas que Marlene Soccas escreveu na prisão e as confiou a mim, as suas cadernetas escolares e algumas de suas fotografias. Alívio quando tinha orientação. Também me surpreendi e me alegrei, indignei-me e até chorei diante das narrativas de Marlene Soccas acerca de sua história de vida.

Mas, a maior riqueza, e também um grande desafio para mim, foi ter realizado uma pesquisa com uma pessoa viva, uma testemunha, que vivenciou, de modo peculiar, momentos históricos importantes da história do Brasil, com quem mantive uma interlocução durante todo o processo de investigação. De acordo com Bosi (2004, p. 71), “[...] as testemunhas dos fatos históricos são uma riqueza insubstituível”. E Marlene Soccas foi uma testemunha atuante e exigente. Afinal, é de parte de sua vida que estou tratando.

Uma das dificuldades foi a minha proximidade com Marlene Soccas, sobre a qual demarqueei na Introdução. No processo das entrevistas, ela ressaltou alguns aspectos de sua trajetória e de suas reflexões e solicitou que eu as registrasse. Mas nem sempre foi possível atendê-la. Por isso, muitas vezes, ao escrever sobre as suas lembranças, eu me deparei comigo pensando em como ela reagiria ao ler tal relato escrito por mim e isso me causava certo receio em desapontá-la. No entanto, autores como Errante (2000, p. 143) me auxiliaram na compreensão de que “[...] embora o ‘contador’ da história seja o narrador”, o pesquisador é quem a escreve e a interpreta. Penso que essa narrativa deve estar focada no objetivo da pesquisa, que, neste caso, foi compreender o processo de formação política como militante de esquerda de Marlene Soccas.

Para aproximar-me desse objetivo, embasada em Nóvoa (2010), parti do princípio de que a nossa formação ocorre no decorrer de nossa vida e perpassa por nossas relações, nossas experiências, nossas leituras e reflexões, tanto individuais como coletivas, nos vários espaços que transitamos. Assim, apresentei alguns aspectos da trajetória de vida de Marlene Soccas, desde a sua infância até a vida adulta, cujos períodos são anteriores ao início de sua militância, selecionados e narrados por ela, certamente por terem sido significativos para explicar as suas identidades como militante de esquerda, construídas e reconstruídas no decorrer de sua vida.

No entanto, é importante observar que essas vivências, tais como a “paixão” pela leitura desde a infância, a qual lhe foi apresentada por seu tio Joaozinho; a convivência com o diretor da escola Jerônimo Coelho, Germano Donner, que era comunista; o conselho dado por sua mãe, que disse “*Marlene, não esquece dos pobres!*”; a rebeldia exercida em relação à autoridade de sua tia, cujas lembranças foram evocadas por ela, embora possam ter influenciado suas escolhas futuras, não as determinaram.

A formação política de Marlene Soccas, conforme já visto, foi impulsionada por sua relação com Paulo Stuart Wright, com quem se reencontrou na cidade de São Paulo, em 1966, quando ele militava na AP. Eles mantiveram contato até a prisão dela. Entre continuar estudando, para quem sabe, ser uma pesquisadora ou se aperfeiçoar na profissão de dentista, ela escolheu militar em organizações de esquerda que se posicionavam contra o regime militar, mas que também propunham uma sociedade socialista, embasada nas teorias marxistas e nas revoluções cubanas, como o caso da VPR, e chinesa, como a AP.

Importante ressaltar que, embora Paulo representasse uma referência para Marlene Soccas, ela experimentou um caminho de militância autônomo em relação a ele, inclusive participando da VPR, que defendia e praticava ações armadas, cuja prática Paulo não defendeu de imediato. Por causa dessa participação política, ela foi presa ilegalmente e torturada pelos órgãos da repressão, ficando detida mais de dois anos no Presídio Tiradentes, na cidade de São Paulo. Essas experiências dolorosas também reverberaram em sua formação política como militante de esquerda e, mesmo dentro da prisão, ou, depois, fora dela, continuou militando no campo da esquerda e lutando na trincheira ao lado de trabalhadores e trabalhadoras.

Pelas narrativas sobre o seu percurso no Presídio Tiradentes, é possível perceber que esse período não apenas complementou, como também ampliou o espectro de sua militância política, cuja identidade militante adquiriu contornos diferentes. A vida naquele local foi rica em

experiências e, penso eu, também, de reflexões. Ela estudou muito, solidificou a sua formação marxista, aprimorou uma língua estrangeira, trabalhou na sua profissão de forma voluntária e fez desse trabalho um espaço de militância, aprendeu a conviver com as diferenças políticas, aprendeu estratégias de sobrevivência e de resistência diante de uma realidade de confinamento. Para ela, esse momento significou “[...] *um momento muito especial, porque era o que eu queria, estudar, aproveitar meu tempo de cadeia para me aparelhar intelectualmente para depois continuar a luta lá fora*” (SOCCAS (2017i, p. 35).

Ela também sofreu com a perda da liberdade, com o sentimento de injustiça diante de sua incapacidade perante as decisões do sistema judicial da época, com a distância da família, o que foi amenizado pelas amizades que fez, inclusive com os familiares de suas companheiras. Todas essas experiências, certamente, reverberaram nas suas escolhas pela continuidade da luta depois que saiu da prisão.

Vale ressaltar que, no seu percurso de vida, Marlene Soccas militou de formas diferentes. Quando saiu da prisão, retornou a Criciúma e reiniciou a sua atividade profissional de dentista; aproximou-se do MDB; atuou com famílias de presos/as políticos/as; manteve contato com Terezinha Zerbine, que conheceu na prisão, envolvendo-se na luta pela Anistia. Mais tarde, após o início do regime democrático, ajudou na fundação do Partido dos Trabalhadores, no início da década de 1980; posteriormente, filiou-se ao PCB. Foi candidata a diversos cargos eletivos por esses partidos, permanecendo no campo da esquerda.

Marlene Soccas, embora militante, assim como algumas outras mulheres, não percebeu a discriminação em relação ao gênero feminino nas organizações de esquerda. Ao olhar para trás a partir do seu tempo presente, ela conseguiu percebê-las, tanto no passado como no presente, mas defende a ideia de que a luta maior deve ser a libertação da classe trabalhadora com homens e mulheres lutando juntos contra o capitalismo. Ela acredita que sendo vitoriosa essa luta, questões como o racismo e o machismo serão resolvidas também.

Durante a pesquisa, aprendi na prática a dificuldade de se trabalhar com lembranças e esquecimentos e com narrativas de si. As lembranças, às vezes, emergem de forma nebulosa e costumam nos enganar e traír. Evocadas e construídas a partir do presente, elas aparecem entrelaçadas pelas lembranças de outros/as, pelas nossas vivências e conhecimentos, pelos recortes que fazemos, o que não nos possibilita afirmar a verdade “real” de um fato – no máximo, uma aproximação dela. Outras vezes, as versões do vivido, o recordado, já estão “[...] bastante consolidadas e elaboradas [...] sem muito espaço para oscilações” (SCHMIDT, 2017, p.

121). No caso de Marlene Soccas, ela possui um vasto conhecimento, em função de suas leituras, experiências e relações com outros/as militantes, bem como já narrou inúmeras vezes sobre esses elementos, o que, por certo, contribuiu para que reconfirmasse as suas lembranças.

Como o seu afeto por Paulo e a sua relação com ele a impulsionou para a luta na militância de esquerda, o meu afeto por ela, construído na relação de pesquisa, contribuiu para que eu visse a realidade política do Brasil e a velhice com outros olhos. Com olhos de esperança!

Quando iniciei esta pesquisa, em 2017, o Brasil havia passado, no ano anterior, em 2016, pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que fora presa política assim como Marlene Soccas e cujo governo, democrático e progressista, embora com tantas críticas que se possa fazer a ele, procurou ampliar políticas públicas voltadas às classes populares. Marlene Soccas, embora não fosse do mesmo partido da presidenta, posicionou-se contra esse processo, denunciando-o como um golpe das forças de direita contra as de esquerda, e participou de várias atividades relacionadas. Inclusive, quando foi convidada para fazer palestras nas escolas e em universidades sobre a sua militância no período do regime militar, ela procurou trazer também à tona essa discussão, comparando ambos os golpes.

Dois anos depois, em 2019, quando finalizo a pesquisa, na cadeira antes ocupada pela presidenta Dilma Rousseff, senta-se um presidente que é capitão reformado do exército, portanto, um militar, o qual fez carreira como político por quase 30 anos e que, como deputado federal, posicionou-se favorável ao *impeachment* da presidenta, dedicando o seu voto a um dos maiores torturadores do período da ditadura, o coronel Brilhante Ustra. Apesar disso e de se posicionar abertamente a favor da ditadura e das torturas, ele foi eleito para o cargo de mais alto grau do Brasil. Esse presidente ressuscitou, também, a ideia do “anticomunismo”, das “caças às bruxas”, identificadas nesse contexto como todos/as que se posicionam contra o governo e no campo da esquerda.

Diante desse contexto em que parte da população brasileira ainda desconhece os horrores que se passaram “nos porões da ditadura” e/ou reconhece a violência, como a tortura, como um instrumento adequado para aniquilar o inimigo, penso que dar visibilidade a trajetórias de vida como a de Marlene Soccas adquire uma relevância ainda maior. Trajetória que continua. Ela ainda está ativa, aos 85 anos, posicionando-se ao lado dos/as trabalhadores/as, participando de vários movimentos sociais e políticos, e nas redes sociais debate sobre as suas ideias, dialogando com várias gerações.

Há muito ainda a ser pesquisado e escrito sobre a trajetória de vida de Marlene Soccas, inclusive sobre a sua formação política e sobre as suas identidades de militante de esquerda, incluindo outros sujeitos que fizeram e fazem parte de sua vida, como os seus familiares, os/as seus/suas companheiros/as e ex-companheiros/as de militância. Também acerca de sua trajetória como militante de esquerda nas décadas posteriores a 1970.

Ao finalizar este estudo, trago a reflexão de Jeanne Marie Gagnebin (2006, p. 57), constante na epígrafe deste escrito, para quem testemunha não é somente aquele/a que vivenciou diretamente. Assim, sinto-me também uma testemunha, mesmo que indireta, que apesar de não ter vivido, ouviu e refletiu sobre o tempo vivido e lembrado por Marlene Soccas. E assim como eu, outras pessoas podem ser testemunhas desse passado, à medida que surjam novos estudos sobre essas testemunhas vivas. Para isso, é importante que a academia abra espaço para pesquisas de outras trajetórias de vida como a de Marlene Soccas, também para que esse período da história do Brasil não seja esquecido para não ser repetido.

Por fim, penso ser necessário trazer novamente a manifestação de Marcos Arruda, que assim como Marlene Soccas e tantos/as outros/as homens e mulheres sofreu nas mãos dos torturadores, de que nenhuma pessoa pode ser julgada por suas ações decorrentes dessa situação de tortura. Tanto o julgamento como o sentimento de culpa sentidos por muitos/as dos/as que passaram pelas torturas, no meu entendimento, potencializam o torturador. Precisamos reconhecer, como Marlene Soccas mesmo falou, que os/as militantes não eram “todos super-homens, nem mulheres maravilhas” (SOCCAS, 2014, p. 218). Eram humanos como todos nós.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. São Paulo: FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 196p.

AMADO, Janaina. O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e imaginação em História Oral. *In: História*, São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1996. Disponível em: <http://bit.ly/2PC7GcV>. Acesso em: 21 mar. 2018.

AMADO, Janaina. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Proj. História**, São Paulo, n. 15, p. 145-155, 1997. Disponível em: <http://bit.ly/2PATvok>. Acesso em: 24 abr. 2018.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Apresentação. *In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Usos & abusos da história oral*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. vii-xxv.

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 51-64, jun. 2001. Disponível em: <http://bit.ly/2MdXpSa>. Acesso em: 24 ago. 2017.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

ARRUDA, Marcos Penna Sattami de Arruda. **Depoimento Marcos Arruda**. 2014. 1 vídeo (45min53seg). Publicado pelo Canal Comissão Nacional da Verdade em 21 de novembro de 2014. Disponível em: <http://bit.ly/34CnOzl>. Acesso em: 2 jul. 2019.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a Própria Vida. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *In: Dimensões*, v. 24, p. 157-172, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2PBVd8X>. Acesso em: 21 set. 2018.

AZEVEDO, Carlos. Transcrições de Audiências. *In: COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”*.

Relatório: Audiências Públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - 2013. Tomo III. Audiência realizada em 1 de outubro de 2013, p. 1-117.

BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Laços de papel. *In:* BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.). **Destinos das letras:** história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 5-9.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo:** fatos e mitos. Tradução de Sérgio Millet. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980a. 309 p.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo:** a experiência vivida. Tradução de Sérgio Millet. Vol. 2. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980b. 500 p.

BENJAMIN, Walter. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In:* BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre a literatura e história da cultura. Obras escolhidas. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1983, p. 197- 221.

BITENCOURT, João Batista. Cidades em movimento. *In:* BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina:** estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 26-40.

BITENCOURT, João Batista. **Laguna:** uma análise sobre o discurso de cidade histórica Criciúma: Ediunesc; Florianópolis: Dois por Quatro, 2016. 248p.

BOFF, Leonardo. Apresentação. *In:* ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais:** depoimentos e debates. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 9-15.

BONAZZI, Chantal de Tourtier. Arquivos: Propostas metodológicas. *In:* AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral.** 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 233-247.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28,

jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <http://bit.ly/2S55nkd>. Acesso em: 9 ago. 2017.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-42. (O Brasil Republicano, v. 4)

BOSI, Ecléa. O Campo de Terezin. *In*: BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social**. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013, p. 81-104.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 183-191.

BRASIL. Ato Institucional n° 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 9 abr. 1964. Disponível em: <http://bit.ly/2S8sevm>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade**. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). p.176. Disponível em: <http://bit.ly/36RizNH>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: <http://bit.ly/34EvzEK>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em <http://bit.ly/35CUCtt>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 5 dez. 1995. Disponível em: <http://bit.ly/34D4JwI>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://bit.ly/2N2IsSv>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. Lei 12. 528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial União**. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Nº 221-A, Seção 1, p. 5. Disponível em: <http://bit.ly/2PYLaK8>. Acesso em: 2 dez. 2017.

CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins. Cartas Adolescentes. Uma leitura e modos de ser... *In*: MIGNOT, Ana CRISPIM, José Maria. *In*: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira A. de (org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 4 v. 1984. Disponível em: <http://bit.ly/2rTBJns>. Acesso em: 15 jul. 2019.

Crystina Venancio; BASTOS Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa dos Santos. **Refúgios do Eu**: educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000, p. 203-228.

CARDOZO DE AGUIAR, Fabiano Gregory. **“Yo tengo a cantar por aquellos que cayeron”**: Poesia política, engajamento e resistência na música popular uruguaia - o cancionero de Daniel Viglietti 1967 – 1973. 2010. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2r7CFUG>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CARVALHO, Annina Alcantara de. A lei, ora, a lei... *In*: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaias; PONCE, José Adolfo de Granville. **Tiradentes, um presídio da ditadura**: memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997, p. 402-413.

CHASSOT, Attico. A Ciência é masculina? É sim senhora. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. XIX, n. 71/72, p. 9-28, 2004. Disponível em: <http://bit.ly/35D1W85>. Acesso em: 19 fev. 2019.

CNPq. **Séries históricas**, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/38X7b4D>. Acesso em: 19 fev. 2019.

COIMBRA, David. **Atravessando a escuridão**: memórias de um comunista casual. Criciúma, SC: UNESC, 1996. 112 p. (Coleção Memória do Sul Catarinense).

COLÉGIO STELLA MARIS. **Histórico**. [s.d.] Disponível em: <http://bit.ly/2PzTCaX>. Acesso em: 21 mar. 2019.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. 157p.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (Brasil). **A instalação da Comissão Nacional da Verdade**. [s.d.] Disponível em: <http://bit.ly/2Q0eAaX>. Acesso em: 2 dez. 2017.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (Brasil). **Mortos e Desaparecidos Políticos**. Relatório. Volume III, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2EwMnTx>. Acesso em: 10 jul. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Histórico**. [s.d.]. Disponível em: <http://bit.ly/34COPCT>. Acesso em: 4 dez. 2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. **Comissão realiza consulta sobre projeto Igrejas-irmãs**. [s.d.] Disponível em: <http://bit.ly/2Ma7P5e>. Acesso em: 4 dez. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. **Jovens pesquisadoras**: ciência também é coisa de mulher! Publicado em 10 de março de 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2MbMOa8>. Acesso em: 23 jul. 2019.

COSTA, Albertina de Oliveira *et al.* **Memórias das mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 439p.

COSTA, Marli de Oliveira. “Chamando a infância”: Registros e lembranças da E.R. Engenheiro Fiúza da Rocha-Criciúma-SC (1945-1946). *In: ENCONTRO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 10., 2004, Gramado. **Anais...** Gramado: ASPHE, 2004, p. 281-292.

CUNHA, Maria Isabel. Conta-me agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 23, n. 1/2, p.185-195, jan./dez. 1997. Disponível em: <http://bit.ly/34CPiF9>. Acesso em: 15 maio 2019.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Rezas, ginásticas e letras: normalistas do Colégio Coração de Jesus – Florianópolis/Décadas de 1920 e 1930. *In: DALLABRIDA, Norberto (org.). Mosaico de escolas: Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura: 2003, p.199-219.

CUNHA, Maria Teresa Santos. “Por hoje é só...” Cartas entre amigas. *In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.). Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002, p.181-204.

DALLABRIDA, Norberto. Co-educação no Ginásio Lagunense nas décadas de 1930 e 1940: avanços e limitações. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 3., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004, p. 1-10.

DALLABRIDA, Norberto; SILVA, Fernando Leocino da; GARCIA, Letícia Cortellazzi. Ginásio Lagunense: laicidade e co-educação (1932-1945). *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina, PR: ANPUH, 2005. Disponível em: <http://bit.ly/2s0AgLS>. Acesso em: 12 dez. 2018.

DAUPHIN, Cécile; POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. *In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.). Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 75-87.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.
Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.
 Disponível em: <http://bit.ly/36O5PHC>. Acesso em: 26 jun. 2019.

DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma, SC: Ed. do Autor, 2002. 335 p.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord.) **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, UNESP, 1997, p.7-10.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 7-16, dec. 2009.
 Disponível em: <http://bit.ly/2PDOFjZ>. Acesso em: 20 set. 2018.

DORNELLES, Danielle dos Santos; MACHADO, Thais. Máculas: as marcas da tortura na vida de quatro catarinenses. **Revista Santa Catarina de História**, v. 10, n. 1, 2016.

DOSSE, François. A oposição história e memória. *In*: DOSSE, François. **História e ciências sociais**. São Paulo: Edusc, 2004, p. 169-191.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. *In*: **História da Educação**, Pelotas, v. 4, n. 8, p. 141-174, 2000. Disponível em: <http://bit.ly/2Z5YWij>. Acesso em: 21 mar. 2018.

ESTÁ chegando a hora. **Nova Escola**. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2Z6oxry>. Acesso em: 30 maio 2019.

ESTANISLAU, Lucas. Libertação o jornal da luta clandestina da AP (Ação Popular) contra a ditadura. **Ópera Mundi**, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2PEypFH>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FABRÍCIA, Machado Fernandes. **Jornal O Malbor e a produção/disseminação de feminilidades na imprensa lagunense: 1901-1930**. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014.

FENELON, Dea Ribeiro. O papel da história oral na historiografia moderna. *In*: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória histórias de vida, histórias de sobrevivência.** Rio de Janeiro: FGV, 1996. 214p.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das Mulheres no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 510-553.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FREI BETTO. **O que é Comunidade Eclesial de Base.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaias; PONCE, José Adolfo (org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos.** São Paulo: Scipione, 1997.

FRIEDRICH, Eveline Grando. **A presença feminina no Curso de Graduação em Odontologia,** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Odontologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. 56p.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **A Terra e a gente.** Cadernos de Laguna, nº 1, 1989.

GAGNEBIN, J. M. Memória, história, testemunho. In: GAGNEBIN, Jeane Marie **Lembrar, escrever, esquecer.** São Paulo: Editora 34, 2006. p. 49-57.

GATTAZ, André Castanheira. Lapidando a fala bruta: a textualização em história oral. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re)Introduzindo a história oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996, p.135-140.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Prefácio. In: STECANELA, Nilda (org.) **Diálogos com a educação: a escolha do método e a identidade do**

pesquisador. Caixas do Sul: Educ, 2012, p. 9-14. Disponível em: <http://bit.ly/35DnHox>. Acesso em: 2 jun. 2018.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas, a esquerda brasileira:** das ilusões perdidas à luta armada. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. 255 p. (Serie Temas; v. 3. Brasil Contemporâneo).

GRAZIOTTIN, Luciane Sgarbi; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória:** reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 35-44.

GREVE GERAL conta com forte adesão em Criciúma. **DNSUL.com.** Criciúma, 28 abr. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2s0BeaY>. Acesso em: 28 nov. 2018.

GUERELLUS, Natália de Santanna. Contando a história dos feminismos: Entrevista com Raquel Soihet. *In:* ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História oral e história das mulheres.** São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 15-29. (Coleção História Oral e Dimensões do Público).

GUEVARA, Ernesto. **E. Che Guevara:** política. São Paulo: Ática, 1981.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

JELÍN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** Madri: Siglo Veintiuno, 2002.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da História Oral.** Petrópolis, RJ: FGV, 1996, p. 43-64.

KOBASHI, Nair Yumiko. Pequenas estratégias de sobrevivência. *In:* FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaias; PONCE, José Adolfo (org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura:** memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997, p. 309-313.

KONDER, Leandro. **As ideias socialistas no Brasil.** São Paulo: Moderna, 1995. 71 p. (Coleção polêmica).

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

LOBO, Elza Ferreira. Os sinais, os gestos e os ritos. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaias; PONCE, José Adolfo (org.). **Tiradentes, um presidio da ditadura: memórias de presos políticos**. São Paulo: Scipione, 1997, p. 218-229.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres**. Porto Alegre: UFRGS, 1987. 103p.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. In: **Revista Projeto História- Trabalhos da Memória**. São Paulo: EDuc, 1998. p. 63-202. Disponível em: <http://bit.ly/34DTOTM>. Acesso em: 15 mar.2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99p.

MACHADO, Thais. **Dos porões da ditadura para a sociedade: mulheres catarinenses na Comissão Estadual da Verdade**. 2017. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MARTINI, Estela Maris Sartori. **Curso Científico do Colégio Coração de Jesus: cultura escolar e socialização das elites femininas de Santa Catarina (1947/1961)**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2008.

MARTINI, Estela Maris Sartori. **Mulheres destinadas ao êxito:** trajetórias escolares e profissionais de ex-alunas do Curso Científico do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis (1949-1960). 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2011.

MARTINI, Estela Maris Sartori. Uma trajetória escolar e profissional pouco provável: “o caso Marlene Soccas”. **Revistas UDESC**, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/36PgHVk>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1988. 151p.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no mercado produtivo. *In*: PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 126-147.

MAUÉS, Flamarion. “Ter simplesmente este livro nas mãos é já um desafio”: Livros de oposição no regime militar, um estudo de caso. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 259-279, 2005. Disponível em: <http://bit.ly/2Evkiw9>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História Oral: um locus disciplinar federativo. *In*: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re) introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 48-55.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MIGNOT, Ana Crystina Venancio; BASTOS Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa dos Santos. Tecendo Educação, História, Escrita Autobiográfica. *In*: **Refúgios do Eu:** educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 17-27.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Artesãos da palavra: cartas de um prisioneiro político tecem redes de ideias e afetos. *In*: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.). **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 115-136.

MORAES, Sara Teresa Perez. O emprego de relatos orais na pesquisa psicológica sobre a organização da memória auto-biográfica em pessoas idosas. *In*: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re) introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 118-133.

MORRE aos 85 anos Shirley Temple, antiga estrela mirim de Hollywood. **G1**. Rio de Janeiro. 11 fev. 2014. Disponível em: <https://glo.bo/2EzIKO8>. Acesso em: 20 fev. 2019.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

NEVES, Deborah Regina Leal. Edifícios da (e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização – Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e Club Atlético. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 21., 2012, Campinas. **Anais...** Campinas, SP: ANPUH, 2012. 14 p. Disponível em: <http://bit.ly/2ExKlmr>. Acesso em: 30 maio 2018.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *In*: **Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <http://bit.ly/36MbRbC>. Acesso em: 15 mar. 2017.

NÓVOA, António. A formação de professores e a profissão docente. *In*: NÓVOA, António (org.). **“Os professores e a sua formação”**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. Disponível em: <http://bit.ly/2PBcjny>. Acesso em: 25 jan. 2018.

NÓVOA, António. Projeto Prosalus. *In*: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (org.). **O método (auto) biográfico e a formação**. Natal/RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulos, 2010, p.157-187.

OLIVEIRA Eleonora Menicucci. Reconstruindo práticas de liberdade. *In*: FREIRE, Alipio; ALMADA, Izaias; PONCE, José Adolfo (org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**: memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997, p. 291-299.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. Entre a cruz e a espada: os aspectos biográficos da vida de Paulo Stuart Wright. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo/RS, v. 26, p. 122-127, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2M8YyKy>. Acesso em: 5 jun. 2019.

PANOZZO, Neiva Senaide Petry. Pesquisa Qualitativa na Educação. *In*: STECANELA, Nilda (org.) Diálogos com a educação: a escolha do método e a identidade do pesquisador. **Educ.**, Caixas do Sul, p. 99-112, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/35DnHox>. Acesso em: 2 jun. 2018.

PASINATO, Wânia. Questões atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil. **Revista Praia vermelha**: Estudos de política e teoria social, Rio de Janeiro, Primeiro, n. 14-15, p. 132-153, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/36P1JyR>. Acesso em: 26 maio 2016.

PARISSE, Lucien Maurice. É a luta final: 1987: Centenário da Internacional. *In*: **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 4, n. 7, p. 91-101, 1987. Disponível em: <http://bit.ly/2EvpgJ8>. Acesso em: 6 jun.2018.

PASTORAL DA JUVENTUDE (CNBB). **A história da Pastoral da Juventude**. Disponível em: <http://bit.ly/2S8qtOL>. Acesso em: 2 dez. 2017.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n.1, p.77-98, 2005. Disponível em: <http://bit.ly/2sH1OGk>. Acesso em: 19 mar. 2016.

PEDRO, Joana Maria. Viver gênero na clandestinidade. *In*: ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. **História Oral e história das mulheres**. São Paulo: Letra e Voz, 2017a, p. 33-55. (Coleção História Oral e Dimensões do Público)

PEDRO, Joana Maria. **História das Mulheres (Aula 1)**. 2017b. 1 vídeo (37 min). Publicado pelo canal Gênero e Diversidade UFSC. Disponível em: <http://bit.ly/2Z1YfXi>. Acesso em: 2 dez. 2018.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos**, v. 15, p. 398-405, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/38QIGWS>. Acesso em: 5 jul. 2019.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010. 296 p.

PERROT, Michelle. Prática das memórias femininas. *In: Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set., 1989. Disponível em: <http://bit.ly/36MbRbC>. Acesso em: 10 fev. 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 130 p.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. *In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.)*. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 264-309.

PIROLA, Claudionor Lima. O golpe Militar de 1964 e sua preparação e repercussão em Criciúma. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 31-43, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2PEBPs1>. Acesso em: 25 maio 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://bit.ly/36UzyPl>. Acesso em: 1 ago. 2017.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <http://bit.ly/2Q2frYv>. Acesso em: 20 jun. 2019.

POLITI, Maurice. **Resistência atrás das grades**. São Paulo: Plena Editorial, 2009. 208 p.

PONTIFÍCIAS OBRAS MISSIONÁRIAS. **Os desafios missionários do projeto igrejas-irmãs**. Publicado em 11 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2PCgzDj>. Acesso em: 23 ago. 2018.

RABELO, Giani. **Entre o hábito e o carvão**: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX. 2008. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e a circulação...” – censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2rUgskd>. Acesso em: 4 jun.2019.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as construções da memória. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patta de Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). Bauru: SP: Edusc, 2004, p. 29-52.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 200 p.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1993. 284p.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O livro das trevas reeditado**. Resenha do Livro negro da ditadura militar, org. por Divo Guisoni. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 112, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2M6rbYX>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ROLLEMBERG, Denise. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vida no exílio. *In*: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patta de Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). Bauru: SP: Edusc, 2004, p. 277-294.

ROSA, José Edu; MADEIRA, Ademar Américo. **Odontologia catarinense**: evolução, ensino e movimento associativo. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1982.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres ditaduras e memórias**: “Não imagine que precisa ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios, 2013.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Introdução. *In*: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira **História Oral e história das mulheres**. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p.7-12. (Coleção História Oral e Dimensões do Público).

SANTOS, C. S.; RADL-PHILIPP, R. M. . MULHERES NAS CIÊNCIAS EXATAS: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR. *In*: IV Seminário Enlaçando Sexualidades, 2015, Salvador. **Anais do IV Seminário Enlaçando Sexualidades**. Salvador: EDUNEB, 2015. v. 1. (s.p.).

SANTOS, Joel Rufino dos. **Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 165 p.

SARMENTO, Manuel Jacinto. “O Estudo de Caso Etnográfico em Educação” *In*: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (org.) **Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A Lamparina, 2003, p. 137-179.

SARTRE, Jean Paul. O existencialismo é um humanismo. *In*: **Sartre**. Coleção os pensadores. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 1-32.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira**. 2009. 236 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2S5N3rb>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Flavio Koutzii: Biografia de um militante revolucionário - De 1943 a 1984**. Porto Alegre: Libretos, 2017. 544 p.

SCHMIDT, Maria Luiza Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbawchs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v.4. n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em: <http://bit.ly/2sMnot6>. Acesso em: 15 set. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990. Disponível em: <http://bit.ly/2Sfln2W>. Acesso em: 27 mar. 2016.

SILVA, Antonio Ozaí. Esboço para a História da esquerda no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 103, p. 90-107, dez. 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2PEcmim>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SILVA, Natanael de Freitas. Ditadura Civil-militar no Brasil e ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas. *In: Revista Mosaico*, v. 7, n. 16, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2Md9EOR>. Acesso em: 25 nov. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes: 2000, p. 73-102.

SOCCAS, Marlene. **Meu querido Paulo**. Criciúma: Ed. do Autor, 2014.

SOUZA, Nelson Rosário de Souza. A esquerda militante: entre o engajamento pastoral e os revides locais. *In: Revista de Sociologia e Política*, n. 12, p. 131-146, jun. 1999. Disponível em: <http://bit.ly/2Q0UjC7>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é Comunismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da república: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. 199 p.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017. 302p.

TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil**. 2011. Tese. (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

THOMPSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. *In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania Maria; FERREIRA, Maristela de Moraes (org.) História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz,

2000. 204p. Disponível em: <http://bit.ly/2s1g9NC>. Acesso em: 24 out. 2017.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres, história social. *In: Cadernos Pagu.*, n. 3, p. 29-62, 1994. Disponível em: <http://bit.ly/2S6548C>. Acesso em: 10 out. 2018.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patta de Sá (org.). O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: SP: Edusc, 2004, p. 67-77.

TRICHÊS, Janete. **As oligarquias dos partidos**: Criciúma/SC - 1945-1992. Brasília: Universidade de Brasília, 1994. 313 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em Ciências Sociais: o Positivismo, a Fenomenologia e o Marxismo. *In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995, p. 31-74.

TSE-TUNG, Mao. **Livro vermelho**: Citações do comandante Mao Tse-Tung. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002. Coleção obra prima de cada autor.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. 3. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 1998. 284p.

VITALI, Marli Paulina. **União dos Estudantes Secundários de Criciúma (UESC)**: entre o conservadorismo e a resistência. 2013. 154 f. Dissertação. (Mestrado). – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

VOLPATO, Terezinha Gascho. A organização do trabalho mineiro. *In: VOLPATO, Terezinha Gascho. A pirita Humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: Editora da UFSC/Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984, p. 110-135.

WESTPHAL, Euler Renato. **Vox Scripturae – Revista Teológica Brasileira**, São Bento do Sul, v. XIX, n. 1, p. 68-98, maio 2011.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Tamy Amorim. Movidas pelo afeto: três mulheres na resistência à ditadura no Brasil, Paraguai e Bolívia (1954-1989). **INTERthesis**. Florianópolis, v. 10, p. 190-211, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/36Sgq4u>. Acesso em: 7 jul. 2019.

WOLFF, Sheibe Cristina. *In*: PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 423-446.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeuda; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes: 2000, p. 7-72.

WRIGHT, Delora Jan. **O coronel tem um segredo**: Paulo Wright não está em Cuba. Vozes: Rio de Janeiro, 1993. 132 p.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. *In*: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto De; VILELA, Rita Amélia Teixeira (org.). **Itinerários de Pesquisa: Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 287-309.

FONTES ORAIS

SOCCAS, Marlene. (Sem título). Entrevista concedida à Rose Méri Nietto. Criciúma, 9 jan. 2017 (2017a).

SOCCAS, Marlene. (Sem título). Entrevista concedida à Rose Méri Nietto. Criciúma, 4 mar. 2017 (2017b).

SOCCAS, Marlene. (Sem título). Entrevista concedida à Rose Méri Nietto. Criciúma, 18 mar. 2017 (2017c).

SOCCAS, Marlene. (Sem título). Entrevista concedida à Rose Méri Nietto. Criciúma, 21 abr. 2017(2017d).

SOCCAS, Marlene. (Sem título). Entrevista concedida à Rose Méri Nietto. Criciúma, 26 mai. 2017 (2017e).

SOCCAS, Marlene. (Sem título). Entrevista concedida à Rose Méri Nietto. Criciúma, 22 jul. 2017 (2017f).

SOCCAS, Marlene. (Sem título). Entrevista concedida à Rose Méri Nietto. Criciúma, 24 jul. 2017 (2017g).

SOCCAS, Marlene. (Sem título). Entrevista concedida à Rose Méri Nietto. Criciúma, 26 jul. 2017 (2017h).

SOCCAS, Marlene. (Sem título). Entrevista concedida à Rose Méri Nietto. Criciúma, 12 ago. 2017 (2017i).

CARTAS

SOCCAS, Marlene. [Carta] 21 ago. 1968, São Paulo [para] irmã Marisa. 4 p.

SOCCAS, Marlene. [Carta] 30 jun. de 1970a, São Paulo [para] irmã Marisa.

SOCCAS, Marlene. [Carta] 13 ago. 1970b, São Paulo [para] irmã Marisa, sobrinhas e cunhado.

SOCCAS, Marlene. [Carta] 5 set. 1970c, São Paulo [para] irmã Marisa. 4 p.

SOCCAS, Marlene. [Carta] 12 mar. 1971a, São Paulo [para] irmã Marisa. 10 p.

SOCCAS, Marlene. [Carta] 3 out. 1971b, São Paulo [para] irmã Marisa. 1 p.

SOCCAS, Marlene. [Carta] 24 mar. 1972. São Paulo [para] Juiz. 8 p.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

Orientadora: Dra .Giani Rabelo

Acadêmica: Rose Méri Nietto

Pesquisa de Dissertação de Mestrado: Memórias, identidades e o processo de formação política de Marlene Soccas: uma militante de esquerda em tempos de Ditadura Civil - Militar no Brasil (1960 - 1980)

Roteiro de entrevista

- 1) Nome completo:
- 2) Data e local de nascimento:
- 3) Nome dos pais:
- 4) Estado civil:
- 5) Nome dos filhos/as:
- 6) Nome do cônjuge:
- 7) Profissão:
- 8) Data e local da entrevista (endereço completo e telefone):
- 9) Formação/Educação na infância e adolescência
- 10) Em que ano você foi para a escola? Qual escola? Em que lugar?
- 11) Como foi a sua educação escolar e familiar, na sua infância e adolescência?
- 12) Que tipos de valores e atividades eram incentivados por sua família, na sua infância e adolescência?
- 13) A educação escolar e familiar vivenciadas na infância e na adolescência influenciaram a sua formação política? De que forma?
- 14) Pelo fato de você ser menina/adolescente, você percebia diferenças na sua educação familiar e escolar, em relação aos meninos?
- 15) Você participava de outros (s) grupos(s) sociais, nesse período, além da família e da escola?
- 16) Que tipo de leituras que você fazia nesse período? Estas leituras influenciaram na sua formação política?
- 17) O olhar crítico já fazia parte da sua infância/adolescência?
- 18) Como você percebia o mundo e as pessoas nesta época?
- 19) Formação/Educação na juventude
- 20) Onde e em que ano você realizou o seu curso superior?

- 21) Você participava de algum movimento político e social na Universidade?
- 22) Que tipos de movimentos sociais e políticos você participou nesse período?
- 23) Como era a sua participação? Você percebia diferenças entre a participação feminina e masculina?
- 24) Quais eram as suas motivações para participar dos movimentos?
- 25) Onde e em que ano você realizou a sua Especialização? Em que área?
- 26) Que tipos de movimentos sociais e políticos você participou nesse período?
- 27) Como era a sua participação?
- 28) Você percebia diferenças entre a participação feminina masculina nesse período, nesses movimentos?
- 29) O que a motivou a participar desses movimentos? (Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e outros)
- 30) Em que ano foi presa e onde era a prisão (descreva como aconteceu)
- 31) Quem eram seus/suas colegas na prisão?
- 32) Que lembranças foram mais marcantes desse período?
- 33) Fale sobre a tortura sofrida
- 34) Quanto tempo você ficou na prisão? (falar do cotidiano e das atividades realizadas)
- 35) Como iniciou a ligação com o Partido Comunista Brasileiro?
- 36) Que leituras você fazia na prisão e antes dela?
- 37) Como sua vida transcorreu depois da prisão, até a década de 1980? Fale sobre isso.
- 38) Como é a sua participação nos movimentos sociais na atualidade?
- 39) De que movimentos você participa? De que forma?
- 40) Quais são as suas motivações para participar dos movimentos sociais, hoje em dia?

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



CEP
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
DE SERES HUMANOS



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Título da Pesquisa: Memórias, identidades e o processo de formação política de Marlene Soccas: uma militante de esquerda em tempos de Ditadura Civil-Militar no Brasil (1960 -1970).

Objetivo: Compreender o processo de formação política como militante de esquerda na resistência à Ditadura Civil-Militar no Brasil de Marlene Soccas.

Período da coleta de dados: 10/05/2018 a 10/01/2019

Tempo estimado para cada coleta: 1h30min

Local da coleta: casa da entrevistada

Pesquisador/Orientador: Professora Dra. Giani Rabelo

Telefone: (48) 3433-8476

Pesquisador/Acadêmico: Rose Méri Nietto

Telefone: (48) 98404-9788

Mestrado do Programa Pós- Graduação em Educação da UNESC

Como convidado (a) para participar voluntariamente da pesquisa acima intitulada e aceitando participar do estudo, declaro que:

Poderei desistir a qualquer momento, bastando informar minha decisão diretamente ao pesquisador responsável ou à pessoa que está efetuando a pesquisa.

Por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não haverá nenhuma remuneração, bem como não terei despesas para com a mesma. No entanto, fui orientado (a) da garantia de ressarcimento de gastos relacionados ao estudo. Como prevê o item IV.3.g da Resolução CNS 466/2012, foi garantido a mim (participante de pesquisa) e ao meu acompanhante (quando necessário) o ressarcimento de despesas decorrentes da participação no estudo, tais como transporte, alimentação e hospedagem (quando necessário) nos dias em que for necessária minha presença para consultas ou exames.

Foi expresso de modo claro e afirmativo o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios pelo tempo que for necessário a mim (participante da pesquisa), garantido pelo (a) pesquisador (a) responsável (Itens II.3.1 e II.3.2, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Estou ciente da garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Item IV.3.h, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Os dados referentes a mim serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 466/2012 do CNS - Conselho Nacional de Saúde - podendo eu solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta.

Para tanto, fui esclarecido (a) também sobre os procedimentos, riscos e benefícios, a saber:

TCLE CEP/UNESC – versão 2018 | Página 1 de 3

Av. Universitária, 1.105 – Bairro Universitário – CEP: 88.806-000 – Criciúma / SC
Bloco Administrativo – Sala 31 | Fone (48) 3431 2606 | etica@unesc.net | www.unesc.net/cep
Horário de funcionamento do CEP: de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.



CEP
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
DE SERES HUMANOS



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

DETALHES DOS PROCEDIMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PESQUISA

A metodologia utilizada para compor o corpus do trabalho será a história oral temática. Serão realizadas várias entrevistas semiestruturadas com a senhora Marlene de Souza Soccas Sazan, com base em um roteiro pré-definido, as quais serão gravadas, transcritas e submetidas à aprovação da entrevistada, que assinará o "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" para cada entrevista realizada. As entrevistas serão realizadas na casa da entrevistada, em data e horário definidos por ela, e, cada entrevista, durará em média de 1h30. Prevê-se a realização de cerca de 8 entrevistas. Além das entrevistas, serão pesquisadas fotografias, notícias veiculadas em jornais e nas redes sociais e vídeos, bem como outros documentos que registraram a educação formal e não formal de Marlene Soccas desde a sua infância até a década de 1970.

RISCOS

Pode haver o risco de perda da confidencialidade dos dados, o risco de uso indevido das informações ou de implicações políticas e constrangimentos quanto a terceiros citados nas entrevistas.

BENEFÍCIOS

Entende-se que um dos benefícios é a visibilidade que se pode dar à trajetória de vida de uma mulher que contribuiu e contribui na e para a luta pela democracia e pelos direitos humanos e dos trabalhadores, e, por meio desta trajetória, dar visibilidade também a outras mulheres que participaram dessas lutas. São benefícios, também, a preservação da memória, a oportunidade de dar voz à mulher na sociedade e na narrativa, a possibilidade da compreensão crítica do lugar e da importância da mulher na história política recente do Brasil.

Declaro ainda, que tive tempo adequado para poder refletir sobre minha participação na pesquisa, consultando, se necessário, meus familiares ou outras pessoas que possam me ajudar na tomada de decisão livre e esclarecida, conforme a resolução CNS 466/2012 item IV.1.C.

Diante de tudo o que até agora fora demonstrado, declaro que todos os procedimentos metodológicos e os possíveis riscos, detalhados acima, bem como as minhas dúvidas, foram devidamente esclarecidos, sendo que, para tanto, firmo ao final a presente declaração, em duas vias de igual teor e forma, ficando na posse de uma e outra sido entregue ao (à) pesquisador(a) responsável (o presente documento será obrigatoriamente assinado na última página e rubricado em todas as páginas pelo(a) pesquisador(a) responsável/pessoa por ele(a) delegada e pelo(a) participante/responsável legal).

Em caso de dúvidas, sugestões e/ou emergências relacionadas à pesquisa, favor entrar em contato com a pesquisadora Rose Méri Nietto, telefone (48) 9 8404-9788 e/ou pelo e-mail mmerinietto@gmail.com.

TCLE CEP/UNESC – versão 2018 | Página 2 de 3




Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Em caso de denúncias, favor entrar em contato com o Comitê de Ética – CEP/UNESC (endereço no rodapé da página).

O Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos (CEP) da Unesc pronuncia-se, no aspecto ético, sobre todos os trabalhos de pesquisa realizados, envolvendo seres humanos. Para que a ética se faça presente, o CEP/UNESC revisa todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Cabe ao CEP/UNESC a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na Instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, de forma a fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

Obs:

1. Por tratar-se de um estudo de história de vida, declaro que fui informada de que os dados obtidos com as entrevistas não manterão minha identidade no anonimato, e, que, portanto, estarei exposta aos riscos apontados anteriormente.
2. Nos anos de 2017 e 2018, antes da aprovação do projeto pela CEP concedi várias entrevistas à pesquisadora as quais autorizo a pesquisadora a utilizá-las na pesquisa.

ASSINATURAS	
Voluntário (a) /Participante	Pesquisador (a) Responsável
 Assinatura	 Assinatura
Nome: Marlene de Souza Soccas Sazan CPF: 179.788.829 - 34	Nome: Rose Méri Nietto CPF: 564.885.729-20

Criciúma (SC), 12 de maio de 2018.